



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 538

Segunda-feira - 26 de Julho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Arroio Trinta.....	1
Ascurra.....	2
Braço do Trombudo.....	16
Caçador.....	17
Campo Alegre.....	388
Campos Novos.....	395
Chapadão do Lageado.....	396
Concórdia.....	396
Coronel Martins.....	400
Curitibanos.....	401
Ermo.....	402
Forquilha.....	402
Fraiburgo.....	406
Garopaba.....	407
Governador Celso Ramos.....	408
Herval do Oeste.....	409
Imbituba.....	410
Iomerê.....	411
Itapoá.....	411
Joaçaba.....	412
José Boiteux.....	413
Lauro Muller.....	413
Massaranduba.....	414
Meleiro.....	430
Monte Carlo.....	432
Nova Trento.....	432
Paulo Lopes.....	432
Porto Belo.....	436
Porto União.....	436
Rio do Sul.....	469
Salto Veloso.....	471
São Lourenço do Oeste.....	500
Schroeder.....	501
Tunápolis.....	528
Turvo.....	552
Videira.....	553

Associações de Municípios

AMAUC.....	567
------------	-----

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº158/2010

PORTARIA Nº158/2010 de 22 de julho de 2010.
"DESISTENCIAS DE CONCURSO PÚBLICO."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementa- tar nº 015/98 demais normas legais,

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do concurso público referente ao cargo de Técnico em Enfermagem convocado em 20/07/2010 de Leila Paula Ferretti conforme requerimento em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Água Doce, 22 de Julho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal.

EDNA VIEIRA BISSANI
Diretor RH.

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1295

DECRETO Nº 1295, de 23 de julho de 2010.
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III, da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.232,38 (Quatro mil, duzentos e trinta e dois

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

reais e trinta e oito centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
02.10.26 TRANSPORTE
02.10.26.782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
02.10.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS
02.10.26.782.2601.2053 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS
33900000-0044-00000 Aplicações Diretas R\$ 4.232,38
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.232,38

Art. 2º. Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte recurso:

Parágrafo Único. 4.232,38 (Quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2009, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na fonte 00044 - Fundo Especial do Petróleo, 00000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 29 de junho de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Decreto N° 1296

DECRETO N° 1296, de 23 de julho de 2010.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III, da Lei nº 1442 de 20/11/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil, reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
02.10.26 TRANSPORTE
02.10.26.782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
02.10.26.782.2601 ESTRADAS VICINAIS
02.10.26.782.2601.1054 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS
44900000-0000-00000 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 11.000,00

Art. 2º. Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte recurso:

Parágrafo Único. 11.000,00 (Onze mil, reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2009, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na fonte 00000 - Recursos Ordinários, 00000 - Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de julho de 2010.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 29 de junho de 2010.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Extrato Pregão N° 0015 2010 - Caminhão Usado, Equipado com Caçamba Basculante AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0015/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de um Caminhão usado, equipado com Caçamba Basculante, ano e modelo de fabricação não inferior a 2000, potência mínima 218CV, para a Sec. Mun. Transportes e Obras, conforme Edital, Processo nº SR09 1077/10-4 e Termo de Convênio Estadual nº 9.370/2010-0.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 10/08/2010.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 10/08/2010.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 22 de julho de 2010.

CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1178

LEI N.º 1178, de 29 de junho de 2010.

AUTORIZA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de aterro com aproximadamente 20 (vinte) horas máquina es-



teira e aproximadamente 30 (trinta) cargas de barro/macadame, para o aterramento e macadamização do terreno de propriedade da Senhora Natalina Andreani, localizado na Rua Guaricanas, nº 6903, Bairro Guaricanas, neste município e Comarca de Ascurra/SC, para viabilizar a construção de um aviário.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, a título de incentivos financeiro a empresa e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de barro/macadame necessário ao aterro e macadamização supracitados.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2010.
MOACIR POLIDORO
Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.
Município de Ascurra em, 29 de junho de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei N° 1173

LEI N° 1173, de 16 de abril de 2010

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO E GALPÃO PRÉ-FABRICADO EM FASE INICIAL DE CONSTRUÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA MAQMUNDI - AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, NO MUNICÍPIO DE ASCURRA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que de conformidade com o inciso XV do artigo 72 c/c inciso V do artigo 19, ambos da Lei Orgânica deste Município, bem como com os artigos 14, 15, 32, inciso IV e anexos II e III entre outros da Lei Complementar nº 0074/07 que instituiu o Plano Diretor do Município de Ascurra, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Ascurra, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar com a fixação dos encargos previstos nesta Lei, o terreno urbano de propriedade do Município de Ascurra edificado com um galpão pré-fabricado em fase inicial de construção, imóvel este descrito e individualizado no parágrafo único deste artigo, à empresa MAQMUNDI - AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.439.677/0001-44, Cadastro Municipal nº 11.424, estabelecida a Rua Jorge Lacerda, nº 74, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra:

Parágrafo Único: Um terreno urbano, parcela designada sob nº 02, situado no lado par da Rodovia BR 470, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra, desta Comarca, contendo a área de 4.980,50m² (quatro mil, novecentos e oitenta metros e cinquenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando dito terreno pela frente com 38,75 metros no lado par da Rodovia BR 470, nos fundos com 50,80 metros na margem direita do Rio Itajaí-Açu, no lado esquerdo com 120,00 metros na parcela nº 01 e no lado direito com 108,60 metros na parcela nº 03, ambas de propriedade de Henrique Bassani Neto; distando dito terreno pelo lado esquerdo 93,70 metros da parede externa da casa nº 2.346 de Propriedade

de Andréa Darolt. Ressalvando que existe ao longo da linha dos fundos do terreno, uma faixa de terras com cinquenta metros de largura por toda a extensão daquela linha, destinada a Área de Preservação Permanente - APP, conforme disposto na alínea "c" do inciso I do parágrafo 2º do artigo 38 da Lei Complementar nº 0074 de 2007. Existe ainda uma faixa de terras com 20,00 metros de largura, por toda a extensão do terreno, situada em sua frente, destinada à Faixa de Domínio da Rodovia BR-470, e, e, finalmente, uma faixa de terras com 15,00 metros de largura por toda a extensão do terreno, destinada à área "non edificandi", em virtude da Rodovia BR-470. O terreno ora descrito encontra-se matriculado sob nº 2.579 do Ofício de Registro de Imóveis desta cidade de Ascurra.

Art. 2º - O terreno descrito no parágrafo único do artigo anterior destina-se exclusivamente a instalação e funcionamento da empresa beneficiada, não podendo ser dada outra utilização a dito imóvel, que não a industrial, comercial ou prestação de serviços, em todas as hipóteses visando à geração de empregos.

Art. 3.º - São encargos da doação de que trata esta Lei, e que deverão ser suportados pela empresa beneficiada:

I- A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;

II- Iniciar a execução do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses a contar da doação;

III- Apresentar índice positivo no movimento econômico, pelo menos durante 10 (dez) anos, período no qual o imóvel permanecerá condicionado à observância dos encargos;

IV- Apresentação de relatório sobre o nível de empregos, movimento econômico, a ser apresentado anualmente, até o dia 30 de março;

V- Contribuir com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, durante 5 (cinco) anos consecutivos, em valor equivalente a 400 UFM's por mês, a contar da lavratura da escritura pública de doação com encargos.

Parágrafo Primeiro: A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e ficará a cargo da empresa beneficiada.

Parágrafo Segundo: O descumprimento dos encargos previstos nesta Lei darão causa a reversão do bem ora doado a esfera patrimonial do Município de Ascurra, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Terceiro: Toda e qualquer benfeitoria edificada pela empresa beneficiada sobre o imóvel ora doado, ficará incorporado ao terreno de que trata esta Lei, não subsistindo nenhum direito a indenização em favor da empresa beneficiada, caso esta dê azo a reversão do bem ora doado.

Art. 4º - A empresa beneficiada ficará responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias, ambientais inclusive, a implantação e funcionamento de seus serviços.

Art. 5º - A presente doação deverá ficar gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo prazo de dez anos, a contar da lavratura da escritura pública.

Parágrafo Único: Após o transcurso do prazo acima, a empresa beneficiada poderá alienar o imóvel ora doado, desde que as finalidades previstas no artigo 2º persistam com o novo adquirente, e, após autorização expressa por parte deste Município, a qual se



dará através de Lei.

Art. 6º - Caso ocorra o fechamento da empresa ou o encerramento de suas atividades no imóvel objeto da presente lei, por qualquer motivo e a qualquer tempo, o imóvel ora doado bem como todas as benfeitorias nele edificadas reverterão ao patrimônio do Município de Ascurra, independentemente de qualquer indenização ou pagamento por estas.

Art. 7º - A lavratura da escritura pública de doação de imóvel urbano com encargo se dará tão logo reste publicada a presente lei, correndo por conta da empresa beneficiada todas as despesas concernentes a dita escritura pública.

Parágrafo Primeiro: A outorga da escritura pública representará o aceite da empresa beneficiada aos termos expressos nesta lei.

Parágrafo Segundo: Para fins de lavratura de escritura pública de doação, e, em cumprimento ao inciso I do artigo 17 da Lei 8.666/93, deverá ocorrer avaliação prévia do terreno objeto desta Lei, a ser levada a efeito por profissional devidamente habilitado para tanto.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 16 de abril de 2010.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;
Município de Ascurra em, 16 de abril de 2010.

MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei N° 1175

LEI N° 1175, de 26 de abril de 2010.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO PARA AMPLIAÇÃO DA EMPRESA DWA - INDUSTRIA ELETRÔNICA LTDA, NO MUNICÍPIO DE ASCURRA.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que de conformidade com o inciso XV do artigo 72 c/c inciso V do artigo 19, ambos da Lei Orgânica deste Município, bem como com os artigos 14, 15, 32, inciso IV e anexos II e III entre outros da Lei Complementar nº 0074/07 que instituiu o Plano Diretor do Município de Ascurra, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Ascurra, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar com a fixação dos encargos previstos nesta Lei, o terreno urbano de propriedade do Município de Ascurra, sem benfeitorias, imóvel este descrito e individualizado no parágrafo único deste artigo, à empresa DWA - INDUSTRIA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 85.328.854/0001-54, Cadastro Municipal nº 4.070, estabelecida a Rodovia BR-470, KM. 91, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra:

Parágrafo Único: Um terreno, parcela designada sob nº 05, situado no lado ímpar da Rua PM-82, nesta cidade de Ascurra, desta Comarca, contendo a área de 5.318,74m² (cinco mil, trezentos e dezoito metros e setenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, de forma triangular, confrontando dito terreno pela frente com 133,00 metros no lado ímpar da Rua PM-82, no lado esquerdo com 109,50 metros em terras de Ivo Fachini - hoje de Silvino Stedile e no lado direito com 109,50 metros, sendo 8,00 metros em terras do Município de Ascurra - hoje Malharia Savy Ltda., 38,50 metros em terras do Município de Ascurra - Hoje

DWA - Máquinas e Equipamentos Ltda., e 63,00 metros em terras do Município de Ascurra - hoje de DWA - Industria Eletrônica Ltda; distando pelo lado direito 88,00 metros da esquina que a Rua PM-82 forma com a Rodovia BR-470 O terreno ora descrito encontra-se matriculado sob nº 20.898 do Ofício de Registro de Imóveis da cidade de Indaial.

Art. 2º - O terreno descrito no parágrafo único do artigo anterior destina-se exclusivamente a ampliação, instalação e funcionamento da empresa beneficiada, não podendo ser dada outra utilização a dito imóvel, que não a industrial, comercial ou prestação de serviços, em todas as hipóteses visando à geração de empregos.

Art. 3º - São encargos da doação de que trata esta Lei, e que deverão ser suportados pela empresa beneficiada:

I- A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;

II- Iniciar a execução do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses a contar da doação;

III- Apresentar índice positivo no movimento econômico, pelo menos durante 10 (dez) anos, período no qual o imóvel permanecerá condicionado à observância dos encargos;

IV- Apresentação de relatório sobre o nível de empregos, movimento econômico, a ser apresentado anualmente, até o dia 30 de março;

V- Contribuir com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, durante 5 (cinco) anos consecutivos, em valor equivalente a 255 UFM's por mês, a contar da lavratura da escritura pública de doação com encargos.

Parágrafo Primeiro: A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e ficará a cargo da empresa beneficiada.

Parágrafo Segundo: O descumprimento dos encargos previstos nesta Lei darão causa a reversão do bem ora doado a esfera patrimonial do Município de Ascurra, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Terceiro: Toda e qualquer benfeitoria edificada pela empresa beneficiada sobre o imóvel ora doado, ficará incorporado ao terreno de que trata esta Lei, não subsistindo nenhum direito a indenização em favor da empresa beneficiada, caso esta dê azo a reversão do bem ora doado.

Art. 4º - A empresa beneficiada ficará responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias, ambientais inclusive, a implantação e funcionamento de seus serviços.

Art. 5º - A presente doação deverá ficar gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo prazo de dez anos, a contar da lavratura da escritura pública.

Parágrafo Único: Após o transcurso do prazo acima, a empresa beneficiada poderá alienar o imóvel ora doado, desde que as finalidades previstas no artigo 2º persistam com o novo adquirente, e, após autorização expressa por parte deste Município, a qual se dará através de Lei.

Art. 6º - Caso ocorra o fechamento da empresa ou o encerramento de suas atividades no imóvel objeto da presente lei, por qualquer motivo e a qualquer tempo, o imóvel ora doado bem como todas as benfeitorias nele edificadas reverterão ao patrimônio do Município de Ascurra, independentemente de qualquer indenização



ção ou pagamento por estas.

Art. 7º - A lavratura da escritura pública de doação de imóvel urbano com encargo se dará tão logo reste publicada a presente lei, correndo por conta da empresa beneficiada todas as despesas concernentes a dita escritura pública.

Parágrafo Primeiro: A outorga da escritura pública representará o aceite da empresa beneficiada aos termos expressos nesta lei.

Parágrafo Segundo: Para fins de lavratura de escritura pública de doação, e, em cumprimento ao inciso I do artigo 17 da Lei 8.666/93, deverá ocorrer avaliação prévia do terreno objeto desta Lei, a ser levada a efeito por profissional devidamente habilitado para tanto.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 26 de abril de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 26 de abril de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei Nº 1179

LEI Nº 1179, de 29 de junho de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, 14/12/2009,

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
010.301.0070.2024 Manut. do Fundo Municipal de Saúde		
3000000000000000 Despesas Correntes		
3300000000000000 Outras Despesas Correntes		
3390000000000000 Aplicações Diretas		
10000	Recursos Ordinários	72.500,00
05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
010.301.0070.2025 Manut. Saúde - Recursos Sus		
3000000000000000 Despesas Correntes		
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais		
3190000000000000 Aplicações Diretas		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saúde	40.000,00
TOTAL		112.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro desta Lei, correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
010.301.0070.1019 Aquisição de Veículos e Equipamentos Saúde		
4000000000000000 Despesas de Capital		
4400000000000000 Investimentos		
4490000000000000 Aplicações Diretas		
10000	Recursos Ordinários	72.500,00
05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
010.301.0070.1019 Aquisição de Veículos e Equipamentos Saúde		

4000000000000000 Despesas de Capital		
4400000000000000 Investimentos		
4490000000000000 Aplicações Diretas		
12355	Transf. de Convênios do Estado Saúde	40.000,00
TOTAL		112.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 29 de junho de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei Nº 1174

LEI Nº 1174, de 23 de abril de 2010.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal firmar Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o Município de Ascurra e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI e dá outras providências"

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Prestação de Serviços, entre o Município de Ascurra - SC e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI, objetivando a Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações Públicas, conforme Termo de Contrato anexo.

Art. 2º As despesas com a aplicação desta Lei correm à conta da seguinte dotação Orçamento-Programa Anual:

0601	- Secretaria de Agricultura
2015	- Manutenção Atividade Agrícolas
33903999	- Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 23 de abril de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar;

Município de Ascurra em, 23 de abril de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 65310

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.



CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ascurra, com sede à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, CEP 89138-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado por seu prefeito municipal Moacir Polidoro inscrito no CPF sob o nº 293.339.209-78, e portador da Carteira de Identidade nº 208.877-0, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Sérgio Flohr CPF nº 382.008.059-72, RG nº 437.979, Gerente Regional da Epagri de Blumenau, CNPJ nº 83.052.191/0038-54 com endereço à Rua Braz Wanka, 238, Vila Nova, CEP 89035-160, Blumenau - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Blumenau, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte 10000 - Recursos Ordinários, Ação 20.606.0090.2015 - Manutenção das Atividades Agrícolas e Item 33903999 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quarta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,

2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01/05/2010 até

31/12/2010 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e

interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 19.980,00 (dezenove mil, novecentos e oitenta reais), divididos em 8 (oito) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato, conforme tabela abaixo.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parcela	Data Vencimento	Valor	ISS a reter 3%	IR a reter 1,5%	Valor Líquido
1ª	15/05/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
2ª	15/06/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
3ª	15/07/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
4ª	15/08/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
5ª	15/09/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
6ª	15/10/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
7ª	15/11/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11
8ª	15/12/2010	2.497,50	74,93	37,46	2.385,11

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será ao dia 15 de cada mês. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais



forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Ascurra, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Ascurra, ____ de _____ de 2010.

MOACIR POLIDORO
Prefeito(a) Municipal

SÉRGIO FLOHR

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Lei Nº 1180

LEI Nº 1180, de 05 de julho de 2010

Altera o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE, em conformidade com Resolução 38 de 16/07/2009 e dá outras providências

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Resolução 038 de 16/07/2009, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE; Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 2º da Lei 840, de 07 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O conselho Municipal de Alimentação Escolar de Ascurra, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento será composto da seguinte forma:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II- dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III- dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia para tal fim, registrada em ata.

§ 1º - Cada membro titular do CMAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso;

§ 2º os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos;

§ 3º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata;

§ 4º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o CMAE;

§ 5º O Exercício de Conselheiro do CMAE é considerado serviço público relevante e não remunerado;

§ 6º A nomeação dos membros do CMAE se dará através de portaria, respeitando as indicações dos segmentos representados;

§ 7º Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do CMAE, deverão ser observados os seguintes critérios;

I - O CMAE terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com mandato coincidente com o Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II - O Presidente e/ou Vice-Presidente poderá(ao) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CMAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III - a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste artigo;

§ 9º Após a nomeação dos membros do CMAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;



II - por deliberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CMAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento;

IV - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de Cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 10 - Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou ata da sessão plenária do CMAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executora.

§ 11 - Nas situações previstas no § 9º, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por portaria municipal, conforme incisos I, II, III e IV deste artigo.

§ 12 - No caso de substituição de conselheiro do CMAE, na forma do § 10, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

Art. 2º - Esta Lei entre em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de julho de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, na forma regulamentar;
Ascurra, 05 de julho de 2010

MARIA DE FATIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei Nº. 1176

LEI Nº. 1176, de 06 de maio de 2010

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À MASSA FALIDA SUL FABRIL S.A.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isenta em 60% (sessenta por cento) do total do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, referente ao ano de 2010, a Massa Falida Sul Fabril S.A., nos termos do inciso I do Art. 5º da Lei Municipal nº 0782/97 de 27/11/1997 e de conformidade com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra - CDE.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar
Município de Ascurra em, 06 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei Nº. 1177

LEI Nº. 1177, de 23 de junho de 2010.

Estabelece e delimita o novo perímetro urbano, cria e delimita os limites de Bairros do Município de Ascurra, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Em atendimento aos requisitos mínimos da Legislação Federal e da Lei Orgânica do Município pertinente a matéria, a presente lei estabelece e delimita o perímetro urbano do Município de Ascurra, para todos os fins administrativos, urbanísticos e tributários.

Art. 2º. - Verificadas as condições legais de sua identificação e vinculada a existência dos elementos objetivos que as normas superiores estabelecem, é considerada área urbana do Município de Ascurra, o espaço territorial definido pelo memorial descritivo de perímetro urbano, parte integrante desta Lei (anexo I), de acordo com o que estabelece o mapa urbano básico (MUB), parte integrante desta Lei (anexo II) e dispositivos do Art. 118, inciso IV, da Lei Complementar Nº. 074, de 06 de novembro de 2007 (Plano Diretor).

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de leis que regulamentem outros dispositivos e instrumentos legais, referente ao presente Perímetro Urbano.

Art. 3º. - Fica estabelecida a nova divisão territorial urbana da cidade de Ascurra/SC, com a criação e delimitação oficial dos seguintes bairros, em conformidade o mapa urbano básico (MUB), (anexo II), Memorial descritivo de Perímetro Urbano (Anexo I) e Memorial descritivo de Perímetro de Bairros (Anexo III), que será parte integrante dessa Lei: CENTRO com a Localidade denominada: BOLA SETE; MONTE ALEGRE; SÃO FRANCISCO com a Localidade denominada: COCADA; VILA NOVA; RIBEIRÃO SÃO PAULO com as Localidades denominadas: SAXÔNIA (Perímetro Rural) e RIBEIRÃO OITENTA (Perímetro Rural); NOSSA SENHORA DE LURDES com a Localidade denominada: TAMANDUÁ; GUARICANAS I e GUARICANAS II (Perímetro Rural); SALTINHO; ESTAÇÃO com a Localidade denominada: MORRO DO AMANDIO; SANTA BÁRBARA com a Localidade denominada: RIBEIRÃO DAS CABRAS (Perímetro Urbano e Rural); ILSE com as Localidades denominadas: ILSE GRANDE (Perímetro Rural) e ILSE PEQUENO (Perímetro Rural); e VILA IZABEL.

Parágrafo Único - Os Bairros VILA NOVA, RIBEIRÃO SÃO PAULO, NOSSA SENHORA DE LURDES, ESTAÇÃO, SANTA BÁRBARA e ILSE, possuem parte de seus territórios na zona urbana e parte na zona rural, conforme consta no Anexo I e até a delimitação territorial do município de Ascurra.

Art. 4º - Fazem parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Memorial Descritivo de Perímetro Urbano;
- b) Anexo II - Mapa Urbano Básico (MUB) e Perímetros
- c) Anexo III - Memorial Descritivo de Perímetro de Bairros;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e especialmente as Leis Municipais n.º 057/67, de 20 de Dezembro de 1967; n.º 061/67, de 29 de dezembro de 1967, n.º 097/69, de 27 de Maio de 1969; n.º 103/69, de 08 de Setembro de 1969; n.º 156/72, de 03 de Maio de 1972; n.º 208/74, de 05 de dezembro de 1994; n.º 219/75, de 28 de Julho de 1975; n.º 322/80, de 20 de Fevereiro de 1980 e



n.º 1022/06, de 20 de Março de 2006.

Município de Ascurra, em 23 de junho de 2010.
MOACIR POLIDORO
Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.
Município de Ascurra em, em 23 de junho de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

MEMORIAL DESCRITIVO

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC.

O Perímetro Urbano do Município de Ascurra - SC é composto por 11 (onze) bairros distintos dentro do Perímetro Urbano que são: Centro, Vila Nova, Ribeirão São Paulo, Vila Izabel, São Francisco, Monte Alegre, Nossa Senhora de Lurdes, Saltinho, Estação, Santa Bárbara e Ilse e delimitam-se pelas poligonais formadas pelos seguintes vértices (todos Georreferenciados ao sistema UTM, Datum horizontal SAD 69 e Meridiano Central de 51°00'00" W de Gr):

MUNICÍPIO: ASCURRA ESTADO: SC
ÁREA TOTAL: 12.604.081,54 m² / 12.604,08 km²
PERÍMETRO: 41.567,97 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Ascurra: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.017.490,8286 m e E = 657.848,5536 m.; deste, segue em linha seca a distância de 483,46 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.017.955,8237 m. e E = 657.716,1942 m.; deste, segue a distância de 1.110,26 m, até o vértice 0003, de coordenadas N = 7.018.189,9913 m. e E = 658.800,2839 m.; deste, segue em linha seca a distância de 762,69 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.018.189,9913 m, e E = 658.800,2839 m, situado na máxima extremidade sul, deste polígono do ponto.; deste, segue com o limite do polígono de propriedade do Sr. Honorato Possamai com distância de 222,19 m, até o vértice 005, de coordenadas N = 7.018.878,0973 m e E = 658.798,0198 m.; deste, segue a distância de 675,44 m até o vértice 006, de coordenadas N = 7.018.232,1413 m e E = 658.995,4193 m.; deste, segue em linha seca a distância de 706,96 m até o vértice 007, de coordenadas N = 7.018.381,4042 m e E = 659.686,4391 m.; deste, segue a distância de 365,95 m com o limite do polígono de propriedade do Sr. Dante José Chiarelli, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.018.738,6747 m e E = 659.608,1148 m.; deste, segue a distância de 384,27 m, em linha seca até o vértice 009, de coordenadas N = 7.018.673,4982 m e E = 659.986,8141 m.; deste, segue com uma linha paralela da Rua Francisco Chiarelli, distante do mesmo 182,65 metros, até o vértice 010, de coordenadas N = 7.018.850,4899 m e E = 660.031,9209 m.; deste, segue a distância de 29,22 m até o vértice 011 de coordenadas N = 7.018.844,0220 m. e E = 660.060,4184 m.; deste, segue a distância de 15,00 m até o vértice 012, de coordenadas N = 7.018.829,3940 m e E = 660.057,0985 m.; deste, segue em linha seca a distância de 502,63 m até o vértice 013, de coordenadas N = 7.018.689,2454 m. e E = 660.539,7902 m.; deste, segue a distância de 78,66 m até o vértice 014, de coordenadas N = 7.018.613,4120 m e E = 660.518,8691 m.; deste, segue a distância de 147,24 m, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.018.679,5243 m e E = 660.650,4285 m.; deste, segue em linha seca a distância de 497,83 m, até o vértice 016, de coordenadas N = 7.018.903,0592 m. e E = 661.095,2498 m limite da propriedade da Sra. Marilete Aparecida de Souza, divisa com o município de Rodeio.; deste, segue a distância de 200,46 m, até a Rua Santa Catarina no vértice 017, de coordenadas N = 7.018.726,3109 m e E = 661.189,8337 m.; deste, segue em paralelo com a Rua

Santa Catarina a distância de 292,73 m, até o vértice 018, de coordenadas N = 7.018.857,1299 m e E = 661.451,7366 m, no entroncamento da Rua Santa Catarina com a Rua Gregório Demarchi.; deste, segue com a distância de 451,07 m, até o vértice 019, de coordenadas N = 7.018.453,6015 m e E = 661.653,3192 m, até a Rua Padre Natal Bertold.; deste, segue com a distância de 220,24 m, até o vértice 020, de coordenadas N = 7.018.550,9752 m e E = 661.850,8731 m, até a propriedade de Madasc Madeiras Ltda.; Deste, seguindo com a distância de 406,26 m, até a Rua Santa Catarina no vértice 021, de coordenadas N = 7.018.957,1969 m e E = 661.651,0718 m.; deste, segue pela Rua Santa Catarina a distância de 452,69 m, até o vértice 022, de coordenadas N = 7.019.171,1862 m. e E = 661.993,1616 m, limite com o município de Rodeio e Ribeirão São Pedro.; deste, segue pelo leito do Ribeirão São Pedro a distância de 253,22 m, até o vértice 023, de coordenadas N = 7.018.935,1297 m e E = 662.067,0628 m.; deste, segue a distância de 289,92 m, até o vértice 024, de coordenadas N = 7.018.691,3347 m e E = 662.213,6360 m.; deste, segue a distância de 238,25 m, até no vértice 025, de coordenadas N = 7.018.500,9716 m e E = 662.333,3809 m.; deste, segue a distância de 245,94 metros, até o vértice 026, cruzando a BR 470, de coordenadas N = 7.018.268,9341 m e E = 662.323,2207 m.; deste, segue a distância de 315,17 m, até o vértice 027, de coordenadas N = 7.018.172,8380 m e E = 662.593,0732 m.; deste, segue a distância de 43,99 m, até o vértice 028, de coordenadas N = 7.018.144,8922 m e E = 662.621,9533 m, limite com o município de Rodeio e Leito do Rio Itajaí Açú.; deste, segue a distância de 330,03 m, até o vértice 029, de coordenadas N = 7.018.004,8048 m e E = 662.329,0002 m no Leito do Rio Itajaí Açú.; deste, segue a distância de 158,98 m, até o vértice 030, de coordenadas N = 7.017.852,7525 m e E = 662.375,4190 m situado no leito do Rio Itajaí Açú do polígono do ponto de propriedade do Sr. Alfredo Fava.; deste, segue pela Rua Apiúna com a distância de 221,60 m, até o vértice 031, de coordenadas N = 7.017.641,3598 m e E = 662.441,8785 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 870,01 m, até o vértice 032, de coordenadas N = 7.016.868,8058 m e E = 662.839,2339 m.; deste, segue em linha seca a distância de 337,21 m, até o vértice 033, de coordenadas N = 7.016.764,0817 m e E = 663.152,8314 m.; deste, segue em linha seca a distância de 76,94 m, até o vértice 034, Viaduto do Ilse, de coordenadas N = 7.016.728,6776 m e E = 663.221,1526 m.; deste, segue pela Rua Indaial e Rua Apiuna II com a distância de 380,31 metros, até o vértice 035, de coordenadas N = 7.016.880,0898 m e E = 663.552,6241 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú com a distância de 791,09 metros, até o vértice 036, de coordenadas N = 7.016.551,8685 m e E = 664.271,3767 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 847,26 m, até o vértice 037, de coordenadas N = 7.016.185,8969 m e E = 665.008,1330 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 313,93 m, até o vértice 038, de coordenadas N = 7.016.234,6229 m e E = 665.309,0194 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 671,36 m, até o vértice 039, de coordenadas N = 7.016.374,6223 m e E = 665.961,0814 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 961,71 m, até o vértice 040, de coordenadas N = 7.016.495,8471 m, e E = 666.893,2554 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 757,86 m, até o vértice 041, de coordenadas N = 7.017.012,8233 m e E = 667.319,3196 m, entroncamento com o leito do Ribeirão Ilse, limite com o município de Indaial.; deste, segue pelo leito do Ribeirão Ilse a distância de 599,95 m, até o vértice 042, de coordenadas N = 7.016.546,9703 m e E = 667.578,6221 m.; deste, segue em linha seca a distância de 513,87 m, até o vértice 043, de coordenadas N = 7.016.315,9252 m e E = 667.126,5634 m.; deste, segue a distância de 115,48 m, até o vértice 044, de coordenadas N = 7.016.214,1066 m e E = 667.181,0561 m.; deste, segue em linha seca a distância de 198,47 m, até o vértice 045, de coordenadas N = 7.016.114,5012 m e E = 667.009,3827 m.; deste, segue em linha seca a distância de 95,55 m, até o vértice 046, de coordenadas N = 7.016.199,2518 m e E = 666.965,2522 m.; deste, segue

a distância de 208,03 m, até o vértice 047, de coordenadas N = 7.016.102,4840 m e E = 666.781,0878 m.; deste, segue a distância de 65,04 m, até o vértice 048, de coordenadas N = 7.016.159,5656 m e E = 666.749,9099 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.906,56 m, até o vértice 049, de coordenadas N = 7.015.925,6008 m e E = 664.857,7907 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.445,63 m, até o vértice 050, de coordenadas N = 7.016.453,5971 m e E = 663.512,0282 m.; deste, segue em linha seca a distância de 123,41 m até o vértice 051, de coordenadas N = 7.016.425,1498 m e E = 663.391,9327 m, situado no polígono do ponto de propriedade do Sra. Arlete Bunde.; deste, segue a distância de 87,85 m, até o vértice 052, de coordenadas N = 7.016.507,4718 m e E = 663.361,2431 m.; deste, segue em linha seca a distância de 76,16 m, até o vértice 053, de coordenadas N = 7.016.537,6701 m e E = 663.291,3234 m.; deste, segue em linha seca a distância de 361,26 m, até o vértice 054, de coordenadas N = 7.016.459,7161 m, e E = 662.941,1333 m.; deste, segue em linha seca a distância de 475,13 m, até o vértice 055, de coordenadas N = 7.016.051,5820 m e E = 662.698,7411 m.; deste, segue a distância de 36,22 m, até o vértice 056, de coordenadas N = 7.016.033,0945 m e E = 662.729,8954 m.; deste, segue a distância de 102,52 m, até o vértice 057, de coordenadas N = 7.015.946,8906 m e E = 662.785,3990 m.; deste, segue a distância de 191,14 m, até o vértice 058, de coordenadas N = 7.015.783,5868 m e E = 662.686,0675 m.; deste, segue em linha seca a distância de 48,54 m, até o vértice 059, de coordenadas N = 7.015.817,3446 m e E = 662.655,4455 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.677,33 m, até o vértice 060, de coordenadas N = 7.014.391,2664 m e E = 661.776,5979 m.; deste, segue a distância de 53,74 m, até o vértice 061, de coordenadas N = 7.014.411,9038 m e E = 661.726,9777 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 295,93 m, até o vértice 062, de coordenadas N = 7.014.146,3904 m. e E = 661.857,6614 m.; deste, segue em linha seca a distância de 39,18 m, até o vértice 063, de coordenadas N = 7.014.128,0516 m e E = 661.823,0325 m.; deste, segue em linha seca a distância de 458,80 m, até o vértice 064, de coordenadas N = 7.013.716,0884 m e E = 662.037,0618 m até a Rua Santa Bárbara.; deste, segue pela Rua Santa Bárbara e em seguida segue o leito do Ribeirão Santa Bárbara a distância de 638,46 m, até o vértice 065, de coordenadas N = 7.014.010,9164 m e E = 661.505,2950 m, seguindo o leito do Ribeirão Santa Bárbara.; deste, segue a distância de 123,93 metros, até o vértice 066, de coordenadas N = 7.014.108,2734 m e E = 661.573,8225 m.; deste, segue pelo leito do Ribeirão Santa Bárbara a distância de 104,17 m, até o vértice 067, de coordenadas N = 7.014.197,4595 m e E = 661.528,3844 m, na BR 470.; deste, segue pelo leito do Ribeirão Santa Bárbara divisa com Apiúna a distância de 422,34 m, até o vértice 068, de coordenadas N = 7.014.506,9589 m e E = 661.340,0403 m no entroncamento do leito do Ribeirão Santa Bárbara com o leito do Rio Itajaí Açú.; deste, segue até o outro leito do Rio Itajaí Açú a distância de 107,75 m, até o vértice 069, de coordenadas N = 7.014.614,5031 m e E = 661.346,7370 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 590,56 m, até o vértice 070, de coordenadas N = 7.014.417,2355 m e E = 660.813,1261 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 346,78 m, até o vértice 071, de coordenadas N = 7.014.224,9107 m e E = 660.534,2407 m.; deste, segue a distância de 391,43 m. até o vértice 072, de coordenadas N = 7.013.943,0791 m e E = 660.266,0178 m, situado na máxima extremidade sul, no entroncamento do Rio Itajaí Açú com o Ribeirão Guaricanas do polígono do ponto de propriedade do Sr. João Floriano Costa.; deste, segue o leito do Ribeirão Guaricanas com a distância de 285,49 m, até o vértice 073, de coordenadas N = 7.013.962,5574 m e E = 659.981,3252 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 504,59 m, até o vértice 074, de coordenadas N = 7.014.328,9758 m. e E = 660.328,2406 m.; deste, segue em linha seca a distância de 563,50 m, até o vértice 075, de coordenadas N = 7.014.681,3373 m e E = 660.767,9953 m.; deste, segue em linha seca a distância

de 557,40 m, até o vértice 076, de coordenadas N = 7.014.894,3447 m e E = 661.283,0455 m.; deste, segue a distância de 510,80 m, até o vértice 077, de coordenadas N = 7.015.342,6441 m e E = 661.527,8896 m.; deste, segue a distância de 1.054,71 m, até o vértice 078, de coordenadas N = 7.016.300,8072 m e E = 661.087,0394 m.; deste, segue a distância de 442,32 metros, até o vértice 079, limite do polígono da propriedade de Possamai & Cia Ltda.;, de coordenadas N = 7.016.384,4481 m e E = 660.652,8673 m.; deste, segue com a distância de 200,08 m, até o vértice 080, de coordenadas N = 7.016.216,8265 m. e E = 660.762,1155 m.; deste, segue com a distância de 300,38 m, até o vértice 081, de coordenadas N = 7.016.060,0097 m. e E = 660.505,9158 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 410,74 m. até o vértice 082, de coordenadas N = 7.016.440,5048 m e E = 660.351,1964 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 1.042,44m, até o vértice 083, de coordenadas N = 7.015.889,1097 m e E = 659.466,5677 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 400,71 m, até o vértice 084, de coordenadas N = 7.015.981,3030 m e E = 659.076,6046 m.; deste, segue a distância de 212,62 m. até o vértice 085, de coordenadas N = 7.015.929,5769 m e E = 658.870,3662 m, situado na máxima extremidade sul, do polígono do ponto de propriedade do Sr. Valdemiro Grippa.; deste, segue com a distância de 419,42 m, até o vértice 086, de coordenadas N = 7.016.336,2127 m e E = 658.767,5767 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 206,30 m, até o vértice 087, de coordenadas N = 7.016.390,1475 m. e E = 658.966,7103 m.; deste, segue em linha seca a distância de 389,79 m, até o vértice 088, de coordenadas N = 7.016.278,5237 m e E = 659.340,1823 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.016,10 m, até o vértice 089, de coordenadas N = 7.016.819,6130 m e E = 660.198,0601 m.; deste, segue a distância de 60,23 m, até o vértice 090, de coordenadas N = 7.016.876,8691 m e E = 660.179,3683 m.; deste, segue a distância de 87,81 m, até o vértice 091, de coordenadas N = 7.016.940,9818 m e E = 660.239,3695 m.; deste, segue a distância de 42,96 metros, até o vértice 092, no leito do Ribeirão, de coordenadas N = 7.016.819,6130 m. e E = 660.198,0601 m.; deste, segue o leito do ribeirão a distância de 443,45 m até o vértice 093, leito do Ribeirão São Paulo, de coordenadas N = 7.017.149,9978 m e E = 660.636,2751 m.; deste, segue o leito do Ribeirão São Paulo a distância de 465,53 m. até o vértice 094, de coordenadas N = 7.017.342,0303 m. e E = 660.280,7270 m.; deste, segue a distância de 305,70 m., até o vértice 095, de coordenadas N = 7.017.373,0992 m. e E = 659.986,2468 m.; deste seguindo o leito do Ribeirão São Paulo, segue com a distância de 335,99 m. até o vértice 096, de coordenadas N = 7.017.446,5934 m. e E = 659.659,5112 m.; deste, segue a distância de 490,27 m. até o vértice 097, de coordenadas N = 7.017.644,6950 m. e E = 659.239,0432 m.; deste, segue a distância de 563,96 m. até o vértice 098, de coordenadas N = 7.017.561,8365 m. e E = 658.700,1170 m.; deste, segue a distância de 492,04 m, até o vértice 099, de coordenadas N = 7.017.423,3820 m. e E = 658.237,6492 m.; deste, segue a distância de 180,98 m, até o vértice 100, de coordenadas N = 7.017.270,9562 m. e E = 658.159,8476 m.; deste, segue a distância de 76,19 metros, até o vértice 101, de coordenadas N = 7.017.315,6414 m. e E = 658.101,7726 m.; deste, segue a distância de 473,80 m. até o vértice 102, de coordenadas N = 7.017.035,3266 m. e E = 657.790,3091 m.; deste, segue a distância de 121,24 m. até o vértice 103, de coordenadas N = 7.016.918,9498 m. e E = 657.735,1248 m.; deste, segue em linha seca a distância de 199,80 m. até o vértice 104, de coordenadas N = 7.017.104,4133 m. e E = 657.660,7839 m, limite do polígono da propriedade do Sr. Domingos Savio Catafesta.; deste, segue a distância de 49,05 m, pela Rua Ribeirão São Paulo, até o vértice 105, de coordenadas N = 7.017.138,8615 m. e E = 657.695,7076 m.; deste, segue a distância de 200,00 m. até o vértice 106, de coordenadas N = 7.017.329,4229 m. e E = 657.634,9923 m, limite do polígono da propriedade do Sr. Aleixo Catafesta.; e finalmente deste, segue

em linha seca a distância de 267,69 m, até no vértice 001, de coordenadas N = 7.017.490,8286 m. e E = 657.848,5536 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

MEMORIAL DESCRITIVO DE BAIRROS

BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ASCURRA ESTADO: SC
ÁREA TOTAL: 1.772.734,53 m² / 1.772,73 km²
PERÍMETRO: 6.811,06 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Centro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, as margens do Rio Itajaí Açú de coordenadas N = 7.016.656,4632 m. e E = 661.407,4418 m. situado a 154,90 metros do lado esquerdo (ímpar), da Rua Aderbal Ramos da Silva na máxima extremidade sul do polígono do lote de Propriedade do Sr. Cesar Manoel Felippi, deste, segue em uma linha paralela com a Rua Vereador Aldo Valdir Pintarelli, distante do mesmo 707,75 metros, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.016.819,3378 m. e E = 660.718,8124 m.; deste, segue com o limite do polígono de propriedade do Sr. Dionei José Beber com distância de 237,73 m. até o vértice 003, localizado à margem do Ribeirão São Paulo, de coordenadas N = 7.017.051,2029 m. e E = 660.771,2573 m.; deste, segue a distância de 352,91 m. até o vértice 004, localizado no leito do Ribeirão São Paulo, de coordenadas N = 7.017.149,9978 m. e E = 660.636,2751 m.; deste, segue o leito do Ribeirão São Paulo a distância de 465,53 m. até o vértice 005, de coordenadas N = 7.017.342,0303 m. e E = 660.280,7270 m.; deste, segue a distância de 98,48 m., até o vértice 006, de coordenadas N = 7.017.379,3292 m. e E = 660.192,2712 m.; deste, segue a distância de 454,49 m. até o vértice 007, de coordenadas N = 7.017.814,0728 m. e E = 660.059,8459 m.; deste, segue com uma paralela da Rua Ribeirão São Paulo, distante do mesmo 383,05 metros, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.017.838,1554 m. e E = 660.345,7272 m.; deste, segue a distância de 22,79 m. até o vértice 009, de coordenadas N = 7.017.828,1983 m. e E = 660.366,2301 m.; deste, segue em paralelo com o polígono do lote de Propriedade do Sr. Rui Merini a distância de 389,66 m. até o vértice 010, de coordenadas N = 7.018.206,2436 m. e E = 660.457,1817 m.; deste, segue paralelo com a Rua 25 de Fevereiro a distância de 154,50 m. até o vértice 011, de coordenadas N = 7.018.174,0378 m. e E = 660.608,3532 m.; deste, segue paralelo com a Rua Santa Catarina a distância de 81,25 m. até o vértice 012, de coordenadas N = 7.018.253,2807 m. e E = 660.628,3089 m.; deste, segue em paralelo com a Rua 07 de Abril a distância de 149,41 m. até o vértice 013, de coordenadas N = 7.018.208,4447 m. e E = 660.769,7311 m.; deste, segue pela Rua 07 de Abril a distância de 476,26 m. até o vértice 014, de coordenadas N = 7.017.789,4965 m. e E = 660.987,0669 m.; deste, segue a distância de 454,14 m. até o vértice 015, de coordenadas N = 7.018.072,6472 m. e E = 661.341,7952 m.; deste, segue a distância de 450,60 m. até o vértice 016, de coordenadas N = 7.018.254,5914 m. e E = 660.280,7270 m.; deste, segue em paralelo com a Rua Gregório Demarch até a margem do Rio Itajaí Açú, linha esta que irá cortar a Rodovia BR 470 com a distância de 586,88 m. até no vértice 017, de coordenadas N = 7.017.743,3444 m. e E = 660.214,0242 m.; deste, segue acompanhando pela margem do Rio Itajaí Açú com a distância de 352,56 m. até o vértice 018, de coordenadas N = 7.017.494,9636 m. e E = 661.767,2426 m.; deste, segue acompanhando pela margem do Rio Itajaí Açú com a distância de 738,37 m. até o vértice 019, de coordenadas N = 7.016.892,5965 m. e E = 661.422,0618 m.; e finalmente deste, segue acompanhando pela margem do Rio Ita-

jaí Açú com a distância de 254,70 m. até o vértice inicial 001, de coordenadas N = 7.016.656,4632 m. e E = 661.407,4418 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: VILA NOVA
MUNICÍPIO: ASCURRA ESTADO: SC
ÁREA TOTAL: 603.600,78 m² / 6,036 km²
PERÍMETRO: 5.776,57 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

VILA NOVA: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.018.189,9913 m. e E = 658.800,2839 m., situado na máxima extremidade sul, deste polígono do ponto, deste, segue com a distância de 762,69 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.018.915,7831 m. e E = 658.579,0522 m.; deste, segue com o limite do polígono de propriedade do Sr. Honorato Possamai com distância de 222,19 m. até o vértice 003, de coordenadas N = 7.018.878,0973 m. e E = 658.798,0198 m.; deste, segue a distância de 675,44 m. até o vértice 004, de coordenadas N = 7.018.232,1413 m. e E = 658.995,4193 m.; deste, segue em linha seca a distância de 706,96 m. até o vértice 005, de coordenadas N = 7.018.381,4042 m. e E = 659.686,4391 m.; deste, segue a distância de 365,95 m com o limite do polígono de propriedade do Sr. Dante José Chiarelli, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.018.738,6747 m. e E = 659.608,1148 m.; deste, segue a distância de 384,27 m, em linha seca até o vértice 007, de coordenadas N = 7.018.673,4982 m. e E = 659.986,8141 m.; deste, segue com uma linha paralela da Rua Francisco Chiarelli, distante do mesmo 182,65 metros, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.018.850,4899 m. e E = 660.031,9209 m.; deste, segue a distância de 29,22 m. até o vértice 009, de coordenadas N = 7.018.844,0220 m. e E = 660.060,4184 m.; deste, segue a distância de 15,00 m. até o vértice 010, de coordenadas N = 7.018.829,3940 m. e E = 660.057,0985 m.; deste, segue em linha seca a distância de 502,63 m. até o vértice 011, de coordenadas N = 7.018.689,2454 m. e E = 660.539,7902 m.; deste, segue a distância de 78,66 m. até o vértice 012, de coordenadas N = 7.018.613,4120 m. e E = 660.518,8691 m.; deste, segue a distância de 147,24 m. até o vértice 013, de coordenadas N = 7.018.679,5243 m. e E = 660.650,4285 m.; deste, segue a distância de 200,46 m, até a Rua Santa Catarina no vértice 014, de coordenadas N = 7.018.498,7255 m. e E = 660.737,1948 m.; deste, segue a distância de 278,80 m em paralelo com a Rua Santa Catarina, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.018.253,2807 m. e E = 660.628,3089 m no entroncamento com a Rua Vila Nova.; deste, segue a distância de 81,25 m. até o vértice 016, de coordenadas N = 7.018.174,0378 m. e E = 660.608,3532 m no entroncamento com a Rua 25 de Fevereiro.; deste, segue em paralelo com a Rua 25 de Fevereiro com a distância de 154,50 m. até no vértice 017, de coordenadas N = 7.018.206,2436 m. e E = 660.457,1817 m.; deste, segue em paralelo com a Rua 25 de Fevereiro com a distância de 246,13 m. até o vértice 018, de coordenadas N = 7.018.262,4831 m. e E = 660.213,4424 m no entroncamento com a Rua Vereador Ambrósio Poffo.; e finalmente deste, segue em paralelo com a Rua 25 de Fevereiro com a distância de 541,12 m. até o vértice 005, de coordenadas N = 7.018.381,4042 m. e E = 659.686,4391 m da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: RIBEIRÃO SÃO PAULO**MUNICÍPIO: ASCURRA** **ESTADO: SC****ÁREA TOTAL: 1.691.548,97 m² / 1.691,54 km²****PERÍMETRO: 7.389,13 m****DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO**

RIBEIRÃO SÃO PAULO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.017.379,3292 m. e E = 660.192,2712 m., situado na máxima extremidade sul, do polígono do ponto de propriedade do Sr. Gilberto Macoppi, localizado no leito do Ribeirão São Paulo, deste, segue com a distância de 208.62 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.017.373,0992 m. e E = 659.986,2468 m, deste seguindo o leito do Ribeirão São Paulo, segue com a distância de 335.99 m. até o vértice 003, de coordenadas N = 7.017.446,5934 m. e E = 659.659,5112 m.; deste, segue a distância de 490.27 m. até o vértice 004, de coordenadas N = 7.017.644,6950 m. e E = 659.239,0432 m.; deste, segue a distância de 563.96 m. até o vértice 005, de coordenadas N = 7.017.561,8365 m. e E = 658.700,1170 m.; deste, segue a distância de 492,04 m, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.017.423,3820 m. e E = 658.237,6492 m.; deste, segue a distância de 180,98 m, até o vértice 007, de coordenadas N = 7.017.270,9562 m. e E = 658.159,8476 m.; deste, segue a distância de 76,19 metros, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.017.315,6414 m. e E = 658.101,7726 m.; deste, segue a distância de 473,80 m. até o vértice 009, de coordenadas N = 7.017.035,3266 m. e E = 657.790,3091 m.; deste, segue a distância de 121,24 m. até o vértice 010, de coordenadas N = 7.016.918,9498 m. e E = 657.735,1248 m.; deste, segue em linha seca a distância de 199.80 m. até o vértice 011, de coordenadas N = 7.017.104,4133 m. e E = 657.660,7839 m, limite do polígono da propriedade do Sr. Domingos Savio Catafesta.; deste, segue a distância de 49.05 m, pela Rua Ribeirão São Paulo, até o vértice 012, de coordenadas N = 7.017.138,8615 m. e E = 657.695,7076 m.; deste, segue a distância de 200.00 m. até o vértice 013, de coordenadas N = 7.017.329,4229 m. e E = 657.634,9923 m, limite do polígono da propriedade do Sr. Aleixo Catafesta.; deste, segue em linha seca a distância de 267.69 m, até no vértice 014, de coordenadas N = 7.017.490,8286 m. e E = 657.848,5536 m.; deste, segue em linha seca a distância de 483.46 m, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.017.955,8237 m. e E = 657.716,1942 m.; deste, segue a distância de 1110.26 m. até o vértice 016, de coordenadas N = 7.018.189,9913 m. e E = 658.800,2839 m.; deste, segue com a distância de 201,41 m. até no vértice 017, de coordenadas N = 7.018.232,1413 m. e E = 658.995,4193 m.; deste, segue com a distância de 706,96 m. até o vértice 018, de coordenadas N = 7.018.381,3565 m. e E = 659.686,4516 m.; deste, segue com a distância de 228,74 m. até o vértice 019, de coordenadas N = 7.018.337,4494 m. e E = 659.910,8242 m.; deste, segue com a distância de 544.18 m. até a Rua Ribeirão São Paulo no vértice 020, de coordenadas N = 7.017.814,0728 m. e E = 660.059,8459 m.; e finalmente deste, segue em paralelo com a Propriedade do Sr. Gilberto Macoppi a distância de 454.49 m. até o vértice 001, de coordenadas N = 7.017.379,3292 m. e E = 660.192,2712 m ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: VILA IZABEL**MUNICÍPIO: ASCURRA** **ESTADO: SC****ÁREA TOTAL: 164.308,53 m² / 1.643,08 km²****PERÍMETRO: 1.909,31 m****DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO**

VILA IZABEL: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.017.828,1424 m. e E = 660.366,3482 m.,

situado na máxima extremidade norte, do polígono do ponto de propriedade do Sr. Jilmar Humberto Chiarelli, localizado na Av. Brasília.; deste, segue com a distância de 22,79 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.017.838,1554 m. e E = 660.345,7272 m, deste seguindo paralelo com a Av. Brasília e Rua Ribeirão São Paulo, segue com a distância de 383,05 m. até o vértice 003, de coordenadas N = 7.017.814,0728 m. e E = 660.059,8459 m.; deste, segue a distância de 544.18 m. até o vértice 004, de coordenadas N = 7.018.337,4494 m. e E = 659.910,8242 m.; deste, segue a distância de 569.63 m. até o vértice 005, de coordenadas N = 7.018.197,8387 m. e E = 660.455,2267 m.; e finalmente deste, segue em paralelo com a Propriedade do Sr. Rui Merini a distância de 389,66 m. até o vértice 001, na Av. Brasília, de coordenadas N = 7.017.828,1424 m. e E = 660.366,3482 m ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: SÃO FRANCISCO**MUNICÍPIO: ASCURRA** **ESTADO: SC****ÁREA TOTAL: 718.868,15 m² / 7.188,68 km²****PERÍMETRO: 3.661,07 m****DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO**

SÃO FRANCISCO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.018.857,1299 m. e E = 661.451,7366 m., situado no entroncamento da Rua Santa Catarina com a Rua Gregório Demarchi.; deste, segue com a distância de 451.07 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.018.453,6015m. e E = 661.653,3192 m até a Rua Padre Natal Bertold.; deste seguindo pela Rua Gregório Demarch, com a distância de 209,31 m. até o vértice 003, de coordenadas N = 7.018.254,5914 m. e E = 660.280,7270 m.; deste, segue a distância de 450,60 m. até o vértice 004, de coordenadas N = 7.018.073,1853 m. e E = 661.341,4347 m.; deste, segue a distância de 454,14 m. até o vértice 005, de coordenadas N = 7.017.787,9651 m. e E = 660.988,0328 m a Rua 07 de Abril.; deste, segue pela Rua 07 de Abril a distância de 476,26 m, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.018.208,4447 m. e E = 660.769,7311 m.; deste, segue a distância de 149,41 m, até a Rua Santa Catarina no vértice 007, de coordenadas N = 7.018.253,2807 m. e E = 660.628,3089 m.; deste, segue pela Rua Santa Catarina a distância de 278,80 metros, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.018.498,7255 m. e E = 660.737,1948 m.; deste, segue em linha seca a distância de 200.46 m, na propriedade do Sra. Ivanir Tomio até o vértice 009, de coordenadas N = 7.018.679,5243 m. e E = 660.650,4285 m.; deste, segue em linha seca a distância de 497,83 m. até o vértice 010, de coordenadas N = 7.018.903,0592 m. e E = 661.095,2498 m limite da propriedade da Sra. Marilete Aparecida de Souza, divisa com o município de Rodeio.; deste, segue a distância de 200.46 m. até a Rua Santa Catarina no vértice 011, de coordenadas N = 7.018.726,3109 m. e E = 661.189,8337 m.; e finalmente deste, segue em paralelo com a Rua Santa Catarina a distância de 292,73 m. até o vértice 001, de coordenadas N = 7.018.857,1299 m. e E = 661.451,7366 m ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: MONTE ALEGRE**MUNICÍPIO: ASCURRA** **ESTADO: SC****ÁREA TOTAL: 612.269,03 m² / 6.122,69 km²****PERÍMETRO: 4.004,13 m**

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

MONTE ALEGRE: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, no leito do Rio Itajaí Açú, de coordenadas N = 7.017.743,3444 m. e E = 660.214,0242 m.; deste, segue em linha seca pelo limite da propriedade do Sr. Fidelio Pisa a distância de 586,88 m. até o vértice 002, de coordenadas N = 7.018.254,5914 m. e E = 661.747,1055 m.; em paralelo com a Rua Gregório Demarch.; deste, segue com a distância de 209,31 m até o vértice 003 de coordenadas N = 7.018.453,6015 m. e E = 661.653,3192 m., situado no entroncamento da Rua Gregório Demarch com a Rua Padre Natal Bertold.; deste, segue com a distância de 220,24 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.018.550,9752 m. e E = 661.850,8731 m até a propriedade de Madasc Madeiras Ltda.; Deste, seguindo com a distância de 406,26 m. até a Rua Santa Catarina no vértice 005, de coordenadas N = 7.018.957,1969 m. e E = 661.651,0718 m.; deste, segue pela Rua Santa Catarina a distância de 452,69 m. até o vértice 006, de coordenadas N = 7.019.171,1862 m. e E = 661.993,1616 m limite com o município de Rodeio e Ribeirão São Pedro.; deste, segue pelo leito do Ribeirão São Pedro a distância de 253,22 m. até o vértice 007, de coordenadas N = 7.018.935,1297 m. e E = 662.067,0628 m.; deste, segue a distância de 289,92 m, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.018.691,3347 m. e E = 662.213,6360 m.; deste, segue a distância de 238,25 m, até o vértice 009, de coordenadas N = 7.018.500,9716 m. e E = 662.333,3809 m.; deste, segue a distância de 245,94 metros, até o vértice 010, cruzando a BR 470, de coordenadas N = 7.018.268,9341 m. e E = 662.323,2207 m.; deste, segue a distância de 315,17 m, até o vértice 011, de coordenadas N = 7.018.172,8380 m. e E = 662.593,0732 m.; deste, segue a distância de 43,99 m. até o vértice 012, de coordenadas N = 7.018.144,8922 m. e E = 662.621,9533 m limite com o município de Rodeio e Leito do Rio Itajaí Açú.; deste, segue a distância de 330,03 m. até o vértice 013, de coordenadas N = 7.018.004,8048 m. e E = 662.329,0002 m no Leito do Rio Itajaí Açú.; e finalmente deste, segue a distância de 412,23 m. até o vértice 001, de coordenadas N = 7.017.743,3444 m. e E = 660.214,0242 m no Leito do Rio Itajaí Açú, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: NOSSA SENHORA DE LURDES

MUNICÍPIO: ASCURRA **ESTADO: SC**

ÁREA TOTAL: 1.067.183,97 m² / 1.067,18 km²

PERÍMETRO: 6.619,21 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NOSSA SENHORA DE LURDES: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.015.929,5769 m e E = 658.870,3662 m, situado na máxima extremidade sul, do polígono do ponto de propriedade do Sr. Valdemiro Grippa.; deste, segue com a distância de 419,42 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.016.336,2127 m e E = 658.767,5767 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 206,30 m, até o vértice 003, de coordenadas N = 7.016.390,1475 m. e E = 658.966,7103 m.; deste, segue em linha seca a distância de 389,79 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.016.278,5237 m e E = 659.340,1823 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.016,10 m, até o vértice 005, de coordenadas N = 7.016.819,6130 m e E = 660.198,0601 m.; deste, segue a distância de 60,23 m, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.016.876,8691 m e E = 660.179,3683 m.; deste, segue a distância de 87,81 m, até o vértice 007, de coordenadas N = 7.016.940,9818 m e E = 660.239,3695 m.; deste, segue a distância de 42,96 metros, até o vértice 008, no leito do Ribeirão, de coordenadas N = 7.016.819,6130 m. e E = 660.198,0601 m.; deste, segue o leito do ribeirão a distância de 443,45 m até o vértice 009, leito do Ribeirão São Paulo, de coordenadas N =

7.017.149,9978 m e E = 660.636,2751 m.; deste, segue a distância de 121,24 m pelo leito do Ribeirão São Paulo, até o vértice 010, de coordenadas N = 7.017.051,2029 m. e E = 660.771,2573 m limite de propriedade do Sr. Dionei José Beber.; deste, segue em linha seca a distância de 237,73 m, até o vértice 011, de coordenadas N = 7.016.819,3578 m e E = 660.718,8124 m, limite do polígono do lote com a Rua Vereador Aldo Valdir Pintarelli.; deste, segue a distância de 200,81 m, pela Rua Vereador Aldo Valdir Pintarelli, até o vértice 012, de coordenadas N = 7.016.773,5964 m, e E = 660.914,3389 m.; deste, segue no limite do polígono da propriedade do Sr. Alphonse Bongmann Lee a distância de 117,35 m, até o vértice 013, de coordenadas N = 7.016.659,4716 m e E = 660.887,0058 m.; deste, segue em linha seca a distância de 121,27 m, até a Rua Lucio Marchi no vértice 014, de coordenadas N = 7.016.542,7328 m e E = 660.854,1336 m.; deste, segue em linha seca a distância de 187,46 m, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.016.384,4481 m e E = 660.652,8673 m, limite do polígono da propriedade de POSSAMAI & CIA LTDA.; deste, segue a distância de 168,65 m, até o vértice 016, de coordenadas N = 7.016.384,4481 m e E = 660.652,8673 m.; deste, segue com a distância de 200,08 m, até no vértice 017, de coordenadas N = 7.016.216,8265m. e E = 660.762,1155 m.; deste, segue com a distância de 300,38 m, até o vértice 018, de coordenadas N = 7.016.060,0097 m. e E = 660.505,9158 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 410,74 m. até o vértice 019, de coordenadas N = 7.016.440,5048 m e E = 660.351,1964 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 1.042,44m, até o vértice 020, de coordenadas N = 7.015.889,1097 m e E = 659.466,5677 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 400,71 m, até o vértice 021, de coordenadas N = 7.015.981,3030 m e E = 659.076,6046 m.; e finalmente deste, segue a distância de 212,62 m. até o vértice 001, de coordenadas N = 7.015.929,5769 m e E = 658.870,3662 m, situado na máxima extremidade sul, do polígono do ponto de propriedade do Sr. Valdemiro Grippa, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: SALTINHO

MUNICÍPIO: ASCURRA **ESTADO: SC**

ÁREA TOTAL: 1.186.135,79 m² / 1.186,13 km²

PERÍMETRO: 8.564,95 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

SALTINHO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.013.943,0791 m e E = 660.266,0178 m, situado na máxima extremidade sul, no entroncamento do Rio Itajaí Açú com o Ribeirão Guaricanas do polígono do ponto de propriedade do Sr. João Floriano Costa.; deste, segue o leito do Ribeirão Guaricanas com a distância de 285,49 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.013.962,5574 m e E = 659.981,3252 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 504,59 m, até o vértice 003, de coordenadas N = 7.014.328,9758 m. e E = 660.328,2406 m.; deste, segue em linha seca a distância de 563,50 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.014.681,3373 m e E = 660.767,9953 m.; deste, segue em linha seca a distância de 557,40 m, até o vértice 005, de coordenadas N = 7.014.894,3447 m e E = 661.283,0455 m.; deste, segue a distância de 510,80 m, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.015.342,6441 m e E = 661.527,8896 m.; deste, segue a distância de 1.054,71 m, até o vértice 007, de coordenadas N = 7.016.300,8072 m e E = 661.087,0394 m.; deste, segue a distância de 273,76 metros, até o vértice 008, limite do polígono da propriedade de Possamai & Cia Ltda., de coordenadas N = 7.016.384,4481 m e E = 660.652,8673 m.; deste, segue em linha seca a distância de 187,46 m, até o vértice 009, de coordenadas N = 7.016.542,7328 m e E =



= 660.854,1336 m na Rua Lucio Marchi, limite do polígono da propriedade de Possamai & Cia Ltda.; deste, segue a distância de 121,27 m, até o vértice 010, de coordenadas N = 7.016.659,4716 m e E = 660.887,0058 m no limite do polígono da propriedade do Sr. Alphonse Bongmann Lee.; deste, segue em linha seca a distância de 117,35 m, até o vértice 011, de coordenadas N = 7.016.773,5964 m e E = 660.914,3389 m, limite do polígono do lote com a Rua Vereador Aldo Valdir Pintarelli.; deste, segue a distância de 707,75 m, pela Rua Vereador Aldo Valdir Pintarelli, até o Rio Itajaí Açú no vértice 012, de coordenadas N = 7.016.656,4632 m, e E = 661.407,4418 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 274,28 m, até o vértice 013, de coordenadas N = 7.016.399,1147 m e E = 661.492,2323 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 285,87 m, até o vértice 014, de coordenadas N = 7.016.136,7743 m e E = 661.605,5868 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 256,66 m, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.015.929,2060 m e E = 661.744,7210 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 324,69 m, até o vértice 016, de coordenadas N = 7.015.635,2670 m e E = 661.882,1085 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 274,92 m, até o vértice 017, de coordenadas N = 7.015.373,0150 m e E = 661.820,2266 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 590,07 m, até o vértice 018, de coordenadas N = 7.014.853,2307 m e E = 661.541,2974 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 345,61 m, até o vértice 019, de coordenadas N = 7.014.614,5031 m e E = 661.346,7370 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 590,56 m, até o vértice 020, de coordenadas N = 7.014.417,2355 m e E = 660.813,1261 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 346,78 m, até o vértice 021, de coordenadas N = 7.014.224,9107 m e E = 660.534,2407 m.; e finalmente deste, segue a distância de 391,43 m, até o vértice 001, de coordenadas N = 7.013.943,0791 m e E = 660.266,0178 m, situado na máxima extremidade sul, no entroncamento do Rio Itajaí Açú com o Ribeirão Guaricanas do polígono do ponto de propriedade do Sr. João Floriano Costa, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGR, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: ESTAÇÃO

MUNICÍPIO: ASCURRA

ESTADO: SC

ÁREA TOTAL: 2.679.002,17 m² / 2.679,00 km²

PERÍMETRO: 9.876,64 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ESTAÇÃO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.017.852,7525 m e E = 662.375,4190 m, situado no leito do Rio Itajaí Açú do polígono do ponto de propriedade do Sr. Alfredo Fava.; deste, segue pela Rua Apiúna com a distância de 221,60 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.017.641,3598 m e E = 662.441,8785 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 870,01 m, até o vértice 003, de coordenadas N = 7.016.868,8058 m. e E = 662.839,2339 m.; deste, segue em linha seca a distância de 337,21 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.016.764,0817 m e E = 663.152,8314 m.; deste, segue em linha seca a distância de 76,94 m, até o vértice 005-006, Viaduto do Ilse, de coordenadas N = 7.016.728,6776 m e E = 663.221,1526 m.; deste, segue a distância de 37,74 m, até o vértice 007, de coordenadas N = 7.016.736,1936 m e E = 663.253,3621 m, limite do polígono da propriedade do Sr. João Cardoso.; deste, segue a distância de 77,37 metros, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.016.664,9568 m e E = 663.283,5701 m.; deste, segue em linha seca a distância de 17,85 m, até o vértice 009, de coordenadas N = 7.016.672,0871 m e E = 663.299,9347 m.; deste, segue a distância de 175,66 m, até o vértice 010, de co-

ordenadas N = 7.016.507,4718 m e E = 663.361,2431 m.; deste, segue em linha seca a distância de 76,16 m, até o vértice 011, de coordenadas N = 7.016.537,6701 m e E = 663.291,3234 m.; deste, segue em linha seca a distância de 361,26 m, até o vértice 012, de coordenadas N = 7.016.459,7161 m, e E = 662.941,1333 m.; deste, segue em linha seca a distância de 475,13 m, até o vértice 013, de coordenadas N = 7.016.051,5820 m e E = 662.698,7411 m.; deste, segue a distância de 36,22 m, até o vértice 014, de coordenadas N = 7.016.033,0945 m e E = 662.729,8954 m.; deste, segue a distância de 102,52 m, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.015.946,8906 m e E = 662.785,3990 m.; deste, segue a distância de 191,14 m, até o vértice 016, de coordenadas N = 7.015.783,5868 m e E = 662.686,0675 m.; deste, segue em linha seca a distância de 48,54 m, até o vértice 017, de coordenadas N = 7.015.817,3446 m e E = 662.655,4455 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.677,33 m, até o vértice 018, de coordenadas N = 7.014.391,2664 m e E = 661.776,5979 m.; deste, segue a distância de 53,74 m, até o vértice 019, de coordenadas N = 7.014.411,9038 m e E = 661.726,9777 m.; deste, segue pelo limite do polígono de propriedade do Sr. Ivo Pokrewieski a distância de 128,04 m, até o vértice 020, na BR 470, de coordenadas N = 7.014.461,0740 m e E = 661.608,7536 m.; deste, segue pela BR 470 a distância de 276,29 m, até o vértice 021, de coordenadas N = 7.014.197,4595 m e E = 661.528,3844 m no leito do Ribeirão Santa Bárbara divisa com Apiúna.; deste, segue pelo leito do Ribeirão Santa Bárbara divisa com Apiúna a distância de 422,34 m, até o vértice 022, de coordenadas N = 7.014.506,9589 m e E = 661.340,0403 m no entroncamento do leito do Ribeirão Santa Bárbara com o leito do Rio Itajaí Açú.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 302,15 m, até o vértice 023, de coordenadas N = 7.014.588,9465 m e E = 661.610,0698 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 239,80 m, até o vértice 024, de coordenadas N = 7.014.818,8007 m e E = 661.614,4632 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 595,86 m, até o vértice 025, de coordenadas N = 7.015.308,7706 m e E = 661.614,0726 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 351,58 m, até o vértice 026, de coordenadas N = 7.015.644,2721 m e E = 662.008,9967 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 307,15 m, até o vértice 027, de coordenadas N = 7.015.931,1168 m e E = 661.905,0359 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 293,46 m, até o vértice 028, de coordenadas N = 7.016.204,4202 m e E = 661.812,3097 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 326,21 m, até o vértice 029, de coordenadas N = 7.016.468,2020 m e E = 661.625,5856 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 382,67 m, até o vértice 030, de coordenadas N = 7.016.842,9885 m e E = 661.557,8942 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 68,13 m, até o vértice 031, de coordenadas N = 7.016.894,6627 m e E = 661.521,3881 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 484,12 m, até o vértice 032, de coordenadas N = 7.017.340,5712 m e E = 661.693,2757 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 508,21 m, até o vértice 033, de coordenadas N = 7.017.641,6531 m e E = 662.092,5186 m.; e finalmente deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açú a distância de 354,21 m, até o vértice 001, de coordenadas N = 7.017.852,7525 m e E = 662.375,4190 m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGR, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: SANTA BÁRBARA

MUNICÍPIO: ASCURRA

ESTADO: SC

ÁREA TOTAL: 176.213,01 m² / 1,76,km²

PERÍMETRO: 2.064,80 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO



SANTA BÁRBARA: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.014.461,0740 m e E = 661.608,7536 m, situado na BR 470, no limite do polígono do ponto de propriedade do Sr. Ivo Pokrewieski.; deste, segue pela linha seca a distância de 128,04 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.014.411,9038 m e E = 661.726,9777 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 295,93 m, até o vértice 003, de coordenadas N = 7.014.146,3904 m. e E = 661.857,6614 m.; deste, segue em linha seca a distância de 39,18 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.014.128,0516 m e E = 661.823,0325 m.; deste, segue em linha seca a distância de 458,80 m, até o vértice 005, de coordenadas N = 7.013.716,0884 m e E = 662.037,0618 m até a Rua Santa Bárbara.; deste, segue pela Rua Santa Bárbara e em seguida segue o leito do Ribeirão Santa Bárbara a distância de 638,46 m, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.014.010,9164 m e E = 661.505,2950 m, seguindo o leito do Ribeirão Santa Bárbara.; deste, segue a distância de 123,93 metros, até o vértice 007, de coordenadas N = 7.014.108,2734 m e E = 661.573,8225 m.; deste, segue pelo leito do Ribeirão Santa Bárbara a distância de 104,17 m, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.014.197,4595 m e E = 661.528,3844 m, na BR 470.; e finalmente deste, segue pela BR 470 a distância de 276,29 m. até o vértice 001, de coordenadas N = 7.014.461,0740 m e E = 661.608,7536 m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: ILSE

MUNICÍPIO: ASCURRA

ESTADO: SC

ÁREA TOTAL: 1.388.544,71 m² / 1.388,54 km²

PERÍMETRO: 10.391,98 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ILSE: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 001, de coordenadas N = 7.016.425,1498 m e E = 663.391.9327 m, situado no polígono do ponto de propriedade do Sra. Arlete Bunde.; deste, segue a distância de 87,85 m, até o vértice 002, de coordenadas N = 7.016.507,4718 m e E = 663.361,2431 m.; deste, segue em linha seca com a distância de 175,66 m, até o vértice 003, de coordenadas N = 7.016.672,0871 m. e E = 663.299,9347 m.; deste, segue em linha seca a distância de 17,85 m, até o vértice 004, de coordenadas N = 7.016.664,9568 m e E = 663.283,5701 m.; deste, segue em linha seca a distância de 77,37 m, até o vértice 005, limite do polígono da propriedade do Sr. João Cardoso de coordenadas N = 7.016.736,1936 m e E = 663.253,3621 m.; deste, segue a distância de 37,74 m, até o vértice 006, de coordenadas N = 7.016.728,6776 m e E = 663.221,1526 m, Viaduto do Ilse.; deste, segue pela Rua Indaial e Rua Apiuna II com a distância de 380,31 metros, até o vértice 007, de coordenadas N = 7.016.880,0898 m e E = 663.552,6241 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açu com a distância de 791,09 metros, até o vértice 008, de coordenadas N = 7.016.551,8685 m e E = 664.271,3767 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açu a distância de 847,26 m, até o vértice 009, de coordenadas N = 7.016.185,8969 m e E = 665.008,1330 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açu a distância de 313,93 m, até o vértice 010, de coordenadas N = 7.016.234,6229 m e E = 665.309,0194 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açu a distância de 671,36 m, até o vértice 011, de coordenadas N = 7.016.374,6223 m e E = 665.961,0814 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açu a distância de 961,71 m, até o vértice 012, de coordenadas N = 7.016.495,8471 m, e E = 666.893,2554 m.; deste, segue pelo leito do Rio Itajaí Açu a distância de 757,86 m, até o vértice 013, de coordenadas N = 7.017.012,8233 m e E = 667.319,3196 m, entroncamento com o leito do Ribeirão Ilse, limite com o município de Indaial.; deste, segue pelo leito do Ribeirão Ilse a distância de 599,95 m, até o vértice 014, de coordenadas N

= 7.016.546,9703 m e E = 667.578,6221 m.; deste, segue em linha seca a distância de 513,87 m, até o vértice 015, de coordenadas N = 7.016.315,9252 m e E = 667.126,5634 m.; deste, segue a distância de 115,48 m, até o vértice 016, de coordenadas N = 7.016.214,1066 m e E = 667.181,0561 m.; deste, segue em linha seca a distância de 198,47 m, até o vértice 017, de coordenadas N = 7.016.114,5012 m e E = 667.009,3827 m.; deste, segue em linha seca a distância de 95,55 m, até o vértice 018, de coordenadas N = 7.016.199,2518 m e E = 666.965,2522 m.; deste, segue a distância de 208,03 m, até o vértice 019, de coordenadas N = 7.016.102,4840 m e E = 666.781,0878 m.; deste, segue a distância de 65,04 m, até o vértice 020, de coordenadas N = 7.016.159,5656 m e E = 666.749,9099 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.906,56 m, até o vértice 021, de coordenadas N = 7.015.925,6008 m e E = 664.857,7907 m.; deste, segue em linha seca a distância de 1.445,63 m, até o vértice 022, de coordenadas N = 7.016.453,5971 m e E = 663.512,0282 m.; e finalmente deste, segue a distância de 123,41 m. até o vértice 001, de coordenadas N = 7.016.425,1498 m e E = 663.391,9327 m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

DATA: 23 de junho de 2010.

Responsável Técnico: Engenheiro Agrimensor Eduardo Rodrigues Baldini CREA SC 032.899-6

Decreto nº 2170

Decreto nº 2170, de 23 de julho de 2010.

Prorroga o Decreto nº 2151, de 26 de abril de 2010, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurrada.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 26 de abril de 2010, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 2151, de 26 de abril de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo



desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Ascurra - SC, 23 de julho de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Ascurra/SC, 23 de julho 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Termo Aditivo

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2010, FORNECIMENTO DE FRUTAS E VERDURAS PARA MERENDA ESCOLAR, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E A EMPRESA NELSON KNAUL ME, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO inscrita no CNPJ sob nº 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência nº 25, na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Vilberto Muller Schovinder e a empresa Nelson Knaul ME, inscrita no CNPJ sob nº 81.818.502/0001-26, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede a Rua Duque de Caxias, 1776 - Cidade de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, na qualidade de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, a partir de 22.07.2010, pelo que passam a dispor:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Os itens a seguir passarão a vigorar com os seguintes valores, na qual houve redução de preços:

Produto	Unidade	Preço Unitário
Banana Comum	Kg	0,80
Banana Branca	Kg	1,70
Beterraba	Kg	1,90
Maçã	Kg	2,00
Laranja	Kg	1,00
Laranja Lima	Kg	1,70

Mamão	Unid	2,10
Batata-Doce	Kg	1,38
Batata Inglesa	Kg	1,28
Repolho	Unid	1,00
Tomate	Kg	1,88
Cenoura	Kg	2,00
Cebola	Kg	2,00
Chuchu	Kg	1,50
Couve-flor	Unid	2,20
Alho (cabeça)	Unid	1,15
Pimentão	Unid	1,08
Feijão preto	Kg	2,90
Feijão vermelho	Kg	3,50
Aipim s/casca	Kg	2,00
Pepino	Kg	2,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Braço do Trombudo, 22 de julho de 2010.

NELSON KNAUL ME

Prefeitura Municipal

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

CPF - 185.255.479-72

NELSON KNAUL

CPF - 501.824.049-00

Testemunhas

DENISE SCHUSSLER

CPF 022.538.329-28

DEIZI BAADE KNAPPMANN

CPF 037.664.409-73

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo 1 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/1
Data: 19/07/2010

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	101.912.367,32	DESPESAS CORRENTES	90.672.344,13		
RECEITA TRIBUTARIA	14.715.990,21	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.300.331,31		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.223.083,13	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	104.500,00		
RECEITA PATRIMONIAL	1.959.803,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.267.512,82		
RECEITA AGROPECUARIA	10.423,00				
RECEITA DE SERVIÇOS	9.412.400,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.439.987,20				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.150.680,32				
RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS	3.510.992,03				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.253.309,12				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	257.682,91				
		Superavit	14.751.015,22		
Total	105.423.359,35	Total	105.423.359,35		
Superavit do orçamento corrente	14.751.015,22				
RECEITAS DE CAPITAL	14.100.500,00	DESPESAS DE CAPITAL	26.067.502,46		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.100.500,00	INVESTIMENTOS	23.696.802,46		
RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMENTÁRIAS	42.185,42	INVERSOES FINANCEIRAS	1.120.000,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	42.185,42	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.250.700,00		
		Superavit	2.826.198,18		
Total	28.893.700,64	Total	28.893.700,64		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	101.912.367,32	72,01 %	DESPESAS CORRENTES	90.672.344,13	64,07 %
RECEITAS DE CAPITAL	14.100.500,00	9,96 %	DESPESAS DE CAPITAL	26.067.502,46	18,42 %
RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMEN	3.510.992,03	2,48 %	RESERVA LEGAL - RPPS	2.726.198,18	1,93 %
RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMEN	42.185,42	0,03 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	0,07 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	21.952.551,25	15,51 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	21.952.551,25	15,51 %
Total	141.518.596,02	100,00 %	Total	141.518.596,02	100,00 %

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo 2 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728
Estado de Santa Catarina

Página: 1/8

Data: 19/07/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011
Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			79.933.293,01
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		13.626.777,71	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		11.630.768,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	7.305.768,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	5.315.700,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.209.068,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	938.070,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	270.998,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	781.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	4.325.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	4.325.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	4.325.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00	TAXAS		1.586.385,81	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	1.038.969,85		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	950.374,35		
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00.00	Tx de Apreensão e Depósito	88.595,50		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	547.415,96		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	547.415,96		
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00.00	Taxa de Expediente	364.805,00		
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00.00	Taxa de Serviços Urbanos	158.429,60		
4.1.1.2.2.99.04.00.00.00.00	Taxa Horas Máquina	13.758,36		
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	10.423,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		409.623,90	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	409.623,90		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.765.000,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS		1.765.000,00	
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	1.765.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		304.351,60	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		47.945,80	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00	Receitas de Aluguéis	41.692,00		
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliarias	6.253,80		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		256.405,80	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	256.405,80		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	104.230,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	104.230,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	152.175,80		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	152.175,80		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA		10.423,00	
4.1.4.1.0.00.00.00.00.00.00	Rec. da Produção Vegetal		10.423,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		61.567.487,20	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		61.254.787,20	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00	Transf. da União	17.810.536,40		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	15.439.241,60		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	18.969.860,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-3.793.972,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	41.692,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB- ITR	-8.338,40		
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ. - CIDE	230.000,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	32.100,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	10.700,00		
4.1.7.2.1.22.40.00.00.00.00	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	21.400,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.155.750,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	1.520.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	416.900,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	156.350,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	62.500,00		
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAC	52.100,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Programa Brasil Alfabetizado (PEJA)	10.400,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	229.306,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-45.861,20		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	27.237.250,80		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	26.470.250,80		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	26.813.167,50		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-5.362.633,50		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.211.500,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPVA	-833.840,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	802.571,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-160.514,20		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	767.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Agricultura	350.000,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	417.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.207.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.207.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		312.700,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	312.700,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	312.700,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.659.253,50	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		922.435,50	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	69.834,10		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	15.634,50		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	15.634,50		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	38.565,10		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	38.565,10		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	331.451,40		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	229.306,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	18.761,40		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	83.384,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	521.150,00		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	521.150,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.600,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.600,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.600,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		896.378,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	896.378,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	625.380,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	31.269,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	239.729,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	239.729,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		833.840,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	833.840,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			7.980.500,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		7.980.500,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		7.980.500,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	7.430.500,00		
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Dest. Prog. Infra-Estrut. Transporte	1.575.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	5.855.500,00		
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	2.825.500,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	3.030.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	550.000,00		
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	550.000,00		

Total das receitas: 87.913.793,01

Total por entidade: 87.913.793,01

Entidade: 2 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.410.700,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		177.200,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		177.200,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	177.200,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	177.200,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		73.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		73.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	73.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	73.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	73.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.056.500,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.056.500,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	3.410.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.410.000,00		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	1.370.600,00		
4.1.7.2.1.33.31.00.00.00	Programa de Saúde da Família (PSF)	413.800,00		
4.1.7.2.1.33.32.00.00.00	PACS Programa Comunitário de Saúde	745.000,00		
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle Doença	208.400,00		
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Ações Básicas Farmácia Básica	290.000,00		
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00	Ações Básicas Vigilância Sanitária	44.800,00		
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	Saúde Bucal	77.000,00		
4.1.7.2.1.33.39.00.00.00	Transferências Centro de Especialidades Odontológicas - CI	119.800,00		
4.1.7.2.1.33.40.00.00.00	Mac Visa - Média de Alta Complexidade da Vig. Sanitária	26.000,00		
4.1.7.2.1.33.80.00.00.00	Incentivo Financ. ao Tratamento AIDS	114.600,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.646.500,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	1.646.500,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Farmácia Básica Estado	135.500,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Mac Média e Alta Complexidade	521.000,00		
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Mac Caps	938.000,00		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	CEO - Estado	52.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		104.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		104.000,00	
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	104.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.000.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.000.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.000.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	850.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	850.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	850.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	150.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	150.000,00		
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênios do Estado	150.000,00		
			Total das receitas:	6.410.700,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.0.0.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA			11.311.098,75
2.4.1.0.0.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA		11.311.098,75	
2.4.1.04.00.00.00.00.00	Transferências Financeiras Recebidas		11.311.098,75	
2.4.1.04.01.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.311.098,75		
2.4.1.04.01.00.00.004966	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipi	11.311.098,75		
			Total das transferências:	11.311.098,75
			Total por entidade:	17.721.798,75
Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			745.350,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		3.150,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		3.150,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.150,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.050,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.050,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	2.100,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.100,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		678.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		678.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	612.400,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	612.400,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Programa de Assistência para o Idoso - API	216.500,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00	Programa de Assistência Comunitária - PAC	83.350,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Programa para o Deficiente - APAE/APASC	26.050,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Programa Sentinela	93.800,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	83.200,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Programa do FNAS - CRAS	109.500,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	65.600,00		
4.1.7.2.2.09.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	65.600,00		
4.1.7.2.2.09.01.00.00	Transferências de Recursos do Estado - CREAS	65.600,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		64.200,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		64.200,00	
4.1.9.0.0.99.00.00.00	Outras Receitas	64.200,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			400.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		400.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		400.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	300.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	300.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	300.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	100.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	100.000,00		
4.2.4.7.2.99.02.00.00	Outras Transferências de Convênios do Estado	100.000,00		
			Total das receitas:	1.145.350,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			2.920.965,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		2.920.965,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas		2.920.965,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.920.965,00		
2.4.1.04.01.00.00.005254	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipi	2.920.965,00		
			Total das transferências:	2.920.965,00
			Total por entidade:	4.066.315,00
Entidade: 6 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.200,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		3.150,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		3.150,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.150,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2.100,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.100,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.050,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.050,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.050,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.050,00	
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.050,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			400.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		400.000,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 5/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		400.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	400.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	400.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	400.000,00		
			Total das receitas:	404.200,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			82.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		82.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas		82.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	Transferencia Financeiras Recebidas	82.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.000761	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipi	82.000,00		
			Total das transferências:	82.000,00
			Total por entidade:	486.200,00
Entidade: 7 FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			31.150,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.000,00	
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transf. para o Combate à Fome		2.000,00	
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	1.000,00		
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	1.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		28.150,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		28.150,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	28.150,00		
			Total das receitas:	31.150,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			177.400,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		177.400,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas		177.400,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	177.400,00		
2.4.1.04.01.00.00.006753	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipi	177.400,00		
			Total das transferências:	177.400,00
			Total por entidade:	208.550,00
Entidade: 9 FAMPEC				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			930.710,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		753.850,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		753.850,00	
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00	Contrib Assist Médica Servidores Vinc Reg Prev Pró	753.850,00		
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	521.150,00		
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	232.700,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		158.200,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		158.200,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	158.200,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	158.200,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	158.200,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		18.660,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 9 FAMPEC				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.980,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.980,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1.980,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		16.680,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	16.680,00		
			Total das receitas:	930.710,00
			Total por entidade:	930.710,00
Entidade: 10 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			3.396.551,81
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.704.233,13	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.704.233,13	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	1.704.233,13		
4.1.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronais - Ativo Civil	1.869,16		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	1.648.430,18		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	36.767,74		
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	10.182,59		
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00	Outras Contrib Previdenciárias	6.983,46		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.416.951,86	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		1.416.951,86	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.416.951,86		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.416.951,86		
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	1.416.951,86		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		275.366,82	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		275.366,82	
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	275.366,82		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS			3.510.992,03
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.253.309,12	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.253.309,12	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	3.253.309,12		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronais - Ativo Civil	1.863.987,03		
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atual	1.342.410,59		
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de	45.061,04		
4.7.2.1.0.29.99.00.00.00	Contrib Patronais - Outras Contribuições Previdenciárias	1.850,46		
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		257.682,91	
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		257.682,91	
4.7.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Contribuições	257.682,91		
4.7.9.1.2.29.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Contrib Prev. Reg Prop	135.235,57		
4.7.9.1.2.29.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contribuições Patronais	134.600,05		
4.7.9.1.2.29.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contribuições do Servidor	635,52		
4.7.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	122.447,34		
4.7.9.1.2.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições - Principal	122.447,34		
4.8.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMENTÁRIAS			42.185,42
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		42.185,42	
4.8.3.0.0.99.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos Diversos	42.185,42		
			Total das receitas:	6.949.729,26
			Total por entidade:	6.949.729,26
Entidade: 11 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			50.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		50.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		50.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	50.000,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 7/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 11 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	50.000,00		
Total das receitas:				50.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.439.500,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.439.500,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.439.500,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.439.500,00		
2.4.1.04.01.00.00.004003	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipi	1.439.500,00		
Total das transferências:				1.439.500,00
Total por entidade:				1.489.500,00
Entidade: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			400.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		400.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		400.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	400.000,00		
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	400.000,00		
Total das receitas:				400.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			400.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		400.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		400.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	400.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.008922	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	400.000,00		
Total das transferências:				400.000,00
Total por entidade:				800.000,00
Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			250.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		250.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		250.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	250.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	250.000,00		
Total das receitas:				250.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIAS			689.100,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIAS		689.100,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		689.100,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	689.100,00		
2.4.1.04.01.01.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipa	689.100,00		
Total das transferências:				689.100,00
Total por entidade:				939.100,00
Entidade: 14 CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERÊNCIA			4.882.500,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERÊNCIA		4.882.500,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas		4.882.500,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/8
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 14 CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.4.1.04.01.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura Municipal	4.882.500,00		
Total das transferências:				4.882.500,00
Total por entidade:				4.882.500,00
Entidade: 15 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			11.160.412,50
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		912.012,50	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		912.012,50	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	912.012,50		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	912.012,50		
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	912.012,50		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		9.412.400,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	9.380.700,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	31.700,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		836.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		836.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	316.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	316.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	520.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	520.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			3.920.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.920.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		3.920.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	3.600.000,00		
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	3.600.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	320.000,00		
4.2.4.7.2.04.00.00.00.00	Transf. Conv. do Estado Dest. Prog Meio ambiente	320.000,00		
Total das receitas:				15.080.412,50
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERÊNCIA			49.987,50
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		49.987,50	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		49.987,50	
2.4.1.04.01.00.00.000000	Transferencias Financeiras Recebidas	49.987,50		
Total das transferências:				49.987,50
Total por entidade:				15.130.400,00
Total geral:				141.518.596,02

SAULO SPEROTTO
 Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
 Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6



Anexo 2 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/4

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			53.375.991,76
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		29.278.208,44	
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos		5.703,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		27.057.521,44	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		2.214.984,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		104.500,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		104.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.993.283,32	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		4.206.846,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos		3.802,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		19.782.635,32	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.635.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.784.550,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos		500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.784.050,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		600.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		600.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		1.250.700,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		312.700,00	
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas Intra-Orçamentárias		938.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		100.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		100.000,00	
Total das despesas:				66.111.241,76
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			21.952.551,25
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		21.952.551,25	
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		21.952.551,25	
2.4.1.03.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Concedidas	21.952.551,25		
2.4.1.03.01.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.311.098,75		
2.4.1.03.01.02.00.000000	Transferencia concedida ao FM Saude	11.311.098,75		
2.4.1.03.03.00.00.000000	Transferencia concedida ao FM Assistencia Social	2.920.965,00		
2.4.1.03.03.00.00.046103	Transferencia Concedida ao FM Assistencia Social	2.920.965,00		
2.4.1.03.04.00.00.000000	Transferencia concedida ao FM Infancia e Adolesc.	1.698.900,00		
2.4.1.03.04.00.00.046104	Transferencia Concedida ao FM Infancia e Adolescência	177.400,00		
2.4.1.03.04.00.00.046204	Transferencia Concedida à Funadação Municipal de Esport	1.439.500,00		
2.4.1.03.04.00.00.046211	Transferencia Concedida ao Fundo de Habitação	82.000,00		
2.4.1.03.05.00.00.000000	Transferências Financeiras Concedidas	400.000,00		
2.4.1.03.05.00.00.046245	Transferencia Concedida ao Fundo de Saneamento	400.000,00		
2.4.1.03.08.00.00.000000	Transferência Concedida á Câmara de Vereadores	4.882.500,00		
2.4.1.03.09.00.00.000000	Transferencia Concedida a Fundação Municipal de Cultura	689.100,00		
2.4.1.03.10.00.00.000000	Transferências Financeiras Concedidas a FUNDEMA	49.987,50		
Total das transferências:				21.952.551,25
Total da entidade:				88.063.793,01
Entidade: 2 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			15.935.073,79
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		11.003.154,42	
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos		7.151,04	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.162.203,38	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		833.800,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.931.919,37	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		75.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos		375.375,00	

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/4
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
Entidade: 2 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.481.544,37	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.786.724,96
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.786.724,96	
4.4.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos		624,96	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.786.100,00	
Total das despesas:				17.721.798,75
Total da entidade:				17.721.798,75
Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.368.300,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.508.350,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.448.850,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		59.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.859.950,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		128.150,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.731.800,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			698.015,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		698.015,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		698.015,00	
Total das despesas:				4.066.315,00
Total da entidade:				4.066.315,00
Entidade: 6 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			31.200,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.200,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			455.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		455.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		455.000,00	
Total das despesas:				486.200,00
Total da entidade:				486.200,00
Entidade: 7 FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			166.850,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		166.850,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		166.850,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			41.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		41.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		41.700,00	
Total das despesas:				208.550,00
Total da entidade:				208.550,00
Entidade: 9 FAMPEC				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			930.710,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		930.710,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		930.710,00	
Total das despesas:				930.710,00
Total da entidade:				930.710,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/4
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
Entidade: 10 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.166.018,58
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.050.418,45	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.038.628,39	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		11.790,06	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		115.600,13	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		115.600,13	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			57.512,50
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		57.512,50	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		57.512,50	
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS			2.726.198,18
7.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS		2.726.198,18	
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS		2.726.198,18	
Total das despesas:				6.949.729,26
Total da entidade:				6.949.729,26
Entidade: 11 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.343.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.343.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		650.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		693.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			146.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		146.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		146.500,00	
Total das despesas:				1.489.500,00
Total da entidade:				1.489.500,00
Entidade: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			390.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		130.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		30.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		260.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		260.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			410.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		410.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		410.000,00	
Total das despesas:				800.000,00
Total da entidade:				800.000,00
Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			623.300,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		364.800,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		364.800,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		258.500,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		50.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		208.500,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			315.800,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		315.800,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		315.800,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/4
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		315.800,00	
Total das despesas:				939.100,00
Total da entidade:				939.100,00
Entidade: 14 CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.202.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.478.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.310.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		168.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.724.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.724.500,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			630.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		630.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		630.000,00	
Total das despesas:				4.832.500,00
Total da entidade:				4.832.500,00
Entidade: 15 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.139.400,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.487.400,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.456.100,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias		31.300,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.652.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.652.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			8.891.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		8.371.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.371.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		520.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		520.000,00	
Total das despesas:				15.030.400,00
Total da entidade:				15.030.400,00
Total geral:				141.518.596,02

SAULO SPEROTTO
 Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
 Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6



Anexo 5 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
	662 Produção Industrial
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo 6 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/13
Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		11.370.300,00	52.087.341,76	0,00	63.457.641,76
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	3.644.850,00	0,00	3.644.850,00
04	Administração		3.534.850,00		3.534.850,00
04.122	Administração Geral		3.534.850,00		3.534.850,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.204.150,00		3.204.150,00
04.122.2 .2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.861.000,00		1.861.000,00
04.122.2 .2.003	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		26.200,00		26.200,00
04.122.2 .2.004	MANUTENÇÃO DO PROCON		70.850,00		70.850,00
04.122.2 .2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA.		743.900,00		743.900,00
04.122.2 .2.070	REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS - TAQUARA VERDE				0,00
04.122.2 .2.157	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		306.200,00		306.200,00
04.122.2 .2.162	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS		196.000,00		196.000,00
04.122.3	CONTROLE INTERNO		15.700,00		15.700,00
04.122.3 .2.015	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		15.700,00		15.700,00
04.122.33	CONTRIBUIÇÕES		315.000,00		315.000,00
04.122.33 .2.013	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.		315.000,00		315.000,00
06	Segurança Pública		110.000,00		110.000,00
06.182	Defesa Civil		110.000,00		110.000,00
06.182.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		110.000,00		110.000,00
06.182.2 .2.156	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL		110.000,00		110.000,00
Unidade: 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	3.612.537,32	0,00	3.612.537,32
04	Administração		3.612.537,32		3.612.537,32
04.123	Administração Financeira		3.612.537,32		3.612.537,32
04.123.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.612.537,32		3.612.537,32
04.123.2 .2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		3.612.537,32		3.612.537,32
Unidade: 02.03 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		6.982.300,00	11.107.600,00	0,00	18.089.900,00
15	Urbanismo	6.773.800,00	10.372.100,00		17.145.900,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.505.500,00			4.505.500,00
15.451.17	INFRA ESTRUTURA URBANA	4.505.500,00			4.505.500,00
15.451.17 .1.001	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	250.000,00			250.000,00
15.451.17 .1.037	PARQUE CENTRAL - 2. ETAPA	500.000,00			500.000,00
15.451.17 .1.039	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	1.000.000,00			1.000.000,00
15.451.17 .1.040	PARQUE CENTRAL 3. ETAPA	1.030.000,00			1.030.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/13
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO	11.370.300,00	52.087.341,76	0,00	63.457.641,76
Unidade: 02.03	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	6.982.300,00	11.107.600,00	0,00	18.089.900,00
15	Urbanismo	6.773.800,00	10.372.100,00		17.145.900,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.505.500,00			4.505.500,00
15.451.17	INFRA ESTRUTURA URBANA	4.505.500,00			4.505.500,00
15.451.17 .1.041	ADEQUAÇÃO DE VIAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO	300.000,00			300.000,00
15.451.17 .1.043	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO TIRO DE GUERRA				0,00
15.451.17 .1.044	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA				0,00
15.451.17 .1.049	CONTINUAÇÃO DO PROJETO DA CICLOVIA	425.500,00			425.500,00
15.451.17 .1.056	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO	1.000.000,00			1.000.000,00
15.452	Serviços Urbanos	2.268.300,00	10.372.100,00		12.640.400,00
15.452.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	1.868.300,00	8.053.100,00		9.921.400,00
15.452.20 .1.048	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	1.354.000,00			1.354.000,00
15.452.20 .1.051	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	410.000,00			410.000,00
15.452.20 .1.057	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	104.300,00			104.300,00
15.452.20 .2.071	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		7.301.700,00		7.301.700,00
15.452.20 .2.072	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS		751.400,00		751.400,00
15.452.21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	400.000,00	2.319.000,00		2.719.000,00
15.452.21 .1.015	CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	200.000,00			200.000,00
15.452.21 .1.053	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	200.000,00			200.000,00
15.452.21 .2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		105.000,00		105.000,00
15.452.21 .2.077	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		83.500,00		83.500,00
15.452.21 .2.078	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL		105.000,00		105.000,00
15.452.21 .2.079	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.		1.765.000,00		1.765.000,00
15.452.21 .2.081	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA		260.500,00		260.500,00
17	Saneamento	208.500,00			208.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	208.500,00			208.500,00
17.512.24	MEIO AMBIENTE	208.500,00			208.500,00
17.512.24 .1.052	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	208.500,00			208.500,00
26	Transporte		735.500,00		735.500,00
26.782	Transporte Rodoviário		735.500,00		735.500,00
26.782.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS		735.500,00		735.500,00
26.782.20 .2.074	MANUTENÇÃO DA LOCAÇÃO DE RADARES		350.000,00		350.000,00
26.782.20 .2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		385.500,00		385.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 3/13

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO	11.370.300,00	52.087.341,76	0,00	63.457.641,76
Unidade: 02.04	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	2.558.800,00	0,00	2.558.800,00
06	Segurança Pública		2.558.800,00		2.558.800,00
06.181	Policiamento		2.078.800,00		2.078.800,00
06.181.4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		2.078.800,00		2.078.800,00
06.181.4 .2.016	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		730.000,00		730.000,00
06.181.4 .2.019	MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL		1.348.800,00		1.348.800,00
06.182	Defesa Civil		480.000,00		480.000,00
06.182.4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		480.000,00		480.000,00
06.182.4 .2.017	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.		480.000,00		480.000,00
Unidade: 02.05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.830.400,00	26.345.704,44	0,00	29.176.104,44
12	Educação	2.830.400,00	26.345.704,44		29.176.104,44
12.306	Alimentação e Nutrição		938.000,00		938.000,00
12.306.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		938.000,00		938.000,00
12.306.11 .2.064	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		938.000,00		938.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.340.800,00	19.366.558,44		21.707.358,44
12.361.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	2.340.800,00	19.366.558,44		21.707.358,44
12.361.11 .1.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	416.000,00			416.000,00
12.361.11 .1.003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	120.000,00			120.000,00
12.361.11 .1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	365.500,00			365.500,00
12.361.11 .1.031	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	204.000,00			204.000,00
12.361.11 .1.063	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO BAIRRO BERGER	1.100.000,00			1.100.000,00
12.361.11 .1.106	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	135.300,00			135.300,00
12.361.11 .2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		5.463.324,44		5.463.324,44
12.361.11 .2.046	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		9.900.484,00		9.900.484,00
12.361.11 .2.047	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%		1.553.700,00		1.553.700,00
12.361.11 .2.048	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO		864.700,00		864.700,00
12.361.11 .2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		1.584.350,00		1.584.350,00
12.364	Ensino Superior		62.400,00		62.400,00
12.364.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		62.400,00		62.400,00
12.364.11 .2.063	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO		62.400,00		62.400,00
12.365	Educação Infantil	489.600,00	5.446.746,00		5.936.346,00
12.365.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	489.600,00	5.446.746,00		5.936.346,00
12.365.11 .1.036	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	489.600,00			489.600,00
12.365.11 .1.038	AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS				0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 4/13

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		11.370.300,00	52.087.341,76	0,00	63.457.641,76
Unidade: 02.05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		2.830.400,00	26.345.704,44	0,00	29.176.104,44
12	Educação	2.830.400,00	26.345.704,44		29.176.104,44
12.365	Educação Infantil	489.600,00	5.446.746,00		5.936.346,00
12.365.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	489.600,00	5.446.746,00		5.936.346,00
12.365.11 .2.055	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		3.200.600,00		3.200.600,00
12.365.11 .2.056	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEIAS		2.246.146,00		2.246.146,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		10.400,00		10.400,00
12.366.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		10.400,00		10.400,00
12.366.11 .2.052	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA		10.400,00		10.400,00
12.367	Educação Especial		521.600,00		521.600,00
12.367.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		521.600,00		521.600,00
12.367.11 .2.068	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA		521.600,00		521.600,00
Unidade: 02.06 IPPUC - INSTITUTO DE PESQ. E PLANJ. URB DE CAÇADOR		0,00	908.500,00	0,00	908.500,00
15	Urbanismo		908.500,00		908.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		908.500,00		908.500,00
15.451.34	PLANEJAMENTO URBANO		908.500,00		908.500,00
15.451.34 .2.011	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR		104.500,00		104.500,00
15.451.34 .2.014	MANUTENÇÃO DO IPPUC		699.500,00		699.500,00
15.451.34 .2.075	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.		104.500,00		104.500,00
Unidade: 02.07 SECRETARIA DA AGRICULTURA		457.600,00	2.605.950,00	0,00	3.063.550,00
20	Agricultura	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606	Extensão Rural	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606.26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606.26 .1.055	CRIAÇÃO DO FRIGORÍFICO DE PEIXE	65.000,00			65.000,00
20.606.26 .1.077	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	11.900,00			11.900,00
20.606.26 .1.078	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	9.900,00			9.900,00
20.606.26 .1.088	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	350.000,00			350.000,00
20.606.26 .1.180	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	20.800,00			20.800,00
20.606.26 .2.051	MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA		10.450,00		10.450,00
20.606.26 .2.058	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA		5.200,00		5.200,00
20.606.26 .2.059	EDUCAÇÃO RURAL		15.600,00		15.600,00
20.606.26 .2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA		2.046.900,00		2.046.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 5/13

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		11.370.300,00	52.087.341,76	0,00	63.457.641,76
Unidade: 02.07 SECRETARIA DA AGRICULTURA		457.600,00	2.605.950,00	0,00	3.063.550,00
20	Agricultura	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606	Extensão Rural	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606.26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606.26 .2.092	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL		39.600,00		39.600,00
20.606.26 .2.093	PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS		52.100,00		52.100,00
20.606.26 .2.095	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO		177.100,00		177.100,00
20.606.26 .2.097	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL		104.500,00		104.500,00
20.606.26 .2.098	PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS		104.500,00		104.500,00
20.606.26 .2.100	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS		50.000,00		50.000,00
Unidade: 02.08 GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	130.300,00	0,00	130.300,00
04	Administração		130.300,00		130.300,00
04.122	Administração Geral		130.300,00		130.300,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		130.300,00		130.300,00
04.122.2 .2.158	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE PREFEITO		130.300,00		130.300,00
Unidade: 02.09 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		1.100.000,00	1.173.100,00	0,00	2.273.100,00
22	Indústria	1.100.000,00	1.118.100,00		2.218.100,00
22.661	Promoção Industrial	550.000,00	1.118.100,00		1.668.100,00
22.661.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	550.000,00	1.118.100,00		1.668.100,00
22.661.27 .1.082	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	400.000,00			400.000,00
22.661.27 .1.091	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	150.000,00			150.000,00
22.661.27 .2.099	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		463.400,00		463.400,00
22.661.27 .2.101	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO		104.200,00		104.200,00
22.661.27 .2.104	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		406.300,00		406.300,00
22.661.27 .2.154	PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR		40.000,00		40.000,00
22.661.27 .2.159	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC		52.100,00		52.100,00
22.661.27 .2.160	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC		52.100,00		52.100,00
22.662	Produção Industrial	550.000,00			550.000,00
22.662.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	550.000,00			550.000,00
22.662.27 .1.064	CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	220.000,00			220.000,00
22.662.27 .1.071	MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA DO PARQUE EMPRESARIAL	330.000,00			330.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 6/13
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 02.00	CHEFIA DO EXECUTIVO	11.370.300,00	52.087.341,76	0,00	63.457.641,76
Unidade: 02.09	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	1.100.000,00	1.173.100,00	0,00	2.273.100,00
23	Comércio e Serviços		55.000,00		55.000,00
23.691	Promoção Comercial		55.000,00		55.000,00
23.691.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		55.000,00		55.000,00
23.691.27 .2.012	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.		55.000,00		55.000,00
Órgão: 03.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	156.300,00	2.397.300,00	24.506.151,25
Unidade: 03.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	156.300,00	2.397.300,00	24.506.151,25
04	Administração		156.300,00	1.042.100,00	1.198.400,00
04.122	Administração Geral		156.300,00	1.042.100,00	1.198.400,00
04.122.0	ENCARGOS ESPECIAIS		156.300,00	1.042.100,00	1.198.400,00
04.122.0 .0.003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			260.500,00	260.500,00
04.122.0 .0.004	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			208.400,00	208.400,00
04.122.0 .0.005	PAGAMENTO AO PASEP			573.200,00	573.200,00
04.122.0 .2.113	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM		156.300,00		156.300,00
28	Encargos Especiais			1.355.200,00	1.355.200,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			1.355.200,00	1.355.200,00
28.843.0	ENCARGOS ESPECIAIS			1.355.200,00	1.355.200,00
28.843.0 .0.001	PAGAMENTO DE JUROS DA DIVIDA INTERNA			104.500,00	104.500,00
28.843.0 .0.002	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA			1.250.700,00	1.250.700,00
					21.952.551,25
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	Transferencia Concedida do FM Saude				11.311.098,75
	Transferencia Concedida ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental				400.000,00
	Transferencias Concedidas ao FM Assistência Social				2.920.965,00
	Transferencia concedida ao FM Habitação				82.000,00
	Transferencia concedida ao FIA				177.400,00
	Transferencias concedidas ao FM Esportes				1.439.500,00
	Transferencias Financeiras a FM Cultura				689.100,00
	Transferencias Financeiras para a Camara Municipal				4.882.500,00
	Transferencias Concedidas a Fundação do Meio Ambiente				49.987,50

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 7/13
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	11.370.300,00	52.243.641,76	2.397.300,00	88.063.793,01
Órgão: 10.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Unidade: 10.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00
99.999.9999.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00
Entidade: 2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.676.700,00	16.045.098,75	0,00	17.721.798,75
Órgão: 04.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.676.700,00	16.045.098,75	0,00	17.721.798,75
Unidade: 04.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.676.700,00	16.045.098,75	0,00	17.721.798,75
10	Saúde	1.676.700,00	16.045.098,75		17.721.798,75
10.301	Atenção Básica	1.485.000,00	15.797.098,75		17.282.098,75
10.301.8	SAÚDE BÁSICA	1.485.000,00	15.797.098,75		17.282.098,75
10.301.8 .1.023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DO POSTOS/SAÚDE	543.000,00			543.000,00
10.301.8 .1.025	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS	242.000,00			242.000,00
10.301.8 .1.045	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA	50.000,00			50.000,00
10.301.8 .1.058	CONSTRUÇÃO DA SEDE PARA VIGILÂNCIA ANITÁRIA				0,00
10.301.8 .1.060	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	650.000,00			650.000,00
10.301.8 .2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		11.714.647,75		11.714.647,75
10.301.8 .2.044	FOMENTO E PROJETOS DE MELHORIA DA GESTÃO E HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATEND		31.200,00		31.200,00
10.301.8 .2.060	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS		797.000,00		797.000,00
10.301.8 .2.061	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF		2.341.400,00		2.341.400,00
10.301.8 .2.151	MANUTENÇÃO DO SETOR DE FARMÁCIA		529.700,00		529.700,00
10.301.8 .2.173	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS-AMARP		383.151,00		383.151,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	191.700,00			191.700,00
10.302.8	SAÚDE BÁSICA	150.000,00			150.000,00
10.302.8 .1.059	REFORMA E MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	150.000,00			150.000,00
10.302.9	SAÚDE ESPECIALIZADA	41.700,00			41.700,00
10.302.9 .1.028	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	41.700,00			41.700,00
10.304	Vigilância Sanitária		248.000,00		248.000,00
10.304.8	SAÚDE BÁSICA		248.000,00		248.000,00
10.304.8 .2.062	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		248.000,00		248.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 8/13
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		600.000,00	3.466.315,00	0,00	4.066.315,00
Órgão: 05.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		600.000,00	3.466.315,00	0,00	4.066.315,00
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		600.000,00	3.466.315,00	0,00	4.066.315,00
08	Assistência Social	600.000,00	3.466.315,00		4.066.315,00
08.241	Assistência ao Idoso		232.150,00		232.150,00
08.241.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		232.150,00		232.150,00
08.241.5 .2.022	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO		232.150,00		232.150,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		26.050,00		26.050,00
08.242.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		26.050,00		26.050,00
08.242.5 .2.147	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA APAE/APAS		26.050,00		26.050,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		444.900,00		444.900,00
08.243.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		444.900,00		444.900,00
08.243.5 .2.025	MANUTENÇÃO DO PETI		265.700,00		265.700,00
08.243.5 .2.026	MANUTENÇÃO DO PROJETO SENTINELA		179.200,00		179.200,00
08.244	Assistência Comunitária	600.000,00	2.763.215,00		3.363.215,00
08.244.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	600.000,00	2.763.215,00		3.363.215,00
08.244.5 .1.013	CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTIPLO USO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA	400.000,00			400.000,00
08.244.5 .1.014	CONSTRUÇÃO DO CRAS	200.000,00			200.000,00
08.244.5 .2.023	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		129.250,00		129.250,00
08.244.5 .2.027	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A MULHER - PAM		208.500,00		208.500,00
08.244.5 .2.029	MANUTENÇÃO DO CRAS		276.250,00		276.250,00
08.244.5 .2.030	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL		1.981.515,00		1.981.515,00
08.244.5 .2.152	MANUTENÇÃO DO CREAS		65.600,00		65.600,00
08.244.5 .2.153	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA		102.100,00		102.100,00
Entidade: 6 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		455.000,00	31.200,00	0,00	486.200,00
Órgão: 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		455.000,00	31.200,00	0,00	486.200,00
Unidade: 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		455.000,00	31.200,00	0,00	486.200,00
16	Habitação	455.000,00	31.200,00		486.200,00
16.482	Habitação Urbana	455.000,00	31.200,00		486.200,00
16.482.22	HABITAÇÃO POPULAR	455.000,00	31.200,00		486.200,00
16.482.22 .1.061	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	455.000,00			455.000,00
16.482.22 .2.083	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		31.200,00		31.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 9/13
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 7 FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA		0,00	208.550,00	0,00	208.550,00
Órgão: 07.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	208.550,00	0,00	208.550,00
Unidade: 07.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	208.550,00	0,00	208.550,00
08	Assistência Social		208.550,00		208.550,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		208.550,00		208.550,00
08.243.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		208.550,00		208.550,00
08.243.5 .2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA		187.700,00		187.700,00
08.243.5 .2.164	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		20.850,00		20.850,00
Entidade: 9 FAMPEC		0,00	930.710,00	0,00	930.710,00
Órgão: 08.00 FAMPEC - CAÇADOR		0,00	930.710,00	0,00	930.710,00
Unidade: 08.01 FAMPEC - CAÇADOR		0,00	930.710,00	0,00	930.710,00
04	Administração		930.710,00		930.710,00
04.122	Administração Geral		930.710,00		930.710,00
04.122.6	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS		930.710,00		930.710,00
04.122.6 .2.033	MANUTENÇÃO DO FAMPEC		930.710,00		930.710,00
Entidade: 10 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	6.949.729,26	0,00	6.949.729,26
Órgão: 09.00 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	6.949.729,26	0,00	6.949.729,26
Unidade: 09.01 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	6.949.729,26	0,00	6.949.729,26
04	Administração		6.949.729,26		6.949.729,26
04.122	Administração Geral		6.949.729,26		6.949.729,26
04.122.7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		6.949.729,26		6.949.729,26
04.122.7 .2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC		360.473,97		360.473,97
04.122.7 .2.035	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		3.863.057,11		3.863.057,11
04.122.7 .2.777	RESERVA LEGAL - RPPS		2.726.198,18		2.726.198,18
Entidade: 11 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		136.500,00	1.353.000,00	0,00	1.489.500,00
Órgão: 12.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		136.500,00	1.353.000,00	0,00	1.489.500,00
Unidade: 12.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		136.500,00	1.353.000,00	0,00	1.489.500,00
27	Desporto e Lazer	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812	Desporto Comunitário	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812.31	DESPORTO AMADOR	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812.31 .1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.500,00			36.500,00
27.812.31 .1.104	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	100.000,00			100.000,00
27.812.31 .1.105	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES				0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 10/13

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 11 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		136.500,00	1.353.000,00	0,00	1.489.500,00
Órgão: 12.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		136.500,00	1.353.000,00	0,00	1.489.500,00
Unidade: 12.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		136.500,00	1.353.000,00	0,00	1.489.500,00
27	Desporto e Lazer	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812	Desporto Comunitário	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812.31	DESPORTO AMADOR	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812.31 .2.109	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		703.000,00		703.000,00
27.812.31 .2.149	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.		650.000,00		650.000,00
Entidade: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
17	Saneamento		800.000,00		800.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		800.000,00		800.000,00
17.512.35	SANEAMENTO BASICO		800.000,00		800.000,00
17.512.35 .2.174	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		240.000,00		240.000,00
17.512.35 .2.175	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		260.000,00		260.000,00
17.512.35 .2.176	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		300.000,00		300.000,00
Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		295.000,00	644.100,00	0,00	939.100,00
Órgão: 13.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		295.000,00	644.100,00	0,00	939.100,00
Unidade: 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		295.000,00	644.100,00	0,00	939.100,00
13	Cultura	295.000,00	644.100,00		939.100,00
13.392	Difusão Cultural	295.000,00	644.100,00		939.100,00
13.392.19	ACERVO CULTURAL	295.000,00	644.100,00		939.100,00
13.392.19 .1.032	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	170.000,00			170.000,00
13.392.19 .1.046	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				0,00
13.392.19 .1.097	CONSTRUÇÃO DO MUSEU	125.000,00			125.000,00
13.392.19 .2.069	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.		644.100,00		644.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 11/13
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 14	CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR	945.000,00	3.887.500,00	0,00	4.832.500,00
Órgão: 01.00	PODER LEGISLATIVO	945.000,00	3.887.500,00	0,00	4.832.500,00
Unidade: 01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	945.000,00	3.887.500,00	0,00	4.832.500,00
01	Legislativa	945.000,00	3.887.500,00		4.832.500,00
01.031	Ação Legislativa	945.000,00	3.887.500,00		4.832.500,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	945.000,00	3.887.500,00		4.832.500,00
01.031.1 .1.191	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	945.000,00			945.000,00
01.031.1 .2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		3.307.500,00		3.307.500,00
01.031.1 .2.161	MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR		420.000,00		420.000,00
01.031.1 .2.163	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO		160.000,00		160.000,00
Entidade: 15	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	2.288.900,00	12.741.500,00	0,00	15.030.400,00
Órgão: 14.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	2.288.900,00	12.741.500,00	0,00	15.030.400,00
Unidade: 14.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	174.000,00	1.691.400,00	0,00	1.865.400,00
18	Gestão Ambiental	174.000,00	1.691.400,00		1.865.400,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	174.000,00	1.691.400,00		1.865.400,00
18.541.24	MEIO AMBIENTE	174.000,00	1.691.400,00		1.865.400,00
18.541.24 .1.004	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES	50.000,00			50.000,00
18.541.24 .1.005	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	24.000,00			24.000,00
18.541.24 .1.007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	100.000,00			100.000,00
18.541.24 .2.171	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		1.666.400,00		1.666.400,00
18.541.24 .2.172	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS		25.000,00		25.000,00
Unidade: 14.02	DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	50.000,00	73.000,00	0,00	123.000,00
18	Gestão Ambiental	50.000,00	73.000,00		123.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	73.000,00		123.000,00
18.541.24	MEIO AMBIENTE	50.000,00	73.000,00		123.000,00
18.541.24 .1.009	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	50.000,00			50.000,00
18.541.24 .2.021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL		23.000,00		23.000,00
18.541.24 .2.032	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS		50.000,00		50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 12/13

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 15 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.288.900,00	12.741.500,00	0,00	15.030.400,00
Órgão: 14.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.288.900,00	12.741.500,00	0,00	15.030.400,00
Unidade: 14.03 DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO LIC. E EDUC. AMB.		0,00	23.000,00	0,00	23.000,00
18	Gestão Ambiental		23.000,00		23.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		23.000,00		23.000,00
18.541.24	MEIO AMBIENTE		23.000,00		23.000,00
18.541.24 .2.036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO		23.000,00		23.000,00
Unidade: 14.04 DIVISÃO DE CONTROLE DE ZONOSSES E DEF. DE ANIMAIS		100.000,00	51.000,00	0,00	151.000,00
10	Saúde	100.000,00	51.000,00		151.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	100.000,00	51.000,00		151.000,00
10.305.24	MEIO AMBIENTE	100.000,00	51.000,00		151.000,00
10.305.24 .1.011	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E CANIL PARA ABRIGO DE ANIMAIS	100.000,00			100.000,00
10.305.24 .2.038	MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE ZONOSSES		36.000,00		36.000,00
10.305.24 .2.039	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL		15.000,00		15.000,00
Unidade: 14.05 DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO		1.928.900,00	10.590.600,00	0,00	12.519.500,00
17	Saneamento	1.408.900,00	10.590.600,00		11.999.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.408.900,00	10.590.600,00		11.999.500,00
17.512.12	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	30.000,00	6.969.400,00		6.999.400,00
17.512.12 .1.018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	30.000,00			30.000,00
17.512.12 .2.008	COLETA SELETIVA DE LIXO		364.800,00		364.800,00
17.512.12 .2.040	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		6.604.600,00		6.604.600,00
17.512.13	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		2.297.300,00		2.297.300,00
17.512.13 .2.041	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA		2.297.300,00		2.297.300,00
17.512.14	DRENAGEM PLUVIAL	196.000,00	273.900,00		469.900,00
17.512.14 .1.021	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS	196.000,00			196.000,00
17.512.14 .2.042	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		273.900,00		273.900,00
17.512.15	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	1.182.900,00	1.050.000,00		2.232.900,00
17.512.15 .1.047	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	1.182.900,00			1.182.900,00
17.512.15 .2.107	COLETA DE LIXO DOMICILIAR		1.050.000,00		1.050.000,00
18	Gestão Ambiental	520.000,00			520.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	520.000,00			520.000,00
18.541.24	MEIO AMBIENTE	520.000,00			520.000,00
18.541.24 .1.019	DESPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL E DESENV. DE ATIV. E PROG. AMBIENT.	520.000,00			520.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 13/13
Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 15 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.288.900,00	12.741.500,00	0,00	15.030.400,00
Órgão: 14.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.288.900,00	12.741.500,00	0,00	15.030.400,00
Unidade: 14.06 DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		36.000,00	312.500,00	0,00	348.500,00
18	Gestão Ambiental	36.000,00	312.500,00		348.500,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	36.000,00	312.500,00		348.500,00
18.541.16	LIMPEZA PÚBLICA	36.000,00	312.500,00		348.500,00
18.541.16 .1.022	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA PASSEIO LIVRE	36.000,00			36.000,00
18.541.16 .2.009	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E TREVOS		312.500,00		312.500,00
Total geral:					141.518.596,02

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo 7 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Página: 1/5
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	945.000,00	3.887.500,00		4.832.500,00
01.031	Ação Legislativa	945.000,00	3.887.500,00		4.832.500,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	945.000,00	3.887.500,00		4.832.500,00
04	Administração		15.314.426,58	1.042.100,00	16.356.526,58
04.122	Administração Geral		11.701.889,26	1.042.100,00	12.743.989,26
04.122.0	ENCARGOS ESPECIAIS		156.300,00	1.042.100,00	1.198.400,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.334.450,00		3.334.450,00
04.122.3	CONTROLE INTERNO		15.700,00		15.700,00
04.122.33	CONTRIBUIÇÕES		315.000,00		315.000,00
04.122.6	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS		930.710,00		930.710,00
04.122.7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		6.949.729,26		6.949.729,26
04.123	Administração Financeira		3.612.537,32		3.612.537,32
04.123.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.612.537,32		3.612.537,32
06	Segurança Pública		2.668.800,00		2.668.800,00
06.181	Policiamento		2.078.800,00		2.078.800,00
06.181.4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		2.078.800,00		2.078.800,00
06.182	Defesa Civil		590.000,00		590.000,00
06.182.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		110.000,00		110.000,00
06.182.4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		480.000,00		480.000,00
08	Assistência Social	600.000,00	3.674.865,00		4.274.865,00
08.241	Assistência ao Idoso		232.150,00		232.150,00
08.241.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		232.150,00		232.150,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		26.050,00		26.050,00
08.242.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		26.050,00		26.050,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		653.450,00		653.450,00
08.243.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		653.450,00		653.450,00
08.244	Assistência Comunitária	600.000,00	2.763.215,00		3.363.215,00
08.244.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	600.000,00	2.763.215,00		3.363.215,00
10	Saúde	1.776.700,00	16.096.098,75		17.872.798,75
10.301	Atenção Básica	1.485.000,00	15.797.098,75		17.282.098,75
10.301.8	SAÚDE BÁSICA	1.485.000,00	15.797.098,75		17.282.098,75
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		191.700,00		191.700,00
10.302.8	SAÚDE BÁSICA		150.000,00		150.000,00
10.302.9	SAÚDE ESPECIALIZADA		41.700,00		41.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/5
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	1.776.700,00	16.096.098,75		17.872.798,75
10.304	Vigilância Sanitária		248.000,00		248.000,00
10.304.8	SAÚDE BÁSICA		248.000,00		248.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	100.000,00	51.000,00		151.000,00
10.305.24	MEIO AMBIENTE	100.000,00	51.000,00		151.000,00
12	Educação	2.830.400,00	26.345.704,44		29.176.104,44
12.306	Alimentação e Nutrição		938.000,00		938.000,00
12.306.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		938.000,00		938.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.340.800,00	19.366.558,44		21.707.358,44
12.361.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	2.340.800,00	19.366.558,44		21.707.358,44
12.364	Ensino Superior		62.400,00		62.400,00
12.364.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		62.400,00		62.400,00
12.365	Educação Infantil	489.600,00	5.446.746,00		5.936.346,00
12.365.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	489.600,00	5.446.746,00		5.936.346,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		10.400,00		10.400,00
12.366.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		10.400,00		10.400,00
12.367	Educação Especial		521.600,00		521.600,00
12.367.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		521.600,00		521.600,00
13	Cultura	295.000,00	644.100,00		939.100,00
13.392	Difusão Cultural	295.000,00	644.100,00		939.100,00
13.392.19	ACERVO CULTURAL	295.000,00	644.100,00		939.100,00
15	Urbanismo	6.773.800,00	11.280.600,00		18.054.400,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.505.500,00	908.500,00		5.414.000,00
15.451.17	INFRA ESTRUTURA URBANA	4.505.500,00			4.505.500,00
15.451.34	PLANEJAMENTO URBANO		908.500,00		908.500,00
15.452	Serviços Urbanos	2.268.300,00	10.372.100,00		12.640.400,00
15.452.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	1.868.300,00	8.053.100,00		9.921.400,00
15.452.21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	400.000,00	2.319.000,00		2.719.000,00
16	Habitação	455.000,00	31.200,00		486.200,00
16.482	Habitação Urbana	455.000,00	31.200,00		486.200,00
16.482.22	HABITAÇÃO POPULAR	455.000,00	31.200,00		486.200,00
17	Saneamento	1.617.400,00	11.390.600,00		13.008.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.617.400,00	11.390.600,00		13.008.000,00
17.512.12	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	30.000,00	6.969.400,00		6.999.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/5
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento	1.617.400,00	11.390.600,00		13.008.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.617.400,00	11.390.600,00		13.008.000,00
17.512.13	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		2.297.300,00		2.297.300,00
17.512.14	DRENAGEM PLUVIAL	196.000,00	273.900,00		469.900,00
17.512.15	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	1.182.900,00	1.050.000,00		2.232.900,00
17.512.24	MEIO AMBIENTE	208.500,00			208.500,00
17.512.35	SANEAMENTO BASICO		800.000,00		800.000,00
18	Gestão Ambiental	780.000,00	2.099.900,00		2.879.900,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	780.000,00	2.099.900,00		2.879.900,00
18.541.16	LIMPEZA PÚBLICA	36.000,00	312.500,00		348.500,00
18.541.24	MEIO AMBIENTE	744.000,00	1.787.400,00		2.531.400,00
20	Agricultura	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606	Extensão Rural	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
20.606.26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	457.600,00	2.605.950,00		3.063.550,00
22	Indústria	1.100.000,00	1.118.100,00		2.218.100,00
22.661	Promoção Industrial	550.000,00	1.118.100,00		1.668.100,00
22.661.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	550.000,00	1.118.100,00		1.668.100,00
22.662	Produção Industrial	550.000,00			550.000,00
22.662.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	550.000,00			550.000,00
23	Comércio e Serviços		55.000,00		55.000,00
23.691	Promoção Comercial		55.000,00		55.000,00
23.691.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		55.000,00		55.000,00
26	Transporte		735.500,00		735.500,00
26.782	Transporte Rodoviário		735.500,00		735.500,00
26.782.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS		735.500,00		735.500,00
27	Desporto e Lazer	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812	Desporto Comunitário	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
27.812.31	DESPORTO AMADOR	136.500,00	1.353.000,00		1.489.500,00
28	Encargos Especiais			1.355.200,00	1.355.200,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			1.355.200,00	1.355.200,00
28.843.0	ENCARGOS ESPECIAIS			1.355.200,00	1.355.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 4/5
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00
Total:		17.767.400,00	99.301.344,77	2.397.300,00	119.566.044,77



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 5/5
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	Transferencia Concedida do FM Saude				11.311.098,75
	Transferencia Concedida ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental				400.000,00
	Transferencias Concedidas ao FM Assistência Social				2.920.965,00
	Transferencia concedida ao FM Habitação				82.000,00
	Transferencia concedida ao FIA				177.400,00
	Transferencias concedidas ao FM Esportes				1.439.500,00
	Transferencias Financeiras a FM Cultura				689.100,00
	Transferencias Financeiras para a Camara Municipal				4.882.500,00
	Transferencias Concedidas a Fundação do Meio Ambiente				49.987,50
	Total:	0,00	0,00	0,00	21.952.551,25
	Total geral:	17.767.400,00	99.301.344,77	2.397.300,00	141.518.596,02

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo 8 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Página: 1/5
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	4.832.500,00		4.832.500,00
01.031	Ação Legislativa	4.832.500,00		4.832.500,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO	4.832.500,00		4.832.500,00
04	Administração	14.781.374,72	1.575.151,86	16.356.526,58
04.122	Administração Geral	11.168.837,40	1.575.151,86	12.743.989,26
04.122.0	ENCARGOS ESPECIAIS	1.198.400,00		1.198.400,00
04.122.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.334.450,00		3.334.450,00
04.122.3	CONTROLE INTERNO	15.700,00		15.700,00
04.122.33	CONTRIBUIÇÕES	315.000,00		315.000,00
04.122.6	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS	772.510,00	158.200,00	930.710,00
04.122.7	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	5.532.777,40	1.416.951,86	6.949.729,26
04.123	Administração Financeira	3.612.537,32		3.612.537,32
04.123.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.612.537,32		3.612.537,32
06	Segurança Pública	2.668.800,00		2.668.800,00
06.181	Policimento	2.078.800,00		2.078.800,00
06.181.4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.078.800,00		2.078.800,00
06.182	Defesa Civil	590.000,00		590.000,00
06.182.2	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	110.000,00		110.000,00
06.182.4	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	480.000,00		480.000,00
08	Assistência Social	3.194.815,00	1.080.050,00	4.274.865,00
08.241	Assistência ao Idoso	15.650,00	216.500,00	232.150,00
08.241.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	15.650,00	216.500,00	232.150,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		26.050,00	26.050,00
08.242.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		26.050,00	26.050,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	475.450,00	178.000,00	653.450,00
08.243.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	475.450,00	178.000,00	653.450,00
08.244	Assistência Comunitária	2.703.715,00	659.500,00	3.363.215,00
08.244.5	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	2.703.715,00	659.500,00	3.363.215,00
10	Saúde	11.693.298,75	6.179.500,00	17.872.798,75
10.301	Atenção Básica	11.254.698,75	6.027.400,00	17.282.098,75
10.301.8	SAÚDE BÁSICA	11.254.698,75	6.027.400,00	17.282.098,75
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	160.400,00	31.300,00	191.700,00
10.302.8	SAÚDE BÁSICA	150.000,00		150.000,00
10.302.9	SAÚDE ESPECIALIZADA	10.400,00	31.300,00	41.700,00
10.304	Vigilância Sanitária	177.200,00	70.800,00	248.000,00
10.304.8	SAÚDE BÁSICA	177.200,00	70.800,00	248.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/5
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	11.693.298,75	6.179.500,00	17.872.798,75
10.305	Vigilância Epidemiológica	101.000,00	50.000,00	151.000,00
10.305.24	MEIO AMBIENTE	101.000,00	50.000,00	151.000,00
12	Educação	8.929.424,44	20.246.680,00	29.176.104,44
12.306	Alimentação e Nutrição	469.000,00	469.000,00	938.000,00
12.306.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	469.000,00	469.000,00	938.000,00
12.361	Ensino Fundamental	6.432.324,44	15.275.034,00	21.707.358,44
12.361.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	6.432.324,44	15.275.034,00	21.707.358,44
12.364	Ensino Superior	62.400,00		62.400,00
12.364.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	62.400,00		62.400,00
12.365	Educação Infantil	1.444.100,00	4.492.246,00	5.936.346,00
12.365.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	1.444.100,00	4.492.246,00	5.936.346,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		10.400,00	10.400,00
12.366.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		10.400,00	10.400,00
12.367	Educação Especial	521.600,00		521.600,00
12.367.11	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	521.600,00		521.600,00
13	Cultura	689.100,00	250.000,00	939.100,00
13.392	Difusão Cultural	689.100,00	250.000,00	939.100,00
13.392.19	ACERVO CULTURAL	689.100,00	250.000,00	939.100,00
15	Urbanismo	10.071.800,00	7.982.600,00	18.054.400,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	908.500,00	4.505.500,00	5.414.000,00
15.451.17	INFRA ESTRUTURA URBANA		4.505.500,00	4.505.500,00
15.451.34	PLANEJAMENTO URBANO	908.500,00		908.500,00
15.452	Serviços Urbanos	9.163.300,00	3.477.100,00	12.640.400,00
15.452.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	8.209.300,00	1.712.100,00	9.921.400,00
15.452.21	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	954.000,00	1.765.000,00	2.719.000,00
16	Habitação	84.100,00	402.100,00	486.200,00
16.482	Habitação Urbana	84.100,00	402.100,00	486.200,00
16.482.22	HABITAÇÃO POPULAR	84.100,00	402.100,00	486.200,00
17	Saneamento	8.014.000,00	4.994.000,00	13.008.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	8.014.000,00	4.994.000,00	13.008.000,00
17.512.12	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	2.999.400,00	4.000.000,00	6.999.400,00
17.512.13	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.997.300,00	300.000,00	2.297.300,00
17.512.14	DRENAGEM PLUVIAL	175.900,00	294.000,00	469.900,00
17.512.15	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.232.900,00		2.232.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 3/5
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
17	Saneamento	8.014.000,00	4.994.000,00	13.008.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	8.014.000,00	4.994.000,00	13.008.000,00
17.512.24	MEIO AMBIENTE	208.500,00		208.500,00
17.512.35	SANEAMENTO BASICO	400.000,00	400.000,00	800.000,00
18	Gestão Ambiental	2.767.900,00	112.000,00	2.879.900,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	2.767.900,00	112.000,00	2.879.900,00
18.541.16	LIMPEZA PÚBLICA	348.500,00		348.500,00
18.541.24	MEIO AMBIENTE	2.419.400,00	112.000,00	2.531.400,00
20	Agricultura	2.713.550,00	350.000,00	3.063.550,00
20.606	Extensão Rural	2.713.550,00	350.000,00	3.063.550,00
20.606.26	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	2.713.550,00	350.000,00	3.063.550,00
22	Indústria	1.368.100,00	850.000,00	2.218.100,00
22.661	Promoção Industrial	1.318.100,00	350.000,00	1.668.100,00
22.661.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.318.100,00	350.000,00	1.668.100,00
22.662	Produção Industrial	50.000,00	500.000,00	550.000,00
22.662.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	50.000,00	500.000,00	550.000,00
23	Comércio e Serviços	55.000,00		55.000,00
23.691	Promoção Comercial	55.000,00		55.000,00
23.691.27	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	55.000,00		55.000,00
26	Transporte	610.500,00	125.000,00	735.500,00
26.782	Transporte Rodoviário	610.500,00	125.000,00	735.500,00
26.782.20	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	610.500,00	125.000,00	735.500,00
27	Desporto e Lazer	1.439.500,00	50.000,00	1.489.500,00
27.812	Desporto Comunitário	1.439.500,00	50.000,00	1.489.500,00
27.812.31	DESPORTO AMADOR	1.439.500,00	50.000,00	1.489.500,00
28	Encargos Especiais	1.355.200,00		1.355.200,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	1.355.200,00		1.355.200,00
28.843.0	ENCARGOS ESPECIAIS	1.355.200,00		1.355.200,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 4/5
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
Total:		75.368.962,91	44.197.081,86	119.566.044,77



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 5/5
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
	Transferencia Concedida do FM Saude			11.311.098,75
	Transferencia Concedida ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental			400.000,00
	Transferencias Concedidas ao FM Assistência Social			2.920.965,00
	Transferencia concedida ao FM Habitação			82.000,00
	Transferencia concedida ao FIA			177.400,00
	Transferencias concedidas ao FM Esportes			1.439.500,00
	Transferencias Financeiras a FM Cultura			689.100,00
	Transferencias Financeiras para a Camara Municipal			4.882.500,00
	Transferencias Concedidas a Fundação do Meio Ambiente			49.987,50
	Total:	0,00	0,00	21.952.551,25
	Total geral:	75.368.962,91	44.197.081,86	141.518.596,02

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal_____
CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo 9 Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	7.277.687,32	0,00	2.668.800,00
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	1.198.400,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	8.476.087,32	0,00	2.668.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 2/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.176.104,44
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.176.104,44



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 3/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	0,00	18.054.400,00	0,00	208.500,00	0,00
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	18.054.400,00	0,00	208.500,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 4/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	3.063.550,00	0,00	2.218.100,00	55.000,00	0,00
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	3.063.550,00	0,00	2.218.100,00	55.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 5/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	735.500,00	0,00	0,00	0,00	63.457.641,76
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	1.355.200,00	0,00	2.553.600,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
	Total:	0,00	735.500,00	0,00	1.355.200,00	100.000,00	66.111.241,76



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 6/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 7/60

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	17.721.798,75	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	17.721.798,75	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 9/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 10/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
04.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.721.798,75
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.721.798,75

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 11/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 12/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	4.066.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	4.066.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 13/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 14/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 15/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão						
05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.066.315,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.066.315,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 16/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 17/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 18/60

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	486.200,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	486.200,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 19/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 20/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486.200,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486.200,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 21/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 22/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	208.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	208.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 23/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 24/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 25/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão						
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.550,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.550,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 26/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
08.00 - FAMPEC - CACADOR	0,00	0,00	0,00	930.710,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	930.710,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 27/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
08.00 - FAMPEC - CACADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 28/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 29/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - FAMPEC - CACADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 30/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC

Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão						
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	930.710,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	930.710,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 31/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	0,00	0,00	0,00	6.949.729,26	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	6.949.729,26	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 32/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 33/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 34/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 35/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.949.729,26
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.949.729,26

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 36/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 37/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 38/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 39/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 40/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão						
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	0,00	1.489.500,00	0,00	0,00	1.489.500,00
Total:	0,00	0,00	1.489.500,00	0,00	0,00	1.489.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 41/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 42/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 43/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 44/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 45/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão						
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 46/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 47/60

Data: 19/07/2010

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 48/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	939.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	939.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 49/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 50/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	939.100,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	939.100,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 51/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
01.00 - PODER LEGISLATIVO	4.832.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	4.832.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 52/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
01.00 - PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 53/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
01.00 - PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 54/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 55/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.832.500,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.832.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 56/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão						
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 57/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Órgão						
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	151.000,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	151.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 58/60
Data: 19/07/2010**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão						
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	11.999.500,00	2.879.900,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	11.999.500,00	2.879.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 59/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Órgão						
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 60/60
Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.030.400,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.030.400,00
	Total geral:						119.566.044,77

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal_____
CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Demonstrativo da Saúde Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

RECEITAS	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	64.634.849,90	69.171.515,71	74.033.857,78
Impostos	11.630.768,00	12.446.544,57	13.321.108,88
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.315.700,00	5.688.800,00	6.088.700,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	4.325.000,00	4.628.000,00	4.953.000,00
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis – ITBI	781.000,00	835.800,00	894.500,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	1.209.068,00	1.293.944,57	1.384.908,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.269,00	33.464,08	35.816,60
Dívida Ativa dos Impostos	656.649,00	702.745,76	752.148,79
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	248.067,40	265.481,73	284.145,09
Receitas de Transferências Constitucionais Legais	52.068.096,50	55.723.279,57	59.640.638,42
Da União	19.240.858,00	20.591.566,23	22.039.153,34
Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios – FPM	18.969.860,00	20.301.544,17	21.728.742,73
Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR	41.692,00	44.618,78	47.755,48
Transferência Financeira aos Estados, DF e Municípios – Lei Complementar nº 87/1996	229.306,00	245.403,28	262.655,13
Do Estado	32.827.238,50	35.131.713,34	37.601.485,08
Cota-Parte do ICMS	26.813.167,50	28.695.451,86	30.712.742,12
Cota-Parte do IPI–Exportação	802.571,00	858.911,48	919.292,96
Cota-Parte do IPVA	5.211.500,00	5.577.350,00	5.969.450,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	6.129.500,00	6.538.300,00	6.323.300,00
Da União para o Município	3.483.000,00	3.727.200,00	3.988.900,00
Do Estado para o Município	2.646.500,00	2.811.100,00	2.334.400,00
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	59.006.854,17	61.194.702,94	60.124.719,03
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-10.205.159,30	-10.921.561,49	-11.689.347,25
TOTAL	119.566.044,77	125.982.957,16	128.792.529,56

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	PRIORIDADES		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
DESPESAS CORRENTES	15.653.873,79	16.978.046,74	18.281.968,59
Pessoal e Encargos Sociais	11.003.154,42	11.780.535,78	12.614.295,03
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	PRIORIDADES		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
Outras Despesas Correntes	4.650.719,37	5.197.510,96	5.667.673,56
DESPESAS DE CAPITAL	1.786.724,96	1.665.268,51	997.256,53
Investimentos	1.786.724,96	1.665.268,51	997.256,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	17.440.598,75	18.643.315,25	19.279.225,12

PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PRIORIDADES		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE	17.440.598,75	18.643.315,25	19.279.225,12
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00
(-) PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	-6.129.500,00	-6.538.300,00	-6.323.300,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	-6.129.500,00	-6.538.300,00	-6.323.300,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	11.311.098,75	12.105.015,25	12.955.925,12

PERCENTUAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (V / I)	17,5%	17,5%	17,5%
---	-------	-------	-------

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	PRIORIDADES		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	191.700,00	44.700,00	47.800,00
Atenção Básica	17.178.098,75	18.522.865,25	19.150.425,12
Vigilância Sanitária	70.800,00	75.750,00	81.000,00
TOTAL	17.440.598,75	18.643.315,25	19.279.225,12

SAULO SPEROTTO
 Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
 Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Demonstrativo Evolução Despesa Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/3

Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	44.405.472,91	47.595.336,05	0,00	51.484.475,00	53.375.991,76
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.942.836,30	26.859.441,55	0,00	28.110.400,00	29.278.208,44
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	5.472,00	5.703,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	24.561.507,85	24.935.873,82	0,00	25.929.928,00	27.057.521,44
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	2.381.328,45	1.923.567,73	0,00	2.175.000,00	2.214.984,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	108.703,65	75.411,26	0,00	100.000,00	104.500,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	108.703,65	75.411,26	0,00	100.000,00	104.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.353.932,96	20.660.483,24	0,00	23.274.075,00	23.993.283,32
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	498.201,56	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2.588.994,51	2.914.009,86	0,00	3.945.500,00	4.206.846,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	3.648,00	3.802,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.266.736,89	17.746.473,38	0,00	19.324.927,00	19.782.635,32
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.127.582,72	7.393.494,76	0,00	16.194.000,00	12.635.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.660.826,95	5.631.043,10	0,00	14.044.000,00	10.784.550,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	480,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.660.826,95	5.631.043,10	0,00	14.043.520,00	10.784.050,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	571.306,63	0,00	950.000,00	600.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	571.306,63	0,00	950.000,00	600.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.466.755,77	1.191.145,03	0,00	1.200.000,00	1.250.700,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.466.755,77	617.144,56	0,00	300.000,00	312.700,00
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas Intra-Orçamentárias	0,00	574.000,47	0,00	900.000,00	938.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
	Total por entidade:	49.533.055,63	54.988.830,81	0,00	67.778.475,00	66.111.241,76
Entidade: 2 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	7.151,04
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.487.338,91	9.066.904,96	0,00	9.746.940,00	10.162.203,38
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	616.608,60	662.605,69	0,00	800.000,00	833.800,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	72.000,00	75.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	375.375,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.911.398,66	5.914.230,39	0,00	4.910.635,00	4.481.544,37
4.4.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	624,96
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	371.045,49	598.265,65	0,00	1.165.000,00	1.786.100,00
	Total por entidade:	13.386.391,66	16.242.006,69	0,00	16.694.575,00	17.721.798,75
Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	329,80	0,00	1.390.000,00	1.448.850,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	57.000,00	59.500,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	125.000,00	128.150,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.172.985,24	563.183,68	0,00	1.662.000,00	1.731.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/3
 Data: 19/07/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	20.166,21	0,00	634.000,00	698.015,00
	Total por entidade:	1.172.985,24	583.679,69	0,00	3.868.000,00	4.066.315,00
Entidade: 6 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	13.585,15	3.527,02	0,00	30.000,00	31.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	195.202,68	84.858,66	0,00	450.000,00	455.000,00
	Total por entidade:	208.787,83	88.385,68	0,00	480.000,00	486.200,00
Entidade: 7 FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA						
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	68.484,47	70.038,24	0,00	160.000,00	166.850,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.300,00	19.920,34	0,00	40.000,00	41.700,00
	Total por entidade:	72.784,47	89.958,58	0,00	200.000,00	208.550,00
Entidade: 9 FAMPEC						
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	785.967,75	0,00	893.000,00	930.710,00
	Total por entidade:	0,00	785.967,75	0,00	893.000,00	930.710,00
Entidade: 10 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	3.995.112,16	0,00	3.756.863,63	4.038.628,39
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	6.950,09	0,00	10.967,50	11.790,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	74.972,30	0,00	107.535,00	115.600,13
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	3.970,82	0,00	149.180,00	57.512,50
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS	0,00	0,00	0,00	2.440.318,29	2.726.198,18
	Total por entidade:	0,00	4.081.005,37	0,00	6.464.864,42	6.949.729,26
Entidade: 11 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES						
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	883.826,91	0,00	620.000,00	650.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	643.800,19	0,00	665.000,00	693.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	6.463,64	0,00	215.000,00	146.500,00
	Total por entidade:	0,00	1.534.090,74	0,00	1.500.000,00	1.489.500,00
Entidade: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	209.075,47	123.211,28	0,00	0,00	260.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	326.787,25	2.044.525,56	0,00	0,00	410.000,00
	Total por entidade:	535.862,72	2.167.736,84	0,00	0,00	800.000,00
Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	174.356,85	0,00	350.000,00	364.800,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	1.836,59	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	27.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	108.043,19	0,00	200.000,00	208.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	29.906,77	0,00	345.000,00	315.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/3
 Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA						
	Total por entidade:	0,00	341.143,40	0,00	945.000,00	939.100,00
Entidade: 14 CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	1.489.927,87	0,00	2.100.000,00	2.310.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	17.155,44	0,00	160.000,00	168.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	521.366,06	0,00	1.690.000,00	1.724.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	33.480,91	0,00	600.000,00	630.000,00
	Total por entidade:	0,00	2.061.930,28	0,00	4.550.000,00	4.832.500,00
Entidade: 15 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	31.148,49	1.493.000,00	1.456.100,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	30.100,00	31.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	74.360,59	4.559.900,00	4.652.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	18.098.000,00	8.371.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	700.000,00	520.000,00
	Total por entidade:	0,00	0,00	105.509,08	24.881.000,00	15.030.400,00
	Total geral:	64.909.867,55	82.964.735,83	105.509,08	128.254.914,42	119.566.044,77

SAULO SPEROTTO
 Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
 Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Demonstrativo do MDE Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/4

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

RECEITAS DO ENSINO			
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
1- RECEITA DE IMPOSTOS	12.566.753,40	13.448.236,14	14.393.219,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -IPTU	6.186.020,50	6.620.217,00	7.085.595,61
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.315.700,00	5.688.800,00	6.088.700,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.634,50	16.732,04	17.908,30
Dívida Ativa do IPTU	625.380,00	669.281,68	716.332,18
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos de Dívida Ativa do IPTU	229.306,00	245.403,28	262.655,13
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos -ITBI	781.000,00	835.800,00	894.500,00
Imposto sobre Transmissão Inter vivos - ITBI	781.000,00	835.800,00	894.500,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.390.664,90	4.698.274,57	5.028.214,87
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.325.000,00	4.628.000,00	4.953.000,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.634,50	16.732,04	17.908,30
Dívida Ativa do ISS	31.269,00	33.464,08	35.816,61
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	18.761,40	20.078,45	21.489,96
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.209.068,00	1.293.944,57	1.384.908,88
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.209.068,00	1.293.944,57	1.384.908,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	52.068.096,50	55.723.279,57	59.640.638,42
2.1- Cota-Parte FPM	18.969.860,00	20.301.544,17	21.728.742,73
2.2- Cota-Parte ICMS	26.813.167,50	28.695.451,86	30.712.742,12
2.3- ICMS-Desoneração - L.C.nº87/1996	229.306,00	245.403,28	262.655,13
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	802.571,00	858.911,48	919.292,96
2.5- Cota-Parte ITR	41.692,00	44.618,78	47.755,48
2.6- Cota-Parte IPVA	5.211.500,00	5.577.350,00	5.969.450,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	64.634.849,90	69.171.515,71	74.033.857,78
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
4- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.145.350,00	2.299.200,00	2.466.200,00
4.1- Transferências do Salário-Educação	1.520.000,00	1.630.000,00	1.750.000,00
4.2- Outras Transferências do FNDE	625.350,00	669.200,00	716.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/4

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
5- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.279.700,00	831.000,00	885.500,00
6- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00
7- OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00
8- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 +5+6+7)	3.425.050,00	3.130.200,00	3.351.700,00

FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
9- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.205.159,30	10.921.561,49	11.689.347,25
9.1- Cota-Parte FPM Destinada ao Fundeb -(20,00 de 2.1)	3.793.972,00	4.060.308,83	4.345.748,54
9.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao Fundeb -(20,00 de 2.2)	5.362.633,50	5.739.090,37	6.142.548,42
9.3- ICMS-Desoneração Destinada ao Fundeb -(20,00 de 2.3)	45.861,20	49.080,66	52.531,03
9.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao Fundeb -(20,00 de 2.4	160.514,20	171.782,30	183.858,59
9.5- Cota-Parte ITR Destinada ao Fundeb - (20,00 de 2.5)	8.338,40	8.923,76	9.551,10
9.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao Fundeb -(20,00 de 2.6)	833.840,00	892.375,57	955.109,57
10- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.311.230,00	17.456.546,95	18.683.388,70
10.1- Transferências de Recursos do Fundeb	16.311.230,00	17.456.546,95	18.683.388,70
10.2- Complementação da União ao Fundeb	0,00	0,00	0,00
10.3- Receita de Aplicação Fincanceira dos Recursos do Fundeb	0,00	0,00	0,00
11- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1 - 9)	6.106.070,70	6.534.985,46	6.994.041,45

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
 [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
12- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.048.984,00	13.965.237,56	14.946.710,96
12.1- Com Educação Infantil	3.148.500,00	3.369.600,00	3.606.500,00
12.2- Com Ensino Fundamental	9.900.484,00	10.595.637,56	11.340.210,96
13- OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS	3.262.246,00	3.491.309,39	3.736.677,74
13.1- Com Educação Infantil	979.046,00	1.048.409,39	1.123.077,74
13.2- Com Ensino Fundamental	2.283.200,00	2.442.900,00	2.613.600,00
14- TOTAL DAS PRIORIDADES DO FUNDEB (12 + 13)	16.311.230,00	17.456.546,95	18.683.388,70
15- MÍNIMO de 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL(12/10) x 100%	80,00	80,00	80,00

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/4

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
16- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% DE 3)*	16.158.712,48	17.292.878,93	18.508.464,45

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
17- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.519.646,00	5.907.709,39	6.324.177,74
17.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	4.127.546,00	4.418.009,39	4.729.577,74
17.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.392.100,00	1.489.700,00	1.594.600,00
18- ENSINO FUNDAMENTAL	18.361.008,44	19.649.442,88	21.029.174,58
18.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	12.183.684,00	13.038.537,56	13.953.810,96
18.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	6.177.324,44	6.610.905,32	7.075.363,62
19- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00
20- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00
21- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00
22- OUTRAS	0,00	0,00	0,00
23- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (17+18+19+20+21+22)	23.880.654,44	25.557.152,27	27.353.352,32

DEDUÇÕES/ ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
24- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (11)	6.106.070,70	6.534.985,46	6.994.041,45
25- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00
26- PRIORIDADES DAS DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00
27- RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (10.3)	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DEDUÇÕES/ ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL(24+25+26+27)	6.106.070,70	6.534.985,46	6.994.041,45
29- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO*[(17+18)-(28)/(3)]*100%	27,50	27,50	27,50

OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
30- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.520.000,00	1.630.000,00	1.750.000,00
31- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
32- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/4

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	PREVISÃO		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
33- TOTAL DAS OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE = (30+31+32)	1.520.000,00	1.630.000,00	1.750.000,00
34- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM ENSINO(23+33)	25.400.654,44	27.187.152,27	29.103.352,32

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394./96, art 11, V.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Despesas com Pessoal Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

DEMONSTRATIVO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO)

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

PREVISÃO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL	PRIORIDADES		
	LDO 2011	Projeção 2012	Projeção 2013
PRIORIDADES DAS DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)	50.300.331,31	54.060.530,60	58.247.269,96
Pessoal Ativo	50.300.331,31	54.060.530,60	58.247.269,96
Pessoal Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Outras prioridades das despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00
PRIORIDADES DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Prioridades das Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	50.300.331,31	54.060.530,60	58.247.269,96
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	100.210.003,35	106.870.972,43	114.324.586,13
% do TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	50,19	50,58	50,95
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	60.126.002,01	64.122.583,46	68.594.751,68
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	57.119.701,91	60.916.454,29	65.165.014,09

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6



Anexo Meta Fiscal Resultado Primário Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/2

Data: 19/07/2010

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES (I)	78.187.776,94	84.223.018,66	102.265.672,17	105.423.359,35	112.501.396,91	120.433.596,69
Receita Tributária	9.479.240,00	11.450.005,00	14.120.005,00	14.715.990,21	15.748.409,94	16.855.059,48
Receita de Contribuição	7.688.507,27	4.250.889,00	7.028.967,21	7.476.392,25	8.052.045,63	8.708.638,01
Receita Patrimonial	2.215.751,00	2.333.387,00	1.838.894,75	1.959.803,46	2.111.275,09	2.282.179,18
Aplicações Financeiras (II)	2.172.005,00	2.287.387,00	1.792.894,75	1.911.857,66	2.059.963,49	2.227.260,38
Outras Receitas Patrimoniais	43.746,00	46.000,00	46.000,00	47.945,80	51.311,60	54.918,80
Transferências Correntes	62.890.275,00	63.522.067,00	65.929.300,00	68.439.987,20	72.852.218,08	77.874.441,17
Demais Receitas Correntes	3.011.343,45	2.666.670,66	13.108.800,18	12.573.503,32	13.459.150,63	14.411.326,02
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	76.015.771,94	81.935.631,66	100.472.777,42	103.511.501,69	110.441.433,42	118.206.336,31
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	5.637.700,00	9.000.000,00	25.989.242,25	14.142.685,42	13.481.560,25	8.358.932,87
Operações de Crédito (V)	370.000,00	3.350.000,00	3.450.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	146.700,00	0,00	39.242,25	42.185,42	45.560,25	49.432,87
Alienação de Ativos (VII)	333.500,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	4.787.500,00	5.550.000,00	22.500.000,00	14.100.500,00	13.436.000,00	8.309.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	4.787.500,00	5.550.000,00	22.500.000,00	14.100.500,00	13.436.000,00	8.309.500,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	80.803.271,94	87.485.631,66	122.972.777,42	117.612.001,69	123.877.433,42	126.515.836,31
DESPESAS CORRENTES (X)	68.720.054,67	79.099.072,00	87.124.416,13	90.672.344,13	97.989.157,68	105.143.051,53
Pessoal e Encargos Sociais	39.860.956,27	45.954.340,00	48.005.271,13	50.300.331,31	54.060.530,60	58.247.269,96
Juros e Encargos da Dívida (XI)	155.000,00	100.000,00	100.000,00	104.500,00	111.800,00	119.600,00
Outras Despesas Correntes	28.704.098,40	33.044.732,00	39.019.145,00	40.267.512,82	43.816.827,08	46.776.181,57
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	68.565.054,67	78.999.072,00	87.024.416,13	90.567.844,13	97.877.357,68	105.023.451,53
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	11.945.649,00	15.617.000,00	38.590.180,00	26.067.502,46	24.949.505,48	20.354.919,03
Investimentos	9.504.289,00	14.617.000,00	35.740.180,00	23.696.802,46	22.355.405,48	17.628.169,03
Inversões Financeiras	941.360,00	700.000,00	1.650.000,00	1.120.000,00	1.256.500,00	1.295.600,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.500.000,00	300.000,00	1.200.000,00	1.250.700,00	1.337.600,00	1.431.150,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	10.445.649,00	15.317.000,00	37.390.180,00	24.816.802,46	23.611.905,48	18.923.769,03
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	3.059.773,27	3.188.684,14	2.440.318,29	2.726.198,18	2.944.294,00	3.194.559,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/2

Data: 19/07/2010

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	82.170.476,94	97.604.756,14	126.954.914,42	118.210.844,77	124.533.557,16	127.241.779,56
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(1.367.205,00)	(10.119.124,48)	(3.982.137,00)	(598.843,08)	(656.123,74)	(725.943,25)

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal_____
CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas e Prioridades das Despesas por Programa Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Programa: 0 - ENCARGOS ESPECIAIS**Objetivo:** Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.553.600,00
		DESPESAS CORRENTES	1.302.900,00
		DESPESAS DE CAPITAL	1.250.700,00
		Total:	2.553.600,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.113 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	156.300,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
0.001 - PAGAMENTO DE JUROS DA DIVIDA INTERNA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	104.500,00
0.002 - AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.250.700,00
0.003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	260.500,00
0.004 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	208.400,00
0.005 - PAGAMENTO AO PASEP	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	573.200,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/34

Data: 19/07/2010

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivo: Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	4.832.500,00
		DESPESAS CORRENTES	4.202.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	630.000,00
		Total:	4.832.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.191 - MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	945.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	3.307.500,00
2.161 - MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	420.000,00
2.163 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	160.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 3/34

Data: 19/07/2010

Programa: 2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivo: Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	7.056.987,32
		DESPESAS CORRENTES	6.918.537,32
		DESPESAS DE CAPITAL	138.450,00
		Total:	7.056.987,32

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.861.000,00
2.003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	26.200,00
2.004 - MANUTENÇÃO DO PROCON	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	70.850,00
2.005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	3.612.537,32
2.006 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA.	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	743.900,00
2.070 - REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS - TAQUARA VERDE	Terrenos (Un)	Município	0,00	0,00
2.156 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	110.000,00
2.157 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	306.200,00
2.158 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE PREFEITO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	130.300,00
2.162 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS	Entidade Beneficiada (Un)	Município	10,000	196.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 4/34

Data: 19/07/2010

Programa: 3 - CONTROLE INTERNO**Objetivo:** Desenvolvimento de ações relacionadas ao Controle Interno com eficiência e Eficácia, pois este programa é o responsável por todas as informações da administração Municipal.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	15.700,00
		DESPESAS CORRENTES	10.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	5.200,00
		Total:	15.700,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.015 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	15.700,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 5/34

Data: 19/07/2010

Programa: 4 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**Objetivo:** Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.558.800,00
		DESPESAS CORRENTES	2.398.800,00
		DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00
		Total:	2.558.800,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.016 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	730.000,00
2.017 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	480.000,00
2.019 - MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.348.800,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 6/34

Data: 19/07/2010

Programa: 5 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Objetivo: Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	4.274.865,00
		DESPESAS CORRENTES	3.535.150,00
		DESPESAS DE CAPITAL	739.715,00
		Total:	4.274.865,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.013 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTIPLO USO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA	Obra (M2)	Município	300,000	400.000,00
1.014 - CONSTRUÇÃO DO CRAS	Obra (M2)	Município	100,000	200.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	187.700,00
2.022 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO	Manutenção das Atividades (Ano)	Anistia de Juros de Mul	1,000	232.150,00
2.023 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	129.250,00
2.025 - MANUTENÇÃO DO PETI	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	265.700,00
2.026 - MANUTENÇÃO DO PROJETO SENTINELA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	179.200,00
2.027 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A MULHER - PAM	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	208.500,00
2.029 - MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	276.250,00
2.030 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.981.515,00
2.147 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA APAE/APAS	Manutenção das Atividades (Un)	Município	1,000	26.050,00
2.152 - MANUTENÇÃO DO CREAS	Pessoas Atendidas (Un)	Município	50,000	65.600,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 7/34

Data: 19/07/2010

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.153 - MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	102.100,00
2.164 - CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	20.850,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 8/34

Data: 19/07/2010

Programa: 6 - ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS**Objetivo:** Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros ao atendimento à saúde dos servidores.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	930.710,00
		DESPESAS CORRENTES	930.710,00
		Total:	930.710,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.033 - MANUTENÇÃO DO FAMPEC	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	930.710,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 9/34

Data: 19/07/2010

Programa: 7 - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**Objetivo:** Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	6.949.729,26
		DESPESAS CORRENTES	4.166.018,58
		DESPESAS DE CAPITAL	57.512,50
		RESERVA LEGAL - RPPS	2.726.198,18
		Total:	6.949.729,26

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.777 - RESERVA LEGAL - RPPS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	2.726.198,18
2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	360.473,97
2.035 - MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	3.863.057,11

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 10/34

Data: 19/07/2010

Programa: 8 - SAÚDE BÁSICA

Objetivo: Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	17.680.098,75
		DESPESAS CORRENTES	15.935.073,79
		DESPESAS DE CAPITAL	1.745.024,96
		Total:	17.680.098,75

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.023 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DO POSTOS/SAÚDE	Obra (M2)	Município	100,000	543.000,00
1.025 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS	Veículo (Un)	Município	2,000	242.000,00
1.045 - AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA	Obra (M2)	Município	50,000	50.000,00
1.058 - CONSTRUÇÃO DA SEDE PARA VIGILÂNCIA ANITÁRIA	Obra (M2)	Município	0,00	0,00
1.059 - REFORMA E MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	Obra (M2)	Município	100,000	150.000,00
1.060 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	Obra (M2)	Município	200,000	650.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	11.714.647,75
2.044 - FOMENTO E PROJETOS DE MELHORIA DA GESTÃO E HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	31.200,00
2.060 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	797.000,00
2.061 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	2.341.400,00
2.062 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	248.000,00
2.151 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE FARMÁCIA	Pessoas Atendidas (Un)	Município	5.000,000	529.700,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 11/34

Data: 19/07/2010

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.173 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS-AMARP	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	383.151,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 12/34

Data: 19/07/2010

Programa: 9 - SAÚDE ESPECIALIZADA**Objetivo:** Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando à redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	41.700,00
		DESPESAS DE CAPITAL	41.700,00
		Total:	41.700,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.028 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	Unidades Atendidas (Un)	Município	2,000	41.700,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 13/34

Data: 19/07/2010

Programa: 11 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE**Objetivo:** Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	29.176.104,44
		DESPESAS CORRENTES	26.219.004,44
		DESPESAS DE CAPITAL	2.957.100,00
		Total:	29.176.104,44

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Bens Adquiridos (Un)	Município	5,000	416.000,00
1.003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo/Máquina (Un)	Município	2,000	120.000,00
1.030 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	Obra (M2)	Município	150,000	365.500,00
1.031 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	Obra (M2)	Município	150,000	204.000,00
1.036 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Obra (M2)	Município	1,000	489.600,00
1.038 - AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS	Obra (M2)	Município	0,00	0,00
1.063 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO BAIRRO BERGER	Obra (Un)	Município	0,00	1.100.000,00
1.106 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	Obra (M2)	Município	4,000	135.300,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.045 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	5.463.324,44
2.046 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	9.900.484,00
2.047 - APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.553.700,00
2.048 - APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	864.700,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 14/34

Data: 19/07/2010

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.049 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.584.350,00
2.052 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	10.400,00
2.055 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	3.200.600,00
2.056 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEIAS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	2.246.146,00
2.063 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	62.400,00
2.064 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	938.000,00
2.068 - CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	521.600,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 15/34

Data: 19/07/2010

Programa: 12 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Objetivo: Ampliação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário Urbano , 1° e 2° etapa, Implantação de Saneamento Rural. Implantação da primeira e segunda etapa do projeto de esgotamento sanitário, dividido em 5 etapas., contemplando ampliação da rede coletora e sistema de tratamento de esgoto. População atendida : 29.750 habitantes. Implantar soluções alternativas individuais para o saneamento rural.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	6.999.400,00
		DESPESAS CORRENTES	884.800,00
		DESPESAS DE CAPITAL	6.114.600,00
		Total:	6.999.400,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.018 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	Veículos e Equipamentos (Un)	Município	1,000	30.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.008 - COLETA SELETIVA DE LIXO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	364.800,00
2.040 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	6.604.600,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 16/34

Data: 19/07/2010

Programa: 13 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA**Objetivo:** Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água .**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.297.300,00
		DESPESAS CORRENTES	833.800,00
		DESPESAS DE CAPITAL	1.463.500,00
		Total:	2.297.300,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.041 - MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	2.297.300,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 17/34

Data: 19/07/2010

Programa: 14 - DRENAGEM PLUVIAL

Objetivo: Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de águas Pluviais.
Dragagem e Desassoreamento dos Rios do Peixe e Caçador.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	469.900,00
		DESPESAS CORRENTES	103.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	366.900,00
		Total:	469.900,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.021 - DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	196.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.042 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	273.900,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 18/34

Data: 19/07/2010

Programa: 15 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**Objetivo:** Ampliação e Manutenção do Aterro Sanitário , Limpeza Pública, Coleta de Lixo Doméstico e Coleta Seletiva .**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.232.900,00
		DESPESAS CORRENTES	2.232.900,00
		Total:	2.232.900,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.047 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	Obra (M2)	Município	1,000	1.182.900,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.107 - COLETA DE LIXO DOMICILIAR	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.050.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 19/34

Data: 19/07/2010

Programa: 16 - LIMPEZA PÚBLICA**Objetivo:** Dentro do Programa Resíduos sólidos Urbanos , Ampliação e manutenção da coleta de resíduos domésticos .**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	348.500,00
		DESPESAS CORRENTES	296.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	52.000,00
		Total:	348.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.022 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA PASSEIO LIVRE	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	36.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.009 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E TREVOS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	312.500,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 20/34

Data: 19/07/2010

Programa: 17 - INFRA ESTRUTURA URBANA**Objetivo:** Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	4.505.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	4.505.500,00
		Total:	4.505.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.001 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	Terrenos (M2)	Município	500,000	250.000,00
1.037 - PARQUE CENTRAL - 2. ETAPA	Obra (M2)	Município	4.000,000	500.000,00
1.039 - ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	Obra (Un)	Município	30,000	1.000.000,00
1.040 - PARQUE CENTRAL 3. ETAPA	Obra (M2)	Município	5.000,000	1.030.000,00
1.041 - ADEQUAÇÃO DE VIAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO	Obra (M2)	Município	6.000,000	300.000,00
1.043 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO TIRO DE GUERRA	Obra (M2)	Município	0,00	0,00
1.044 - AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA	Obra (M2)	Município	0,00	0,00
1.049 - CONTINUAÇÃO DO PROJETO DA CICLOVIA	Obra (Un)	Município	1,000	425.500,00
1.056 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO	Obra (M2)	Município	300,000	1.000.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 21/34

Data: 19/07/2010

Programa: 19 - ACERVO CULTURAL

Objetivo: Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	939.100,00
		DESPESAS CORRENTES	623.300,00
		DESPESAS DE CAPITAL	315.800,00
		Total:	939.100,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.032 - REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Obra (M2)	Município	100,000	170.000,00
1.046 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo (Un)	Município	0,00	0,00
1.097 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU	Obra (M2)	Município	50,000	125.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.069 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	644.100,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 22/34

Data: 19/07/2010

Programa: 20 - MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS

Objetivo: Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	10.656.900,00
		DESPESAS CORRENTES	8.919.900,00
		DESPESAS DE CAPITAL	1.737.000,00
		Total:	10.656.900,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.048 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	Estradas/Ruas Abrangidas (M2)	Município	15.000,000	1.354.000,00
1.051 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	Obra (M2)	Município	7,000	410.000,00
1.057 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	Obra (M2)	Município	10,000	104.300,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.071 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	7.301.700,00
2.072 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	751.400,00
2.074 - MANUTENÇÃO DA LOCAÇÃO DE RADARES	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	350.000,00
2.108 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	385.500,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 23/34

Data: 19/07/2010

Programa: 21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Objetivo: Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.719.000,00
		DESPESAS CORRENTES	2.319.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	400.000,00
		Total:	2.719.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.015 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	Obra (Un)	Município	1,000	200.000,00
1.053 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Área Adquirida (M2)	Município	10.000,000	200.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.076 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	105.000,00
2.077 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	83.500,00
2.078 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	105.000,00
2.079 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.765.000,00
2.081 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	260.500,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 24/34

Data: 19/07/2010

Programa: 22 - HABITAÇÃO POPULAR

Objetivo: Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a todas as famílias necessitadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	486.200,00
		DESPESAS CORRENTES	31.200,00
		DESPESAS DE CAPITAL	455.000,00
		Total:	486.200,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.061 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	Casa Construída (Un)	Município	15,000	455.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.083 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	31.200,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 25/34

Data: 19/07/2010

Programa: 24 - MEIO AMBIENTE**Objetivo:** Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.890.900,00
		DESPESAS CORRENTES	1.788.400,00
		DESPESAS DE CAPITAL	1.102.500,00
		Total:	2.890.900,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.004 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES	Obra (M2)	Município	200,000	50.000,00
1.005 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	Equipamento (Un)	Município	3,000	24.000,00
1.007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo (Un)	Município	2,000	100.000,00
1.009 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	Máquinas e Implementos (Un)	Município	2,000	50.000,00
1.011 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E CANIL PARA ABRIGO DE ANIMAIS	Obra (M2)	Município	50,000	100.000,00
1.019 - DESPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL E DESENV. DE ATIV. E PROG. AMBIENTAIS	Área Abrangida (M2)	Município	2.500,000	520.000,00
1.052 - CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	Obra (Mt.)	Município	250,000	208.500,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	23.000,00
2.032 - PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	50.000,00
2.036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	23.000,00
2.038 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE ZOONOSSES	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	36.000,00
2.039 - VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL	Animais (Un)	Município	2.000,000	15.000,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 26/34

Data: 19/07/2010

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.171 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	1.666.400,00
2.172 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	25.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 27/34

Data: 19/07/2010

Programa: 26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo: Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	3.063.550,00
		DESPESAS CORRENTES	2.627.750,00
		DESPESAS DE CAPITAL	435.800,00
		Total:	3.063.550,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.055 - CRIAÇÃO DO FRIGORÍFICO DE PEIXE	Obra (M2)	Município	25,000	65.000,00
1.077 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	Obra (M2)	Município	1,000	11.900,00
1.078 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	Obra (M2)	Município	1,000	9.900,00
1.088 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	Área Adquirida (Un)	Município	3,000	350.000,00
1.180 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	Obra (M2)	Município	3,000	20.800,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.051 - MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	10.450,00
2.058 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	5.200,00
2.059 - EDUCAÇÃO RURAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	15.600,00
2.091 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	2.046.900,00
2.092 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	39.600,00
2.093 - PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	52.100,00
2.095 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	177.100,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 28/34

Data: 19/07/2010

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.097 - PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	104.500,00
2.098 - PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	104.500,00
2.100 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	50.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 29/34

Data: 19/07/2010

Programa: 27 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**Objetivo:** Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	2.273.100,00
		DESPESAS CORRENTES	1.573.100,00
		DESPESAS DE CAPITAL	700.000,00
		Total:	2.273.100,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.064 - CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	220.000,00
1.071 - MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA DO PARQUE EMPRESARIAL	Obra (M2)	Município	500,000	330.000,00
1.082 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	400.000,00
1.091 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Área Adquirida (Un)	Município	0,00	150.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.012 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	Manutenção das Atividades (Un)	Município	1,000	55.000,00
2.099 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	463.400,00
2.101 - MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	104.200,00
2.104 - IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	406.300,00
2.154 - PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR	Empresas (Un)	Município	10,000	40.000,00
2.159 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	52.100,00
2.160 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	52.100,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 30/34

Data: 19/07/2010

Programa: 31 - DESPORTO AMADOR

Objetivo: Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional e Estadual.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	1.489.500,00
		DESPESAS CORRENTES	1.343.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	146.500,00
		Total:	1.489.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Material Esportivo (Un)	Município	15,000	36.500,00
1.104 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	Obra (M2)	Município	100,000	100.000,00
1.105 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	Obra (M2)	Município	0,00	0,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.109 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	703.000,00
2.149 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	Manutenção das Atividades (Un)	Município	1,000	650.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 31/34

Data: 19/07/2010

Programa: 33 - CONTRIBUIÇÕES**Objetivo:** Efetuar repasses financeiros às entidades para as respectivas manutenções em cumprimento aos planos de trabalhos. Contribuições financeiras para a CCO da Festa do Município, Festa da Fogueira, Feinacc, Amarp, Fecam e demais contribuições.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	315.000,00
		DESPESAS CORRENTES	315.000,00
		Total:	315.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.013 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.	Entidade Beneficiada (Un)	Município	15,000	315.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 32/34

Data: 19/07/2010

Programa: 34 - PLANEJAMENTO URBANO

Objetivo: Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	908.500,00
		DESPESAS CORRENTES	771.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	137.000,00
		Total:	908.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.011 - MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	104.500,00
2.014 - MANUTENÇÃO DO IPPUC	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	699.500,00
2.075 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	104.500,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 33/34

Data: 19/07/2010

Programa: 35 - SANEAMENTO BASICO

Objetivo: SANEAMENTO BÁSICO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	800.000,00
		DESPESAS CORRENTES	390.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	410.000,00
		Total:	800.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
2.174 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	240.000,00
2.175 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	260.000,00
2.176 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	300.000,00



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 34/34

Data: 19/07/2010

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA**Objetivo:** Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.**Público alvo:**

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Totais
		<i>Fiscal/Seguridade</i>	100.000,00
		RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00
		Total:	100.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2011	
			Meta	R\$
9.999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	Manutenção das Atividades (Ano)	Município	1,000	100.000,00

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/7

Data: 19/07/2010

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDI	2.155.750,00	2.310.350,00	2.478.150,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	1.520.000,00	1.630.000,00	1.750.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	416.900,00	446.150,00	477.500,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	156.350,00	167.300,00	179.050,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	62.500,00	66.900,00	71.600,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAC	52.100,00	55.750,00	59.650,00
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Programa Brasil Alfabetizado (PEJA)	10.400,00	11.150,00	11.950,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	229.306,00	245.403,28	262.655,13
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	(45.861,20)	(49.080,66)	(52.531,03)
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	27.237.250,80	29.124.465,10	31.096.968,50
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	26.470.250,80	28.328.465,10	30.319.968,50
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	26.813.167,50	28.695.451,86	30.712.742,12
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICM: 87/96	(5.362.633,50)	(5.739.090,37)	(6.142.548,42)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.211.500,00	5.577.350,00	5.969.450,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB- IPVA	(833.840,00)	(892.375,57)	(955.109,57)
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	802.571,00	858.911,48	919.292,96
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI E	(160.514,20)	(171.782,30)	(183.858,59)
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	767.000,00	796.000,00	777.000,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Agricultura	350.000,00	350.000,00	300.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	417.000,00	446.000,00	477.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.207.000,00	17.345.000,00	18.564.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.207.000,00	17.345.000,00	18.564.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	312.700,00	335.000,00	358.500,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	312.700,00	335.000,00	358.500,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	312.700,00	335.000,00	358.500,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.659.253,50	2.845.929,78	3.045.992,31
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	922.435,50	987.190,47	1.056.589,95
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	69.834,10	74.736,45	79.990,42
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	15.634,50	16.732,04	17.908,30
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	15.634,50	16.732,04	17.908,30
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	38.565,10	41.272,37	44.173,82
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	38.565,10	41.272,37	44.173,82
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	331.451,40	354.719,29	379.656,05
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	229.306,00	245.403,28	262.655,13
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	18.761,40	20.078,45	21.489,96
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	83.384,00	89.237,56	95.510,96
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	521.150,00	557.734,73	596.943,48
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	521.150,00	557.734,73	596.943,48
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.600,00	7.060,00	7.550,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.600,00	7.060,00	7.550,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	6.600,00	7.060,00	7.550,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	896.378,00	959.303,74	1.026.742,79
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	896.378,00	959.303,74	1.026.742,79
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	625.380,00	669.281,68	716.332,18
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	31.269,00	33.464,08	35.816,61
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	239.729,00	256.557,98	274.594,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	239.729,00	256.557,98	274.594,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	833.840,00	892.375,57	955.109,57
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	833.840,00	892.375,57	955.109,57
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.980.500,00	8.044.000,00	6.093.500,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.980.500,00	8.044.000,00	6.093.500,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.980.500,00	8.044.000,00	6.093.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 3/7

Data: 19/07/2010

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	7.430.500,00	7.994.000,00	6.043.500,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00 Transf. Conv. União Dest. Prog. Infra-Estrut. Transpor	1.575.000,00	1.684.000,00	1.793.500,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio da União	5.855.500,00	6.310.000,00	4.250.000,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00 Outras Transferências de Convênio da União	2.825.500,00	4.310.000,00	1.250.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00 Outras Transferência de Convênio da União	3.030.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	550.000,00	50.000,00	50.000,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00 Transf. de Convênio Destinado Programa de Educaçã	550.000,00	50.000,00	50.000,00
Total entidade:	87.913.793,01	93.567.343,80	97.558.885,74
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	6.410.700,00	6.839.300,00	6.645.400,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	5.410.700,00	5.789.300,00	6.195.400,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	177.200,00	189.700,00	203.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	177.200,00	189.700,00	203.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Tx p/ Exercício do Poder de Policia	177.200,00	189.700,00	203.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	177.200,00	189.700,00	203.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	73.000,00	78.150,00	83.700,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	73.000,00	78.150,00	83.700,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	73.000,00	78.150,00	83.700,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	73.000,00	78.150,00	83.700,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Sau	73.000,00	78.150,00	83.700,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.056.500,00	5.410.150,00	5.789.600,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.056.500,00	5.410.150,00	5.789.600,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transf. da União	3.410.000,00	3.649.050,00	3.905.200,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.410.000,00	3.649.050,00	3.905.200,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00 Piso de Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	1.370.600,00	1.466.800,00	1.569.900,00
4.1.7.2.1.33.31.00.00.00 Programa de Saúde da Família (PSF)	413.800,00	442.800,00	473.900,00
4.1.7.2.1.33.32.00.00.00 PACS Programa Comunitário de Saúde	745.000,00	797.200,00	853.200,00
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00 Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Controle Doe	208.400,00	223.000,00	238.600,00
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00 Ações Básicas Farmácia Básica	290.000,00	310.300,00	332.100,00
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00 Ações Básicas Vigilância Sanitária	44.800,00	47.950,00	51.300,00
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00 Saúde Bucal	77.000,00	82.400,00	88.100,00
4.1.7.2.1.33.39.00.00.00 Transferências Centro de Especialidades Odontológi	119.800,00	128.200,00	137.200,00
4.1.7.2.1.33.40.00.00.00 Mac Visa - Média de Alta Complexidade da Vig. Sani	26.000,00	27.800,00	29.700,00
4.1.7.2.1.33.80.00.00.00 Incentivo Financ. ao Tratamento AIDS	114.600,00	122.600,00	131.200,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	1.646.500,00	1.761.100,00	1.884.400,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	1.646.500,00	1.761.100,00	1.884.400,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00 Farmácia Básica Estado	135.500,00	145.000,00	155.200,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00 Mac Média e Alta Complexidade	521.000,00	557.500,00	596.700,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00 Mac Caps	938.000,00	1.003.000,00	1.073.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00 CEO - Estado	52.000,00	55.600,00	59.500,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.000,00	111.300,00	119.100,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	104.000,00	111.300,00	119.100,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	104.000,00	111.300,00	119.100,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.050.000,00	450.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.050.000,00	450.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000.000,00	1.050.000,00	450.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	850.000,00	900.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio da União	850.000,00	900.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00 Outras Transferência de Convênio da União	850.000,00	900.000,00	300.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio dos Estados	150.000,00	150.000,00	150.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 4/7

Data: 19/07/2010

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00 Outras Transferências de Convênios do Estado	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Total entidade:	6.410.700,00	6.839.300,00	6.645.400,00
4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	1.145.350,00	898.100,00	855.130,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	745.350,00	798.100,00	855.130,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	3.150,00	3.400,00	3.630,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.150,00	3.400,00	3.630,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	3.150,00	3.400,00	3.630,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.050,00	1.150,00	1.230,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.050,00	1.150,00	1.230,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	2.100,00	2.250,00	2.400,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.100,00	2.250,00	2.400,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	678.000,00	726.100,00	777.100,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	678.000,00	726.100,00	777.100,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transf. da União	612.400,00	655.900,00	701.950,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	612.400,00	655.900,00	701.950,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00 Programa de Assistência para o Idoso - API	216.500,00	232.200,00	248.500,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00 Programa de Assistência Comunitária - PAC	83.350,00	89.200,00	95.400,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00 Programa para o Deficiente - APAE/APASC	26.050,00	27.900,00	29.850,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 Programa Sentinela	93.800,00	100.300,00	107.300,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	83.200,00	89.100,00	95.400,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 Programa do FNAS - CRAS	109.500,00	117.200,00	125.500,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	65.600,00	70.200,00	75.150,00
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	65.600,00	70.200,00	75.150,00
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00 Transferências de Recursos do Estado - CREAS	65.600,00	70.200,00	75.150,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.200,00	68.600,00	74.400,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	64.200,00	68.600,00	74.400,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	64.200,00	68.600,00	74.400,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	100.000,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400.000,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio da União	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00 Outras Transferência de Convênio da União	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	100.000,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio dos Estados	100.000,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00 Outras Transferências de Convênios do Estado	100.000,00	100.000,00	0,00
Total entidade:	1.145.350,00	898.100,00	855.130,00
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	404.200,00	404.550,00	404.900,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	4.200,00	4.550,00	4.900,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	3.150,00	3.400,00	3.650,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.150,00	3.400,00	3.650,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	3.150,00	3.400,00	3.650,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2.100,00	2.250,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.100,00	2.250,00	2.400,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.050,00	1.150,00	1.250,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.050,00	1.150,00	1.250,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.050,00	1.150,00	1.250,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	1.050,00	1.150,00	1.250,00



Página: 5/7

MUNICÍPIO DE CACADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.050,00	1.150,00	1.250,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	400.000,00	400.000,00	400.000,00
Total entidade:		404.200,00	404.550,00	404.900,00
7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	31.150,00	33.400,00	36.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	31.150,00	33.400,00	36.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transf. para o Combate à Fome	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.150,00	30.400,00	33.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	28.150,00	30.400,00	33.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	28.150,00	30.400,00	33.000,00
Total entidade:		31.150,00	33.400,00	36.000,00
9 - FAMPEC				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	753.850,00	809.000,00	877.700,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	753.850,00	809.000,00	877.700,00
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00	Contrib Assist Médica Servidores Vinc Reg Prev Pró	753.850,00	809.000,00	877.700,00
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	521.150,00	557.700,00	605.100,00
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	232.700,00	251.300,00	272.600,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	158.200,00	169.300,00	181.200,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	158.200,00	169.300,00	181.200,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	158.200,00	169.300,00	181.200,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	158.200,00	169.300,00	181.200,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	158.200,00	169.300,00	181.200,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.660,00	20.120,00	21.770,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.980,00	2.120,00	2.270,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.980,00	2.120,00	2.270,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1.980,00	2.120,00	2.270,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	16.680,00	18.000,00	19.500,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	16.680,00	18.000,00	19.500,00
Total entidade:		930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	6.949.729,26	7.505.707,58	8.143.692,73
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.396.551,81	3.668.275,93	3.980.079,40
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.704.233,13	1.840.571,77	1.997.020,38
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.704.233,13	1.840.571,77	1.997.020,38



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 6/7

Data: 19/07/2010

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR			
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio	1.704.233,13	1.840.571,77	1.997.020,38
4.1.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patronais - Ativo Civil	1.869,16	2.018,69	2.190,28
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00 Contrib. de Servidor Ativo Civil	1.648.430,18	1.780.304,59	1.931.630,48
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00 Contrib. de Servidor Inativo Civil	36.767,74	39.709,16	43.084,44
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00 Contrib. de Pensionista Civil	10.182,59	10.997,20	11.931,96
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00 Outras Contrib. Previdenciárias	6.983,46	7.542,13	8.183,22
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	1.416.951,86	1.530.308,00	1.660.384,18
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.416.951,86	1.530.308,00	1.660.384,18
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	1.416.951,86	1.530.308,00	1.660.384,18
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.416.951,86	1.530.308,00	1.660.384,18
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00 Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	1.416.951,86	1.530.308,00	1.660.384,18
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	275.366,82	297.396,16	322.674,84
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	275.366,82	297.396,16	322.674,84
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	275.366,82	297.396,16	322.674,84
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS	3.510.992,03	3.791.871,40	4.114.180,46
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.253.309,12	3.513.573,86	3.812.227,63
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.253.309,12	3.513.573,86	3.812.227,63
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio	3.253.309,12	3.513.573,86	3.812.227,63
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patronais - Ativo Civil	1.863.987,03	2.013.105,99	2.184.220,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00 Contribuição Previdenciária para Amortização do Dé	1.342.410,59	1.449.803,44	1.573.036,73
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00 Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelar	45.061,04	48.665,93	52.802,53
4.7.2.1.0.29.99.00.00.00 Contrib. Patronais - Outras Contribuições Previdenci	1.850,46	1.998,50	2.168,37
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	257.682,91	278.297,54	301.952,83
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	257.682,91	278.297,54	301.952,83
4.7.9.1.2.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora de Contribuições	257.682,91	278.297,54	301.952,83
4.7.9.1.2.29.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Contrib. Prev. Reg. Prop	135.235,57	146.054,42	158.469,04
4.7.9.1.2.29.01.00.00.00 Multas/Juros de Mora das Contribuições Patronais	134.600,05	145.368,06	157.724,34
4.7.9.1.2.29.02.00.00.00 Multas/Juros de Mora das Contribuições do Servidor	635,52	686,36	744,70
4.7.9.1.2.99.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	122.447,34	132.243,12	143.483,79
4.7.9.1.2.99.01.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições - P	122.447,34	132.243,12	143.483,79
4.8.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMENTÁRIAS	42.185,42	45.560,25	49.432,87
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	42.185,42	45.560,25	49.432,87
4.8.3.0.0.99.00.00.00.00 Amort. de Financiamentos Diversos	42.185,42	45.560,25	49.432,87
Total entidade:	6.949.729,26	7.505.707,58	8.143.692,73
11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	50.000,00	50.000,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	50.000,00	50.000,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.000,00	50.000,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.	50.000,00	50.000,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	50.000,00	50.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Conv. da União	50.000,00	50.000,00	0,00
Total entidade:	50.000,00	50.000,00	0,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	400.000,00	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	400.000,00	400.000,00	400.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 7/7

Data: 19/07/2010

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00 Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	400.000,00	400.000,00	400.000,00
Total entidade:	400.000,00	400.000,00	400.000,00
13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	250.000,00	50.000,00	150.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	250.000,00	50.000,00	150.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	50.000,00	150.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.	250.000,00	50.000,00	150.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	250.000,00	50.000,00	150.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Conv. da União	250.000,00	50.000,00	150.000,00
Total entidade:	250.000,00	50.000,00	150.000,00
15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas	15.080.412,50	15.236.135,78	13.517.851,09
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	11.160.412,50	11.794.135,78	12.551.851,09
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	912.012,50	976.035,78	1.044.651,09
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	912.012,50	976.035,78	1.044.651,09
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Tx pela Prestacao de Servicos	912.012,50	976.035,78	1.044.651,09
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	912.012,50	976.035,78	1.044.651,09
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00 Taxa de Coleta de Lixo	912.012,50	976.035,78	1.044.651,09
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	9.412.400,00	10.073.100,00	10.781.200,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00 Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	9.380.700,00	10.039.200,00	10.744.900,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	31.700,00	33.900,00	36.300,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	836.000,00	745.000,00	726.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.	836.000,00	745.000,00	726.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	316.000,00	195.000,00	171.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Conv. da União	316.000,00	195.000,00	171.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	520.000,00	550.000,00	555.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Conv. dos Estados	520.000,00	550.000,00	555.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	3.920.000,00	3.442.000,00	966.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.920.000,00	3.442.000,00	966.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.920.000,00	3.442.000,00	966.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	3.600.000,00	3.100.000,00	600.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00 Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	3.600.000,00	3.100.000,00	600.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	320.000,00	342.000,00	366.000,00
4.2.4.7.2.04.00.00.00.00 Transf. Conv. do Estado Dest. Prog Meio ambiente	320.000,00	342.000,00	366.000,00
Total entidade:	15.080.412,50	15.236.135,78	13.517.851,09
Total geral:	119.566.044,77	125.982.957,16	128.792.529,56

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Anexo Ia Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010. (C)

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2008	91.349.527,94	-
2009	107.995.756,14	18,22
2010	138.045.914,42	27,83
2011	129.771.204,07	(5,99)
2012	136.904.518,65	5,50
2013	140.481.876,81	2,61

Nota:

Correção pela média de aumento dos últimos três exercícios.

9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - Dedução da Receita

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2008	(7.524.051,00)	-
2009	(9.791.000,00)	30,13
2010	(9.791.000,00)	0,00
2011	(10.205.159,30)	4,23
2012	(10.921.561,49)	7,02
2013	(11.689.347,25)	7,03

Nota:

20% (vinte por cento) sobre as receitas que compõe a dedução do FUNDEB.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Anexo II Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2011	2012	2013
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR			
DESPESAS CORRENTES (I)	53.375.991,76	57.659.465,86	61.543.186,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.278.208,44	31.354.542,88	33.558.074,58
Consórcios Públicos	5.703,00	6.103,00	6.532,00
Aplicacoes Diretas	27.057.521,44	28.978.018,80	31.014.488,07
Transferências Intra-Orçamentárias	2.214.984,00	2.370.421,08	2.537.054,51
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	104.500,00	111.800,00	119.600,00
Aplicacoes Diretas	104.500,00	111.800,00	119.600,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.993.283,32	26.193.122,98	27.865.511,53
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	4.206.846,00	4.468.309,39	4.747.377,74
Consórcios Públicos	3.802,00	4.069,00	4.355,00
Aplicacoes Diretas	19.782.635,32	21.720.744,59	23.113.778,79
DESPESAS DE CAPITAL (II)	12.635.250,00	12.633.800,00	10.881.850,00
INVESTIMENTOS	10.784.550,00	10.596.200,00	8.750.700,00
Consórcios Públicos	500,00	535,00	572,00
Aplicacoes Diretas	10.784.050,00	10.595.665,00	8.750.128,00
INVERSOES FINANCEIRAS	600.000,00	700.000,00	700.000,00
Aplicacoes Diretas	600.000,00	700.000,00	700.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.250.700,00	1.337.600,00	1.431.150,00
Aplicacoes Diretas	312.700,00	334.600,00	358.150,00
Aplicacoes Diretas Intra-Orçamentárias	938.000,00	1.003.000,00	1.073.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Total da entidade:	66.111.241,76	70.393.265,86	72.525.036,11
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
DESPESAS CORRENTES (I)	15.935.073,79	17.279.046,74	18.604.068,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.003.154,42	11.780.535,78	12.614.295,03
Consórcios Públicos	7.151,04	7.651,71	8.197,25
Aplicacoes Diretas	10.162.203,38	10.880.584,07	11.651.097,78
Transferências Intra-Orçamentárias	833.800,00	892.300,00	955.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.931.919,37	5.498.510,96	5.989.773,56
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	75.000,00	80.000,00	85.000,00
Consórcios Públicos	375.375,00	401.650,00	429.975,00
Aplicacoes Diretas	4.481.544,37	5.016.860,96	5.474.798,56
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.786.724,96	1.665.268,51	997.256,53
INVESTIMENTOS	1.786.724,96	1.665.268,51	997.256,53
Consórcios Públicos	624,96	668,51	1.706,53
Aplicacoes Diretas	1.786.100,00	1.664.600,00	995.550,00
Total da entidade:	17.721.798,75	18.944.315,25	19.601.325,12
4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
DESPESAS CORRENTES (I)	3.368.300,00	3.602.100,00	3.852.030,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.508.350,00	1.614.300,00	1.727.900,00
Aplicacoes Diretas	1.448.850,00	1.550.600,00	1.659.700,00
Transferências Intra-Orçamentárias	59.500,00	63.700,00	68.200,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.859.950,00	1.987.800,00	2.124.130,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	128.150,00	133.700,00	139.550,00
Aplicacoes Diretas	1.731.800,00	1.854.100,00	1.984.580,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	698.015,00	305.023,47	112.344,35
INVESTIMENTOS	698.015,00	305.023,47	112.344,35
Aplicacoes Diretas	698.015,00	305.023,47	112.344,35
Total da entidade:	4.066.315,00	3.907.123,47	3.964.374,35



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/3

Data: 19/07/2010

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2011	2012	2013
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
DESPESAS CORRENTES (I)	31.200,00	33.400,00	35.750,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.200,00	33.400,00	35.750,00
Aplicacoes Diretas	31.200,00	33.400,00	35.750,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	455.000,00	460.000,00	465.000,00
INVESTIMENTOS	455.000,00	460.000,00	465.000,00
Aplicacoes Diretas	455.000,00	460.000,00	465.000,00
Total da entidade:	486.200,00	493.400,00	500.750,00
7 - FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA			
DESPESAS CORRENTES (I)	166.850,00	178.500,00	190.950,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	166.850,00	178.500,00	190.950,00
Aplicacoes Diretas	166.850,00	178.500,00	190.950,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	41.700,00	44.650,00	47.800,00
INVESTIMENTOS	41.700,00	44.650,00	47.800,00
Aplicacoes Diretas	41.700,00	44.650,00	47.800,00
Total da entidade:	208.550,00	223.150,00	238.750,00
9 - FAMPEC			
DESPESAS CORRENTES (I)	930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
Aplicacoes Diretas	930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
Total da entidade:	930.710,00	998.420,00	1.080.670,00
10 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR			
DESPESAS CORRENTES (I)	4.166.018,58	4.499.300,08	4.881.740,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.050.418,45	4.374.451,94	4.746.280,35
Aplicacoes Diretas	4.038.628,39	4.361.718,67	4.732.464,75
Transferências Intra-Orçamentárias	11.790,06	12.733,27	13.815,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.600,13	124.848,14	135.460,23
Aplicacoes Diretas	115.600,13	124.848,14	135.460,23
DESPESAS DE CAPITAL (II)	57.512,50	62.113,50	67.393,15
INVESTIMENTOS	57.512,50	62.113,50	67.393,15
Aplicacoes Diretas	57.512,50	62.113,50	67.393,15
RESERVA LEGAL - RPPS	2.726.198,18	2.944.294,00	3.194.559,00
RESERVA LEGAL - RPPS	2.726.198,18	2.944.294,00	3.194.559,00
RESERVA LEGAL - RPPS	2.726.198,18	2.944.294,00	3.194.559,00
Total da entidade:	6.949.729,26	7.505.707,58	8.143.692,73
11 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES			
DESPESAS CORRENTES (I)	1.343.000,00	1.437.000,00	1.539.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.343.000,00	1.437.000,00	1.539.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	650.000,00	695.000,00	744.000,00
Aplicacoes Diretas	693.000,00	742.000,00	795.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	146.500,00	119.000,00	51.700,00
INVESTIMENTOS	146.500,00	119.000,00	51.700,00
Aplicacoes Diretas	146.500,00	119.000,00	51.700,00
Total da entidade:	1.489.500,00	1.556.000,00	1.590.700,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			
DESPESAS CORRENTES (I)	390.000,00	390.000,00	390.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.000,00	130.000,00	130.000,00
Aplicacoes Diretas	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Transferências Intra-Orçamentárias	30.000,00	30.000,00	30.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	260.000,00	260.000,00	260.000,00
Aplicacoes Diretas	260.000,00	260.000,00	260.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	410.000,00	410.000,00	410.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 3/3

Data: 19/07/2010

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2011	2012	2013
12 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL			
INVESTIMENTOS	410.000,00	410.000,00	410.000,00
Aplicacoes Diretas	410.000,00	410.000,00	410.000,00
Total da entidade:	800.000,00	800.000,00	800.000,00
13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA			
DESPESAS CORRENTES (I)	623.300,00	663.500,00	706.800,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	364.800,00	390.400,00	418.000,00
Aplicacoes Diretas	364.800,00	390.400,00	418.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	258.500,00	273.100,00	288.800,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Aplicacoes Diretas	208.500,00	223.100,00	238.800,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	315.800,00	82.250,00	233.800,00
INVESTIMENTOS	315.800,00	82.250,00	233.800,00
Aplicacoes Diretas	315.800,00	82.250,00	233.800,00
Total da entidade:	939.100,00	745.750,00	940.600,00
14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR			
DESPESAS CORRENTES (I)	4.202.500,00	4.580.625,00	5.190.806,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.478.000,00	2.717.400,00	3.234.420,00
Aplicacoes Diretas	2.310.000,00	2.541.000,00	3.049.200,00
Transferências Intra-Orçamentárias	168.000,00	176.400,00	185.220,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.724.500,00	1.863.225,00	1.956.386,25
Aplicacoes Diretas	1.724.500,00	1.863.225,00	1.956.386,25
DESPESAS DE CAPITAL (II)	630.000,00	661.500,00	694.575,00
INVESTIMENTOS	630.000,00	661.500,00	694.575,00
Aplicacoes Diretas	630.000,00	661.500,00	694.575,00
Total da entidade:	4.832.500,00	5.242.125,00	5.885.381,25
15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			
DESPESAS CORRENTES (I)	6.139.400,00	6.667.800,00	7.128.050,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.487.400,00	1.698.900,00	1.818.300,00
Aplicacoes Diretas	1.456.100,00	1.665.400,00	1.782.500,00
Transferências Intra-Orçamentárias	31.300,00	33.500,00	35.800,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.652.000,00	4.968.900,00	5.309.750,00
Aplicacoes Diretas	4.652.000,00	4.968.900,00	5.309.750,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	8.891.000,00	8.505.900,00	6.393.200,00
INVESTIMENTOS	8.371.000,00	7.949.400,00	5.797.600,00
Aplicacoes Diretas	8.371.000,00	7.949.400,00	5.797.600,00
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	556.500,00	595.600,00
Aplicacoes Diretas	520.000,00	556.500,00	595.600,00
Total da entidade:	15.030.400,00	15.173.700,00	13.521.250,00
Total geral:	119.566.044,77	125.982.957,16	128.792.529,56

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6



Anexo Metas Fiscais Anexo IIa Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2008	0,00	----
2009	0,00	----
2010	0,00	----
2011	90.672.344,13	----
2012	97.989.157,68	8,07
2013	105.143.051,53	7,30

Nota:

Correção pela média de aumento dos últimos três exercícios.

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2008	0,00	----
2009	0,00	----
2010	0,00	----
2011	26.067.502,46	----
2012	24.949.505,48	-4,29
2013	20.354.919,03	-18,42

Nota:

Correção pela média de aumento dos últimos três exercícios.'

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Anexo IV Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

Especificação	2008 (b)	2009 (c)	2010 (d)	2011 (e)	2012 (f)	2013 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.121.210,31	1.958.559,69	3.612.388,11	3.361.688,11	2.896.369,94	2.342.624,05
Contratual	1.121.210,31	1.958.559,69	3.612.388,11	3.361.688,11	2.896.369,94	2.342.624,05
DEDUÇÕES (II)	5.769.685,99	3.808.932,41	5.550.000,00	3.620.000,00	4.620.000,00	4.620.000,00
Ativo disponível	6.001.113,82	5.218.015,73	6.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Haveres financeiros	63.213,64	110.932,30	550.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
(-) Restos a pagar processados	294.641,47	1.520.015,62	1.000.000,00	1.500.000,00	500.000,00	500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(4.648.475,68)	(1.850.372,72)	(1.937.611,89)	(258.311,89)	(1.723.630,06)	(2.277.375,95)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(4.648.475,68)	(1.850.372,72)	(1.937.611,89)	(258.311,89)	(1.723.630,06)	(2.277.375,95)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	706.614,89	2.798.102,96	(87.239,17)	1.679.300,00	(1.465.318,17)	(553.745,89)

* : Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2008 no valor de R\$ (5.355.090,57).

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Anexo V Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida**

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.121.210,31	1.958.559,69	3.612.388,11	3.361.688,11	2.896.369,94	2.342.624,05
Contratual	1.121.210,31	1.958.559,69	3.612.388,11	3.361.688,11	2.896.369,94	2.342.624,05
DEDUÇÕES(II)	5.769.685,99	3.808.932,41	5.550.000,00	3.620.000,00	4.620.000,00	4.620.000,00
Ativo disponível	6.001.113,82	5.218.015,73	6.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Haveres financeiros	63.213,64	110.932,30	550.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
(-) Restos a pagar processados	294.641,47	1.520.015,62	1.000.000,00	1.500.000,00	500.000,00	500.000,00
DCL (III) = (I - II)	(4.648.475,68)	(1.850.372,72)	(1.937.611,89)	(258.311,89)	(1.723.630,06)	(2.277.375,95)

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Anexo VI Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES (I)	112.117.526,62	119.631.087,00	128.008.763,48
Receita Tributária	14.715.990,21	15.748.409,94	16.855.059,48
Receita de Contribuição	4.223.083,13	4.538.471,77	4.896.410,38
Receita Patrimonial	1.959.803,46	2.111.275,09	2.282.179,18
Receita Agropecuária	10.423,00	11.154,69	11.938,87
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	9.412.400,00	10.073.100,00	10.781.200,00
Transferências Correntes	78.645.146,50	83.773.779,57	89.563.788,42
Outras Receitas Correntes	3.150.680,32	3.374.895,94	3.618.187,15
DEDUÇÕES (II)	11.907.523,27	12.760.114,57	13.684.177,35
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	10.205.159,30	10.921.561,49	11.689.347,25
Contrib de Pensionista Civil	10.182,59	10.997,20	11.931,96
Contrib de Servidor Ativo Civil	1.648.430,18	1.780.304,59	1.931.630,48
Contrib de Servidor Inativo Civil	36.767,74	39.709,16	43.084,44
Outras Contrib Previdenciárias	6.983,46	7.542,13	8.183,22
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	100.210.003,35	106.870.972,43	114.324.586,13

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Anexo VII Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1 - Intempéries climáticas - Vinte por cento da Reserva de Contingência;	20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Reserva de Contingência.	20.000,00
2 - Passivos Contingentes - ações judiciais em que o município possa vir a ser condenado - Otenta por cento da Reserva de Contingência;	80.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Reserva de Contingência.	80.000,00
Total	100.000,00	Total	100.000,00

Caçador, 19 de julho de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal_____
CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Dem I Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2011			2012			2013		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	119.566.044,77	111.743.967,07	----	125.982.957,16	110.038.393,89	----	128.792.529,56	105.133.325,90	----
Receitas Primárias (I)	117.612.001,69	109.917.758,59	----	123.877.433,42	108.199.347,91	----	126.515.836,31	103.274.861,48	----
Despesa Total	119.566.044,77	111.743.967,07	----	125.982.957,16	110.038.393,89	----	128.792.529,56	105.133.325,90	----
Despesas Primárias (II)	118.210.844,77	110.477.425,02	----	124.533.557,16	108.772.431,79	----	127.241.779,56	103.867.448,87	----
Resultado Primário (III) = (I-II)	(598.843,08)	(559.666,43)	----	(656.123,74)	(573.083,89)	----	(725.943,25)	(592.587,38)	----
Resultado Nominal	1.679.300,00	1.569.439,25	----	(1.465.318,17)	(1.279.865,64)	----	(553.745,89)	(452.022,70)	----
Dívida Pública Consolidada	3.361.688,11	3.141.764,59	----	2.896.369,94	2.529.801,68	----	2.342.624,05	1.912.283,72	----
Dívida Consolidada Líquida	(258.311,89)	(241.412,98)	----	(1.723.630,06)	(1.505.485,25)	----	(2.277.375,95)	(1.859.021,71)	----

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2011	2012	2013
Inflação média (% anual)	7,000	7,000	7,000

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Dem IV Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio/Capital	49.978.688.094,94	100,00	53.724.543,00	11,68	53.282.862,94	92,12
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	406.399.484,93	88,32	4.559.609,85	7,88
TOTAL	49.978.688.094,94	100,00	460.124.027,93	100,00	57.842.472,79	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.329.596,81	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.329.596,81	100,00

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Dem II Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2009 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2009 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	93.223.018,66	----	83.852.086,05	----	(9.370.932,61)	(10,052)
Receitas Primárias (I)	87.485.631,66	----	80.235.415,28	----	(7.250.216,38)	(8,287)
Despesa Total	98.004.756,14	----	105.509,08	----	(97.899.247,06)	(99,892)
Despesas Primárias (II)	97.604.756,14	----	105.509,08	----	(97.499.247,06)	(99,892)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(10.119.124,48)	----	80.129.906,20	----	90.249.030,68	(891,866)
Resultado Nominal	2.798.102,96	----	1.353.478.075,45	0,000	1.350.679.972,49	48.271,275
Dívida Pública Consolidada	1.958.559,69	----	0,00	0,000	(1.958.559,69)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	(1.850.372,72)	----	0,00	0,000	1.850.372,72	(100,000)

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Dem III Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	83.825.476,94	93.223.018,66	11,210	128.254.914,42	37,580	119.566.044,77	(6,770)	125.982.957,16	5,370	128.792.529,56	2,230
Receitas Primárias (I)	80.803.271,94	87.485.631,66	8,270	122.972.777,42	40,560	117.612.001,69	(4,360)	123.877.433,42	5,330	126.515.836,31	2,130
Despesa Total	83.825.476,94	98.004.756,14	16,920	128.254.914,42	30,870	119.566.044,77	(6,770)	125.982.957,16	5,370	128.792.529,56	2,230
Despesas Primárias (II)	82.170.476,94	97.604.756,14	18,780	126.954.914,42	30,070	118.210.844,77	(6,890)	124.533.557,16	5,350	127.241.779,56	2,170
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.367.205,00)	(10.119.124,48)	640,130	(3.982.137,00)	(60,650)	(598.843,08)	(84,960)	(656.123,74)	9,570	(725.943,25)	10,640
Resultado Nominal	706.614,89	2.798.102,96	295,990	(87.239,17)	(103,120)	1.679.300,00	(2.024,940)	(1.465.318,17)	(187,260)	(553.745,89)	(62,210)
Dívida Pública Consolidada	1.121.210,31	1.958.559,69	74,680	3.612.388,11	84,440	3.361.688,11	(6,940)	2.896.369,94	(13,840)	2.342.624,05	(19,120)
Dívida Consolidada Líquida	(4.648.475,68)	(1.850.372,72)	(60,190)	(1.937.611,89)	4,710	(258.311,89)	(86,670)	(1.723.630,06)	567,270	(2.277.375,95)	32,130

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	95.971.788,55	99.748.629,97	3,940	128.254.914,42	28,580	111.743.967,07	(12,870)	110.038.393,89	(1,530)	105.133.325,90	(4,460)
Receitas Primárias (I)	92.511.666,04	93.609.625,88	1,190	122.972.777,42	31,370	109.917.758,59	(10,620)	108.199.347,91	(1,560)	103.274.861,48	(4,550)
Despesa Total	95.971.788,55	104.865.089,07	9,270	128.254.914,42	22,300	111.743.967,07	(12,870)	110.038.393,89	(1,530)	105.133.325,90	(4,460)
Despesas Primárias (II)	94.076.979,05	104.437.089,07	8,820	126.954.914,42	21,560	110.477.425,02	(12,980)	108.772.431,79	(1,540)	103.867.448,87	(4,510)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.565.313,00)	(10.827.463,19)	591,710	(3.982.137,00)	(63,220)	(559.666,43)	(85,950)	(573.083,89)	2,400	(592.587,38)	3,400
Resultado Nominal	809.003,39	2.993.970,17	270,080	(87.239,17)	(102,910)	1.569.439,25	(1.899,010)	(1.279.865,64)	(181,550)	(452.022,70)	(64,680)
Dívida Pública Consolidada	1.283.673,68	2.095.658,87	63,250	3.612.388,11	72,370	3.141.764,59	(13,030)	2.529.801,68	(19,480)	1.912.283,72	(24,410)
Dívida Consolidada Líquida	(5.322.039,81)	(1.979.898,81)	(62,800)	(1.937.611,89)	(2,140)	(241.412,98)	(87,540)	(1.505.485,25)	523,610	(1.859.021,71)	23,480

INDICES DE INFLAÇÃO

2008	2009	2010	2011	2012	2013
7,000	7,000	7,000	7,000	7,000	7,000

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Dem V Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Página: 1/1

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2009 (a)	2008 (d)	2007
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	661.630,00	290.386,80	63.635,00
Alienação de Bens Móveis	661.630,00	262.386,80	63.635,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	28.000,00	0,00
TOTAL	661.630,00	290.386,80	63.635,00
DESPESAS EMPENHADAS	2009 (b)	2008 (e)	2007
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	326.812,40	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	326.812,40	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	326.812,40	0,00
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
SALDO FINANCEIRO	688.839,40	27.209,40	63.635,00

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6



Anexo Metas Fiscais Dem VI Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

LRF, art. 4º, inciso IV, alínea "a"

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2007	2008	2009
Receitas	7.584.096,00	7.315.588,24	6.235.137,57
RECEITAS CORRENTES	4.576.565,88	3.643.115,52	3.863.234,49
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.208.572,48	1.760.725,03	1.296.043,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.208.572,48	1.760.725,03	1.296.043,42
Contrib. Previd. do Regime Próprio	2.208.572,48	1.760.725,03	1.296.043,42
Contrib. Patronais - Ativo Civil	0,00	3.614,30	7.440,16
Contrib. de Servidor Ativo Civil	1.597.649,60	1.737.088,27	1.258.379,67
Contrib. de Servidor Inativo Civil	18.284,57	19.356,48	25.741,63
Contrib. de Pensionista Civil	750,90	665,98	257,76
Outras Contrib. Previdenciárias	591.887,41	0,00	4.224,20
RECEITA PATRIMONIAL	1.421.064,97	1.816.632,67	2.560.275,19
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	10,00	0,00
Outras Receitas Imobiliárias	0,00	10,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.421.064,97	1.816.622,67	2.560.275,19
Remuneração de Depósitos Bancários	1.421.064,97	1.816.622,67	2.560.275,19
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.421.064,97	1.816.622,67	2.560.275,19
Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	1.421.064,97	1.816.622,67	2.560.275,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	946.928,43	65.757,82	6.915,88
Multas e Juros de Mora	728.171,33	0,00	0,00
Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	728.171,33	0,00	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	728.171,33	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	207.847,61	0,00	0,00
Rec. Div. Ativ. não Tributária	207.847,61	0,00	0,00
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	207.847,61	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	10.909,49	65.757,82	6.915,88
Outras Receitas	10.909,49	65.757,82	6.915,88
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	28.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	28.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	28.000,00	0,00
Alien. de Imóveis Urbanos	0,00	28.000,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS	3.014.073,30	3.644.472,72	2.371.903,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.014.073,30	2.970.306,04	1.759.587,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.014.073,30	2.970.306,04	1.759.587,60
Contrib. Previd. do Regime Próprio	3.014.073,30	2.970.306,04	1.759.587,60
Contrib. Patronais - Ativo Civil	3.008.514,28	2.237.451,29	1.257.504,44
Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	0,00	573.915,46	404.272,52
Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	158.939,29	97.810,64
Contrib. Patronais - Outras Contribuições Previdenciárias	5.559,02	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	674.166,68	612.315,48
Multas e Juros de Mora	0,00	674.166,68	612.315,48
Multas/Juros de Mora de Contribuições	0,00	674.166,68	612.315,48
Multas/Juros de Mora Contrib. Prev. Reg. Prop	0,00	674.166,68	612.315,48
Multas/Juros de Mora das Contribuições Patronais	0,00	674.166,68	612.315,48
	-6.543,18	0,00	0,00
	-156,79	0,00	0,00
	-156,79	0,00	0,00
	-156,79	0,00	0,00
	-156,79	0,00	0,00
	-6.386,39	0,00	0,00
	-6.386,39	0,00	0,00
	-6.386,39	0,00	0,00
	-6.386,39	0,00	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Página: 2/2

Data: 19/07/2010

LRF, art. 4º, inciso IV, alínea "a"

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2007	2008	2009
	-6.386,39	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	7.584.096,00	7.315.588,24	6.235.137,57
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2007	2008	2009
ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	4.081.005,37	0,00
Despesas Correntes	0,00	4.077.034,55	0,00
Despesas de Capital	0,00	3.970,82	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	4.081.005,37	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	7.584.096,00	3.234.582,87	6.235.137,57
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	18.668.950,12	21.903.532,99	28.138.670,56

Nota: O saldo das disponibilidades financeiras do exercício anterior ao 2007, para efeito do exemplo, era R\$ 11.084.854,12.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Metas Fiscais Dem VIa Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS**

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d exercício anterior) + (c)
2010	9.495.347,03	4.558.256,43	4.937.090,60	26.671.136,68
2011	9.747.734,10	4.683.648,55	5.064.085,55	31.735.222,23
2012	10.100.591,18	4.978.209,73	5.122.381,45	36.857.603,68
2013	10.364.020,01	5.132.634,12	5.231.385,89	42.088.989,57
2014	10.802.876,42	5.276.247,53	5.526.628,89	47.615.618,46
2015	11.376.762,78	5.807.090,68	5.569.672,10	53.185.290,56
2016	11.852.178,96	5.997.216,27	5.854.962,69	59.040.253,25
2017	12.450.081,05	6.534.640,82	5.915.440,23	64.955.693,48
2018	13.283.873,97	7.842.288,40	5.441.585,57	70.397.279,05
2019	13.933.330,61	8.626.212,60	5.307.118,01	75.704.397,06
2020	14.135.180,93	9.529.095,17	4.606.085,76	80.310.482,82
2021	14.644.148,53	10.098.467,32	4.545.681,21	84.856.164,03
2022	15.197.476,69	10.854.724,31	4.342.752,38	89.198.916,41
2023	15.784.911,16	11.790.984,16	3.993.927,00	93.192.843,41
2024	16.272.272,06	12.405.470,76	3.866.801,30	97.059.644,71
2025	16.764.406,40	13.064.291,50	3.700.114,90	100.759.759,61
2026	17.193.511,00	13.505.654,41	3.687.856,59	104.447.616,20
2027	17.624.099,92	13.950.478,25	3.673.621,67	108.121.237,87
2028	17.399.188,77	14.714.029,86	2.685.158,91	110.806.396,78
2029	17.721.494,85	15.015.622,98	2.705.871,87	113.512.268,65
2030	18.034.927,76	15.259.574,89	2.775.352,87	116.287.621,52
2031	18.366.949,12	15.568.464,47	2.798.484,65	119.086.106,17
2032	18.659.157,08	15.664.086,90	2.995.070,18	122.081.176,35
2033	18.995.881,68	15.915.954,69	3.079.926,99	125.161.103,34
2034	19.371.630,90	16.330.023,25	3.041.607,65	128.202.710,99
2035	18.399.399,94	16.313.487,78	2.085.912,16	130.288.623,15
2036	18.324.472,34	16.359.296,91	1.965.175,43	132.253.798,58
2037	18.533.072,95	16.212.259,81	2.320.813,14	134.574.611,72
2038	18.832.544,03	16.518.247,89	2.314.296,14	136.888.907,86
2039	19.122.263,84	16.751.164,01	2.371.099,83	139.260.007,69
2040	19.429.160,45	17.065.051,02	2.364.109,43	141.624.117,12
2041	18.859.346,21	17.289.036,14	1.570.310,07	143.194.427,19
2042	19.094.073,24	17.485.501,09	1.608.572,15	144.802.999,34
2043	19.330.475,55	17.658.840,81	1.671.634,74	146.474.634,08
2044	19.580.863,04	17.917.037,25	1.663.825,79	148.138.459,87

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6



Anexo Metas Fiscais Dem VII Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Página: 1/2

Data: 19/07/2010

R\$ 1,00

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

Setor / Programa Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista				Compensação
	Tributo / Contribuição	2011	2012	2013	
Anistia de Juros de Multas	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	286.790,00	306.865,30	328.345,87	REFIS/2009 (Lei Complementar nº 161/2009) - Concessão de anistia e/ou remissão sobre a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Caçador, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas e físicas, com fato gerador ocorrido até 31/12/2008.
Município	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	26.010,00	27.830,70	29.778,85	Isenção a proprietários de um único imóvel, cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos, conforme Art. 18, Inciso VI do Código Tributário Municipal.
Município	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Concessão de remissão total ou parcial do crédito tributário a pessoas com situação econômica vulnerável, conforme o Art. 110, Inciso I do Código Tributário do Município.
Município	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	35.133,00	37.592,31	40.223,77	Autoriza conceder, a título de geração de empregos isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.
Município	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Programa Minha Casa Minha Vida - Medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social, Art. 3º, § 1º, Inciso I da Lei 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Página: 2/2

Data: 19/07/2010

R\$ 1,00

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

Setor / Programa Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista				Compensação
	Tributo / Contribuição	2011	2012	2013	
Município	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	25.167,00	26.928,69	28.813,70	Fica isento do pagamento da contribuição de melhoria, o contribuinte proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de um único bem imóvel e que tenha renda inferior a 2(dois) salários Mínimos
Total		433.100,00	459.217,00	487.162,19	

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo Planilhas Projetos Atividades Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.728**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 1/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	PODER LEGISLATIVO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	1

Objetivo do programa:

Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal, é composto por dez Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.163	1 A	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	160.000,00

II - Descrição das Ações

MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	160.000,00	0,00	160.000,00
Total:			160.000,00	0,00	160.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 2/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	PODER LEGISLATIVO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	1

Objetivo do programa:

Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal, é composto por dez Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.191	1 P	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	945.000,00

II - Descrição das Ações

MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	315.000,00	0,00	315.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	630.000,00	0,00	630.000,00
Total:			945.000,00	0,00	945.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 3/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	PODER LEGISLATIVO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	1

Objetivo do programa:

Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal, é composto por dez Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.161	1 A	MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	420.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	420.000,00	0,00	420.000,00
Total:			420.000,00	0,00	420.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 4/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	PODER LEGISLATIVO	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PROCESSO LEGISLATIVO	1

Objetivo do programa:

Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Justificativa do programa:

O Legislativo Municipal, é composto por dez Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OI	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	3.307.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	2.310.000,00	0,00	2.310.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	168.000,00	0,00	168.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	829.500,00	0,00	829.500,00
Total:			3.307.500,00	0,00	3.307.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 5/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1 A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.861.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.040.000,00	0,00	1.040.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	156.000,00	0,00	156.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	615.000,00	0,00	615.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.861.000,00	0,00	1.861.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 6/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	1 A	REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS - TAQUARA VERDE	Terrenos (Un)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS - TAQUARA VERDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 7/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	1 A	MANUTENÇÃO DO PROCON	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	70.850,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROCON

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	62.500,00	0,00	62.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	8.350,00	0,00	8.350,00
Total:			70.850,00	0,00	70.850,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 8/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.162	1 A	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRI	Entidade Beneficiada (Un)	10,000	196.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	196.000,00	0,00	196.000,00
Total:			196.000,00	0,00	196.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 9/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.157	1 A	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	306.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	131.200,00	0,00	131.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	166.500,00	0,00	166.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	8.500,00	0,00	8.500,00
Total:			306.200,00	0,00	306.200,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 10/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1 A	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	26.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	21.000,00	0,00	21.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	5.200,00	0,00	5.200,00
Total:			26.200,00	0,00	26.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 11/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	1 A	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA.	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	743.900,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	595.000,00	0,00	595.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	10.400,00	0,00	10.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	33.500,00	0,00	33.500,00
Total:			743.900,00	0,00	743.900,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 12/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	CONTROLE INTERNO	3

Objetivo do programa:

Desenvolvimento de ações relacionadas ao Controle Interno com eficiência e Eficácia, pois este programa é o responsável por todas as informações da administração Municipal.

Justificativa do programa:

Este programa será executado junto ao Gabinete do Prefeito, para atender as necessidade de Controle Interno. Remeter ao Tribunal de Contas do Estado os Relatórios de Controle Interno e os processos da E-sfinge.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	1 A	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	15.700,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	10.500,00	0,00	10.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	5.200,00	0,00	5.200,00
Total:			15.700,00	0,00	15.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 13/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	CONTRIBUIÇÕES	33

Objetivo do programa:

Efetuar repasses financeiros às entidades para as respectivas manutenções em cumprimento aos planos de trabalhos. Contribuições financeiras para a CCO da Festa do Município, Festa da Fogueira, Feinacc, Amarp, Fecam e demais contribuições.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pelo Gabinete do Prefeito para atender as Contribuições ou Transferências Correntes para órgãos, entidades, associações e outras.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	1	A	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.	Entidade Beneficiada (Un)	15,000	315.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	315.000,00	0,00	315.000,00
Total:			315.000,00	0,00	315.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 14/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.156	1 A	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	110.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	48.300,00	0,00	48.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	61.700,00	0,00	61.700,00
Total:			110.000,00	0,00	110.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 15/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	02.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E I	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	3.612.537,32

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	5.703,00	0,00	5.703,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	2.194.297,00	0,00	2.194.297,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	260.500,00	0,00	260.500,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	3.802,00	0,00	3.802,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.115.335,32	0,00	1.115.335,32
4.4.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	32.400,00	0,00	32.400,00
Total:			3.612.537,32	0,00	3.612.537,32



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 16/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.
Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.039	1 P	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	Obra (Un)	30,000	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:			0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 17/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.
Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.040	1 P	PARQUE CENTRAL 3. ETAPA	Obra (M2)	5000,000	1.030.000,00

II - Descrição das Ações

PARQUE CENTRAL 3. ETAPA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	1.030.000,00	1.030.000,00
Total:			0,00	1.030.000,00	1.030.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 18/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.
Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.056	1 P	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO	Obra (M2)	300,000	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:			0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 19/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.
Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.041	1 P	ADEQUAÇÃO DE VIAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO	Obra (M2)	6000,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

ADEQUAÇÃO DE VIAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 20/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.049	1 P	CONTINUAÇÃO DO PROJETO DA CICLOVIA	Obra (Un)	1,000	425.500,00

II - Descrição das Ações

CONTINUAÇÃO DO PROJETO DA CICLOVIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	425.500,00	425.500,00
Total:			0,00	425.500,00	425.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 21/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.043	1 P	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO TIRO DE GUERRA	Obra (M2)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DA SEDE DO TIRO DE GUERRA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 22/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.037	1 P	PARQUE CENTRAL - 2. ETAPA	Obra (M2)	4000,000	500.000,00

II - Descrição das Ações

PARQUE CENTRAL - 2. ETAPA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	500.000,00	500.000,00
Total:			0,00	500.000,00	500.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 23/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.
Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	1 P	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	Terrenos (M2)	500,000	250.000,00

II - Descrição das Ações

DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			0,00	250.000,00	250.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 24/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRA ESTRUTURA URBANA	17

Objetivo do programa:

Projetos de Melhoria nos espaços Urbanos e Edificações, sendo eles ligados diretamente a obras públicas que requalificam e transformam os ambientes e seu entorno .

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral , tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.
Os Projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultural e econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.044	1 P	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA	Obra (M2)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 25/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.071	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	7.301.700,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	3.450.000,00	0,00	3.450.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	312.700,00	0,00	312.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	3.304.000,00	0,00	3.304.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016 - Contribuição de Intervenção do Domínio Públic	0,00	230.000,00	230.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			7.071.700,00	230.000,00	7.301.700,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 26/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.051	1 P	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES	Obra (M2)	7,000	410.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			210.000,00	200.000,00	410.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 27/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.057	1 P	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PAS	Obra (M2)	10,000	104.300,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	31.300,00	0,00	31.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	73.000,00	0,00	73.000,00
Total:			104.300,00	0,00	104.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 28/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.048	1 P	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	Estradas/Ruas Abrangidas (M2)	15000,000	1.354.000,00

II - Descrição das Ações

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.000,00	0,00	104.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00
Total:			104.000,00	1.250.000,00	1.354.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 29/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.072	1 A	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	751.400,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	719.300,00	0,00	719.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0042 - Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petról	0,00	21.400,00	21.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045 - Outras Transf. Decor. Comp. Finan. pela Explo	0,00	10.700,00	10.700,00
Total:			719.300,00	32.100,00	751.400,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 30/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.053	1 P	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Área Adquirida (M2)	10000,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 31/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.081	1 A	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	260.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	260.500,00	0,00	260.500,00
Total:			260.500,00	0,00	260.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 32/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.079	1 A	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.765.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017 - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Públ	0,00	1.765.000,00	1.765.000,00
Total:			0,00	1.765.000,00	1.765.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 33/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	1 P	CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	Obra (Un)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 34/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.078	1 A	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	105.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
Total:			105.000,00	0,00	105.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 35/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.077	1 A	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	83.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	83.500,00	0,00	83.500,00
Total:			83.500,00	0,00	83.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 36/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	21

Objetivo do programa:

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativa do programa:

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.076	1 A	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	105.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
Total:			105.000,00	0,00	105.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 37/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.052	1 P	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	Obra (Mt.)	250,000	208.500,00

II - Descrição das Ações

CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	208.500,00	0,00	208.500,00
Total:			208.500,00	0,00	208.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 38/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.074	1 A	MANUTENÇÃO DA LOCAÇÃO DE RADARES	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA LOCAÇÃO DE RADARES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	350.000,00	0,00	350.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 39/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	02.03
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	20

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O Município possui considerável quilometragem de ruas no perímetro urbano que necessitam de melhorias, tais como, pavimentação e calçamento. Há necessidade de investimentos no sistema de transporte coletivo de passageiros, criando um terminal rodoviário urbano. Reurbanização de praças e vias públicas. Reforma do plano diretor do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.108	1 A	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	385.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	260.500,00	0,00	260.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	125.000,00	125.000,00
Total:			260.500,00	125.000,00	385.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 40/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	02.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policiamento	181
Programa:	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	4

Objetivo do programa:

Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Justificativa do programa:

A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador. .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	1 A	MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.348.800,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	823.800,00	0,00	823.800,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	365.000,00	0,00	365.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	55.000,00	0,00	55.000,00
Total:			1.348.800,00	0,00	1.348.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 41/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	02.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policciamento	181
Programa:	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	4

Objetivo do programa:

Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Justificativa do programa:

A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador. .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	1 A	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	730.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	625.000,00	0,00	625.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
Total:			730.000,00	0,00	730.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 42/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	02.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	4

Objetivo do programa:

Desenvolvimento das atividades de segurança através de ações de garantia e da preservação da ordem pública. Auxílio no combate a incêndios e proteção ao Patrimônio.

Justificativa do programa:

A Prefeitura Municipal mantém hoje convênios com as Polícias Civil e Militar para fazer frente a necessidade de segurança do cidadão e também do patrimônio do Município. Está servido pela Polícia Militar, Polícia Civil e Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador. .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1 A	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	480.000,00

II - Descrição das Ações

AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	480.000,00	0,00	480.000,00
Total:			480.000,00	0,00	480.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 43/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.064	1	A	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	938.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	469.000,00	0,00	469.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - F	0,00	469.000,00	469.000,00
Total:			469.000,00	469.000,00	938.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 44/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	1	P	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	Obra (M2)	150,000	204.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	52.000,00	52.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	52.000,00	52.000,00
Total:			50.000,00	154.000,00	204.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 45/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.045	1	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	5.463.324,44

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	3.170.324,44	0,00	3.170.324,44
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	312.000,00	0,00	312.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	1.876.000,00	0,00	1.876.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	105.000,00	0,00	105.000,00
Total:			5.463.324,44	0,00	5.463.324,44



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 46/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	1	A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.584.350,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	542.000,00	0,00	542.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	469.000,00	469.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educação	0,00	417.000,00	417.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Es	0,00	156.350,00	156.350,00
Total:			542.000,00	1.042.350,00	1.584.350,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 47/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	1	A	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	864.700,00

II - Descrição das Ações

APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	260.500,00	260.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	498.400,00	498.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	105.800,00	105.800,00
Total:			0,00	864.700,00	864.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 48/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	1	A	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.553.700,00

II - Descrição das Ações

APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	1.146.500,00	1.146.500,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	105.000,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	229.300,00	229.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	72.900,00	72.900,00
Total:			0,00	1.553.700,00	1.553.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 49/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	1	A	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	9.900.484,00

II - Descrição das Ações

APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	9.276.000,00	9.276.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	624.484,00	624.484,00
Total:			0,00	9.900.484,00	9.900.484,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 50/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	1	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo/Máquina (Un)	2,000	120.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	120.000,00	0,00	120.000,00
Total:			120.000,00	0,00	120.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 51/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.106	1	P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTE	Obra (M2)	4,000	135.300,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	52.000,00	0,00	52.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	83.300,00	83.300,00
Total:			52.000,00	83.300,00	135.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 52/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	1 P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Bens Adquiridos (Un)	5,000	416.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	416.000,00	416.000,00
Total:			0,00	416.000,00	416.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 53/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	1 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS	Obra (M2)	150,000	365.500,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	105.000,00	0,00	105.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	208.500,00	208.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	52.000,00	52.000,00
Total:			105.000,00	260.500,00	365.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 54/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.063	1	P	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO BAIRRO BERGER	Obra (Un)	0,000	1.100.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO BAIRRO BERGER

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educação	0,00	500.000,00	500.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	500.000,00	500.000,00
Total:			100.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 55/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.063	1	A	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE EST	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	62.400,00

II - Descrição das Ações

AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	62.400,00	0,00	62.400,00
Total:			62.400,00	0,00	62.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 56/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	1	A	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	3.200.600,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	3.043.500,00	3.043.500,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	105.000,00	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	52.100,00	0,00	52.100,00
Total:			52.100,00	3.148.500,00	3.200.600,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 57/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.038	1 P	AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS	Obra (M2)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 58/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.036	1	P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Obra (M2)	1,000	489.600,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.000,00	0,00	52.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	72.900,00	72.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0022 - Transferências de Convênios - Educação	0,00	312.700,00	312.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058 - Salário Educação	0,00	52.000,00	52.000,00
Total:			52.000,00	437.600,00	489.600,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 59/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	1	A	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEIAS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	2.246.146,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEIAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0001 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	1.340.000,00	0,00	1.340.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	906.146,00	906.146,00
Total:			1.340.000,00	906.146,00	2.246.146,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 60/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	10.400,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0046 - Programa Educação de Jovens e Adultos - PE.	0,00	10.400,00	10.400,00
Total:			0,00	10.400,00	10.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 61/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	02.05
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	11

Objetivo do programa:

Proporcionar educação participativa com qualidade, reduzindo os índices de reprovação e evasão escolar, bem como, as taxas de analfabetismo.

Justificativa do programa:

A Secretaria municipal da Educação, Cultura e Esporte atua na educação infantil, ensino fundamental, atendimento de creche, na cultura e atividades esportivas, conta hoje com 8.672 alunos. A Prefeitura destina mais de 25% de sua receita com despesas com educação infantil e fundamental. Efetuamos o transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual que fazem parte deste programa, com veículos de propriedade da municipalidade e terceirizados.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	1 A	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE A	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	521.600,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	521.600,00	0,00	521.600,00
Total:			521.600,00	0,00	521.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 62/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	IPPUC - INSTITUTO DE PESQ. E PLANJ. URB DE CAÇADOR	02.06
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	PLANEJAMENTO URBANO	34

Objetivo do programa:

Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.075	1 A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	104.500,00

II - Descrição das Ações

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.500,00	0,00	104.500,00
Total:			104.500,00	0,00	104.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 63/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	IPPUC - INSTITUTO DE PESQ. E PLANJ. URB DE CAÇADOR	02.06
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	PLANEJAMENTO URBANO	34

Objetivo do programa:

Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	1 A	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	104.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.500,00	0,00	104.500,00
Total:			104.500,00	0,00	104.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 64/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	IPPUC - INSTITUTO DE PESQ. E PLANJ. URB DE CAÇADOR	02.06
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	PLANEJAMENTO URBANO	34

Objetivo do programa:

Realizar estudos voltados para o desenvolvimento urbano, melhoria da qualidade dos espaços físicos, baseados nas premissas estabelecidas nas diretrizes do Plano de Governo Municipal. 2009-2012. Os projetos devem estar efetivamente em sintonia com as funções da cidade nos seus aspectos urbano, social, cultura e econômico.

Justificativa do programa:

Projetos de Melhoria na Infra-Estrutura Urbana, sendo eles ligados diretamente ao sistema viário, trânsito e equipamentos públicos em geral, tais como projetos de acessibilidade, mobilidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	1 A	MANUTENÇÃO DO IPPUC	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	699.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO IPPUC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	448.200,00	0,00	448.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	218.800,00	0,00	218.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	32.500,00	0,00	32.500,00
Total:			699.500,00	0,00	699.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 65/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	1 A	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	5.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	5.200,00	0,00	5.200,00
Total:			5.200,00	0,00	5.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 66/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.059	1 A	EDUCAÇÃO RURAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	15.600,00

II - Descrição das Ações

EDUCAÇÃO RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	15.600,00	0,00	15.600,00
Total:			15.600,00	0,00	15.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 67/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.078	1 P	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	Obra (M2)	1,000	9.900,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	9.900,00	0,00	9.900,00
Total:			9.900,00	0,00	9.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 68/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.077	1 P	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPE	Obra (M2)	1,000	11.900,00

II - Descrição das Ações

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	11.900,00	0,00	11.900,00
Total:			11.900,00	0,00	11.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 69/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.055	1 P	CRIAÇÃO DO FRIGORÍFICO DE PEIXE	Obra (M2)	25,000	65.000,00

II - Descrição das Ações

CRIAÇÃO DO FRIGORÍFICO DE PEIXE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			15.000,00	50.000,00	65.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 70/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.100	1 A	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 71/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.088	1 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLA	Área Adquirida (Un)	3,000	350.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			50.000,00	300.000,00	350.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 72/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.180	1 P	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURA	Obra (M2)	3,000	20.800,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	20.800,00	0,00	20.800,00
Total:			20.800,00	0,00	20.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 73/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	1 A	MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	10.450,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	10.450,00	0,00	10.450,00
Total:			10.450,00	0,00	10.450,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 74/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.091	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	2.046.900,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.112.000,00	0,00	1.112.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	156.300,00	0,00	156.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	778.600,00	0,00	778.600,00
Total:			2.046.900,00	0,00	2.046.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 75/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.092	1 A	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	39.600,00

II - Descrição das Ações

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	39.600,00	0,00	39.600,00
Total:			39.600,00	0,00	39.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 76/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.095	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	177.100,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	177.100,00	0,00	177.100,00
Total:			177.100,00	0,00	177.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 77/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.097	1 A	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PROD	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	104.500,00

II - Descrição das Ações

PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.500,00	0,00	104.500,00
Total:			104.500,00	0,00	104.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 78/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.093	1 A	PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	52.100,00

II - Descrição das Ações

PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.100,00	0,00	52.100,00
Total:			52.100,00	0,00	52.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 79/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DA AGRICULTURA	02.07
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	26

Objetivo do programa:

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.098	1 A	PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AG	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	104.500,00

II - Descrição das Ações

PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.500,00	0,00	104.500,00
Total:			104.500,00	0,00	104.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 80/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	GABINETE DO VICE-PREFEITO	02.08
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2

Objetivo do programa:

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativa do programa:

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.158	1 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	130.300,00

II - Descrição das Ações

Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, gerenciar os serviços públicos,envolver a sociedade nas decisões administrativas, promover o bem estar no Município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	83.400,00	0,00	83.400,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	15.600,00	0,00	15.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	31.300,00	0,00	31.300,00
Total:			130.300,00	0,00	130.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 81/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.091	1 P	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Área Adquirida (Un)	0,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 82/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.160	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	52.100,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.100,00	0,00	52.100,00
Total:			52.100,00	0,00	52.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 83/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.154	1 A	PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR	Empresas (Un)	10,000	40.000,00

II - Descrição das Ações

PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	40.000,00	0,00	40.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 84/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.082	1 P	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	400.000,00

II - Descrição das Ações

REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			300.000,00	100.000,00	400.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 85/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.104	1 A	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	406.300,00

II - Descrição das Ações

IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	31.300,00	0,00	31.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	125.000,00	0,00	125.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	250.000,00	250.000,00
Total:			156.300,00	250.000,00	406.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 86/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.101	1 A	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	104.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.200,00	0,00	104.200,00
Total:			104.200,00	0,00	104.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 87/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.099	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	463.400,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	286.600,00	0,00	286.600,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.000,00	0,00	52.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	124.800,00	0,00	124.800,00
Total:			463.400,00	0,00	463.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 88/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.159	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	52.100,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.100,00	0,00	52.100,00
Total:			52.100,00	0,00	52.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 89/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Produção Industrial	662
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.071	1 P	MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA DO PARQUE EMPRES	Obra (M2)	500,000	330.000,00

II - Descrição das Ações

MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA DO PARQUE EMPRESARIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			30.000,00	300.000,00	330.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 90/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Produção Industrial	662
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.064	1 P	CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	220.000,00

II - Descrição das Ações

CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			20.000,00	200.000,00	220.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 91/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	CHEFIA DO EXECUTIVO	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	02.09
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Promoção Comercial	691
Programa:	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	27

Objetivo do programa:

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativa do programa:

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se revertem no bem estar da população.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	1 A	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	Manutenção das Atividades (Un)	1,000	55.000,00

II - Descrição das Ações

QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	55.000,00	0,00	55.000,00
Total:			55.000,00	0,00	55.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 92/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.

Justificativa do programa:

A dívida Interna Fundada da Prefeitura é referente parcelamentos com Dívidas junto ao INSS, COHAB, IPASC Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	1	O	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	208.400,00

II - Descrição das Ações

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	208.400,00	0,00	208.400,00
Total:			208.400,00	0,00	208.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 93/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.

Justificativa do programa:

A dívida Interna Fundada da Prefeitura é referente parcelamentos com Dívidas junto ao INSS, COHAB, IPASC Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	1	O	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	260.500,00

II - Descrição das Ações

PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	208.400,00	0,00	208.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.100,00	0,00	52.100,00
Total:			260.500,00	0,00	260.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 94/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.

Justificativa do programa:

A dívida Interna Fundada da Prefeitura é referente parcelamentos com Dívidas junto ao INSS, COHAB, IPASC Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.005	1	O	PAGAMENTO AO PASEP	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	573.200,00

II - Descrição das Ações

PAGAMENTO AO PASEP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	573.200,00	0,00	573.200,00
Total:			573.200,00	0,00	573.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 95/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.

Justificativa do programa:

A dívida Interna Fundada da Prefeitura é referente parcelamentos com Dívidas junto ao INSS, COHAB, IPASC Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.113	1 A	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	156.300,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	156.300,00	0,00	156.300,00
Total:			156.300,00	0,00	156.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 96/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.

Justificativa do programa:

A dívida Interna Fundada da Prefeitura é referente parcelamentos com Dívidas junto ao INSS, COHAB, IPASC Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	1 O	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.250.700,00

II - Descrição das Ações

AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	312.700,00	0,00	312.700,00
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	938.000,00	0,00	938.000,00
Total:			1.250.700,00	0,00	1.250.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 97/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS ESPECIAIS	0

Objetivo do programa:

Pagamento da Dívida Interna Fundada, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições, pagamento do PASEP e outras dívidas constantes do programa de encargos especiais, contribuições para AMARP- FECAM-CNM.

Justificativa do programa:

A dívida Interna Fundada da Prefeitura é referente parcelamentos com Dívidas junto ao INSS, COHAB, IPASC Caixa Econômica Federal e Financiamentos diversos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	1	O	PAGAMENTO DE JUROS DA DIVIDA INTERNA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	104.500,00

II - Descrição das Ações

PAGAMENTO DE JUROS DA DIVIDA INTERNA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.500,00	0,00	104.500,00
Total:			104.500,00	0,00	104.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 98/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.061	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	2.341.400,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	1.927.600,00	0,00	1.927.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	413.800,00	413.800,00
Total:			1.927.600,00	413.800,00	2.341.400,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 99/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	11.714.647,75

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	6.451.763,38	0,00	6.451.763,38
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	572.040,00	572.040,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	833.800,00	0,00	833.800,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	75.000,00	0,00	75.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.000,00	0,00	104.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	970.084,37	0,00	970.084,37
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	1.355.000,00	1.355.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	858.060,00	858.060,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul	0,00	88.500,00	88.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	0,00	323.000,00	323.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	46.900,00	0,00	46.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	36.500,00	36.500,00
Total:			8.481.547,75	3.233.100,00	11.714.647,75



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 100/168

Data: 19/07/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 101/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.025	1 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS	Veículo (Un)	2,000	242.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E AMBULÂNCIAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	32.000,00	0,00	32.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	156.000,00	156.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	54.000,00	54.000,00
Total:			32.000,00	210.000,00	242.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 102/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.023	1 P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DO POSTOS/	Obra (M2)	100,000	543.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DO POSTOS/SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	93.000,00	0,00	93.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	450.000,00	450.000,00
Total:			93.000,00	450.000,00	543.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 103/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.045	1 P	AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA	Obra (M2)	50,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 104/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.060	1 P	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTC	Obra (M2)	200,000	650.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	550.000,00	550.000,00
Total:			100.000,00	550.000,00	650.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 105/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.058	1 P	CONSTRUÇÃO DA SEDE PARA VIGILÂNCIA ANITÁRIA	Obra (M2)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DA SEDE PARA VIGILÂNCIA ANITÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 106/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	1 A	FOMENTO E PROJETOS DE MELHORIA DA GESTÃO E	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	31.200,00

II - Descrição das Ações

FOMENTO E PROJETOS DE MELHORIA DA GESTÃO E HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	31.200,00	0,00	31.200,00
Total:			31.200,00	0,00	31.200,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 107/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.060	1 A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	797.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	52.000,00	0,00	52.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064 - Atenção Básica	0,00	745.000,00	745.000,00
Total:			52.000,00	745.000,00	797.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 108/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.173	1 A	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE S	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	383.151,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS-AMARP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	7.151,04	0,00	7.151,04
3.3.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	375.375,00	0,00	375.375,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	624,96	0,00	624,96
Total:			383.151,00	0,00	383.151,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 109/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.151	1 A	MANUTENÇÃO DO SETOR DE FARMÁCIA	Pessoas Atendidas (Un)	5000,000	529.700,00

II - Descrição das Ações

Disponibilizar aos munícipes, o acesso a medicação básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	104.200,00	0,00	104.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0023 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	135.500,00	135.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0067 - Assistência Farmaceutica Básica	0,00	290.000,00	290.000,00
Total:			104.200,00	425.500,00	529.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 110/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.059	1 P	REFORMA E MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIP	Obra (M2)	100,000	150.000,00

II - Descrição das Ações

REFORMA E MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			150.000,00	0,00	150.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 111/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	SAÚDE ESPECIALIZADA	9

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando à redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, apimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O município de caçador está habilitado em GPSM-Gestão Plena do Serviço Municipal, dentro do PDR, figura como satélite para os municípios da AMARP - Associação do Vale do Rio do Peixe para ações do grupo 11, 13, 14 de Média Complexidade Ambulatorial I e II e para a Mesó Região do Meio Oeste e Parte do Planalto Norte para Procedimentos de Alta Complexidade Hospitalar em Neuro I e Tomografia Computadorizada. Em Alta Complexidade Ambulatorial é referenciada para Terapia Renal Substitutiva.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.028	1 P	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIAL	Unidades Atendidas (Un)	2,000	41.700,00

II - Descrição das Ações

ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - I	10.400,00	0,00	10.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul	0,00	31.300,00	31.300,00
Total:			10.400,00	31.300,00	41.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 112/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	SAÚDE BÁSICA	8

Objetivo do programa:

Promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades locais, provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, que conta com uma rede de Postos de Saúde nos bairros e convênio com hospital local, além de proporcionar encaminhamentos para fora do município em casos de necessidade. Conta também com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, vigilância sanitária e agentes comunitários de saúde.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.062	1 A	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	248.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	177.200,00	0,00	177.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0066 - Vigilância em Saúde	0,00	44.800,00	44.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul:	0,00	26.000,00	26.000,00
Total:			177.200,00	70.800,00	248.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 113/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	4	A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	232.150,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	15.650,00	0,00	15.650,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	206.050,00	206.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	10.450,00	10.450,00
Total:			15.650,00	216.500,00	232.150,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 114/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Portador de Deficiência	242
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.147	1	A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA APAE/APAS	Manutenção das Atividades (Un)	1,000	26.050,00

II - Descrição das Ações**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0049 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Fis	0,00	26.050,00	26.050,00
Total:			0,00	26.050,00	26.050,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 115/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	1	A	MANUTENÇÃO DO PROJETO SENTINELA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	179.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROJETO SENTINELA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	62.500,00	0,00	62.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0051 - Programa Sentinela	0,00	93.800,00	93.800,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	7.300,00	0,00	7.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	15.600,00	0,00	15.600,00
Total:			85.400,00	93.800,00	179.200,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 116/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1	A	MANUTENÇÃO DO PETI	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	265.700,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PETI

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	146.000,00	0,00	146.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	31.300,00	0,00	31.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	78.000,00	78.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	5.200,00	0,00	5.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	5.200,00	5.200,00
Total:			182.500,00	83.200,00	265.700,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 117/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistencia Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistencia Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.014	1	P	CONSTRUÇÃO DO CRAS	Obra (M2)	100,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO CRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			100.000,00	100.000,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 118/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.153	1	A	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A ENTIDADE ASSOC	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	102.100,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	102.100,00	0,00	102.100,00
Total:			102.100,00	0,00	102.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 119/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.152	1	A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Pessoas Atendidas (Un)	50,000	65.600,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CREAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	65.600,00	65.600,00
Total:			0,00	65.600,00	65.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 120/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistencia Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistencia Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	1	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.981.515,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.042.300,00	0,00	1.042.300,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.200,00	0,00	52.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	833.850,00	0,00	833.850,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo (0,00	1.050,00	1.050,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.115,00	0,00	52.115,00
Total:			1.980.465,00	1.050,00	1.981.515,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 121/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	1	A	MANUTENÇÃO DO CRAS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	276.250,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	104.250,00	0,00	104.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.100,00	0,00	52.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo (0,00	109.500,00	109.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	10.400,00	0,00	10.400,00
Total:			166.750,00	109.500,00	276.250,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 122/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	1	A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A MULHER - P. Manutenção das Atividades	(Ano)	1,000	208.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO A MULHER - PAM

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	208.500,00	0,00	208.500,00
Total:			208.500,00	0,00	208.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 123/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistencia Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistencia Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	1	A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA COMUI	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	129.250,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	41.700,00	0,00	41.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048 - Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	72.900,00	72.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	4.200,00	0,00	4.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048 - Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	10.450,00	10.450,00
Total:			45.900,00	83.350,00	129.250,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 124/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistencia Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistencia Social.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.013	1 P	CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTIPLO USO DE REFERE	Obra (M2)	300,000	400.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTIPLO USO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			100.000,00	300.000,00	400.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 125/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	06.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	06.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	22

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a todas as famílias necessitadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda.

Justificativa do programa:

A Prefeitura mantém o Fundo Municipal de Habitação, havendo uma grande necessidade de investimento nesta área em virtude do déficit habitacional do Município. Sendo necessário à aquisição de terrenos para construção de casas populares. Para que se alcance o objetivo na área habitacional, poderão ser firmadas parcerias com a iniciativa privada, bem como através de pessoa física.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.083	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	31.200,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	29.100,00	0,00	29.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	2.100,00	2.100,00
Total:			29.100,00	2.100,00	31.200,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 126/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	06.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	06.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	HABITAÇÃO POPULAR	22

Objetivo do programa:

Desenvolver ações para promover, incentivar, comandar, apoiar e executar uma política habitacional atendendo a todas as famílias necessitadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda.

Justificativa do programa:

A Prefeitura mantém o Fundo Municipal de Habitação, havendo uma grande necessidade de investimento nesta área em virtude do déficit habitacional do Município. Sendo necessário à aquisição de terrenos para construção de casas populares. Para que se alcance o objetivo na área habitacional, poderão ser firmadas parcerias com a iniciativa privada, bem como através de pessoa física.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.061	1	P	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	Casa Construída (Un)	15,000	455.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	55.000,00	0,00	55.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	400.000,00	400.000,00
Total:			55.000,00	400.000,00	455.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 127/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	07.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	1	A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	187.700,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	145.000,00	0,00	145.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0094 - Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	41.700,00	0,00	41.700,00
Total:			186.700,00	1.000,00	187.700,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 128/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	07.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5

Objetivo do programa:

Serão desenvolvidas ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, adolescentes, idosos e às famílias. Reduzir e evitar desequilíbrios e promover a inclusão social.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através da Secretaria de Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. No atendimento a criança e ao adolescente, idosos e às famílias as ações existentes estão sendo desenvolvidas com a participação efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.164	1	A	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	20.850,00

II - Descrição das Ações

CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	20.850,00	0,00	20.850,00
Total:			20.850,00	0,00	20.850,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 129/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FAMPEC - CAÇADOR	08.00
Unidade:	FAMPEC - CAÇADOR	08.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS	6

Objetivo do programa:

Amparar e assistir o Servidor Público do Município, garantindo recursos financeiros ao atendimento à saúde dos servidores.

Justificativa do programa:

Os servidores mantêm um sistema de atendimento à saúde com contribuição mensal e controle feito pelo Fundo Municipal de Assistência Médica dos Servidores Municipais FAMPEC, através de contabilidade própria, com prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1 A	MANUTENÇÃO DO FAMPEC	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	930.710,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FAMPEC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	772.510,00	0,00	772.510,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0094 - Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	158.200,00	158.200,00
Total:			772.510,00	158.200,00	930.710,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 130/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	09.00
Unidade:	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	09.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	7

Objetivo do programa:

Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.

Justificativa do programa:

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador é administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-, utarquia Municipal criada pela Lei Complementar nº 10/00. O IPASC é responsável pelo gerenciamento e operacionalização das questões relacionadas às normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Caçador, como prevê o art. da Constituição Federal de 1988.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.777	1	A	RESERVA LEGAL - RPPS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	2.726.198,18

II - Descrição das Ações

RESERVA LEGAL - RPPS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS	0.1.0003 - Contribuição ao RPPS			1.309.246,32
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA LEGAL - RPPS	0.1.0094 - Remuneração de Depósitos Bancários			1.416.951,86
Total:					2.726.198,18

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 131/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	09.00
Unidade:	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	09.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	7

Objetivo do programa:

Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.

Justificativa do programa:

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador é administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-, utarquia Municipal criada pela Lei Complementar nº 10/00. O IPASC é responsável pelo gerenciamento e operacionalização das questões relacionadas às normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Caçador, como prevê o art. da Constituição Federal de 1988.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	1	A	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	3.863.057,11

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0003 - Contribuição ao RPPS	3.863.057,11	0,00	3.863.057,11
Total:			3.863.057,11	0,00	3.863.057,11

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 132/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	09.00
Unidade:	IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	09.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	7

Objetivo do programa:

Assegurar aos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, ativos, inativos e pensionistas, os benefícios de aposentadoria e pensão.

Justificativa do programa:

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Caçador é administrado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-, utarquia Municipal criada pela Lei Complementar nº 10/00. O IPASC é responsável pelo gerenciamento e operacionalização das questões relacionadas às normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Município de Caçador, como prevê o art. da Constituição Federal de 1988.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	1	A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	360.473,97

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0003 - Contribuição ao RPPS	175.571,28	0,00	175.571,28
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0003 - Contribuição ao RPPS	11.790,06	0,00	11.790,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0003 - Contribuição ao RPPS	115.600,13	0,00	115.600,13
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0003 - Contribuição ao RPPS	57.512,50	0,00	57.512,50
Total:			360.473,97	0,00	360.473,97

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 133/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9999

Objetivo do programa:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Justificativa do programa:

Atendimento a casos de calamidade pública e riscos fiscais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	1	R	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

RESERVA DE CONTIGÊNCIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0000 - Recursos Ordinarios			100.000,00
Total:					100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 134/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BASICO	35

Objetivo do programa:

SANEAMENTO BÁSICO

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.175	1 A	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS F	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			60.000,00	200.000,00	260.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 135/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BASICO	35

Objetivo do programa:

SANEAMENTO BÁSICO

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.176	1 A	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			100.000,00	200.000,00	300.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 136/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	11.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	SANEAMENTO BASICO	35

Objetivo do programa:

SANEAMENTO BÁSICO

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.174	1 A	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	240.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	100.000,00	0,00	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			240.000,00	0,00	240.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 137/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESPORTO AMADOR	31

Objetivo do programa:

Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional e Estadual.

Justificativa do programa:

As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal e Estadual. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.105	1 P	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTE: Obra (M2)		0,000	0,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 138/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESPORTO AMADOR	31

Objetivo do programa:

Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional e Estadual.

Justificativa do programa:

As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal e Estadual. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	1 P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Material Esportivo (Un)	15,000	36.500,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	36.500,00	0,00	36.500,00
Total:			36.500,00	0,00	36.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 139/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESPORTO AMADOR	31

Objetivo do programa:

Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional e Estadual.

Justificativa do programa:

As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal e Estadual. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.149	1 A	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. C Manutenção das Atividades (Un)		1,000	650.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	650.000,00	0,00	650.000,00
Total:			650.000,00	0,00	650.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 140/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESPORTO AMADOR	31

Objetivo do programa:

Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional e Estadual.

Justificativa do programa:

As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal e Estadual. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.109	1 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	703.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	693.000,00	0,00	693.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			703.000,00	0,00	703.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 141/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	DESPORTO AMADOR	31

Objetivo do programa:

Integração da comunidade através do esporte, independentemente da modalidade praticada. Participação e Realização de competições a nível Municipal, Regional e Estadual.

Justificativa do programa:

As atividades desenvolvidas neste programa estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, através da Fundação Municipal de Esportes onde é desenvolvida uma programação de atendimento, valorização e formação de atletas, que possibilitem a efetiva participação em competições de nível municipal e Estadual. Atendemos as escolinhas de formação de atletas e uma programação esportiva de acordo com nossas condições e possibilidades.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.104	1 P	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE PRÁTICAS ESPORTIVA	Obra (M2)	100,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE PRÁTICAS ESPORTIVAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			50.000,00	50.000,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 142/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ACERVO CULTURAL	19

Objetivo do programa:

Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Justificativa do programa:

A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadorenses através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Teclado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.069	1 A	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	644.100,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	364.800,00	0,00	364.800,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	208.500,00	0,00	208.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	20.800,00	0,00	20.800,00
Total:			644.100,00	0,00	644.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 143/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ACERVO CULTURAL	19

Objetivo do programa:

Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Justificativa do programa:

A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadoreense através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Teclado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	1 P	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Obra (M2)	100,000	170.000,00

II - Descrição das Ações

REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			20.000,00	150.000,00	170.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 144/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ACERVO CULTURAL	19

Objetivo do programa:

Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Justificativa do programa:

A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadoreense através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Teclado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.097	1 P	CONSTRUÇÃO DO MUSEU	Obra (M2)	50,000	125.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO MUSEU

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			25.000,00	100.000,00	125.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 145/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	ACERVO CULTURAL	19

Objetivo do programa:

Universalizar o acesso e a divulgação das atividades culturais existentes e a serem criadas no município. Implantar e promover atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural - natural - urbanístico - paisagístico e arquitetônico existente no município. Ampliar os espaços físicos para atividades culturais/artísticas através de locação, construção e estabelecimento de parcerias com outros órgãos e/ou instituições.

Justificativa do programa:

A Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, presta serviços culturais a comunidade Caçadoreense através de diversas atividades. Fazem parte destes serviços: Sete Oficinas, sendo: Oficina de Canto e Coral, Oficina de Violinos, Oficina de Sopros, Oficina de Teatro, Oficina de Dança, Oficina de Violão e Oficina de Teclado. Contemplando 570 alunos. A Biblioteca Pública Municipal Vidal Ramos, atualmente com 30.000 volumes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.046	1 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo (Un)	0,00	0,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 146/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.171	1 A	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AME	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.666.400,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.456.100,00	0,00	1.456.100,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	31.300,00	0,00	31.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	129.000,00	0,00	129.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			1.666.400,00	0,00	1.666.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 147/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.172	1 A	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	25.000,00

II - Descrição das Ações

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	25.000,00	0,00	25.000,00
Total:			25.000,00	0,00	25.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 148/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	1 P	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇ	Obra (M2)	200,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	25.000,00	25.000,00
Total:			25.000,00	25.000,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 149/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	1 P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANEN	Equipamento (Un)	3,000	24.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	12.000,00	0,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	12.000,00	12.000,00
Total:			12.000,00	12.000,00	24.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 150/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	1 P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo (Un)	2,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	75.000,00	75.000,00
Total:			25.000,00	75.000,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 151/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	14.02
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1 A	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 152/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	14.02
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	1 P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLA	Máquinas e Implementos (Un)	2,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 153/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	14.02
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	1 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	23.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	23.000,00	0,00	23.000,00
Total:			23.000,00	0,00	23.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 154/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO LIC. E EDUC. AMB.	14.03
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	1 A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	23.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	23.000,00	0,00	23.000,00
Total:			23.000,00	0,00	23.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011****Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 155/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOSE E DEF. DE ANIMAIS	14.04
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	1 P	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E CANIL PARA	Obra (M2)	50,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E CANIL PARA ABRIGO DE ANIMAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			50.000,00	50.000,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 156/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE CONTROLE DE ZONÓSES E DEF. DE ANIMAIS	14.04
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	1 A	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL	Animais (Un)	2000,000	15.000,00

II - Descrição das Ações

VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			15.000,00	0,00	15.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 157/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE CONTROLE DE ZONOSSES E DEF. DE ANIMAIS	14.04
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	1 A	MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE ZONOSSES	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	36.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE ZONOSSES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	36.000,00	0,00	36.000,00
Total:			36.000,00	0,00	36.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 158/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	12

Objetivo do programa:

Ampliação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário Urbano , 1° e 2° etapa, Implantação de Saneamento Rural. Implantação da primeira e segunda etapa do projeto de esgotamento sanitário, dividido em 5 etapas., contemplando ampliação da rede coletora e sistema de tratamento de esgoto. População atendida : 29.750 habitantes. Implantar soluções alternativas individuais para o saneamento rural.

Justificativa do programa:

Saneamento Básico visa proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes. Com a atual Situação em Relação ao tratamento e disposição dos efluentes domésticos é indispensável que o Município se desenvolva e amplie o atendimento na área de esgotamento sanitário. Com estas medidas é possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas , evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do Meio Ambiente .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1 A	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTA	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	6.604.600,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	520.000,00	0,00	520.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	2.084.600,00	0,00	2.084.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Total:			2.604.600,00	4.000.000,00	6.604.600,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 159/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	12

Objetivo do programa:

Ampliação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário Urbano , 1° e 2° etapa, Implantação de Saneamento Rural. Implantação da primeira e segunda etapa do projeto de esgotamento sanitário, dividido em 5 etapas., contemplando ampliação da rede coletora e sistema de tratamento de esgoto. População atendida : 29.750 habitantes. Implantar soluções alternativas individuais para o saneamento rural.

Justificativa do programa:

Saneamento Básico visa proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes. Com a atual Situação em Relação ao tratamento e disposição dos efluentes domésticos é indispensável que o Município se desenvolva e amplie o atendimento na área de esgotamento sanitário. Com estas medidas é possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas , evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do Meio Ambiente .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	1 P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	Veículos e Equipamentos (Un)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 160/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	12

Objetivo do programa:

Ampliação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário Urbano , 1° e 2° etapa, Implantação de Saneamento Rural. Implantação da primeira e segunda etapa do projeto de esgotamento sanitário, dividido em 5 etapas., contemplando ampliação da rede coletora e sistema de tratamento de esgoto. População atendida : 29.750 habitantes. Implantar soluções alternativas individuais para o saneamento rural.

Justificativa do programa:

Saneamento Básico visa proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes. Com a atual Situação em Relação ao tratamento e disposição dos efluentes domésticos é indispensável que o Município se desenvolva e amplie o atendimento na área de esgotamento sanitário. Com estas medidas é possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas , evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do Meio Ambiente .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	1 A	COLETA SELETIVA DE LIXO	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	364.800,00

II - Descrição das Ações

COLETA SELETIVA DE LIXO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	364.800,00	0,00	364.800,00
Total:			364.800,00	0,00	364.800,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 161/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	13

Objetivo do programa:

Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água .

Justificativa do programa:

Há necessidade de investimentos em obras de melhoria e expansão dos sistemas operados pela CASAN para reduzir as deficiências operacionais, de manutenção e de expansão dos serviços de abastecimento de água.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	1 A	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA I	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	2.297.300,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	833.800,00	0,00	833.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.163.500,00	0,00	1.163.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			1.997.300,00	300.000,00	2.297.300,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 162/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	DRENAGEM PLUVIAL	14

Objetivo do programa:

Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de águas Pluviais.
Dragagem e Desassoreamento dos Rios do Peixe e Caçador.

Justificativa do programa:

As ações de drenagem devem ser planejadas e executadas com vistas a reduzir e controlar os riscos de inundações no Município.

Através da dragagem e deassoreamento dos principais cursos d'água do município estaremos diminuindo o risco de enchentes e melhorando a qualidade das águas destes rios.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	1 A	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	273.900,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	103.000,00	0,00	103.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	20.900,00	0,00	20.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			123.900,00	150.000,00	273.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 163/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	DRENAGEM PLUVIAL	14

Objetivo do programa:

Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de águas Pluviais.
Dragagem e Desassoreamento dos Rios do Peixe e Caçador.

Justificativa do programa:

As ações de drenagem devem ser planejadas e executadas com vistas a reduzir e controlar os riscos de inundações no Município.

Através da dragagem e deassoreamento dos principais cursos d'água do município estaremos diminuindo o risco de enchentes e melhorando a qualidade das águas destes rios.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	1 P	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	196.000,00

II - Descrição das Ações

DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.000,00	0,00	52.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros	0,00	144.000,00	144.000,00
Total:			52.000,00	144.000,00	196.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 164/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	15

Objetivo do programa:

Ampliação e Manutenção do Aterro Sanitário , Limpeza Pública, Coleta de Lixo Doméstico e Coleta Seletiva .

Justificativa do programa:

Com a gestão correta dos resíduos sólidos urbanos estaremos diminuindo os impactos no meio ambiente (reservas naturais) e também aumentaremos a vida útil do aterro sanitário, reduzindo o passivo ambiental .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.107	1 A	COLETA DE LIXO DOMICILIAR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	1.050.000,00

II - Descrição das Ações

COLETA DE LIXO DOMICILIAR

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00
Total:			1.050.000,00	0,00	1.050.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 165/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	15

Objetivo do programa:

Ampliação e Manutenção do Aterro Sanitário , Limpeza Pública, Coleta de Lixo Doméstico e Coleta Seletiva .

Justificativa do programa:

Com a gestão correta dos resíduos sólidos urbanos estaremos diminuindo os impactos no meio ambiente (reservas naturais) e também aumentaremos a vida útil do aterro sanitário, reduzindo o passivo ambiental .

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.047	1 P	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	Obra (M2)	1,000	1.182.900,00

II - Descrição das Ações

AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	1.182.900,00	0,00	1.182.900,00
Total:			1.182.900,00	0,00	1.182.900,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 166/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	14.05
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	MEIO AMBIENTE	24

Objetivo do programa:

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativa do programa:

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	1 P	DESPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTA	Área Abrangida (M2)	2500,000	520.000,00

II - Descrição das Ações

DESPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL E DESENV. DE ATIV. E PROG. AMBIENTAIS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	520.000,00	0,00	520.000,00
Total:			520.000,00	0,00	520.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

Página: 167/168

Data: 19/07/2010

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	14.06
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	LIMPEZA PÚBLICA	16

Objetivo do programa:

Dentro do Programa Resíduos sólidos Urbanos , Ampliação e manutenção da coleta de resíduos domésticos .

Justificativa do programa:

Com a gestão correta dos resíduos sólidos urbanos estaremos diminuindo os impactos no meio ambiente(reservas naturais) e também aumentaremos a vida útil do aterro sanitário, reduzindo o passivo ambiental.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	1 A	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E TREVOS	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	312.500,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E TREVOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	260.500,00	0,00	260.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	52.000,00	0,00	52.000,00
Total:			312.500,00	0,00	312.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 168/168

Data: 19/07/2010

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 13/04/2010 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	14.06
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	LIMPEZA PÚBLICA	16

Objetivo do programa:

Dentro do Programa Resíduos sólidos Urbanos , Ampliação e manutenção da coleta de resíduos domésticos .

Justificativa do programa:

Com a gestão coreta dos resíduos sólidos urbanos estaremos diminuindo os impactos no meio ambiente(reservas naturais) e também aumentaremos a vida útil do aterro sanitário, reduzindo o passivo ambiental.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	1 P	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O PR	Manutenção das Atividades (Ano)	1,000	36.000,00

II - Descrição das Ações

LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA PASSEIO LIVRE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinarios	36.000,00	0,00	36.000,00
Total:			36.000,00	0,00	36.000,00

SAULO SPEROTTO
Prefeito MunicipalCLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Anexo PPA - -Relação das Despesas Planejadas Alteradas Lei nº 2.730**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Página: 1/2
Data: 19/07/2010

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Descrição do Recurso	Total
Estado de Santa Catarina								
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
Órgão: 02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO								11.888.520,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO								2.124.370,00
4	2.156 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	A	1	06.182.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	130.900,00
	Manutenção das Atividades (Ano)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	194.200,00
5	2.157 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	A	1	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	700.450,00
	Manutenção das Atividades (Ano)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	1.063.470,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	35.350,00
Unidade: 02.03 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA								200.000,00
24	1.015 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	P	1	15.452.0021	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	200.000,00
	Obra(Un)							
Unidade: 02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA								8.727.150,00
53	2.091 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	A	1	20.606.0026	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	4.804.000,00
	Manutenção das Atividades (Ano)				3.1.91.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	652.500,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	3.250.700,00
154	1.078 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR	P	1	20.606.0026	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	19.950,00
	Obra(M2)							
Unidade: 02.09 - SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO								837.000,00
59	1.091 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	P	1	22.661.0027	4.5.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	450.000,00
	Área Adquirida(Un)							
60	2.012 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	A	1	23.691.0027	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	387.000,00
	Manutenção das Atividades (Un)							
Estado de Santa Catarina								
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
Órgão: 01.00 - PODER LEGISLATIVO								812.025,00
Unidade: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								812.025,00
83	2.163 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	A	1	01.031.0001	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	812.025,00
	Manutenção das Atividades (Ano)							
Estado de Santa Catarina								
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
Órgão: 14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE								7.276.700,00
Unidade: 14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE								7.276.700,00
120	2.171 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	A	1	18.541.0024	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	6.397.000,00
	Manutenção das Atividades (Ano)				3.1.91.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	130.700,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000	Recursos Ordinarios	538.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 2/2

Data: 19/07/2010

Planej.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Descrição do Recurso	Total
Órgão: 14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE									7.276.700,00
Unidade: 14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE									7.276.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 Recursos Ordinarios									211.000,00
Total geral:									19.977.245,00

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal_____
CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Anexo PPA - Programas de Governos Alterados - Lei nº 2.730**Estado de Santa Catarina**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 1/6

Data: 19/07/2010

Programa

1 - PROCESSO LEGISLATIVO

Objetivos

Dotar a Câmara Municipal de condições físicas para o bom andamento das atividades inerentes ao processo legislativo municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas

Justificativas

O Legislativo Municipal, é composto por dez Vereadores, mais o pessoal lotado conforme Quadro de Servidores da Câmara Municipal. A Câmara tem autonomia financeira, tendo contabilidade própria.

Diretrizes (Forma de implementação)

A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período normal da legislatura e reuniões extraordinárias no período de recesso. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as Ações desenvolvidas pela Câmara Municipal são de acordo com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
2.163 - MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	812.025,00	0.1.0000
		Total:	812.025,00	

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinarios

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 2/6

Data: 19/07/2010

Programa

2 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objetivos

Desenvolver as ações administrativas do Município, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando à tomada de decisão com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Revisão anual dos salários dos servidores em observância ao disposto no Art. 37, X da Constituição Federal.

Justificativas

A Administração, Planejamento e Finanças desenvolvem todas as ações de caráter administrativo de forma contínua, que garantam o apoio necessário à execução de sua programação. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do prefeito, Secretaria de Administração e Finanças.

Diretrizes (Forma de implementação)

Desenvolvimento das ações de caráter administrativo e financeiro de forma contínua, necessária à execução de sua programação para atendimento das necessidades e reivindicações da comunidade. Elabora a programação orçamentária e avaliação de resultados. Agrega ações com vista a melhoria da prestação de serviços e atendimento em geral, se inter-relacionar e manter o processo de qualidade do serviço público.

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
2.156 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	325.100,00	0.1.0000
2.157 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	1.799.270,00	0.1.0000
		Total:	2.124.370,00	

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinarios

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 3/6

Data: 19/07/2010

Programa

21 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Objetivos

Desenvolver ações que visem a implementação de novos atendimentos a população e a melhoria dos já executados

Justificativas

O Município possui um Cemitério Municipal o qual encontra-se com sua capacidade quase esgotada necessitando de ampliação. Necessita ainda da construção de sanitários em praças públicas e reforma da Rodoviária Municipal.

Diretrizes (Forma de implementação)

Atendimento da população em geral, dotando a estrutura do município de melhores condições.

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1.015 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	Obra (Un)	1,000	200.000,00	0.1.0000
		Total:	200.000,00	

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinarios

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 4/6

Data: 19/07/2010

Programa

24 - MEIO AMBIENTE

Objetivos

Implantar a Coleta Seletiva no município. Conscientizar a população e incentivar o cuidado com o meio ambiente. Promover o plantio de Árvores Nativas.

Justificativas

O Município tem serios problemas ambientais e se faz necessário a implantação da coleta seletiva de lixo, a fiscalização da degradação ambiental e a elaboração de eventos com objetivos de promover a educação ambiental nas escolas e comunidade em geral. Dispõe de técnicos para a execução destes trabalhos e necessita de veículo apropriado para o serviço de coleta.

Diretrizes (Forma de implementação)

Aquisição de um caminhão carroceria para a coleta seletiva. Construção de barracão para receber os materiais e aquisição de uma usina de reciclagem de lixo.

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
2.171 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	7.276.700,00	0.1.0000
		Total:	7.276.700,00	

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinarios

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 5/6

Data: 19/07/2010

Programa

26 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivos

Estes projetos visam à execução de ações com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção, do aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município e principalmente a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural. Instituir em nível municipal, diretamente ou através de convênio com órgãos estaduais.

Justificativas

O atendimento a este programa está vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior. Quando necessário realiza-se parcerias no planejamento e execução de programas e projetos. A Secretaria vem buscando alternativas para a diversificação na produção das propriedades rurais, dando continuidade nos programas já implantados, procurando incrementá-los e ampliá-los.

Diretrizes (Forma de implementação)

Dotar a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Pecuária e Interior de estrutura adequada à prestação de serviços e atendimento técnico ao produtor rural.

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1.078 - AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	Obra (M2)	4,000	19.950,00	0.1.0000
2.091 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	Manutenção das Atividades (Ano)	4,000	8.707.200,00	0.1.0000
		Total:	8.727.150,00	

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinarios

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 - Plano Pluri Anual - PPA

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 30/06/2010 (A) (Somente o que foi alterado na data selecionada)

Página: 6/6

Data: 19/07/2010

Programa

27 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Objetivos

Geração de emprego e renda. Elevação da renda per capita da população. Aumento da arrecadação municipal através do incremento do movimento econômico.

Justificativas

A Administração Municipal tem como grande desafio, melhorar os índices de qualidade de vida da população, consituindo-se como ação prioritária a geração de emprego e renda, acompanhada de melhoramentos na educação, unicas formas de alcançar o desenvolvimento social equilibrado. Tais metas passam necessariamente pelo apoio às atividades empreendedoras, geradoras de ocupação, renda e arrecadação de impostos, recursos estes que se reverterem no bem estar da população.

Diretrizes (Forma de implementação)

Incentivar e fomentar as atividades produtivas existentes e criar condições para a atração de novos empreendimentos que venham se instalar no município.

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1.091 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Área Adquirida (Un)	10.000,000	450.000,00	0.1.0000
2.012 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	Manutenção das Atividades (Un)	4,000	387.000,00	0.1.0000
		Total:	837.000,00	

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinarios

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Téc.Conta. CRC/SC 019607/0-6_____
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Aviso Credenciamento 09-2010 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO
PARA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA
09/2010

Objeto: Credenciar pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos especializados em ORTOPEDIA para prestação de serviços junto ao ambulatório da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, anexo ao Hospital Jonas Ramos.

Inscrições: Junto à Prefeitura Municipal de Caçador, Departamento de Licitações de Contratos, situado na Avenida Santa Catarina, 195, no horário de expediente.

Data: máximo até às 17:00 horas do dia 10 (dez) de agosto de 2010.

Documentos Necessários: Apresentação de cópias autenticadas dos documentos constantes no Item III do Edital de Credenciamento.

O Edital completo deverá ser solicitado através do e-mail licitacoes@cacador.sc.gov.br, Maiores informações na Prefeitura Municipal de Caçador, Av. Santa Catarina, nº 195, Caçador, SC, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de julho de 2.010.

LOELY BELLAVER

Secretaria Municipal de Saúde

Aviso Licitação PR 61-2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 61/2010

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COTURNOS E UNIFORMES COMPOSTOS POR CALÇAS, GANDOLAS, JAQUETAS E BONÉS, DESTINADOS AOS AGENTES DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO DA GUARDA MUNICIPAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 10:00 Horas do Dia 10/08/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 10:05 Horas do Dia 10/08/2010.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.
e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 23 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1075/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
GUS2121	55106662C	PAULO CEZAR VENTURIN	6599/2	230 * V
IDH4648	55106414C	ONIL KRESTA RICHTER	5010/0	162 * I
LYH7967	55106739C	ANTONIO LOPES	5010/0	162 * I
MAE0377	55108917C	VILSON BEHLING	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1076/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEX2933	55109132C	ALMIR DALAGNOLLI	5835/0	195
IDH4648	55106415C	ONIL KRESTA RICHTER	5835/0	195
LXP5655	55109134C	JOSE ALVES DO NASCIMENTO	5347/0	178
MCV9296	55106734C	CLAUDIO TRIBESS	5207/0	169
MDP6988	55106714C	DERCEU ALVES FERREIRA	5207/0	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1077/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABJ1937	54790662C	EVANDRO VIEIRA	6599/2	230 * V
DYY9166	55951735B	LUIZ CARLOS DAL BOSCO	6599/2	230 * V
LXO1419	55110470C	MAICON BUENO	6599/2	230 * V
LYP1964	55110394C	ADENILSON MARTINS PINEHIRO	5010/0	162 * I
MDR9315	55108635C	GILMAR BALBINOT E CIA LTDA ME	6599/2	230 * V
MDZ2383	55108629C	GEOVANI MAIA	6912/0	232
MFV6668	55105874C	VERALUCI LIMA DOS SANTOS	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1078/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MFV6668	55105875C	VERALUCI LIMA DOS SANTOS	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1079/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAL3882	55475315C	SERGIO ANTONIO PRUDENTE	6610/2	230 * VII
ABA8518	55951891B	ADILSO LUIZ BRAATZ	5010/0	162 * I
ABA8518	55951892B	ADILSO LUIZ BRAATZ	6599/2	230 * V
ADW9402	55106581C	CARMEN APARECIDA DA SILVA RIBEIRO	6920/0	233
AGH6890	55106467C	CARLOS ALBERTO RIBEIRO	5010/0	162 * I
AGH6890	55106468C	CARLOS ALBERTO RIBEIRO	6912/0	232
AIF9438	55106588C	JOSE CAETANO DE MATIAS	6920/0	233
AJT3390	55108113C	RODRIGO DOS SANTOS LYSKO	6769/3	230 * XXII
AMM5386	55106570C	ELIANE APARECIDA TESSER SCOLARO	6920/0	233
BHG5761	55108578C	JOAO ADAO BUENO	5045/0	162 * V
CWD3598	55107964C	LUCIANO DOS SANTOS	5045/0	162 * V
CWD3598	55107965C	LUCIANO DOS SANTOS	6599/2	230 * V
CYB2774	55475545C	JOSE PRESTES DE OLIVEIRA	5010/0	162 * I
HRZ1498	55108887C	EDINARA DO NASCIMENTO	6599/2	230 * V
ICM3424	55106264C	JOILSON DE OLIVEIRA FURTADO	5169/1	165
ICM3424	55107895C	JOILSON DE OLIVEIRA FURTADO	5010/0	162 * I
ICM3424	55108993C	JOILSON DE OLIVEIRA FURTADO	5118/0	164 c/c 162 * I
IGA5954	55107716C	ORILDA MIGUEL DOS ANJOS	5045/0	162 * V
IJU4759	55109718C	DARIO ALVES GOMES	5169/1	165
LCH8322	55106582C	LEONES FURTADO ALVES	6920/0	233
LCX4942	55106259C	MAICON LUIZ DREHER	6599/2	230 * V
LXN9054	55475568C	CLEUDERLI FURTADO DE SOUZA	5169/1	165
LXP9747	55106462C	OLIMAR FEZOLI	5274/2	175
LXP9747	55108009C	OLIMAR FEZOLI	6637/1	230 * IX
LXP9747	55108010C	OLIMAR FEZOLI	6769/3	230 * XXII
LXQ7796	55106557C	DIONES ANDRE DE OLIVEIRA	6920/0	233

LXS0767	55478007C	NELCY APARECIDA DA ROSA	6599/2	230 * V
LYK8750	55475569C	MARLON PATRICK ZIPPERER	5010/0	162 * I
LYK8750	55475570C	MARLON PATRICK ZIPPERER	6912/0	232
LYM2720	55475300C	JOSE ANTONIO CAETANO	6920/0	233
LYP4086	55106561C	JONAS NUNES	6920/0	233
LYR7351	55106599C	CELSON MARCELINO DA SILVA	6920/0	233
LYZ3537	55106440C	LEONIR ALVES DE SOUZA	5010/0	162 * I
LYZ3537	55107980C	LEONIR ALVES DE SOUZA	5010/0	162 * I
LYZ3537	55107981C	LEONIR ALVES DE SOUZA	6637/2	230 * IX
LZD4512	55106698C	NEUSA BELMIRA TEIXEIRA	5045/0	162 * V
LZI5020	55107873C	JOSE LUIZ CARVALHO	6599/2	230 * V
LZX7042	55106558C	DILSON JOSE CAMARGO	6920/0	233
MAV8108	55110321C	CLAUDEMIR BATISTA DE ANDRADE	6599/2	230 * V
MAV8108	55110322C	CLAUDEMIR BATISTA DE ANDRADE	6556/1	230 * I
MBC1726	55107979C	WAGNER ANTUNES DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MBC6153	55107912C	GILBERTO RODRIGUES	5010/0	162 * I
MBF1670	55106258C	GLESSY FERRASSO LIPKA	5169/1	165
MBZ2995	55107816C	SONIA REGINA DA SILVA	6726/1	230 * XVIII
MCC9502	55106594C	CLAUDIA MARIA RIBEIRO DA SILVA ME	6920/0	233
MCG6174	55106589C	SIDNEI PEDRO GOMES	6920/0	233
MCN2018	55106432C	JOSE JOCELI MARTINS VARELA	6599/2	230 * V
MCT2736	55107899C	MARIA JESUS DE SOUZA	5010/0	162 * I
MDW5932	55475299C	JUSCELITO FILIPINI	6920/0	233
MES7681	55106556C	CIRNEI ALTINO DE FRANCA	6920/0	233
MFK5419	55107825C	LUIS AGOSTINHO SUPP	6599/2	230 * V
MFQ8911	55107878C	CLAUDIO DA SILVA	6599/2	230 * V
MFQ8911	55107987C	CLAUDIO DA SILVA	6637/2	230 * IX
MGG2837	55109716C	DANIEL DOS REIS ALVES	5010/0	162 * I
MIH0194	55108644C	FERNANDO VIEIRA DE MELLO	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1080/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJA0556	55106469C	CLEONICE JUCELEI RODRIGUES	5525/0	181 * XV
AJH8617	55107869C	DECIO LUIZ KIRCH	7366/2	252 * VI
ARP0189	55107892C	SANDRO EDUARDO DA COSTA	5185/1	167
BMC1694	55950148B	RODRIGO BENTO DE ANDRADE	6050/1	208
DXV6770	55107971C	MARCELO RICARDO COLACO	7366/2	252 * VI
GXT9318	55106736C	TATIANE PADILHA	5185/1	167
LJB9378	55107562C	SAMUEL ASANO	5460/0	181 * IX
LWX9922	55106445C	PAULO SERGIO XAVIER	7145/0	245
LXN9054	55475566C	CLEUDERLI FURTADO DE SOUZA	5347/0	178
LYA4391	55106742C	JESSE DE SOUZA PRESTES	7145/0	245
LYY4840	55106740C	MARIA HELENA GAMBIRAGE	5185/1	167
LYZ3537	55107874C	LEONIR ALVES DE SOUZA	6564/0	230 * II
LYZ3537	55107875C	LEONIR ALVES DE SOUZA	5185/1	167
LZO3803	55107867C	VALDECIR MARCOS MICHAELSEN	5185/1	167
MAY8576	55477625C	VICTOR AMADEU MEIRA	5410/0	181 * IV
MBD1045	55107722C	MOACIR ROTTA ME	5452/2	181 * VIII
MBH3569	55107865C	VILMAR ANTONIO ANTUNES	5185/1	167
MBV7250	55107818C	MARCOS LUIZ WORDELL	6564/0	230 * II
MCL6125	55107870C	OSVALDO FAE	5185/1	167
MDD5389	55107823C	ADAO ISMAEL NUNES	5541/1	181 * XVII
MDM7203	55107725C	NAISSON CAVALET	5185/1	167
MDR4920	55106741C	PAULO DE TARSO DOS SANTOS	7145/0	245
MEY8894	55849541B	RONI DOS SANTOS BENIN	6149/0	214 * III
MFL7418	55107902C	MARIA GENI CLEIN DE AZEREDO	5541/5	181 * XVII
MGB0507	55107891C	ANTONIO SILVIO ALVES	5185/2	167
MGF6469	55107868C	ROBERTO REALTO CARIPUNA	5185/1	167

MGJ7065	54790077C	PAULO CESAR CHAVES	6050/1	208
MGS4749	55110434C	SEBASTIAO AIRTON PIRES LIMA	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1081/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACC5273	55110535C	IDANIR MAULE	5010/0	162 * I
ACC5273	55110536C	IDANIR MAULE	6599/2	230 * V
ADR2691	55105910C	LEANDRO RIPKA DE FREITAS	6610/2	230 * VII
AEB1977	55109121C	DEBORA CRISTINE TRILHA	5169/1	165
AGO7160	55475262C	WALDEMAR COELHO	6920/0	233
AJR8667	55109089C	GIOVANE FERREIRA DA SILVA	6920/0	233
ALM8705	55106199C	MARILDA SALETE LUZ	6556/3	230 * I
APE4165	55109815C	REINALDO DE OLIVEIRA	6920/0	233
APY8825	55109087C	SIDINEI PUSTELNIK	6920/0	233
CIS2684	55109325C	TAIS CARLA LIMA	6610/2	230 * VII
CLR5095	55109830C	JOHNY GUIMARAES LOPES	6920/0	233
CMK9935	54789921C	DARCY FERREIRA DA ROCHA	5169/1	165
DDM9105	55109627C	GILVANA RIBEIRO DOS SANTOS	6920/0	233
GWV1785	54788516C	MARILI DE SOUZA FERREIRA	6912/0	232
ICS9286	55108766C	PEDRO DE LIMA LOPES	6599/2	230 * V
LBZ0292	55105853C	HERMINIO DA ROCHA	6599/2	230 * V
LXG6007	55110061C	OSMAIR FUCK	5010/0	162 * I
LXI9667	55109122C	EVANDRO FRANCA	5274/3	175
LXQ1939	55109803C	JOAO ANTUNES DE OLIVEIRA	6920/0	233
LYB0221	55106184C	NATALICIO DE JESUS LARA	6599/2	230 * V
LYP1964	55108051C	ADENILSON MARTINS PINEHIRO	5010/0	162 * I
LYQ0516	55105695C	VANDERLEI LESNIESKI	6599/2	230 * V
LYS1992	55477704C	HELIO MORAES DOS SANTOS	5045/0	162 * V
LZF4897	54789686C	RAFAEL DE OLIVEIRA	6610/2	230 * VII
MAC4809	55108610C	LUIZ MASSANEIRO	6599/2	230 * V
MBC5038	55109835C	MICHELLI APARECIDA SMAHA	6920/0	233

MBF1670	54789885C	GLESSY FERRASSO LIPKA	6912/0	232
MBF1670	55108800C	GLESSY FERRASSO LIPKA	5010/0	162 * I
MBM0540	55951783B	IVANOR KARLOH PIRAN	6599/2	230 * V
MBX6945	55109958C	ARACELIA MACIEL FERREIRA	5010/0	162 * I
MCO5452	55105683C	JOSE VALDIR MOREIRA	6599/2	230 * V
MCO5452	55105684C	JOSE VALDIR MOREIRA	5010/0	162 * I
MDE1618	55109641C	DAIANE CORREA SCHAPHAUSER	6920/0	233
MDJ9898	55108557C	CLAUDIO PIRES RIBEIRO	5010/0	162 * I
MDJ9898	55109700C	CLAUDIO PIRES RIBEIRO	6599/2	230 * V
MDS2015	55108571C	SUZANA TANIGUCHI	6912/0	232
MDS2015	55108572C	SUZANA TANIGUCHI	5010/0	162 * I
MDS2015	55108573C	SUZANA TANIGUCHI	5169/1	165
MDS2015	55475656C	SUZANA TANIGUCHI	6599/2	230 * V
MDS2015	55475657C	SUZANA TANIGUCHI	6556/1	230 * I
MDS2015	55475658C	SUZANA TANIGUCHI	6653/1	230 * XI
MEK7980	55108372C	MARCOS DA SILVA VALARDAO	5169/1	165
MES3299	55109972C	CAMILA APARECIDA ZAMPRONIO SCHMIDT	6599/2	230 * V
MES5368	55106156C	EDURDO ESTEVANO	5010/0	162 * I
MES5368	55106157C	EDURDO ESTEVANO	5118/0	164 c/c 162 * I
MES5368	55106157C	EDURDO ESTEVANO	6726/1	230 * XVIII
MGN0131	55475635C	VIDECROSS COMERCIO DE MOTOS LTDA	6912/0	232
MHI8052	55109115C	MARLON WOLOCH	5274/2	175
MQO7280	55109621C	ANTONIO PEREIRA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1082/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ANK6703	55108765C	JOICE PORTH	5185/1	167
ANK6703	55109695C	JOICE PORTH	6491/0	227 * II
CFL9308	55109698C	IVANIR BASEGGIO	7366/2	252 * VI
CGT3434	55108799C	ITAMAR TIBES	5185/1	167
ICS9286	55108767C	PEDRO DE LIMA LOPES	6858/0	231 * VII
ICS9286	55108768C	PEDRO DE LIMA LOPES	5185/1	167
LPE1061	54788473C	MAURO LUCIO CLEMENTE	7366/2	252 * VI
LPE1061	54788940C	MAURO LUCIO CLEMENTE	7366/2	252 * VI
LYG2907	55109794C	SILVIA APARECIDA OLEINIK DE SOUZA	5550/0	181 * XVIII
LYI0897	55108902C	NADIR SANTIN	5460/0	181 * IX
LZF8627	55108906C	SANDRO JOSE GOMES	5185/1	167
MAZ5391	55109525C	ADEMAR BIANQUE	5460/0	181 * IX
MBI2785	55109934C	JAISSON BORDIGNON	5380/0	181 * I
MBI4710	54789879C	MARLI TEREZINHA ROSSATO	7234/0	250 * I * a
MCN2183	54788481C	DULCE MARIA DOS SANTOS LIMA	7366/2	252 * VI
MFZ5163	55109444C	SAMUEL MOREIRA CARDOSO	5479/0	181 * X
MGJ6342	55950180B	JONAS DORCELIO DA ROSA	5452/1	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1083/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACQ9040	55106429C	SAMUEL DE SOUZA	5010/0	162 * I
ACQ9040	55106695C	SAMUEL DE SOUZA	5118/0	164 c/c 162 * I
BIY4064	55108020C	SONIA REGINA DA SILVA	6610/2	230 * VII
BOX8878	55107681C	VIDAL CARVALHO	5010/0	162 * I
BOX8878	55107682C	VIDAL CARVALHO	6599/2	230 * V
BOX8878	55107683C	VIDAL CARVALHO	5118/0	164 c/c 162 * I
CDE2316	54788750C	LUCIANO MENGIDSKI FILHO	6610/2	230 * VII
CJX8053	55477679C	MATILDE RODRIGUES DOS SANTOS	6599/2	230 * V
DEF9676	55475314C	PAULO MARCOS DOS SANTOS	6610/2	230 * VII
LXI9667	55106476C	EVANDRO FRANCA	6637/2	230 * IX
LXI9667	55108021C	EVANDRO FRANCA	5045/0	162 * V
LXT6456	55110435C	TIAGO JOSIMAR BRUXEL	6602/0	230 * VI
LYS4975	55109720C	GEUVANE BURGER	6599/2	230 * V
LYZ2072	55107819C	JURACI PEREIRA DE SOUZA	6599/2	230 * V
LZF1931	55110420C	MIRIAN BROETO CARDOSO ESCHEMBACH	6610/2	230 * VII
LZF1931	55110421C	MIRIAN BROETO CARDOSO ESCHEMBACH	5045/0	162 * V
LZS8820	55477669C	DINACIR RIBEIRO	5010/0	162 * I
LZV4228	55951894B	CARMEN NELSI WILBERT	5045/0	162 * V
MAF0091	55107694C	JURANDIR DOS SANTOS	6610/2	230 * VII
MAS4698	55108838C	GIAN CARLOS CAVALETT	6670/0	230 * XIII
MBF2661	55475295C	ARCIDA ANGELINA GODOI	6920/0	233
MBL6699	55106285C	MIGUEL PIRES FERREIRA	5118/0	164 c/c 162 * I
MBL6699	55107666C	MIGUEL PIRES FERREIRA	5010/0	162 * I
MBS1103	55106283C	EDERSON CORREA DA SILVA	6599/2	230 * V
MCN2407	55106575C	GINO SERAFIM ANTUNES	6920/0	233
MCT2736	55106270C	MARIA JESUS DE SOUZA	5118/0	164 c/c 162 * I

MDY1618	55106288C	FABIO FRANCISCO GONSALVES	5118/0	164 c/c 162 * I
MDY1618	55107669C	FABIO FRANCISCO GONSALVES	5010/0	162 * I
MGY3853	55106261C	ELZA APARECIDA DA SILVA	5010/0	162 * I
MGY3853	55107717C	ELZA APARECIDA DA SILVA	5010/0	162 * I
MGY3853	55107811C	ELZA APARECIDA DA SILVA	5118/0	164 c/c 162 * I
MHA8951	55107671C	ROBERTO MARCON	6599/2	230 * V
MHH7032	54789799C	AURELIO KANARSKI DE RAMOS	6599/2	230 * V
MHM7421	55107970C	MARIO LUIZ STASKOWIAN	5045/0	162 * V
MHN9721	55107660C	ALEXANDRE TRANCOSO DOS SANTOS	5010/0	162 * I
MHN9721	55107661C	ALEXANDRE TRANCOSO DOS SANTOS	5118/0	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 053 1084/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABC3205	55848791B	VILMAR CARLETTI	6050/2	208
AEG9109	55108159C	ELEMAR GUARAGNI	5401/0	181 * III
AGN7684	55477682C	NADIR WILKE DE ANDRADE	5185/1	167
AJY1210	55106269C	JOAO LOURIVAL DE SOUZA	5185/1	167
IHW3485	55950649B	MARIO SERGIO DALLABARBA	5541/1	181 * XVII
LXE6382	55849608B	LUIZ CARLOS DAL BOSCO	5207/0	169
LYP8807	55849139B	NAZARENO FERNANDO DE LIZ	5185/1	167
MAS1275	55107863C	CAROLINE RIQUETTI	5185/1	167
MBS7089	55475577C	LUCIANITA FURLANETTO BEVILAQUA	5568/0	181 * XIX
MDF8703	55849665B	BANCO ITAULEASING S.A.	6050/1	208
MDH1645	55849657B	JOSE RODRIGUES TAVARES	5738/0	186 * II
MDT5707	55108116C	PAULO CESAR CHAPIESKI	5185/1	167
MDY1618	55109142C	FABIO FRANCISCO GONSALVES	5479/0	181 * X
MEN8663	55849577B	MISAELE PRESTES DE MIRANDA	7366/2	252 * VI
MEY7090	55107839C	TRANSBOM COMERCIO DE MADEIRAS LTDA EPP	6050/1	208
MFR0096	55109346C	GLEIDE MARGARETT HAUDSCH	5452/6	181 * VIII
MGB9240	55475573C	CRISTIANO BIANCO CARNEIRO	5541/1	181 * XVII
MHZ5414	55110080C	MARCELINO BANDIERA	6122/0	214 * I
MIS0520	55849605B	BELINHA ROSELI DALLACOSTA	5185/1	167
MXH0463	55109348C	CARLOS ALBERTO VAIZ	5487/0	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1085/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACA0506	55475670C	LEONI CAVALHEIRO DO AMARAL	6599/2	230 * V
AEM9030	55106085C	JOAO CARLOS AMENTT	6599/2	230 * V
AEM9030	55106086C	JOAO CARLOS AMENTT	5010/0	162 * I
AEM9030	55106087C	JOAO CARLOS AMENTT	6912/0	232
AKR4921	55108959C	SEBASTIAO ALOIR MARINS	5010/0	162 * I
APZ4662	55108653C	MARCELO GOIS DE MOURA	5045/0	162 * V
BDS3000	55105571C	FLAVIR RODRIGUES FARIAS	6599/2	230 * V
BTQ4099	55108068C	MARIA CLEUSA GOMES DE OLIVEIRA	6599/2	230 * V
CFR5953	55108961C	ROSA MELO	6912/0	232
CKM6943	55109644C	IVANI CLAUDETE BESS HORN	6920/0	233
CLB6854	55106144C	LUIZA PERBONI	6599/2	230 * V
IFJ5097	55109088C	MARIO ALVES FERREIRA	6920/0	233
LWX1553	55109090C	SONIA ANGELITA ADAM	6920/0	233
LXD4778	55109631C	IVO ANTONIO STEFAN	6920/0	233
LXD9526	55109637C	JOSE MAXIMINO DE OLIVEIRA	6920/0	233
LXP9196	55951877B	ALTEMIR PEDRO TURELLA	6599/2	230 * V
LXP9688	55109071C	JOAO EDENILSON BUENO	6920/0	233
LYB2615	55475673C	IVONE MARIA COFFERI ALVES MOREIRA	6599/2	230 * V
LYB2615	55475674C	IVONE MARIA COFFERI ALVES MOREIRA	5010/0	162 * I
LYF2912	55109776C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	6556/1	230 * I
LYF2912	55109777C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	6610/2	230 * VII
LYF2912	55109779C	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS	6912/0	232
LYH3823	55477648C	ADALBERTO DE ALMEIDA	5010/0	162 * I
LYK7390	55109628C	ROSANGELA DE ANDRADE DOS SANTOS	6920/0	233
LYL6366	55108893C	JOSE DOLOCIR BRANCO DE CAMARGO	5010/0	162 * I
LYL6366	55108894C	JOSE DOLOCIR BRANCO DE CAMARGO	5169/1	165

LYU5553	55109078C	VILMAR MARAFIGO	6920/0	233
LZB4822	55105851C	SEBASTIAO RAMOS DE JESUS	6599/2	230 * V
LZF0332	55109354C	MURILO GOMES BARBUENA	6610/2	230 * VII
LZO0887	55110253C	GERALDO KUTCHER E CIA LTDA - ME	5037/1	162 * III
LZO0887	55110254C	GERALDO KUTCHER E CIA LTDA - ME	6912/0	232
LZZ2844	55951376B	IVANILSO DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MBF1670	55109128C	GLESSY FERRASSO LIPKA	5010/0	162 * I
MBF1670	55109129C	GLESSY FERRASSO LIPKA	5169/1	165
MBI3529	55109119C	JORGE LUIZ GONCALVES CORDEIRO	6599/2	230 * V
MBP6815	54789882C	RENILDO FERREIRA DA SILVA	5010/0	162 * I
MCO3967	55106131C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	5010/0	162 * I
MCO3967	55109336C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	6599/2	230 * V
MCO3967	55109339C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	5010/0	162 * I
MCO3967	55109340C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	6637/1	230 * IX
MCP2822	55109601C	VIVIANE SUSAMAR CHAVALA	6920/0	233
MFF7127	55109120C	ISAAC PEDROSO	6599/2	230 * V
MFN4005	55108820C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	5010/0	162 * I
MFN4005	55108821C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	6599/2	230 * V
MFN4005	55108823C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	5061/0	163 c/c 162 * I
MFO1904	55951132B	VERA LUCIA CARDOSO	5010/0	162 * I
MGD4273	55110530C	ELIZETE DE FATIMA LOCH MOREIRA	5010/0	162 * I
MGR7591	55109917C	EZEQUIEL BOURSCHETT	6610/2	230 * VII
MHH8349	55106702C	MARCELO ILDEFONSO MARQUES DOS SANTOS JUNIOR	6912/0	232
MHI9193	55951308B	DARIO DE MATTOS	5037/1	162 * III
MUR0133	54789690C	CRISTIANO DIEGO RIBEIRO	6610/2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

SIRLEI GUTOSKI

DELEGADA REGIONAL - 10 DRP

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 053 1086/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFZ3781	55950644B	ELAINE FAVERO E LEILANE FAVERO	5380/0	181 * I
AJT4541	55848778B	CLAUDINEI JOSE FERREIRA DA ROCHA	6050/1	208
CFR5953	55108962C	ROSA MELO	5967/0	203 * V
LXS0172	55106187C	DANIEL RIBEIRO	5428/3	181 * V
LYZ3537	55108908C	LEONIR ALVES DE SOUZA	5908/0	202 * I
LZR3253	55110405C	ALEX CORDEIRO DOS SANTOS	6050/1	208
MCJ6063	55109293C	CLAUDIA CRISTINA SMITH	5185/1	167
MCO3967	55109337C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	7048/1	244 * II
MCO3967	55109338C	VALDOMIRO JOSE MOREIRA	5835/0	195
MCR1443	55108607C	SEBASTIAO RODRIGUES	7030/2	244 * I
MEU4887	54789494C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	6076/0	210
MEU4887	54789495C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	7030/1	244 * I
MEU4887	54789496C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	5835/0	195
MEU4887	54789497C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	5207/0	169
MEU4887	54789498C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	7099/1	244 * VII
MEU4887	54789499C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	7064/0	244 * IV
MEU4887	54789500C	LINDOMAR DA SILVA SIMAO	6084/3	211
MFN4005	55108822C	ADELAR FORTUNATO DA SILVA	5738/0	186 * II
MGQ1335	55108879C	JOCELISSA FOSSATTI AGOSTINI	5568/0	181 * XIX
MMM2315	55849556B	CLINICA MEDTRAUMA LTDA ME	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Edital de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 398/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZI3064	8584000199	DARCY TELLES	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 399/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJK9593	8584000595	ARILDA DE LOURDES DA SILVA GUEDES	7455/0	218 * I
AJN6551	8584000538	ADENIZ JOSE CARNEIRO	7463/0	218 * II
AJR9762	8584000500	PRISCILA STEFFANI	7463/0	218 * II
AKE8745	8584000453	ADRIANO JOSE PADRE	7463/0	218 * II
BJP5783	8584000430	JOSE RIBEIRO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CFI4506	8584000313	EDILSON JOSE FRANCISCO	7455/0	218 * I
CMP6997	8584000438	LUIZ CARLOS LEMONI	7463/0	218 * II
CPR2177	8584000452	ANIVALDO LEITE	7463/0	218 * II
CSE8797	8584000433	JOAO MARIA DE SOUZA JARDINEIRO ME	7463/0	218 * II
DEE6992	8584000166	VALDIR DA SILVA GUINCHO ME	7455/0	218 * I
DGB2344	8584000235	NEREU DA SILVA FAGUNDES	7455/0	218 * I
DJC1153	8584000520	NILCEU FERREIRA	7455/0	218 * I
KEO3727	8584000539	CARLOS ANTONIO TRAMONTINA	7455/0	218 * I
KNK2787	8584000606	GENUIR PALUDO MORIGI	7455/0	218 * I
LXM8336	8584000593	NILSON XAVIER	7455/0	218 * I
LYG1322	8584000278	RUI MATTANA	7455/0	218 * I
LYG1322	8584000280	RUI MATTANA	7455/0	218 * I
LYH6175	8584000587	VALDEMIR SCHWAMBACH	7455/0	218 * I
LYV5485	8584000484	ANTONIO DALMAS NETO	7455/0	218 * I
LYZ4666	8584000575	DOALCEI LUCAS LOPES DE SOUZA	7455/0	218 * I
LZW4418	8584000513	ENORY VALDEMARCA	7455/0	218 * I
MAC1053	8584000561	JOAO MILTON FRAGA	7455/0	218 * I
MAC3129	8584000526	FRANCISCA CONCEICAO DOS SANTOS DE MELLO	7455/0	218 * I
MBB3405	8584000441	ALTEVIR SCHAITEI	7455/0	218 * I
MBM2393	8584000559	ADILSON PAULO GULARTE	7455/0	218 * I
MBT4662	8584000594	NELSON MARCOS NATTER	7455/0	218 * I

MBT7107	8584000183	VALDIR RENATO DE TOMIN	7455/0	218 * I
MBX8192	8584000503	JEFERSON SA SILVA	7463/0	218 * II
MBZ2215	8584000507	TANIA REGINA FURTADO BOGGIO	7455/0	218 * I
MBZ6790	8584000445	JOEL CHAVES RODRIGUES	7455/0	218 * I
MBZ9720	8584000210	LUCIANA ALMEIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MCA4419	8584000570	SIDNEY LENZ	7463/0	218 * II
MCC1298	8584000462	NILSON ROGERIO PEREIRA	7455/0	218 * I
MCC1298	8584000623	NILSON ROGERIO PEREIRA	7455/0	218 * I
MCL7425	8584000469	JOEL FERREIRA DA SILVA	7463/0	218 * II
MCT5397	8584000493	NEURI SUSIN	7455/0	218 * I
MDI5904	8584000574	ARNO JOSE SEIDEL	7455/0	218 * I
MDJ7905	8584000311	ALMIR DALAGNOLLI	7455/0	218 * I
MDL6001	8584000428	LOURDES SALETE DA SILVA	7455/0	218 * I
MDW6667	8584000555	SAMARA CRISTINA FERNANDES RAMOS - ME	7455/0	218 * I
MEH0321	8584000465	FLAVIANO ALEXANDRE DE QUADROS	7463/0	218 * II
MFB6782	8584000514	AUTOMATIC IND.E COM. DE EQUIP. ELE	7455/0	218 * I
MFS6609	8584000418	WILLIAM SCOLARO	7463/0	218 * II
MFW0745	8584000461	MARCOS NERES DA ROCHA DE MELLO	7463/0	218 * II
MFZ2644	8584000413	IVAM ROBERTO EGER	7471/0	218 * III
MGA2528	8584000389	ITACIR BRAGHINI	7455/0	218 * I
MGC1870	8584000527	LENIR BASEGGIO ZORTEA	7455/0	218 * I
MGG9276	8584000523	GILMAR BALBINOT E CIA LTDA ME	7463/0	218 * II
MGS5679	8584000162	NILSON ANTONIO DE BRITO	7455/0	218 * I
MGT6317	8584000518	NELSON PEREIRA TRANSPORTES EPP	7455/0	218 * I
MGZ3973	8584000490	RUBENS AMENDT	7463/0	218 * II
MHI3859	8584000506	NORIMAR LUIZ ROSSA	7455/0	218 * I
MID7510	8584000530	ALBARI VARGAS RAMOS	7463/0	218 * II
MIM6190	8584000455	CLAUDIO DA SILVA	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Editais de Notificação de Multas de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 584 400/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJI5394	8584000580	SIDNEI ALVES DE SOUZA	7455/0	218 * I
AJN3926	8584000655	SULZBACH CONSTRUÇOES LTDA	7455/0	218 * I
AKW8516	8584000573	JOAO RUGISKI	7463/0	218 * II
BCS0500	8584000684	AMARILDO FROZZA	7455/0	218 * I
BLR1002	8584000680	VALDIVINO DE JESUS	7455/0	218 * I
CYU5290	8584000704	SIMONE RACHINSKI BERTOTTO	7455/0	218 * I
LXW7952	8584000659	NILSON STOBBE	7455/0	218 * I
LXX9449	8584000475	TEREZINHA APARECIDA ANTUNES DE CHAVES	7455/0	218 * I
LYD5947	8584000622	ADELINO VISNIEVSKI	7455/0	218 * I
LYK7819	8584000683	JOSIANE MELLO	7455/0	218 * I
LYO0664	8584000666	LUIS CARLOS DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LZB7651	8584000495	LUIZ CARLOS DE SOUZA	7463/0	218 * II
MAL9525	8584000717	SOLANGE DA VEIGA COUTINHO	7455/0	218 * I
MAV8816	8584000711	VALDECIR ANTONIO CORDEIRO	7455/0	218 * I
MBM2393	8584000657	ADILSON PAULO GULARTE	7455/0	218 * I
MCL8464	8584000674	ERLON MAURICIO GUZELLA	7455/0	218 * I
MCT1573	8584000662	ELISABETH CONCEICAO CARDOUZO MORO	7455/0	218 * I
MCY3030	8584000304	ENIVALDO ALVES FERREIRA	7455/0	218 * I
MDB6080	8584000553	VANDERLEI ANTONIO DELLAI	7455/0	218 * I
MLA0079	8584000695	NERCI BUENO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MNE9039	8584000710	MOACIR GLEMBOSKI	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 21 DE JULHO DE 2010

VINICIUS COFFERRI

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

IPASC**Portaria n.º 360**

PORTARIA n.º 360 de 20 Julho de 2010.

Concede Pensão por Morte.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 41, de 31/12/03, c/c art. 38, I, da Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e em cumprimento ao Mandado Judicial autos n.º 012.09.004997-9.

RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte, a NILDA GONÇALVES DE MORAES, na condição de companheira, do Servidor Público Municipal, IRINEU BAZIUK, falecido em 01/12/2007, com proventos integrais e sem paridade, correspondentes ao valor total de R\$ 1.265,56 (Um mil duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), a serem pagos pelo IPASC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 20 de Julho de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa.

Campo Alegre**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 7.426**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.426 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SONIA BOETTGER, Professora, matrícula nº 000446, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.427

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.427 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Professora, matrícula nº 000175, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.428

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.428 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Professora, matrícula nº 000523, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.429

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.429 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, Professora, matrícula nº 000445, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.430

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.430 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK, Professora, matrícula nº 000451, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.431

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.431 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Professora, matrícula nº 000427, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.432

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.432 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:



Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - CLÁUDIA INÊS CARDOSO, Professora, matrícula nº 000508, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.433

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.433 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ELIANE REGINA NENEVÊ SLOMINSKY, Professora, matrícula nº 000514, referente ao período aquisitivo 11 de fevereiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.434

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.434 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ELISABET SCHINDLER, Professora, matrícula nº 000129, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2009 à 01 de maio de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.435

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.435 DE 21 DE JULHO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - JANETE DRANCKA, Professora, matrícula nº 000234, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2009 à 20 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.436

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.436 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - JOICE LINZMEYER, Professora, matrícula nº 000469, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.437

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.437 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Professora, matrícula nº 000470, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.438

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.438 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - LEILA DE CÁSSIA MUNHOZ LARGURA, Professora, matrícula nº 0169, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.439

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.439 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - LUZIA KOBUS LEAL, Professora, matrícula nº 000397, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino



Portaria N° 7.440

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.440 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MARIA ANGÉLICA FOITTE, Professora, matrícula nº 000086, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2008 à 14 de janeiro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.441

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.441 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MARIA DE LOURDES PISKE, Professora, matrícula nº 000119, referente ao período aquisitivo 02 de abril de 2009 à 01 de abril de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.442

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.442 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MARILDA SCHADECK, Professora, matrícula nº 000140, referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2009 à 14 de julho de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.443

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.443 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - MERI TE-REZINHA MACHADO HUBNER, Professora, matrícula nº 000107, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2009 à 12 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino



Portaria N° 7.444

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.444 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, Professora, matrícula nº 000066, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2008 à 30 de junho de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.445

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.445 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, Professora, matrícula nº 000143, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2009 à 15 de setembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.446

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.446 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SANDRA APARECIDA DE ANDRADE DE LIMA, Professora, matrícula nº 277, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2009 à 31 de agosto de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.447

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.447 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Professora, matrícula nº 000542, referente ao período aquisitivo 07 de abril de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino



Portaria Nº 7.448

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.448 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SILVIA SCHMANSKI, Professora, matrícula nº 000513, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.449

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.449 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe do Serviço de Educação Infantil - SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, matrícula nº 000069, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 04 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.450

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.450 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - SIRLEY MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, Professora, matrícula nº 000159, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2009 à 28 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.451

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.451 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - TACIANA AMORIM CUNHA, Professora, matrícula nº 000153, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2009 à 18 de fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino



Portaria N° 7.452

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.452 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Servidora - VERONICA WOJCIECHOSKI, Professora, matrícula nº 000171, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 01 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria N° 7.453

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.453 DE 21 DE JULHO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Educação, ANGELA APARECIDA RECKZIEGEL HÜBNER, matrícula nº 954715 referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2009 à 01 de janeiro de 2010.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 26 de julho de 2010 à 04 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/07/2010

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Pregão Presencial N° 86/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) N° 86/2010

Objeto: Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Campo Alegre-SC, de acordo com o Termo de Referência.

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo de R\$ 29.570,00.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 13 h 45min, do dia 05/08/2010, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 05/08/2010, às 14 h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- Dotação Orçamentária: 12.01.2.132.3.3.90.39.00.00.00.00.018 2 (302).

- Recursos: Termo de Compromisso nº 303077-26/2009/ Ministério das Cidades/Caixa.

O edital na íntegra está disponível no site do Município: www.campoalegre.sc.gov.br.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Campo Alegre, 22 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Campos Novos**PREFEITURA MUNICIPAL****Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias do Orçamento Geral do Município**

DECRETO N° 6.068 DE 22/07/10

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam suplementados no orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27- Gerência Administrativa

PROJETO/ATIVIDADE: 1056 -Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal

Elementos de despesa:

43 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0-Aplicações Diretas..... R\$292.500,00

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:



ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE: 27- Gerência Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 1056 -Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal
Elementos de despesa:
45 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....
R\$292.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato nº 062/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 062/2010 - PM

Número do contrato: 062/2010

Vigência: 19/07/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório nº 054/2010 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: EDITORA JORNAL A COMARCA LTDA

Valor: R\$ 6,00 (seis reais por centímetro coluna).

Objeto: O presente contrato de prestação de serviço tem como objeto contratação de empresa jornalística, com jornal de abrangência regional, com circulação quinzenal, no Município de Chapadão do Lageado, para publicação de leis, atos administrativos e institucionais.

DATA DA ASSINATURA: 19 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato nº 063/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 063/2010 - PM

Número do contrato: 063/2010

Vigência: 19/07/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório nº 054/2010 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Valor: R\$ 25,00 (vinte cinco reais por centímetro coluna).

Objeto: O presente contrato de prestação de serviço tem como objeto contratação de empresa jornalística, com jornal de abrangência no Estado de Santa Catarina, com circulação diária, no Município de Chapadão do Lageado, para publicação dos Extras de Editais dos Processos Licitatório conforme Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 19 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Edital Audiência Pública - LDO e LOA - Exercício 2011

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011

Lei Orçamentária Anual - LOA 2011

O Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, por meio de seu representante legal, Senhor JOSÉ BRAULIO INÁCIO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 0121 de 15.05.2001, alterada pela Lei Municipal nº 0305 de 12.06.2006, torna público a realização de Audiência Pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício de 2011.

DATA: 30.06.2010 (Sexta-feira)

LOCAL: Centro de Múltiplo Uso, com sede na Rua Bernardo Henrique Hillensheim, Centro do Município.

HORÁRIO: 09:00

DA PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Poderão participar da audiência pública e apresentar propostas, todos os cidadãos residentes no território do Município, maiores de 16 (dezesseis) anos.

As propostas serão votadas e definidas por ordem de prioridade por representantes da sociedade civil organizada, denominados delegados, assim representados:

I - 01 (um) representante do comércio;

II - 01 (um) representante da indústria;

III - 01 (um) representante do CPC, de cada comunidade;

IV - 01 (um) representante de cada APP;

V - 01(um) representante de cada Conselho Municipal;

VI - 01(um) representante de cada Associação de Moradores;

VII - 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Cada entidade civil indicará um delegado representante para a Audiência Pública e informará ao Prefeito Municipal até dez dias antes da data fixada para a realização.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 14 de julho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Pregão Presencial Nº 86/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2010- PMC

Objeto: Aquisição de Escavadeira Hidráulica, nova, em conformidade com as especificações constantes do Anexo \\\"C\\\", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 13:45 do dia 16/08/2010

Abertura: dia 16/08/2010, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,



situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 21 de julho de 2010.
MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON
Secretária Municipal de Administração; em exercício

Aviso Pregão Presencial Nº 87/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2010 - PMC

Objeto: Aquisição de alimentos hortifrutigranjeiros para preparação de merenda para os alunos das Escolas do Ensino Fundamental, deste Município, com recursos oriundos do Programa de Alimentação em Escolas PNAE.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço. Global

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 17/08/2010.

Abertura: dia 17/08/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 21 de julho de 2010
MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON
Secretária Municipal de Administração; em exercício

Aviso Pregão Presencial SRP Nº 11/2010 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 11/2010 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de empresa para prestação de serviços de ministrar curso de informática básica para crianças e adolescentes atendidos no CREAS, pelos programas de Liberdade Assistida.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13:45 do dia 12/08/2010

Abertura: dia 12/08/2010, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 16 de julho de 2010.
MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município,

a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 127.572,87 (cento e vinte e sete mil quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Concórdia SC, 22 de julho de 2010.
VILMA INEZ STRINGHINI
Secretária Municipal de Finanças

Extrato de Aplicação de Penalidades

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2010 - PMC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2010 - PMC

Objeto: Aquisição de móveis sob medida e equipamentos novos para manutenção das atividades no CRAS.

EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 7º da Lei 10.520/02, art. 77, 78, 80, 86, 87 da Lei 8.666/93, torna-se pública, a APLICAÇÃO DAS SEGUINTE SANÇÕES a empresa I. YOKOTA MÓVEIS LTDA, CNPJ nº 10.948.325/0001-54:

a) Rescisão do Contrato nº 74/2010;

b) Multa no valor de R\$ 2.658,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), pela inexecução do contrato;

c) Fica a empresa declarada suspensa para licitar com órgãos da Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar desta data;

d) Ainda, a empresa fica intimada para, no prazo de 10 (dez) dias uteis efetuar a retirada dos bens, recusados pela Municipalidade.

Concórdia, SC, 22 de julho de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Balancete Financeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	7.267.562,41	Despesa Orçamentária	5.634.330,64
RECEITA TRIBUTARIA	1.117.107,70	Despesas exceto Intra-orçamentárias	5.336.837,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	149.378,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.072.020,31
RECEITA PATRIMONIAL	118.558,71	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	58.830,38
RECEITA DE SERVIÇOS	60.968,31	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.050.440,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.148.600,55	INVESTIMENTOS	893.298,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	294.535,10	AMORTIZACAO DA DIVIDA	262.247,42
ALIENAÇÃO DE BENS	247.374,02	Despesas Intra-orçamentárias	297.493,23
Devolução de Receita Tributária	-2.219,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	297.493,23
DEV RECEITA PATRIMONIAL	-4.347,12		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-862.393,01		
Receita Extra - Orçamentária	6.837.578,16	Despesa Extra - Orçamentária	8.934.430,89
CREDITOS EM CIRCULACAO	18.437,21	DISPONIVEL	390.609,41
CREDITOS A RECEBER	18.437,21	DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	390.609,41
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	18.437,21	CREDITOS EM CIRCULACAO	18.437,21
DEPOSITOS	755.880,59	CREDITOS A RECEBER	18.437,21
CONSIGNACOES	29.929,20	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	18.437,21
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	29.929,20	DEPOSITOS	612.430,09
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	725.951,39	CONSIGNACOES	29.929,20
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	725.951,39	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	29.929,20
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.946.290,78	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	582.500,89
OBRIGACOES A PAGAR	5.625.212,98	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	582.500,89
FORNECEDORES	2.874.208,90	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.293.648,47
PESSOAL A PAGAR	1.890.024,69	OBRIGACOES A PAGAR	5.972.570,67
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	486.936,22	FORNECEDORES	2.792.900,91
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	311.696,10	PESSOAL A PAGAR	1.890.024,69
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	62.347,07	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	486.936,22
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	46.135,85	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	740.361,78
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	46.135,85	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	62.347,07
OUTRAS OBRIGACOES	274.941,95	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	46.135,85
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCICIO	274.941,95	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	46.135,85
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	116.969,58	OUTRAS OBRIGACOES	274.941,95
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	116.969,58	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCICIO	274.941,95
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	116.969,58	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.619.305,71
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.619.305,71
		REPASSE CONCEDIDO	1.619.305,71
Saldos anteriores	15.462.211,85	Saldos atuais	15.389.200,30
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.658.570,55	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.959.588,68
BANCO C/ MOVIMENTO	6.641.804,38	BANCO C/ MOVIMENTO	6.362.784,07
BANCOS C/ VINCULADAS	4.128.932,01	BANCOS C/ VINCULADAS	4.058.219,59
Caixa	32.904,91	Caixa	8.607,96
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
Total	29.567.352,42	Total	29.567.352,42

CONCORDIA, 30/06/2010

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

João Girardi
Prefeito Municipal

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas



Balancete Financeiro FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.101,04	Despesa Orçamentária	52.815,67
RECEITA PATRIMONIAL	1.989,24	Despesas exceto Intra-orçamentárias	49.908,41
RECEITA DE SERVIÇOS	58,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.616,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.142,13
		INVESTIMENTOS	150,00
		Despesas Intra-orçamentárias	2.907,26
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.907,26
Receita Extra - Orçamentária	217.208,98	Despesa Extra - Orçamentária	61.208,98
DEPOSITOS	8.393,31	DEPOSITOS	8.393,31
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.393,31	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.393,31
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	8.393,31	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	8.393,31
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	52.815,67	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	52.815,67
OBRIGACOES A PAGAR	52.815,67	OBRIGACOES A PAGAR	52.815,67
FORNECEDORES	17.991,22	FORNECEDORES	17.991,22
PESSOAL A PAGAR	28.140,65	PESSOAL A PAGAR	28.140,65
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.759,07	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.759,07
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	924,73	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	924,73
INTERFERENCIAS ATIVAS	156.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	156.000,00		
REPASSE RECEBIDO	156.000,00		
Saldos anteriores	119.377,64	Saldos atuais	224.663,01
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	117.897,65	BANCO C/ MOVIMENTO	220.919,83
BANCOS C/ VINCULADAS	1.479,99	BANCOS C/ VINCULADAS	3.743,18
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	338.687,66	Total	338.687,66

CONCORDIA, 30/06/2010

 Dalva Pagnoncelli Pichetti
 Ordenadora de Despesa

 Eliza Tebaldi Borsatti
 Contadora CRC/SC 028226/O-9



CÂMARA DE VEREADORES**Decreto Legislativo Nº 2.280**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.280, DE 23 DE JULHO DE 2010
Homologa os Termos de Permissão de Uso Gratuito nºs 1/2010, 2/2010 e 3/2010, celebrados entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Só Vence Quem Quer; a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude; a Associação de Moradores de Barra Fria. A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 1/2010, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Só Vence Quem Quer, em 21 de maio de 2010.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a permissão de uso gratuito, a título precário, das antigas instalações da Escola Municipal do Campo São Miguel do Rancho Grande, situada na localidade de Linha Rancho Grande, desativada pelo Decreto nº 5.467, de 15 de fevereiro de 2010, que se destinará ao desenvolvimento das atividades do Clube.

Art. 2º Fica homologado o Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 2/2010, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude, em 21 de maio de 2010.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a permissão de uso gratuito, a título precário, das antigas instalações da Escola Municipal do Campo Linha Gomercindo, situada na localidade de Linha Gomercindo, desativada pelo Decreto nº 5.467, de 15 de fevereiro de 2010, que se destinará ao desenvolvimento das atividades da Sociedade.

Art. 3º Fica homologado o Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 3/2010, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Barra Fria, em 28 de junho de 2010.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a permissão de uso gratuito, a título precário, das antigas instalações da Escola Municipal do Campo Alcisto Grigolo, situada na localidade de Barra Fria, desativada pelo Decreto nº 5.486, de 20 de abril de 2010, que se destinará ao desenvolvimento das atividades da Associação.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de julho de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

EVANDRO PEGORARO

1º Secretário

Resolução Nº 337

RESOLUÇÃO Nº 337, DE 23 DE JULHO DE 2010.

Concede licença ao Presidente Alaor Antônio Camillo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença do cargo de Presidente ao Vereador Alaor Antônio Camillo, para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir do dia 2 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de julho de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

ARLAN GULIANI

Vice-Presidente

EVANDRO PEGORARO

1º Secretário

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

2º Secretário

Coronel Martins**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº. 133**

DECRETO Nº. 133, DE 08 DE JULHO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 510, de 11/08/2009, Lei da LDO nº. 516, de 04/11/2009, Lei Orçamentária Anual nº. 518, de 15 de Dezembro de 2009, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação de recursos oriundos de convênios com o Estado para aquisição de Terreno para implantação de uma Área Industrial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

(A) Orçados 2010	(B) Valor do Convênio	(A-B) Excesso
0,00	150.000,00	150.000,00

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será utilizado na seguinte programação de despesa:

07.01 SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. ECON. E SOCIAL			
22.661.0021.1.042 PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
45.90.00.00	Aplicações Diretas	01.24000055	150.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 08 de julho de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 084

PORTARIA Nº. 084 DE 21 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;



Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 20/07/2010 à 18/08/2010.

Nome	Cargo	Referência
Bernardete de Freitas	Servente Geral	12/07/2009 a 11/07/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de julho de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato Contrato Nº.: 136/2010**

Contrato Nº.: 136/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: SOLANGE DACOL PELIZZARO

Valor.: 23.214,00 (vinte e três mil duzentos e quatorze reais)

Vigência.: Início: 07/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 15/2010

Objeto.: Credenciamento de empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de exames clínicos.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010.

Extrato Contrato Nº.: 137/2010

Contrato Nº.: 137/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: GERHARDT & PELEGRINI LTDA

Valor.: 83.701,00 (oitenta e três mil setecentos e um reais)

Vigência.: Início: 07/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2010

Objeto.: Aquisição de gasolina comum e óleo diesel comum para abastecimento de veículo da frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 138/2010

Contrato Nº.: 138/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA

Valor.: 4.138,91 (quatro mil cento e trinta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência.: Início: 07/06/2010 Término: 06/08/2010

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2010

Objeto.: Aquisição de peças e prestação de serviços mecâ-

nicos para manutenção de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 139/2010

Contrato Nº.: 139/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: Luciano Stumer

Valor.: 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais)

Vigência.: Início: 07/06/2010 Término: 06/08/2010

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2010

Objeto.: Prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 140/2010

Contrato Nº.: 140/2010

Contratada.: Gerli Adriane Cordova

Valor.: 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta

Vigência.: Início: 08/06/2010 Término: 31/12/2010 reais)

Licitação.: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Objeto.: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e assistência técnica para equipamentos de odontologia instalados nas Unidades de Saúde do município, sendo 09 (nove) unidades, com visita mensal de técnico a todos os consultórios odontológicos e 06 (seis) visitas extras durante o período do contrato a critério do Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 141/2010

Contrato Nº.: 141/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: Gustavo Adolfo Rodrigues de Miranda

Valor.: 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência.: Início: 14/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 17/2010

Objeto.: Credenciamento de profissionais do ramo interessados na prestação de serviços de consultas médicas especializadas.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 142/2010

Contrato Nº.: 142/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: Dinâmica Com. Suprim. P/Inform. e Escritório Ltda

Valor.: 4.907,49 (quatro mil novecentos e sete reais e quarenta e nove centavos)

Vigência.: Início: 14/06/2010 Término: 14/08/2010

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2010

Objeto.: Aquisição de materiais para a manutenção da higiene e limpeza em Unidades de Saúde do município.

CURITIBANOS, 20 de julho de 2010.

Extrato Contrato Nº.: 143/2010

Contrato Nº.: 143/2010

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.: Roberto Tessaro & Cia. Ltda.

Valor.: 6.949,96 (seis mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)

Vigência.: Início: 14/06/2010 Término: 14/08/2010

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2010



Objeto.....: Aquisição de materiais para a manutenção da higiene e limpeza em Unidades de Saúde do município.
CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 144/2010

Contrato Nº.: 144/2010

Contratante..: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.....: BIOLAB LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLINICAS LTDA

Valor.....: 4.782,13 (quatro mil setecentos e oitenta e dois reais e treze centavos)

Vigência.....: Início: 24/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 20/2010

Objeto.....: Credenciamento de profissionais e empresas do ramo interessadas na prestação de serviços para exames laboratoriais.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 145/2010

Contrato Nº.: 145/2010

Contratante..: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.....: NICOSSARINI LABORATÓRIOS LTDA.

Valor.....: 4.782,13 (quatro mil setecentos e oitenta e dois reais e treze centavos)

Vigência.....: Início: 24/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 21/2010

Objeto.....: Credenciamento de profissionais e empresas do ramo interessadas na prestação de serviços para exames laboratoriais.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 146/2010

Contrato Nº.: 146/2010

Contratante..: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.....: Ortoclin Serviços Médicos e Odontológicos S/S

Valor.....: 11.025,00 (onze mil e vinte e cinco reais)

Vigência.....: Início: 28/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 22/2010

Objeto.....: Credenciamento de empresa interessada na prestação de serviços de consultas médicas especializadas.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Extrato Contrato Nº.: 147/2010

Contrato Nº.: 147/2010

Contratante..: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada.....: JOSÉ MARCELO RIBEIRO DE CARVALHO

Valor.....: 11.025,00 (onze mil e vinte e cinco reais)

Vigência.....: Início: 28/06/2010 Término: 31/12/2010

Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 23/2010

Objeto.....: Credenciamento de profissionais para prestação de serviços de consultas médicas especializadas.

CURITIBANOS, 20 de Julho de 2010

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Anulação do Processo de Licitação Nº 18/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2010 - CONVITE

OBJETO: Prestação de serviços administrativos/jurídicos especializados de auditoria, consultoria técnica/admin.na área do gênero tributos e contribuições previdenciárias

MOTIVO: O ramo de atividade dos convidados Jony Réus Keppen e Central de Pesquisas e Marketing Ltda Me não são pertinentes ao objeto da licitação, descumprindo-se o art. 22, parágrafo 3º da Lei 8.666/93 e ausência de parecer jurídico

Ermo, SC, 09 de junho de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 15/FMS/2010.

OBJETIVO: O presente Edital tem pôr objetivo a Contratação de empresas para aquisição de medicamentos, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de agosto de 2010 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, pelos telefones (***48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através do e-mail processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de julho de 2010

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato de Venda PMF Nº. 117/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE VENDA PMF Nº. 117/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO - ZILÉZIO OLAVO MACHADO

DO OBJETO - Alienação do bem imóvel descrito do Edital de Leilão nº. 69/2010:

VALOR - R\$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais),

VIGÊNCIA - 90 (noventa) dias corridos a partir da data da assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Leilão nº. 69/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA - 28 de junho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Venda PMF Nº. 117/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE VENDA PMF Nº. 117/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO - ZILÉZIO OLAVO MACHADO

DO OBJETO - Alienação do bem imóvel descrito do Edital de Leilão nº. 69/2010:

VALOR - R\$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais),

VIGÊNCIA - 90 (noventa) dias corridos a partir da data da assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Leilão nº. 69/PMF/2010.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DATA DA ASSINATURA - 28 de junho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 119/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 119/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - BARFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 28.650,00 (vinte e oito mil seiscentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2010
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 120/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 120/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COOP. DE PROD. AGRO IND. FAMILIAR DE NOVA VENEZA
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 5.469,60 (cinco mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA - 31/12/2010
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 121/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 121/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - BORTOLOTTI IND E COM DE LATICÍNIOS ME
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 8.839,99 (oito mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos).
VIGÊNCIA - 31/12/2010
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 122/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 122/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - LIMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA ME
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 9.140,00 (nove mil cento e quarenta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2010
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 123/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 123/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA SUL CATARINENSE
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 8.680,00 (oito mil seiscentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2010
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 124/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 124/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANGEIROS IBI LTDA
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 7.257,64 (sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA - 31/12/2010
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.
DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 125/2010.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 125/2010.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - MERCADO NIANDRE LTDA ME
OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.



sição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 56.090,00 (cinquenta e seis mil e noventa reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2010

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(54), (55)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2010.

DATA DA ASSINATURA - 05 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 127/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 127/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - E.AGE EDITORAÇÃO ARTES GRÁFICAS E EVENTOS LTDA

DO OBJETO - contratação de empresa especializada para prestar serviços de publicidade e divulgação para a 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 25.070,00 (vinte e cinco mil e setenta reais)

VIGÊNCIA - 31/10/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 85/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0801.2041.3390(122) e 0802.2042.3390(127)

DATA DA ASSINATURA - 14 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 130/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 130/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - SALESIO PEDRO LEANDRO

DO OBJETO - contratação da Banda "KARISMA" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha/SC, no dia 24 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)

DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 131/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 131/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - EDI GONÇALVES

DO OBJETO - contratação da Banda "MARCA DOS PAMPAS" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha/SC, no dia 25 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)

DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 132/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 132/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA

DO OBJETO - contratação da Banda "MATUSA" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha/SC, no dia 25 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)

DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 133/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 133/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - EDEMIR MOSCHEM SCHVANS

DO OBJETO - contratação da Banda "GRUPO VANERAÇO" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha/SC, no dia 23 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)

DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 134/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 134/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - ANDERSON PACHECO FELICIDADE

DO OBJETO - contratação da Banda "THE PALYS" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha/SC, no dia 24 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 30/08/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)

DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 135/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 135/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - JEFERSON DOMINGOS



DO OBJETO - contratação da Banda "JHONNY CREEF" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 25 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 136/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 136/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - DENILSON DOS SANTOS
DO OBJETO - contratação da Banda "PANCADA DA VANERA" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 24 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 137/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 137/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - X9 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
DO OBJETO - contratação da Banda "BONDE DO FORRÓ" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 23 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 138/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 138/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - PAM EVENTOS E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME
DO OBJETO - contratação da atração musical "DANTE RAMON LEDESMA" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 25 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 139/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 139/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - LUCAS GUIDI MILIOLI
DO OBJETO - contratação da Banda "HELIPE E HELON" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 24 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 140/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 140/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - MARÍLIA DAMASIO DUTRA
DO OBJETO - contratação da atração musical "MARÍLIA DUTRA" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 23 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 141/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 141/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - MÁRIO SÉRGIO ARRUDA ANTUNES ME
DO OBJETO - contratação da atração "GRUPO BARBICACHO DANÇA SHOW" para se apresentar na 17ª Festa do Colono e 5ª Festa do Motorista de Forquilha, no dia 23 de julho de 2010, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 3.000,00 (três mil reais)
VIGÊNCIA - 30/08/2010
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 81/PMF/2010
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (127)
DATA DA ASSINATURA - 19 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal



Extrato do Termo Aditivo PMF Nº. 29/2010

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº. 29/2010

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 095/2008

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SULCATARINENSE Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda.

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto a redução de R\$ 13.814,64 (treze mil oitocentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos) do Contrato PMF nº 095/2008 para menor, haja vista que, devido a serviços não executados por modificação do projeto e necessidade de obra ou adaptação, se faz necessário a redução de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DATA DA ASSINATURA - 28/06/2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto nº 0204/2010**

DECRETO Nº 0204, DE 23 DE JULHO DE 2010.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL JULGADORA DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA LOGOMARCA DO CINQUENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no artigo 51, § 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial Julgadora do Concurso para escolha da logomarca do Cinquentenário do Município de Fraiburgo-SC, composta pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo:

a) Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

- Edilberto Carlos Ferreira

b) Departamento de Cultura:

- Márcia Regina Cardoso

II - Representante do Poder Legislativo:

a) Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

- José Buffon

III - Representantes da ACIAF:

a) Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Fraiburgo - ACIAF:

- Roland Brandes

IV - Representantes da CDL:

a) Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo - CDL:

- Emerson César Zabloski

V - Profissionais com conhecimento da matéria em exame:

a) Suzanne Mendes Valentini

- Formação: Artes Visuais/Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

- Atuação: Coordenadora e Professora do curso de Artes Visuais UNIARP - Caçador

b) Viviane Pellizzon Agudo Romão

- Formação: Designer Gráfico

- Atuação: Coordenadora do Curso de Design da UNOESC Campus de Videira

c) Cândida Peluso Velho

- Formação: Arquiteta

- Atuação: Profissional Liberal

d) Ricardo Ghizzi

- Formação: Arquiteto

- Atuação: Servidor Público, Município de Fraiburgo.

Art. 2º. As funções da Comissão criada no artigo 1º são as estabelecidas no Edital do Concurso para escolha da Logomarca do Cinquentenário do Município de Fraiburgo-SC.

Art. 3º. Esta Comissão será presidida pelo Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Fraiburgo - ACIAF, Sr. Roland Brandes.

Art. 4º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 23 de Julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2214/2010

PORTARIA Nº 2.214, DE 23 DE JULHO DE 2010.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOÃO BATISTA PRATES SANTANA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 552.072.949-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de CHAPEADOR, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 1, para exercer a função de responsável pelos serviços de solda na Secretaria de Infra-Estrutura Urbana do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2215/2010

PORTARIA N.º 2.215 DE 23 DE JULHO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor RUDE RICHTER, brasileiro,



casado, inscrito no CPF sob o nº. 219.813.109-91, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº 0013/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0116/2010 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0013/2010 - PMF

O Município de Fraiburgo/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, com fundamento no art. 25, inc. II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0013/2010 - PMF, cujo objeto é a contratação de HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL, portador do CPF de nº 543.680.659-72, para a realização de treinamento direcionado a professores do ensino fundamental com o tema: "Desenvolvimento Humano, Harmonia e Humanização na Educação", a ser realizado nos dias 27 e 28/07/2010 neste município, no valor total de R\$ 2.095,00 (dois mil e noventa e cinco reais).

Fraiburgo(SC), 23 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº 0014/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0117/2010 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0014/2010 - PMF

O Município de Fraiburgo/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, com fundamento no art. 25, inc. II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0014/2010 - PMF, cujo objeto é a contratação de ROSÂNGELA FERIGOLLO BINOTTO, portadora do CPF de nº 592.170.060-68, para a realização de treinamento direcionado a professores do ensino infantil e do ensino fundamental com vários temas, a ser realizado nos dias 26, 27 e 28/07/2010 neste município, no valor total de R\$ 6.514,00 (seis mil, quinhentos e catorze reais).

Fraiburgo(SC), 23 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 0082/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0082/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0042/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de transporte de máquinas pesadas para realização de trabalhos no interior deste Município e nos bairros afastados do perímetro urbano, para uso do Órgão Gerenciador (Município de

Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI). Validade da Ata de Registro de Preços: Agosto de 2010 a Fevereiro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: A partir das 09:00 horas do dia 06.08.2010. Abertura: No mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.429/2010

LEI N.º 1.429, DE 23 DE JULHO DE 2010.

ALTERA OS INCISOS I E V, DO PARAGRAFO 1º, DO ARTIGO 3.º, DA LEI N.º 907, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE "INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE GAROPABA - COMAD, REVOGA A LEI N.º 873/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I e V, do parágrafo 1.º, do Artigo 3.º da Lei Municipal n.º 907, de 16 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O Conselho Municipal Antidrogas de Garopaba será integrado pelos seguintes membros, designados pelo Prefeito Municipal:

§ 1º. 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos seguintes órgãos e segmentos:

I - Assessoria Jurídica do Município;

II - Secretaria de Saúde do Município;

III - Secretaria da Educação do Município;

IV - Unidade Educacional do Estado no Município;

V - Servidores Públicos Municipais;

VI - Polícia Civil;

VII - Polícia Militar;

VIII - Associação de Pais e Professores do Município;

IX - Associação de Pais e Professores do Estado;

X - Médico indicado pelo Conselho Municipal de Saúde;

XI - Advogado, indicado pela OAB/SC, no Município;

XII - Conselho Tutelar;

XIII - Órgão governamental na área de assistência social no Município."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração



Lei N.º 1.430/2010.

LEI N.º 1.430, DE 23 DE JULHO DE 2010.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA E CULTURAL AMIGOS DA ALDEIA - CAMPO DUNA - GAROPABA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Atlética e Cultural Amigos da Aldeia - Campo Duna - Garopaba/SC, com sede no município de Garopaba/SC

Art. 2º. A entidade, mencionada no artigo primeiro, ficam assegurados todos os direitos e deveres decorrentes da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 26/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso de Dispensa de Licitação nº 29/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 92/2010; DL nº. 29/2010; Contratada: Dilnei Francisco de Lima - ME; Objeto: Execução de obra de recuperação de via não pavimentada na rua que faz frente à garagem da Prefeitura, localizada no bairro Areias de Palhocinha; Valor: R\$ 10.773,00 (Dez mil setecentos e setenta e três reais); Data da contratação: 19/07/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.04 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Ata nº. 01/2010; Processo nº. 04/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Mecânica e Acessórios Auto Arroio Ltda. - ME; Objeto: Acrescentar a Ata nº. 01/2010, de 03/02/2010, o valor de R\$ 9.400,00 (Nove mil e quatrocentos reais), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto, conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Saúde; Data da Assinatura: 07/07/2010.

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.10 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 12/2009; Processo nº. 10/2009; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Bertoldo Álvaro dos Santos Filho; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 04 meses, que vigorará de 01/09/2010 até 31/12/2010; Data da Assinatura: 07/07/2010.

Aviso de Extrato de Contrato nº 37/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 37/2010; Processo nº. 81/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de drenagem pluvial, com fornecimento de materiais na Rua dos Eucaliptos no bairro Capão, neste Município; Valor: R\$ 14.856,06; Data da Assinatura: 02/07/2010.

Aviso de Extrato de Contrato nº 38/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 38/2010; Processo nº. 85/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: instituto Marka - Desenvolvimento Profissional; Objeto: Contratação de empresa de consultoria na gestão e fiscalização do parque de iluminação pública, estabelecendo critérios eficazes de acompanhamentos e controle para assegurar a qualidade dos serviços, bem como para alteração da legislação que institui a COSIP no município; Valor: R\$ 7.900,00; Data da Assinatura: 08/07/2010.

Aviso de Extrato de Contrato nº 39/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 39/2010; Processo nº. 87/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brumell Lafayette Cortes da Costa; Objeto: Projeto para novo canal sobre o Rio Garopaba ligando a saída do Loteamento Ilha Residencial Panorâmico até o canal existente, neste município; Valor: R\$ 14.700,00; Data da Assinatura: 12/07/2010.

Governador Celso Ramos**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de licitação - Edital de pregão presencial nº. 078/2010 Merenda Escolar**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2010

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública de

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Ensino do Município para o segundo semestre, conforme edital e anexos de I à VII. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 05 de agosto de 2010 às 15:00 horas. Local para obtenção do Edital: Setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01 Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 22 de julho de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2.801/2010.

LEI Nº 2801/2010

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE ESPECIFICA"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,
Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS COMUNIDADES DOS BAIRROS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E JARDIM JOSÉ RUPP", inscrita no CNPJ nº 12.082.530/0001-05, tendo sua sede situada na Rua Manoel Ferreira, s/nº - Bairro Nossa senhora de Fátima, no município de Herval d'Oeste - estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstas na legislação vigente pertinentes à matéria, a entidade supracitada.

Art. 3º - Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 22 de julho de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Decreto nº 2.819/2010.

DECRETO Nº 2.819/2010.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, ATUAREM NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, Roseli Rolim da Silva, Sidney Dalla Vechia, Roze Mari Besbati e Ricardo José Nodari, para conjuntamente com a Comissão Permanente de Licitações, atuarem no Processo Licitatório nº 0101/2010 - Modalidade de Tomada de Preços nº 005/2010, Tipo: menor preço global, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria, para a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 22 de julho de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 688/2010

PORTARIA Nº 688/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor RICARDO JOSÉ NODARI (Matr. 2885), ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Habitação e Desenvolvimento Econômico, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, para responder, sem ônus para o erário público municipal, como Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 21 de julho de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Julho de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº016-F/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº016-F/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2010

Modalidade Pregão Presencial nº 0020/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital. De 06 de Julho de 2010 a 06 de Julho de 2011.

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material odontológico para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo Senhor Adair José Ceron, Gestor do Fundo, e a empresa Ultraplast Ind. Com. Prod. Plásticos Ltda, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Rodrigo Gandara Donini, em decorrência do processo licitatório nº 067/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.
Valor Total R\$ 1.155,00 (Hum mil cento e cinquenta e cinco reais).

Herval d'Oeste, 06 de Julho de 2010.

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI nº 104.2010

DECRETO PMI 104, de 30 de junho de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.585, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0092) Aplicações Diretas
10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Secretaria Municipal de Educação

Apoio ao Ensino Superior

12.364.0009-2.037

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0045) Aplicações Diretas
25.000,00

Departamento de Esportes

Manutenção do Departamento de Esportes

27.122.0010-2.088

3.1.90.00.00.00.00.0080 (0123) Aplicações Diretas
50.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Apoio Administrativo ao FMS

10.301.0014-2.063

3.3.90.00.00.00.00.00106 (0030) Aplicações Diretas
50.000,00

Total 135.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de junho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 59.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 59, de 19 de julho de 2010.

Dispõe sobre nomeação de Médica-PSF e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 27 de julho de 2007 e Lei 2.150, de 08 de junho de 2001, e considerando o exposto pela PGM,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. VANESSA FAGUNDES PACHECO, brasileira, Médica, inscrita no CPF sob o nº 030.603.569-39 e RG nº 18/R 3.952.884, para exercer o cargo de Médica no Programa Saúde da Família - PSF, com a remuneração consignada na legislação.

Art. 2º O período de contratação será por até 12 (doze) meses, podendo ser rescindido antecipadamente, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a realização de processo seletivo público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de junho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de julho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI nº 60.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 60, de 19 de julho de 2010.

Dispõe sobre nomeação de Médica Autorizadora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e na Lei 2.150, de 08 de junho de 2001, e considerando o exposto pela PGM,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. JOSIANE DE MEDEIROS MENDES, brasileira, Médica, inscrita no CPF nº 041.365.149-56 e RG nº 4.827.622-7, para exercer a função de Médica Autorizadora do Departamento de Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria-DRACA, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de julho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



Portaria PMI nº 61.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 61, de 19 de julho de 2010.

Dispõe sobre nomeação de Psicóloga-CRAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 3.597, de 10 de dezembro de 2009 e na Lei 2.150, de 08 de junho de 2001, e considerando o exposto pela PGM,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. FABIANA PEREIRA, brasileira, Psicóloga, inscrita no CPF nº 025.765.669-36 e RG nº 3.898.270, para exercer a função de Psicóloga no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho de Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 25 de junho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de julho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Iomerê**PREFEITURA MUNICIPAL****Pregão Presencial 13/2010**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Pregão Presencial 0013/2010

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0013/2010 - Registro de Preços nº 0011/2010 para aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. .

A abertura das propostas se dará no dia 06/08/2010 às 09:15h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 21 de julho de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 0884/2010**

PORTARIA Nº 0884/2010.

De: 14 de julho de 2010.

FICA NOMEADO (A) PARA O CARGO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 76/2001, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2007, NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

Cargo	Nome	Sal. Inicial
Telefonista	Ana Paula Dutka de Miranda	R\$ 675,67

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de julho de 2010.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Termo de Convocação Nº 001/10 - Processo: Edital nº 022/10

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/10

Processo: Edital nº 022/10

A Secretaria Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados para esta fase.

- Viviane Renata Opautchak - Técnica de Enfermagem SAMU
- 01 foto 3x4;
- Cédula de identidade - cópia;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF - cópia;
- Título de eleitor e comprovante da última eleição - cópia;
- Certidão de nascimento dos filhos - cópia;
- Certidão de casamento e ou nascimento - cópia;
- Exame admissional;
- Carteira de trabalho - cópia;
- PIS/PASEP - cópia;
- Comprovante de residência - cópia;
- Certidão de antecedentes criminais;
- Tipagem sanguínea
- Fotocópia do histórico ou certificado escolar do ensino fundamental.
- COREN/SC - cópia
- Certificado de conclusão de técnico de enfermagem.

Itapoá, 22 de Julho de 2010.

CRISTIANE MOTTA

Secretária Municipal de Saúde

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Homologação PL 5/2010/FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2010/FUNREBOM

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 05/2010/FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite 02/2010/FUNREBOM

- Objeto: Contratação de empresa para a construção de 02 (dois) muros no Quartel do Corpo de Bombeiros, no Município de Joaçaba (SC), incluindo a elaboração e aprovação dos projetos, a elaboração do memorial descritivo e o fornecimento da mão de obra e do material necessário, bem como ART (CREA/SC) para todos os serviços executados

- Empresas Vencedoras:

Empreiteira De Construção Civil Oliveira Ltda - R\$ 21.823,94 - Contrato 12/2010/FUNREBOM

- Valor Total: R\$ 21.823,94

- Vigência dos Contratos: 40 dias Após emissão ordem de serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de Julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ordem de Paralisação - Dorvilio Balan

ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA a paralisação dos serviços relativos à pavimentação asfáltica com C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente na Rua Dorvilio Balan, objeto do Contrato nº 1111/2008, oriundo do Processo de Licitação nº 139/2008 - Edital de Tomada de Preços nº 8/2008, cuja ordem de serviço inicial foi emitida em 05/12/2008, pelo seguinte motivo:

- De acordo com o parecer do engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra e informações repassadas pela Secretaria de Infraestrutura, faz-se necessária a execução de muro de contenção ao longo da rua para possibilitar a pavimentação na largura projetada.

A paralisação acontecerá a partir de 23/07/2010 e perdurará pelo período de 60 (sessenta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, 22 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

FELIPE D'AGOSTINI

Viga Pavimentação e Obras Ltda

SIMAE

Pregão Presencial 0021/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL DO OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0025/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2010

Encontra-se aberta no SIMAE de Joaçaba, o Pregão Presencial nº 0021/2010 - Processo 0025/2010, MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

OBJETO: Contratação de Seguros para veículos da frota do SIMAE no exercício 2010.

Documentação: As empresas interessadas deverão apresentar a documentação exigida para Habilitação e Proposta Comercial até dia 09/08/2010 as 14h00min.

Da Abertura: A abertura da documentação de habilitação será realizada no dia 09/08/2010 as 14h00min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima, no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas no período de 26/07/2010 à 09/08/2010.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 de JULHO de 2010.

ELISABET M. Z. SARTORI

Diretora do SIMAE

Penalidade Imposta a Fornecedor

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL DO OESTE E LUZERNA

Aplicação de Penalidade nº 0001/2010 - Nilce Proner Gaglietti Confecções

Considerando a caracterização do descumprimento da Clausula 14.Prazo de Entrega,previsto no Edital Pregão Presencial nº 0012/2010 e no art.78 da Lei 8666/93.

Considerando o Ofício datado de 07 de julho de 2010, enviado pelo setor de Materiais, que cientificou esta empresa quanto ao prazo de entrega estar vencido, concedendo ainda mais 07 (sete) dias para cumprimento do Contratado, informando também no mesmo ato convoca-tório quais penalidades poderiam ser aplicadas quando do inadimplemento;

Considerando que não houve qualquer pronunciamento formal desta empresa para justificar o não cumprimento do contratado; O SIMAE de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, com fulcro no disposto no art. 14 do Decreto nº 2.879/2006 e no subitem 16.2, II do Pregão PresencialP nº 0012/2010, RESOLVE aplicar à empresa NILCE PRONER GAGLIETTI CONFEC-ÇÕES-ME, CNPJ nº 11.097.192/0001-12, as seguintes penalida-des:

1. Impedimento de contratar com a Autarquia, pelo prazo de 05 anos e, conseqüentemente, o descredencia-mento por igual período, a contar da data deste Ofício;

2. Multa de R\$ 161,90 (Cento e sessenta e um reais e noventa centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratado por ocasião do processamento do Pregão.

2.1. Para o recolhimento da multa, encaminhamos em anexo, o Fatura emitida pelo SIMAE, com vencimento para 30/07/2010.

Salienta-se que, o não pagamento da multa no prazo estipulado, ensejará o seu lançamento em Dívida Ativa.

Atenciosamente,

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora do SIMAE



produzindo seus efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Julho de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ

Portaria nº 102/2010

P O R T A R I A Nº 102/2010

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA IGNES GERTRUDES MARIOT, para a função de Professor I, referência - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de julho de 2010 a 31 de agosto de 2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Maria Araujo Tancredo, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Luciane Vicente, que encontra-se em auxílio doença.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Julho de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ

Contrato 51 - FMS

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2010

Processo Licitatório nº 29/2010 - Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Eng. nº 29/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA COM ÁREA DE 225,30 M²

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: Mérica Construções e Empreendimentos Ltda

Prazo de Vigência: 25/06/2010 à 25/10/2011

Valor: R\$ 1196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Contrato 68

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2010

Processo Licitatório nº 74/2010 - Convite p/ Compras e Serviços nº 74/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller

Contratado: Orbem Corretora de Seguros Ltda

Prazo de Vigência: 03/05/2010 à 17/11/2010

Valor: R\$ 6.893,14 (seis mil oitocentos e noventa e três reais e quatorze centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Contrato 69

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2010

Processo Licitatório nº 74/2010 - Convite p/ Compras e Serviços nº 74/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Müller

Contratado: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Prazo de Vigência: 03/05/2010 à 03/05/2011

Valor: R\$ 2.835,77 (dois mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1192/2010

LEI Nº 1192/2010

INSTITUI SUPLETIVAMENTE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, CRIA A TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Massaranduba regem-se pela presente Lei, atendida a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Massaranduba está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e



avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§ 4º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela mesma autoridade, com fundamento na legislação em vigor.

§ 5º Todo estabelecimento deverá cumprir as normas técnicas de acessibilidade ao público.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com os demais órgãos especializados, desenvolverá programas de educação sanitária.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Água bruta: Água de mananciais antes de receber qualquer tratamento.

II - Água pluvial (água de chuva): Proveniente de precipitações atmosféricas que poderão ser captadas (canalizada ou não), para o sistema público de água pluvial (galeria ou sarjeta).

III - Água potável: Água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereçam riscos à saúde.

IV - Caixa de gordura: Dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede de esgotos sanitários.

V - Caixa de inspeção: Caixa destinada a permitir a inspeção e desobstrução de canalizações.

VI - Consumo de água: É todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período.

VII - Despejo: Refugo líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino final.

VIII - Despejo industrial: Efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas.

IX - Esgoto ou despejo: Efluente líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino adequado.

X - Esgoto pluvial: Resíduo líquido proveniente de precipitações atmosféricas ("água de chuva"), que não se enquadra como esgoto industrial ou sanitário.

XI - Esgoto sanitário: Efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene.

XII - Esgoto tratado: Esgoto submetido a tratamento parcial ou completo, para a remoção de substâncias indesejáveis e a mineralização de matéria orgânica.

XIII - Fossa séptica ou tanque séptico: Tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuárias que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas.

XIV - Fossa absorvente ou sumidouro: Unidade de absorção dos líquidos de efluentes dos tanques sépticos.

XV - Instalação predial de água: Conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água.

XVI - Instalação predial de esgoto: Conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o ponto de ligação com o poço de inspeção e limpeza (TIL), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto.

XVII - Ligação: Derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a

instalação predial, registrada em nome do usuário.

XVIII - Manancial: Corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público, para consumo humano.

XIX - Padrão de potabilidade: Conjunto de valores máximos permissíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano.

XX - Rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os sub-sistemas de coleta de esgotos.

XXI - Rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os sub-sistemas de distribuição de água.

XXII - Reservatório domiciliar (caixa d'água): Depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de vinte e quatro horas quando da supressão do abastecimento de água.

XXIII - Saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

XXIV - Sistema de abastecimento de água: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água.

XXV - Sistema de esgoto: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.

XXVI - Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços objeto do presente Regulamento.

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde formular a política municipal de saúde, manter o controle de sua execução, pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem a promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar na esfera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários do Município.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Saúde estimulará, orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde, como órgão sanitário no Município de Massaranduba, através da vigilância sanitária, manterá:

I) a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento industrial, comercial (de qualquer espécie), funcionamento de laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos e correlatos; de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública; de estabelecimentos de dispensação de medicamentos,



drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual; de hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde; de consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e de estabelecimentos de atividades afins; institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação; estabelecimentos de ensino público ou privado; estabelecimento veterinário; estabelecimento agropecuário; de veículos que transportam produtos de interesse da saúde.

II) O registro de antecedentes relativos, às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 7º Os servidores de provimento efetivo lotados na Secretaria Municipal de Saúde, ou outro profissional eventualmente designado pelo órgão e credenciados para vigilância sanitária têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância, orientação e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Massaranduba, de conformidade com as Leis, Decretos e Regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir para tanto, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

Art. 8º O Chefe da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria Municipal de Saúde é competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária.

Art. 9º O Secretário Municipal de Saúde é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Chefe da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10 O Prefeito Municipal é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Secretário Municipal de Saúde na forma do disposto no artigo 90, §1º, desta Lei.

Art. 11 A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I) Constar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção.

II) Ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

TÍTULO III DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO I DA SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA E DE TERCEIROS

SEÇÃO I DE DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 Toda pessoa tem direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a de seus dependentes, devendo, para tanto, cumprir, cuidadosamente, as instruções, normas, ordens, avisos e medidas, prescritos por profissional em ciência da saúde, autoridade de saúde e/ou serviço de saúde de que se utilize.

Art. 13 Toda pessoa tem o direito de obter do serviço de saúde competente, a informação e/ou a orientação indispensáveis à promoção e defesa da saúde, principalmente a respeito de doenças transmissíveis e evitáveis do bem-estar físico, mental e social, da dependência de drogas e dos perigos da poluição e contaminação do ambiente.

Art. 14 Toda pessoa tem o dever de prevenir acidentes que atenuem contra a própria saúde, e de sua família e de terceiros, devendo, consequentemente, cumprir as exigências da autoridade de saúde competente, seguir as advertências que acompanham os produtos ou objetos considerados perigosos, e cumprir as normas de segurança.

Art. 15 Toda pessoa deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

SEÇÃO II ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO I DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

Art. 16 A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais regulamentares, e as de ética.

§ 1º - A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente, e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º - Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio, ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 17 O profissional de ciência da saúde deve:

I) Colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II) Cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declarados de notificação compulsória.

III) Comunicar a Vigilância Sanitária a ocorrência de doenças de interesse sanitário.

Art. 18 O profissional de ciência da saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim, cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 19 A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder a pesquisa ou experiências clínicas no ser humano sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

SUBSEÇÃO II DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Art. 20 Toda pessoa poderá instalar ou alterar a destinação e/ou local de estabelecimento de saúde, no Município de Massaranduba, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais competentes, nos termos da Lei e dos regulamentos.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por estabelecimento de saúde: hospital, laboratório, unidade de hemoterapia, farmácia, drogaria, posto de medicamentos e unidades volantes, dispensário de medicamentos, distribuidor, representantes, importador e exportador, ambulatório, pronto-socorro, policlínica, unidade de emergência, consultório médico, odontológico, veterinário e demais locais onde se realizem diagnóstico e/ou tratamento e atividades de prevenção, sem regime de internação, com ou sem o emprego de meios físicos, mecânicos, químicos e psicológicos.



§ 2º - A pessoa deve, para autorização, registro e funcionamento de estabelecimento de saúde, cumprir as normas regulamentares sobre o projeto de construção, saneamento, instalação, material permanente, instrumentos, pessoal e procedimentos técnicos, conforme a natureza e importância das atividades, assim como sobre meios de proteção da saúde da comunidade.

§ 3º - Os estabelecimentos de saúde que envolvam exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de constituição, alterações e rescisões, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto.

Art. 21 Toda pessoa, ao encerrar atividade de estabelecimento de saúde, deve requerer cancelamento do respectivo registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais, de acordo com as normas regulamentares.

SEÇÃO III DAS DOENÇAS

SUBSEÇÃO I DOS MÉTODOS DE CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 22 Toda pessoa tem direito à proteção contra as doenças transmissíveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 23 Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis.

§ 1º - Os pais ou responsáveis são obrigados a providenciar vacinação de menores a seu encargo.

§ 2º - A pessoa apresentará atestado de vacina nas circunstâncias especiais previstas em regulamento.

§ 3º - Atestado de vacina e a carteira de saúde não serão retidos, em qualquer hipótese, por instituição pública ou privada ou por pessoa física.

Art. 24 Toda pessoa portadora de doença transmissível ou suspeita desta condição e seus contatos deve cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescreverem, submetendo-se ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela autoridade de saúde, de acordo com os regulamentos.

Parágrafo Único - A pessoa deve permitir o acesso à habitação ou estabelecimento, de autoridade de saúde legalmente identificado, para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 25 Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pelos serviços de saúde, entre os quais se inclui a requisição de animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§ 1º - A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em regulamento.

§ 2º - A pessoa, criadora, proprietária ou que comercializa animais, deve adotar os métodos higiênicos dispostos em regulamento, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

SUBSEÇÃO II DAS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Art. 26 Secretaria Municipal de Saúde compete planejar, coordenar, executar e orientar as providências destinadas ao controle das doenças não transmissíveis de importância sanitária, espe-

cialmente o câncer, as afecções cardíovasculares, as doenças da nutrição e abiotróficas, as intoxicações e outras.

Parágrafo Único - As doenças não transmissíveis, quando conveniente, poderão ser consideradas de notificação compulsória.

SEÇÃO IV ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO I DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§ 1º - A pessoa, para construir ou reformar edifício urbano ou parte deste, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a aprovação do respectivo projeto por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação, de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

SUBSEÇÃO II HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 28 Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 2º - A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de assim conservá-la.

§ 3º - A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 4º - As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, creches, asilos, cárceres, quartéis, conventos e similares.

§ 5º - A pessoa proprietária de/ou responsável por edifícios de apartamentos deverá provê-los de compartimento para o depósito de lixo com acesso para o logradouro e com capacidade suficiente para 72 (setenta e duas) horas no mínimo, atendendo o código de obras.

I - O compartimento destinado ao depósito de lixo terá paredes revestidas por material liso, resistente, impermeável e lavável.

II - No compartimento destinado ao depósito do lixo é obrigatório a existência de uma torneira, para a lavagem do compartimento e de um ralo para o escoamento das águas oriundas da lavagem.

III - As pessoas que habitam prédio de apartamentos, conjuntos residenciais ou residências uni familiares, não será permitido depositar materiais ou exercer atividades, que pela sua natureza constituam perigo ou seja prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos moradores vizinhos.

§ 6º - A pessoa proprietária de/ou responsável por edifícios de apartamentos deverá provê-los de reservatório de água potável com capacidade suficiente para o abastecimento de 24 horas no mínimo, atendendo o código de obras.

SEÇÃO V**ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIO**

Art. 29 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

§ 1º - O estabelecimento industrial obedecerá às exigências sanitárias regulamentares no que concerne a:

I - projeto de construção;

II - localização, mediante os seguintes critérios:

a) distância do perímetro urbano, para a instalação de indústrias insalubres, ruidosas ou perigosas;

b) preferência em zona industrial;

c) acessibilidade de vias de tráfego e trânsito;

d) ocupação de área disponível;

e) drenagem natural;

f) lançamento ou destino final de despejos industriais;

g) disponibilidade de abastecimento d'água, sistema de esgoto sanitário, remoção e destino final de lixo, e ventilação de matérias-primas;

h) urbanismo e áreas verdes;

i) segurança do trabalho;

j) aprovação pelo órgão de controle ambiental do Município.

III - Outros critérios estabelecidos pela autoridade competente, inclusive atendendo a peculiaridades locais e regionais.

§ 2º - O estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário que utiliza substância radioativa, deve obter permissão prévia e especial do serviço competente para seu funcionamento e reunir condições de segurança adequada à proteção de seu pessoal, de terceiros e do ambiente.

SEÇÃO VI**ESTABELECIMENTO DE ENSINO - ESTABELECIMENTO E LOCAL PARA LAZER****SUBSEÇÃO I****ESTABELECIMENTO DE ENSINO**

Art. 30 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que neles estudem ou trabalhem, nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa deve, para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço/aluno e outras especificadas em regulamento.

Art. 31 Os estabelecimentos de ensino deverão ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo.

§ 1º - É obrigatória a existência de instalações sanitárias nas áreas de recreação.

§ 2º - Em todas as escolas é obrigatória a existência de bebedouros higiênicos nos corredores e nas áreas de recreação.

Art. 32 No estabelecimentos de ensino, as cozinhas e copas, quando houver, deverão satisfazer as exigências mínimas estabelecidas para tais compartimentos, concernentes a restaurantes, porém, atendidas as peculiaridades escolares.

Art. 33 Nos internatos serão observadas as disposições referentes às habitações em geral e às de fins especiais, no que lhes forem aplicáveis.

SUBSEÇÃO II**ESTABELECIMENTO E LOCAL PARA LAZER**

Art. 34 Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento ou local para lazer, deve contar, para construção, instalação, funcionamento ou utilização dele, com a aprovação do serviço de saúde competente, a fim de que não ponha em perigo a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou dele se utilizem, nem polua ou contamine o ambiente.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, a expressão lugar ou estabelecimento para lazer, inclui, entre outros: aeródromo, autódromo, balneário, boate, camping, campo e centro esportivo, cinema, circo, clube, colônia de férias, estádio, ginásio de esportes, hipódromo, jardim público, jardim zoológico, locais de amostras, kartódromo, museu, parque, piscina, pista de corridas, pista de patinação, praça, praia, sauna, teatro e termas.

§ 2º - A pessoa usuária de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 3º - As águas das piscinas públicas e privadas, exceto as residenciais deverão sofrer controle físico-químico e bacteriológico, com a periodicidade estabelecida pela autoridade sanitária, obedecendo as exigências estabelecidas em regulamento no que diz respeito à sua qualidade.

SEÇÃO VII**ALIMENTOS E BEBIDAS**

Art. 35 Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercie, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento.

§ 1º - A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, independente de sua categoria profissional, é obrigada para efeito de admissão e permanência no trabalho, a possuir carteira de saúde, fornecida gratuitamente pela rede de serviço básico de saúde a qual deve ser exigida pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º - As carteira de saúde devem ser mantidas atualizada anualmente, o tipo de exames a serem realizados obedecerão a critérios estabelecidos em normas técnicas.

§ 3º - A obrigatoriedade de que trata o parágrafo primeiro é extensiva aos proprietários de/ou responsáveis que intervejam diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam nos mesmos.

§ 4º - Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 36 Toda pessoa, poderá construir, instalar ou pôr em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercie, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares, entre outras, as referentes a projeto de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

SEÇÃO VIII**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Art. 37 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por sistema de abastecimento de água deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, para a sua instalação e utilização, submetendo-se às normas técnicas e regulamentares, entre as quais as referentes à tomada de amostras para análise, fiscalização técnica de apa-

relhos e instrumentos e ainda garantir a segurança e potabilidade da água.

Art. 38 Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais naturais ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, como adutora, reservatório e rede de distribuição.

Art. 39 Toda pessoa responsável por sistema de abastecimento de água deve proceder conforme as normas técnicas relativas ao tratamento, desinfecção, floração e outros procedimentos.

Art. 40 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por sistema de abastecimento de água, deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º - A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

§ 2º - É vedado o emprego de qualquer dispositivo que provoque sucção na ligação ou no ramal predial de água, que implique em variação na pressão de serviço da rede de distribuição.

§ 3º - Nos imóveis onde haja instalação própria de abastecimento de água alimentada por fonte alternativa, e ligação de água da rede pública, ficam proibidos quaisquer recursos hidráulicos que possibilitem a intercomunicação entre as instalações.

§ 4º - É vedado o despejo de águas pluviais tanto nas instalações prediais, quanto nos ramais prediais de esgoto.

SEÇÃO IX SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 41 Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercie ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

§ 1º - Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica ou venenosa, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa, ou de terceiros em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º - Considera-se agrotóxico as substâncias ou misturas de substâncias e/ou, processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição faunística e florística dos mesmos, a fim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§ 3º - A pessoa está proibida de entregar ao público substâncias e produtos mencionados neste artigo sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, sem a utilização de receituário agrônomo prescrito por profissional devidamente habilitado, bem como das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

SEÇÃO X DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA

Art. 42 Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes, ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de saúde.

Parágrafo Único - O profissional em comunicação deverá solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária, para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa

causar atitudes enganosas ou reações de pânico na população.

SEÇÃO XI DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 43 É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 44 A concessão de fiscalização por parte do Governo Federal ou Estadual isenta o estabelecimento ou entreposto da fiscalização municipal, ficando, porém obrigado ao prévio licenciamento no que tange as instalações físico-sanitária e pessoal junto ao serviço de vigilância sanitária municipal.

Parágrafo único - A fiscalização de abate de animais e da industrialização produtos de origem animal é de competência dos órgãos de agricultura, na esfera federal, estadual ou municipal, cabendo à Vigilância Sanitária a fiscalização da comercialização e transporte dos produtos de origem animal.

CAPÍTULO III DEVERES DA PESSOA COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45 Toda pessoa deve preservar o ambiente evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine, que se agrave a poluição ou a contaminação existente.

Art. 46 Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos ou gasosos, que não tenham recebido adequado tratamento, determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 47 Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e a fauna benéficas ou inócuas, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando a destruição indiscriminada e/ou a extinção das espécies.

SEÇÃO II POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO DO SOLO E/OU DA ÁGUA

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E DEJETOS

Art. 48 Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamentos, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

§ 1º - É proibida de lançar despejos domésticos, esgotos sanitários e efluentes industriais em cursos d'água e nas redes públicas de drenagem pluvial sem o devido tratamento prévio, conforme regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde e meio ambiente.

§ 2º - É obrigatória a utilização dos serviços públicos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários, quando disponíveis.

§ 3º - Enquanto não houver a disponibilidade dos serviços públicos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários, deverão ser adotadas soluções alternativas individuais ou coletivas, compatíveis às exigências legais.

Art. 49 A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino de resíduos sólidos urbanos mantido pela municipalidade.



dade, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

§ 1º - Enquanto não for implantado o serviço público, a pessoa deve dispor os resíduos sólidos conforme regulamentos, normas ou instruções da autoridade de saúde.

§ 2º - O serviço público urbano de coleta e remoção do lixo, onde não houver tratamento adequado, depositá-lo-á em aterros sanitários, ou utilizará outros processos, a critério da autoridade de saúde.

§ 3º - É de responsabilidade dos estabelecimentos de saúde privados a contratação de serviços especializados para coleta de resíduos de serviços de saúde, devidamente licenciada no órgão ambiental competente.

§ 4º - É de responsabilidade de todo o estabelecimento de saúde a elaboração do PGRSS - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme normas legais, o qual deverá ser objeto de apresentação a Vigilância Sanitária na solicitação de renovação do Alvará.

SUBSEÇÃO II ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 50 Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

§ 1º - A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias, sem prévio tratamento em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, assim como em lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º - Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas correntes ou pluviais em área urbana.

§ 3º - A pessoa proprietária de habitações construídas em locais servidos por coletores públicos de esgotos, é obrigada a usá-lo, não sendo permitido nesses casos, o uso de fossas sépticas e complementares.

§ 4º - É obrigatória a construção de caixa de gordura sifonada na instalação predial de esgoto, para águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

§ 5º - A pessoa que instalar sistema de esgoto sanitário implantado através de fossas sépticas e complementares deverá deixar os mesmos abertos para a vistoria pela autoridade de saúde quando da concessão do alvará de habite-se, e seguir determinações das normas da ABNT para o dimensionamento e localização.

§ 6º - A autoridade de saúde negará a licença de habite-se se não for cumprido o disposto neste artigo e intimará o proprietário da habitação a fazê-lo imediatamente.

SUBSEÇÃO III SERVIÇOS DE LIMPA FOSSA

Art. 51 O Município de Massaranduba fiscalizará, através da Vigilância Sanitária Municipal, a atividade da prestação do serviço privado de limpa-fossa no âmbito de seu território, notificando todos os prestadores do serviço para exigir o devido licenciamento do(s) prestador(es) do serviço perante o órgão ambiental competente, aplicando, quando pertinente, as sanções administrativas.

Art. 52 O prestador do serviço privado de limpa-fossa deverá apresentar mensalmente à Vigilância Sanitária Municipal, as Notas Fiscais de prestação de serviço, das quais deverá constar o volume em metros cúbicos, recolhido de cada cliente.

Art. 53 O prestador do serviço privado de limpa-fossa deverá apresentar relatórios mensais à Vigilância Sanitária Municipal, demonstrando o volume tratado e a destinação dos efluentes coletados, a qual deverá obrigatoriamente seguir as determinações

contidas na legislação.

CAPÍTULO IV CEMITÉRIOS, DISPOSIÇÃO E TRANSLADO DE CADÁVERES, NECROTÉRIO

Art. 54 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por cemitério, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo, bem como requisitos legais ambientais.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º - Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado.

Art. 55 Toda pessoa responsável por sepultamento, embalsamento, exumação e cremação deve cumprir normas regulamentares, entre as quais as referentes a prazo do enterro, traslado e transporte de cadáveres, técnicas, substâncias e métodos empregados. Parágrafo Único - Na suspeita de óbito ocorrido por doença transmissível, a autoridade de saúde poderá exigir a necropsia e/ou exumação para verificar a causa básica de óbito.

Art. 56 Toda pessoa, para construir, instalar ou fazer funcionar necrotério ou similar, deverá cumprir as normas regulamentares, entre as quais as que dispõem sobre localização, projeto de construção e saneamento.

CAPÍTULO V HIGIENE OCUPACIONAL

Art. 57 Antes de iniciada a construção, reforma ou instalação de qualquer estabelecimento de trabalho, deverá ser ouvida a autoridade de saúde quanto ao local e projeto.

Parágrafo Único - Quanto a aprovação de local, a autoridade de saúde levará em conta a natureza dos trabalhos a serem executados no estabelecimento, tendo em vista assegurar a saúde dos funcionários e da população.

Art. 58 Nos estabelecimentos de trabalho que venham oferecer perigo à saúde dos funcionários e da população, a juízo da autoridade de saúde, os proprietários serão obrigados a executar os melhoramentos necessários, a remover ou fechar estabelecimentos, quando não forem saneáveis.

§ 1º - Na hipótese de remoção ou fechamento será concedido o prazo máximo de 06 (seis) meses.

§ 2º - Os estabelecimentos deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo e proporcionais ao número de trabalhadores.

Art. 59 Os responsáveis pelos locais de trabalho deverão auxiliar a educação higiênica do trabalhador, facilitar a realização de conferências, fazer campanha intensiva de propaganda e educação contra os infortúnios do trabalho e afixar, em locais apropriados, cartazes e boletins fornecidos pelas autoridades de saúde.

Art. 60 Todos os locais de trabalho, inclusive corredores, passagens, escadas e demais dependências devem ter iluminação e ventilação adequada, conforme disposto em Lei, regulamentos e normas técnicas.

Art. 61 A autoridade de saúde, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho poderá tornar obrigatório o uso de protetores, sistema de revezamento, pequenas pausas para descanso, a redução do tempo de trabalho e a realização de exames médicos periódicos para os trabalhadores.

CAPÍTULO VI DOS LOCAIS PARA ABRIGO OU CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 62 É admitida a guarda ou abrigo de animais domésticos como cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidas limpas e desinfetadas.

Art. 63 Não será permitida a criação ou conservação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial, sendo proibida também a utilização de quaisquer compartimentos de uma habitação, inclusive porões ou sótãos para criação ou conservação de animais.

§ 1º - Nos casos previstos no presente artigo, a criação ou conservação de animais será proibida, interrompida, transferida ou interdita.

§ 2º - Se houver resistência por parte da pessoa proprietária de/ou responsável por guarda ou abrigo de animal previsto neste artigo, a autoridade de saúde solicitará o auxílio da autoridade policial para a adoção das medidas cabíveis, correndo as despesas à conta da pessoa que deu causa à diligência.

Art. 64 A pessoa poderá ter criação de suínos, bovinos, ovinos, aves e equinos, desde que as pocilgas, estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres sejam situados em zona rural, obedeçam as exigências de normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários e ainda as seguintes:

I - as pocilgas deverão estar localizadas a uma distância de 50 metros no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

II - os estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres deverão estar localizadas a uma distância de 20 metros no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

III - nos estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres será permitido compartimento habitável destinado aos tratadores dos animais, desde que fiquem completamente isolados.

Art. 65 Os estabelecimentos de que trata o presente capítulo, não beneficiados pelos sistemas públicos de água e esgoto, ficam obrigados a adotar medidas indicadas pela autoridade sanitária, no que concerne à provisão suficiente de água e à disposição dos resíduos sólidos e líquidos.

TÍTULO IV DA TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66 Fica instituída a taxa dos atos de vigilância sanitária municipal que serão pagas na repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil.

Art. 67 É fato gerador da taxa dos atos de vigilância sanitária municipal a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ou o exercício regular de atividades inerentes ao poder de polícia, conforme anexo único - Tabela II - Atos da Saúde Pública.

§1º. As Taxas mencionadas no artigo anterior serão valorizadas pela UFPM (Unidade Fiscal Municipal), exceto os itens 211 e 514, cujo valor permanecerá em Reais.

§ 2º. Para as taxas cobradas de pessoas jurídicas, enquadrada na condição de Micro Empresa, profissional liberal, autônomos e Micro Empreendedor Individual - MEI, haverá redução de 50%, (cin-

qüenta por cento) e para as Empresas de Pequeno Porte, haverá redução de 25% (vinte e cinco por cento), do valor expresso no Anexo Único desta Lei.

§3º. A correspondente redução se dará com a apresentação da respectiva declaração do porte da empresa, de acordo com a Lei Complementar Federal, 123, de 14.12.2006.

Art. 68 Os serviços e atividades sujeitos à taxa dos atos de vigilância sanitária municipal são:

I - Vistoria Sanitária: a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar a saúde pública;

II - Vistoria Prévia: vistoria realizada, sempre para instruir o processo para a concessão de Alvará Sanitário;

III - Concessão de Alvará Sanitário: entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da vigilância sanitária municipal, a ser renovado anualmente, por determinação da Vigilância Sanitária, ou solicitação do cadastrado.

IV - Concessão de Licença Especial: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

V - Concessão de Licença Provisória: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado inferior a um ano;

VI - Fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado: relativos à assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde;

VII - Análise e Aprovação Sanitária de Projetos de Construção, Reconstrução, Reforma e ou Ampliação;

VIII - Concessão de Alvará Sanitário: para construção, reconstrução, reforma e ou ampliação;

IX - Vistos, licenças, liberações e autenticações, baixas e alterações: relativos a receitas, notificações, produtos sujeitos a controle ou de interesse da saúde e livros de controle.

Art. 69 As taxas são estabelecidas com base na UFM - Unidade Fiscal Municipal nos termos da Lei Federal Nº 8383, de 30 de dezembro de 1991, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária da taxa, bem como das penalidades de multa previstas nesta Lei, a época que se der o recolhimento.

Parágrafo Único - Os valores das taxas são os expressos e codificados na tabela anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 70 Contribuinte da taxa é o usuário efetivo ou potencial, de serviço sujeito à sua incidência, ou o destinatário de atividade inerente ao exercício do poder de polícia.

Art. 71 A arrecadação e fiscalização da taxa compete a repartição fazendária municipal e a Secretaria Municipal de Saúde e será recolhida:

I - até a data em que deva ser requerido o serviço ou atividade, quando este ou aquele estiver sujeito a prazo certo;

II - até a data do requerimento do serviço ou atividade, nos demais casos.

III- até a data de vencimento do alvará sanitário, renovado anualmente.

TÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72 Para os efeitos desta Lei, considera-se a infração, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à

promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 1º - Responde pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 73 Autoridade de Saúde, para os efeitos da Lei, é todo agente público designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos desta Lei, seus regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo Único - Regulamento específico ocupar-se-á da ordem hierárquica em que exercita a autoridade de saúde no Município.

CAPÍTULO II

GRADUAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 74 As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 75 Para a graduação e imposição de pena, a autoridade de saúde levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 76 São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;

IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;

V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 77 São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 78 Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO III

ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 79 Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumula-

tivamente, com as penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão do produto;

IV - inutilização de produto;

V - interdição de produto;

VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;

VII - cancelamento de registro de produto;

VIII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;

IX - proibição de propaganda;

X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 80 A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - nas infrações leves, de 100% a 1000% UPM;

II - nas infrações graves, de 1001% a 3000% UPM;

III - nas infrações gravíssimas, de 3001% a 5000% UPM.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto nos artigos 83 e 84 desta Lei, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 2º - Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil, sob pena de cobrança judicial.

Art. 81 A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei e de seus regulamentos e normas técnicas ficará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 82 A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala, ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;

II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção, e recuperação da saúde, estabelecimentos de ensino, público ou privado, de qualquer fim, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabele-



cimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raio-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras; estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

VI - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação sanitária:

pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

VII - aquele que tiver o dever legal de fazê-lo deixa de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

pena - advertência e/ou multa;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

pena - advertência e/ou multa;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

pena - advertência e/ou multa;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em Lei e normas regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XIV - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmaférese, ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utiliza-os contrariando as disposições legais e

regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XVI - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XVIII - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XIX - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XX - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXI - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXII - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXIII - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animais:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXIV - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXV - Não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário, ou detenha legalmente a sua posse:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXVI - exerça profissões e ocupações relacionadas com a saúde das pessoas sem a necessária habilitação legal:

pena - interdição e/ou multa;

XXVII - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

pena - interdição e/ou multa;

XXVIII - procede à cremação de cadáveres, ou utiliza-os contrariando as normas sanitárias pertinentes:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - fraudula, falsifica ou adultera alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer

outros que interessem à saúde pública:

pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXI - expor, ou entregar ao consumo humano, sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de dez mil miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto:

pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XXXII - descumprir atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente:

pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento; proibição de propaganda e/ou multa;

XXXIII - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações: pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa;

XXXIV - inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamento, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização:

pena - advertência e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXV - atribuir a alimento e medicamento ou qualquer produto que interesse à saúde, através de alguma forma de divulgação, qualidade nutricional, medicamentosa, terapêutica ou de favorecimento à saúde, superior a que realmente possuir, assim, como, divulgar informação que possa induzir o consumidor a erro, quanto à qualidade, natureza, espécie, origem, qualidade e identidade do produto:

pena - advertência e/ou multa, apreensão dos produtos, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXVI - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir total ou parcialmente, alimento interdito ou apreendido por autoridade de saúde:

pena - multa, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou a cassação da licença para funcionamento;

XXXVII - expor à venda em estabelecimento de gêneros alimentícios, ou em situação que induza a venda para consumo humano, tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação com exceção dos produtos destinados ao plantio, sendo que para isso, deverá constar no envólucro esta indicação:

pena - advertência, apreensão dos produtos, e/ou multa;

XXXVIII - contrariar, omitir e/ou negligenciar no cumprimento das normas pertinentes à proteção da flora e da fauna:

pena - advertência e/ou multa;

XXXIX - transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, trans-

portar, comprar, vender ou ceder, produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sem a devida inspeção sanitária do órgão sanitário competente:

pena - advertência e/ou multa; interdição, apreensão e/ou inutilização do produto, cancelamento de autorização para funcionamento do estabelecimento.

§ 1º - Independem de licença para funcionamento, os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, e à assistência e responsabilidade técnicas.

§ 2º - O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO V

CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 83 O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 84 O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

I - nome do infrator, bem como os demais elementos conhecidos à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único - Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 85 O infrator será notificado para ciência do auto de infração: I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não-sabido.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do artigo 84.

§ 2º - O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§ 3º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 5º - A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no § 3º deste artigo, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.



Art. 86 As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de vinte por cento, caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 87 O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação. § 1º - Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá prazo de dez dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º - Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 88 A apuração do ilícito em se tratando de produto ou substância referidos no inciso V do artigo 92 far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo Único - Regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atentando-se à legislação federal e estadual, para a execução do previsto no presente artigo.

Art. 89 Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de quinze dias.

Art. 90 Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1º - Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ciência ou publicação nas penalidades pecuniárias que ultrapassem o valor de 500% (quinhentos por cento) UPM.

§ 2º - Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

§ 3º - Os recursos interpostos das decisões não-definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 85.

Art. 91 Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso.

Art. 92 As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em cinco anos.

§ 1º - A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição da pena.

§ 2º - Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 93 A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia e hora mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das normas sanitárias em vigor.

§ 1º - Nos casos de oposição à visita ou inspeção, a autoridade de saúde lavrará auto de infração e intimará o proprietário, locatário, morador, administrador ou seus procuradores a facilitar a visita, imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2º - Persistindo o embaraço, a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial civil, militar e ou judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 94 Os recursos provenientes da receita de taxas decorrentes do exercício do poder de polícia oriundos da tabela - atos de vigilância sanitária municipal e das penalidades de multas previstas nesta Lei serão depositados e centralizados em conta especial do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros previstos neste artigo tem por finalidade a obtenção supletiva de recursos destinados à melhoria dos serviços relacionados com a vigilância sanitária municipal.

Art. 95 Os pedidos de restituição de taxas indevidamente pagas ou recolhidas a maior só serão aceitos quando instruídos com as vias destinadas ao contribuinte e cópia da via destinada ao órgão prestador do serviço.

Art. 96 O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 97 Os termos técnicos que se empregam nesta Lei e nela não se encontram definidos explicitamente, serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação federal e estadual, e na ausência desta, o constante nas regulamentações decorrentes da presente Lei.

Art. 98 Toda pessoa, física ou jurídica, ao encerrar ou suspender as atividades de qualquer estabelecimento ou prestador de serviço deverá requerer cancelamento do respectivo registro junto ao órgão fazendário municipal. Caso contrário, continuará a incorrer as taxas devidas anualmente a Vigilância Sanitária, até a efetiva baixa de sua inscrição.

Art. 99 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente as Leis Municipais nº 500/93 e 1135/2009.

Massaranduba, em 21 de Julho de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TABELA II

ATOS DA SAÚDE PÚBLICA

1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11101	Conservas de produtos de origem vegetal	6
11102	Doces / produtos de confeitaria (c/creme)	6
11103	Massas frescas	6
11104	Panificação (fab. / distrib.)	6
11105	Produtos alimentícios infantis	6
11106	Produtos congelados	6
11107	Produtos dietéticos	6
11108	Refeições industriais	6
11109	Sorvetes e similares	6



112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11201	Aditivos	5
11202	Água mineral	5
11203	Amido e derivados	5
11204	Bebidas analcoólicas, sucos e outras	5
11205	Biscoitos e bolachas	5
11206	Cacau, chocolates e sucedâneos	5
11207	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	5
11208	Condimentos, molhos e especiarias	5
11209	Confeitos, caramelos, bombons e similares	5
11210	Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc.)	5
11211	Desidratadora de vegetais e ervateiras	5
11212	Farinhas (moinhos) e similares	5
11213	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	5
11214	Gelo	5
11215	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasado- ras)	5
11216	Marmeladas, doces e xaropes	5
11217	Massas secas	5
11218	Refinadora e envasadora de açúcar	5
11219	Refinadora e envasadora de sal	5
11220	Salgadinhos / batata frita (empacotado)	5
11221	Salgadinhos e frituras	5
11222	Suplementos alimentares enriquecidos	5
11223	Tempero à base de sal	5
11224	Torrefadora de café	5

12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
12101	Açougue	2
12102	Assadora de aves e outros tipos de carne	1 1/2
12103	Cantina escolar	1 1/2
12104	Casa de carnes	1 1/2
12105	Casa de frios (lactícínios e embutidos)	1 1/2
12106	Casa de sucos / caldo de cana e similares	1 1/2
12107	Comércio atacadista de alimentos grupo 121	3
12108	Confeitaria	2
12109	Cozinha de escolas	1 1/2
12110	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / similares	1 1/2
12111	Cozinha de lactários / hosp. / mater. /casas de saúde	1
12112	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e deriva- dos, pescados, produtos de confeitaria, ovos, outros)	2
12113	Lanchonete / café colonial e petiscarias	2
12114	Mercados / super / mini (única atividade)	4
12115	Mercearia / armazém (única atividade)	2
12116	Padaria / panificadora	2 1/2
12117	Pastelaria	1
12118	Peixaria (pescados e frutos do mar)	2
12119	Pizzaria	3
12120	Produtos congelados	2 1/2
12121	Restaurante / buffet / churrascaria	2 1/2
12122	Rotisserie	2 1/2
12123	Serv-carro / drive-in / quiosque / trailer e similares	2
12124	Sorveteria e/ou posto de venda	1 1/2
12125	Depósito de alimentos grupo 121	2
12126	Transportador e ou transportadora de alimentos grupo 121 (por veículo)	1 1/2
12127	Venda ambulante (cachorro quente, crepe, sanduíche, churros, outros)	2
	* Excluídas as atividades exercidas	

122	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
12201	Bar / boate / uisqueria	4
12202	Bomboniere	1 1/2
12203	Café	1 1/2
12204	Depósito de bebidas	1 1/2
12205	Depósito de frutas e verduras	1 1/2
12206	Depósito de alimentos grupo 122	1 1/2
12207	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	2
12208	Feira livre (comércio de frutas, legumes e verduras)	1
12209	Quitanda, frutas e verduras	1
12210	Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão doce, outros)	1
12211	Comércio atacadista de alimentos grupo 122	1 1/2
12212	Transportador e/ou transportadora de alimentos grupo 122 (por veículo)	1

13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
131	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
13101	Produtos tóxicos e/ou faz uso	5 1/2
13102	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	5 1/2
13103	Insumos farmacêuticos	5 1/2
13104	Produtos farmacêuticos (medicamentos em geral e/ou correlatos estéreis)	5 1/2
13105	Produtos biológicos	5 1/2
13106	Produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	5 1/2
13107	Produtos de consumo médico / hospitalar	5 1/2
13108	Produtos de consumo odontológico	5 1/2
13109	Material implantável	5 1/2
13110	Saneantes domissanitários	5 1/2
13111	Produtos de consumo radiológico	5 1/2
13112	Educação física, embelezamento ou correção estética (órteses)	5 1/2

132	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
13201	Embalagens	4
13202	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos laboratoriais	4
13203	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos médico / hospitalares	4
13204	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos odontológi- cos	4
13205	Produtos veterinários	4
13206	Artefatos de cimento de esgotamento sanitário	4
13207	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos radiológicos	4

14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
141	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
14101	Comércio de produtos tóxicos	4
14102	Distribuidora de medicamentos	5
14103	Comércio de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	4
14104	Comércio de produtos de consumo médico / hospitalar	4
14105	Comércio de produtos de consumo odontológico	4
14106	Comércio de produtos veterinários	4
14107	Comércio de produtos saneantes domissanitários	4
14108	Comércio de produtos químicos (tintas, solventes, verni- zes, outros)	4
14109	Distribuidora de produtos tóxicos	4
14110	Transportadora de produtos tóxicos (por veículo)	4
14111	Transportadora de medicamentos (por veículo)	4
14112	Distribuidora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	4
14113	Transportadora de prod. de consumo laboratorial de análi- ses clínicas (por veículo)	4

14114	Distribuidora de produtos de consumo médico / hospitalar	4
14115	Transportadora de produtos de consumo médico / hospitalar (por veículo)	4
14116	Distribuidora de produtos de consumo odontológico	4
14117	Transportadora de produtos de consumo odontológico (por veículo)	4
14118	Comércio de produtos de consumo radiológico	4
14119	Distribuidora de produtos de consumo radiológico	4
14120	Transportadora de produtos de consumo radiológico (por veículo)	4
14121	Distribuidora de produtos veterinários	4
14122	Transportadora de produtos veterinários (por veículo)	4
14123	Comércio de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	4
14124	Distribuidora de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	4
14125	Transportadora de prod. químicos (tintas, solventes, vernizes, outros) (por veículo)	4
14126	Distribuidora de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	4
14127	Distribuidora de produtos saneantes domissanitários	4
14128	Transportadora de produtos saneantes domissanitários (por veículo)	4
14129	Comércio de materiais implantáveis	4
14130	Distribuidora de materiais implantáveis	4
14131	Transportadora de materiais implantáveis	4
14132	Transportadora de prod. cosméticos, perfumes e prod. higiene pessoal (por veículo)	4
14199	Congêneres grupo 141	4

142	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
14201	Comércio de produtos destinados à alimentação animal	2
14202	Distribuidora de produtos destinados à alimentação animal	2
14203	Embalagens	2
14204	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos agrícolas ou ferragens	2
14205	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	2
14206	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico/hosp	2
14207	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso odontológico	2
14208	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	2
14209	Comércio de sementes ou mudas	2
14210	Transportadora de produtos destinados à alimentação animal (por veículo)	2
14211	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	2
14212	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética (por veículo)	2
14213	Distribuidoras de embalagens	2
14214	Transportadora de embalagens (por veículo)	2
14215	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	2
14216	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	
(por veículo)	2	
14217	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp	2

14218	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp.	
(por veículo)	2	
14219	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia	2
14220	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia (por veículo)	2
14221	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	2
14222	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	2
14223	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia (por veículo)	2
14224	Distribuidora de sementes ou mudas	2
14225	Transportadora de sementes ou mudas (por veículo)	2
14226	Agropecuária * (soma de todas as atividades desenvolvidas pelo respectivo estab.)	* 1
14227	Comércio de pequenos animais (aves, peixes, outros)	2

15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
151	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
15101	Ambulatório médico	2
15102	Ambulatório odontológico	2
15103	Ambulatório veterinário	1 1/2
15104	Ambulatório de enfermagem	2
15105	Banco de leite humano	1 1/2
15106	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc)	1 1/2
15107	Clínica médica	4
15108	Clínica veterinária	2
15109	Hemodiálise	4
15110	Policlínica	4
15111	Pronto socorro	1
15112	Serviço de nutrição e dietética	1
15113	Unidade sanitária	Isento
15114	Medicina nuclear	4
15115	Radioimunoensaio	4
15116	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	4
15117	Radiologia médica (por equipamento)	3
15118	Radiologia odontológica (por equipamento)	1 1/2
15119	Farmácia (alopática)	4
15120	Farmácia (homeopática)	4
15121	Drogaria	4
15122	Posto de medicamentos	1 1/2
15123	Dispensário de medicamentos	1 1/2
15124	Ervanária	2
15125	Unidade volante de comércio farmacêutico	1 1/2
15126	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc., etc.)	4
15127	Hospital especializado (soma das atividades desenvolvidas)	*5
15128	Hospital geral (soma das atividades desenvolvidas)	*5
15129	Hospital infantil (soma das atividades desenvolvidas)	*5
15130	Maternidade (soma das atividades desenvolvidas)	*5
15131	Unidade integrada de saúde / unidade mista (soma das atividades desenvolvidas)	*5
15132	Laboratório de análises clínicas	4
15133	Laboratório de análises bromatológicas	4
15134	Laboratório de anatomia e patologia	4
15135	Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica	4
15136	Laboratório químico-toxicológico	4
15137	Laboratório cito / genético	4
15138	Posto de coleta de material biológico	2
15139	Agência transfusional de sangue	2
15140	Banco de sangue	2 1/2
15141	Posto de coleta de sangue	2



15142	Serviço de hemoterapia	4
15143	Serviço industrial de derivados de sangue	5
15144	Unidade volante de assistência médica e/ou pré-hospitalar (por unidade móvel)	2
15145	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	2
15146	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	2
15147	Unidade volante de coleta de sangue	2
15148	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	2
15149	Quimioterapia	3
15150	Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento)	4
15151	Unidade volante de assistência odontológica	2
	* Excluídas as atividades que exijam responsabilidade técnica específica	

152	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
15201	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	3
15202	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	3
15203	Clínica de psicanálise	3
15204	Clínica de odontologia	3
15205	Clínica de tratamento e repouso	3
15206	Clínica de ortopedia	3
15207	Ultrassonografia	2
15208	Clínica de fonoaudiologia	2
15209	Consultório médico	2
15210	Consultório nutricional	2
15211	Consultório odontológico	2
15212	Consultório de psicanálise / psicologia	2
15213	Consultório veterinário	2
15214	Estabelecimento de massagem	2
15215	Laboratório ou oficina de prótese dentária	2
15216	Laboratório de prótese auditiva	2
15217	Laboratório de prótese ortopédica	2
15218	Laboratório de ótica	2
15219	Ótica	1 1/2
15220	Consultório psico-pedagógico	2
15221	Estabelecimentos saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
15222	Clínica psico-pedagógico	3

16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
161	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
16101	Asilo e similares	1 1/2
16102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	4
16103	Escola de natação e similares	2
16104	Estação hidromineral / termal / climatério	5
16105	Estab. de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância	2
16106	Estab. ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	2
16107	Estab. ensino (todos os graus) regime internato	2
16108	Piscina coletiva	2
16109	Radiologia industrial	4
16110	Sauna	2
16111	Zoológico	3
16112	Estab. de propriedade da união, estado e municípios	Isento
16113	Centro de formação de condutores	2
16114	Hotel infantil	2
16115	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	5
16116	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de poços	5
16117	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de caixas d'água	5
16118	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	5
16119	Serviço de capina química	

16120	Motel (hospedagem) (por cômodo)	1
16121	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	4

162	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
16201	Hotel de pequenos animais	1
16202	Academia de ginástica / dança / artes marciais e similares	1 1/2
16203	Agência bancária e similares	1
16204	Barbearia	1
16205	Camping	2
16206	Cárcere / penitenciária e similares	Isento
16207	Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	3
16208	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	2
16209	Cemitério / necrotério / crematório	2
16210	Cinema / auditório / teatro	1
16211	Circo / rodeio / hípica / parque de diversão	1
16212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	1
16213	Dormitório (por cômodo)	1/2
16214	Escritório em geral	1
16215	Estação de tratamento de água para abastecimento público	4
16216	Estação de tratamento de esgoto	4
16217	Estética facial / maquiagem	1 1/2
16218	Floricultura / plantas / mudas	1
16219	Garagem / estacionamento coberto	1
16220	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	1/2
16221	Igrejas e similares	1/2
16222	Lavanderia	1
16223	Tabacaria	1
16224	Oficina / consertos em geral	1
16225	Orfanato / patronato	1/2
16226	Parque natural / campo de turismo	1
16227	Pensão (por cômodo)	1/2
16228	Posto de combustível / lubrificante	1 1/2
16229	Quartel	Isento
16230	Salão de beleza / manicuri / pedicuri / cabeleireiro	2
16231	Shopping (área comum) exceto estabelecimentos	1 1/2
16232	Salão de beleza para pequenos animais	1 1/2
16233	Pet Shop	1 1/2
16234	Serviço de lavagem de veículo	1 1/2
16235	Colônia de férias	1/2
16236	Estabelecimentos de propriedade da união, estado e município	Isento

2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
21	DIVERSOS	
211	DIVERSOS	REAIS
21101	Apartamento (prédio) (p/m2)	0,72
	Residência (casa) (p/m2)	0,72
21102	- Ampliação (p/m2)	0,72
	- Habitação popular até 40 m2	Isento
21103	Sala comercial (p/m2)	1,42
21104	Ginásio / estádio / e similares (p/m2)	1,42
21105	Galpão / depósito e similares (p/m2)	1,42
21106	Garagem / estacionamento coberto (p/m2)	0,72
21107	Estabelecimento de saúde (p/m2)	0,72
21108	Estabelecimento de ensino (p/m2)	0,72
21109	Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/m2)	1,42
21110	Maternal / creche / jardim infância (p/m2)	0,72
21111	Habitação coletiva - internato e similares (p/m2)	0,72
21112	Cemitérios e afins (p/m2)	0,72
21113	Hotel, motel, cabana (p/m2)	1,42
21114	Hotel infantil (p/m2)	1,42
21115	Congêneres (p/m2)	0,72



21116	Inspeção Fossa e Filtro	: 1/2
3	ANÁLISE DE PROJETOS	
31	DIVERSOS	
311	DIVERSOS	UFM
31101	Apartamento (prédio) até 100 m2	1/2
31102	Estabelecimento de saúde até 100 m2	1/2
31103	Estabelecimento de ensino até 100 m2	1/2
31104	Estabelecimento de ginástica / laser e similares até 100 m2	1/2
31105	Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m2	1/2
31106	Maternal, creche, jardim de infância até 100 m2	1/2
31107	Cemitérios e afins até 100 m2	1/2
31108	Sistema de tratamento de água até 100 m2	1/2
31109	Sistema de tratamento de esgoto até 100 m2	1/2
31110	Hotel, motel, cabanas até 100 m2	1/2
31111	Hotel infantil até 100 m2	1/2
31112	Salões de festas até 100 m2	1/2
31113	Residência (casa) até 100 m2	1/2
	- Ampliação até 100 m2	1/2
	- Habitação popular até 40 m2	Isento
31199	Congêneres até 100 m2	1/2
	Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m2 (por m2)	1/2

4	SERVIÇOS DIVERSOS	
41	DIVERSOS	
411	DIVERSOS	UFM
41101	Segunda via do alvará sanitário	1/2
41102	Análise de processos para registro de produto	2 1/2
	Qualquer alteração do alvará sanitário	
41103	- Por item alterado	1/2
	- Alteração de endereço (100% do valor do alvará)	
41104	Desarquivamento de processo de registro de produto (por processo)	1 1/2
41105	Visto em receitas e notificação de receitas	Isento
41106	Fornecimento de notificação de receita (por bloco)	Isento
	Qualquer alteração de registro de produto	
41107	- Por item alterado	2 1/2
	- Cancelamento de registro	Isento
41108	Encerramento das atividades	Isento
41109	Baixa de responsabilidade técnica	1/2
41110	Vistoria para concessão de autorização federal de funcionamento	3
	Qualquer alteração de autorização de funcionamento	
	- Por item alterado	1 1/2
41111	- Alteração de endereço	2
	- Mudança de responsabilidade técnica	Isento
	- Cancelamento da autorização	Isento
41112	Segunda via do laudo de análise	1/2

512	LICENÇAS	UFM
51201	Livre trânsito de produtos sujeitos a fiscalização sanitária	1/2

513	LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	UFM
51301	Liberação de produtos (paciente estado terminal)	Isento

514	AUTENTICAÇÃO DE LIVROS	REAIS
51401	Farmácia, hospital, laboratório ótico, laboratório de prótese, ótica, creche, banco de órgãos, piscinas e outros (por folha)	0,10
51402	Transferência de responsabilidade técnica (por livro)	14,00
51403	Baixa (encerramento) (por livro)	14,00

515	SOLICITAÇÕES / PARECERES TÉCNICOS	UFM
51501	Emissão de edital	1/2
51502	Atestado de antecedentes	1 1/2
51503	Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	2 1/2
51504	Certidão (de qualquer natureza)	1 1/2
51505	Requerimentos diversos	1 1/2
51506	Certificado de livre comercialização de produtos	2
51507	Laudo técnico	2
51508	Fornecimento de cópia de legislação (por folha)	Isento

6	ANÁLISES LABORATORIAIS	
61	ANÁLISES BROMATOLÓGICAS	
611	ÁGUA	UFM
61101	Análise Química de potabilidade	3
61102	Análise Microbiológica de potabilidade	1 1/2
61103	Análise Microbiológica de água mineral potabilidade	1 1/2
61104	Análise Potabilidade (química + bacteriológico)	4 1/2
61105	Análise Química de água por elemento determinado	1/2
61106	Determinação do pH, cor e turbidez (todas)	1/2
61107	Determinação do teor de cloro e flúor (cada)	1/2
61108	Análise Flúor com eletrodo seletivo	1/2
61109	Análise Microbiológica de água para elucidação de enfermidade de transmissão hídrica	2
61110	Análise Microbiológica de água mineral	3
61111	Análise Microbiológica indicativa de água mineral	2
61112	Avaliação da eficiência de filtros e similares usados p/ potabilidade de água, por microorganismos usado no teste	1
61113	Água de piscina (Exame microbiológico)	1
61114	Retenção de cloro em filtros	2
61115	Avaliação da eficiência microbiológica de filtros	2
61116	Análise química de água para hemodiálise, por elemento (segundo portaria 2042/96)	1/2
61117	Pesquisa de Endotoxina em águas para hemodiálise (segundo portaria 2042/96)	1 1/2
61118	Análise de PH, Cloro residual Livre e Coliformes Totais e Termotolerantes, feito pelo Município	1/2

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato de locação Nº48/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº48/2010
PROCESSO: Dispensa de licitação
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: ALDO WAGNER
OBJETO: locação de uma casa de alvenaria com área de 225,77 m2, edificada em imóvel, situada na Rua 11 de Novembro, 3025 - Centro, Município de Massaranduba - SC, por tempo e prazo determinado.
VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
DATA DA VIGENCIA: 01.08.2010 a 31.07.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal



Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 049/2010.

DECRETO n.º 049/2010.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.442/2010, de 21 de Julho de 2010.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 466.644,00 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), nestes termos:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
030304122.2005 - Manut. Administração Geral e Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4)	R\$ 60.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos (5)	R\$ 55.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (7)	R\$ 50.000,00
04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (28)	R\$ 59.644,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (30)	R\$ 10.000,00
040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0108.18 - Aplicações Diretas (57)	R\$ 13.000,00
040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos (76)	R\$ 64.000,00
06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (105)	R\$ 60.000,00
11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110126782.1034 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (121)	R\$ 30.000,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
120108244.1049 - Aquisição de Area, Constr. e Ampl. Centro de convivência	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (139)	R\$ 10.000,00
120116482.2051 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (146)	R\$ 30.000,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2024 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (27)	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 466.644,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
---	--

040112361.1007 - Aquis. Area, Const. Amp. Escolas do Ensino Básico	
4.4.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (11)	R\$ 5.000,00
040112361.1008 - Aquis. Area e Construção da Biblioteca Pública	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (14)	R\$ 2.500,00
040112361.1009 - Aquisição de veículo, ônibus e equipamentos funcionais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (16)	R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (17)	R\$ 5.000,00
040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (26)	R\$ 27.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (32)	R\$ 9.944,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (35)	R\$ 10.000,00
040112366.2013 - Manutenção do Ensino Jovens e Adultos - EJA	
3.1.90.00.00.00.00.00.0108.18 - Aplicações Diretas (38)	R\$ 13.000,00
040112361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (42)	R\$ 21.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0109.19 - Aplicações Diretas (46)	R\$ 8.700,00
040112364.2019 - Manut. Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (64)	R\$ 40.000,00
040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (59)	R\$ 40.000,00
040112367.2019 - Manut. Outros Níveis de Ensino/Especial/Superior	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativo (62)	R\$ 18.000,00
040227812.2018 - Manutenção do Esporte e Lazer	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (67)	R\$ 20.000,00
040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (77)	R\$ 64.000,00
06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115451.1039 - Aquis. Area, Construção e Ampliação de Prédios Públicos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (86)	R\$ 4.000,00
060115451.1042 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (97)	R\$ 40.000,00
06 - SECRET. DE AGRIC. MEIO AMB. E DESENVOL. ECONO	
070222661.1047 - Aquisição de área, construção e Ampliação parque industrial	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (110)	R\$ 10.000,00
11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120606.1035 - Pavimentação de ruas, Estradas e Praças	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (126)	R\$ 5.000,00
110120606.2038 - Manut. Dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 - Transf. Instituições Privadas s/ Fins Lucrativo (136)	R\$ 13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (138)	R\$ 5.500,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
120116482.1050 - Aquisição de Area, Construção de Unidades Habitacionais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (142)	R\$ 10.000,00
120108241.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (150)	R\$ 3.000,00



120108243.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (151)	R\$ 10.000,00
120108244.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (152)	R\$ 74.000,00
120116482.2051 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (145)	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (147)	R\$ 5.000,00
Total	R\$ 466.644,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Decreto n.º 050/2010.

DECRETO n.º 050/2010.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.394/2009, de 04 de Dezembro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 21.250,00 (Vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais), nestes termos:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110126.782.1034 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.125.0 - Aplicações Diretas (123)	R\$ 21.250,00
Total	R\$ 21.250,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do contrato de repasse nº 0323710-12/2010, firmado entre o município de Meleiro e a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Termo de Homologação do Processo Licitatório PR nº. 007/2010

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO PR nº. 007/2010

O Prefeito Municipal de Meleiro, JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 007/2010

Modalidade: Pregão Presencial

Data da homologação: 15/07/2010

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO 0 km TIPO AMBULANCIA..

Empresa Vencedora: UNITÁ VEÍCULOS LTDA.

Valor do objeto: R\$ 106.000,00

Contrato nº 024/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 024/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: UNITÁ VEÍCULOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO 0 km TIPO AMBULANCIA.

Valor: R\$ 106.000,00

Vigência: Início: 16/07/2010 Término: 31/08/2010.

Data da assinatura: 16 de julho de 2010.

Contrato nº. 080/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 080/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANA DA SILVA AMERICO

Objeto: Prestar serviços de lavagem de uniformes dos atletas das escolinhas municipais.

Valor: R\$ 3.025,00

Vigência: Início: 14/07/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 14 de julho de 2010.

Contrato nº. 081/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 081/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AGAP COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME. Objeto: AQUISIÇÃO DE SUB BASE DE SEIXO ROLADO E TUBOS DE CONCRETO PARA RECUPERAÇÃO DA MALHA VIARIA CONFORME CONVENIO COM A SECRETARIA REGIONAL DE ARARANGUA/SDR.

Valor: R\$ 47.210,00

Vigência: Início: 14/07/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 14 de julho de 2010.

Contrato nº. 082/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 082/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SUB BASE DE SEIXO ROLADO E TUBOS DE CONCRETO PARA RECUPERAÇÃO DA MALHA VIARIA CONFORME CONVENIO COM A SECRETARIA REGIONAL DE ARARANGUA/SDR.

Valor: R\$ 15.152,30

Vigência: Início: 14/07/2010 Término: 31/12/2010.

Data da assinatura: 14 de julho de 2010.

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 110/2010 - Dispensa Nº 04/2010

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 110/2010 - DISPENSA Nº 04/2010

OBJETO: Contratação MENSAL de empresa especializada para fornecer hospedagem e prestar serviços de transporte dos pacientes deste Município que estiverem em tratamento de saúde em Florianópolis/SC- CONTRATADA: HOSPEDAGEM MEIO OESTE LTDA. Valor total: R\$ 7.500,00 reais - Valor Mensal: R\$ 1.500,00 reais RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.90.00.00.00.00.00 - CÓDIGO REDUZIDO: 23 - PROJETO ATIV.: 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MONTE CARLO, 22/07/2010.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

GESTOR DO FUNDO

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 461/2010

PORTARIA Nº 461/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar execução do Contrato nº 140/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 140/2010, o senhor Moisés Cipriani, matrícula funcional nº 74, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, cujo objeto do contrato é a Contratação de Profissional para prestação de Serviços de Consultoria na área de Engenharia Civil.

Art. 2º - Atribui ao senhor Moisés Cipriani anotar em registro pró-

prio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 22 de julho de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de julho de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado TP Nº 41/2010

RESULTADO DE TOMADA DE PREÇOS nº41/2010

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 41/2010 homologada em 16/07/2010 objetivando a aquisição de fraldas geriátricas, tendo como vencedora as empresas: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA no Item 1 - Fralda Geriátrica M com preço unitário de R\$ 6,89 valor total de R\$ 3.603,00, bem como a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA no Item 2 - Fralda Geriátrica G com o valor unitário de R\$ 7,206 e preço total de R\$ 3.445,00 .

Paulo Lopes 26 de julho de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MÊS DE JUNHO DE 2010**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	100.506,36
1.2 - ITBI	69.769,00
1.3 - ISS	610.648,37
1.4 - FPM	1.955.667,55
1.5 - IRRF	25.020,05
1.6 - ICMS	1.139.733,70
1.7 - IPI	23.099,54
1.8 - IPVA	204.819,43
1.9 - ITR	1.961,69
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.747,20
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	14.026,83
1.12 - Multas e Juros	10.474,43
TOTAL	4.163.474,15

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.040.868,54
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	784.491,43
2.3 - Convênios	430.513,03
TOTAL	2.255.873,00

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	666.605,82	666.545,92	-59,90
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	470.694,86	499.029,30	28.334,44
3.3 - Ensino	688.059,29	641.124,32	-46.934,97
3.4 - Convênio	430.513,03	220.513,03	-210.000,00
TOTAL	2.255.873,00	2.027.212,57	-228.660,43

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 14 de julho de 2010.

% aplicado = 24,55

Aplicado a menor = -18.660,43

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE

MÊS JUNHO DE 2010

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	100.506,36
1.2 - ITBI	69.769,00
1.3 - ISS	610.648,37
1.4 - FPM	1.955.667,55
1.5 - IRRF	25.020,05
1.6 - ICMS	1.139.733,70
1.7 - IPI	23.099,54
1.8 - IPVA	204.819,43
1.9 - ITR	1.961,69
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.747,20
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	14.026,83
1.12 - Multas e Juros	10.474,43
TOTAL	4.163.474,15

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das receitas oriundas de impostos	624.521,12
2.2 -	
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	413.768,42
TOTAL	1.038.289,54

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde	1.038.289,54	1.479.538,20	441.248,66
3.2 - (-) Convênios não Aplicados	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.038.289,54	1.479.538,20	441.248,66

% aplicado = 25,60

Paulo Lopes, 14 de julho de 2010.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Município de PAULO LOPES - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.326.078,72	0,00
Pessoal Ativo	5.129.579,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	196.499,66	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.075,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	12.194,07	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	880,93	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.313.003,72	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.313.003,72	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		10.452.105,36
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		50,83
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		5.644.136,89
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		5.361.930,05
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 08/07/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
 Contador



Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação PRG 025/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2010

OBJETO - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 09:30h do dia 09/08/2010, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo - SC. 26 de Julho de 2010.

AOILTO MOTTA PORTO MARCO AURÉLIO PEREIRA

Secretário de Administração Pregoeiro

Extrato do Contrato nº 063/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 063/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Pregão Presencial nº 034/2009

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, a aquisição de equipamentos e mobiliários para a Unidade de Saúde "Pedro Tomazoni" do Bairro Santa Luzia, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 298/2010, documento em anexo, parte integrante deste Contrato.

Contratado: CROSS LTDA. ME

Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 10 (dez) dias, conforme solicitação da Secretaria de saúde do Município. A entrega dos equipamentos, objeto do contrato, é de 15 dias corridos, contados da data da solicitação, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 391,50 (Trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 22 de julho de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato nº 064/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 064/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Pregão Presencial nº 034/2009

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, a aquisição de equipamentos e mobiliários para a Unidade de Saúde "Pedro Tomazoni" do Bairro Santa Luzia, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 297/2010, documento em anexo, parte integrante deste Contrato.

Contratado: MENDES & WIEST LTDA. ME

Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 10 (dez) dias, conforme solicitação da Secretaria de saúde do Município. A entrega dos equipamen-

tos, objeto do contrato, é de 15 dias corridos, contados da data da solicitação, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 3.460,00 (Três mil e quatrocentos e sessenta reais)

Data e assinatura do contrato: 22 de julho de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato nº 065/2010 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 065/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Pregão Presencial nº 034/2009

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, a aquisição de equipamentos e mobiliários para a Unidade de Saúde "Pedro Tomazoni" do Bairro Santa Luzia, conforme especificado na Autorização de Fornecimento nº 299/2010, documento em anexo, parte integrante deste Contrato.

Contratado: SUPRIMÓVEIS LTDA. EPP

Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 10 (dez) dias, conforme solicitação da Secretaria de saúde do Município. A entrega dos equipamentos, objeto do contrato, é de 15 dias corridos, contados da data da solicitação, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 60,00 (Sessenta reais)

Data e assinatura do contrato: 22 de julho de 2010.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório 073/2010 Extrato de Edital de Chamada Pública 001/2010

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 073/2010

Extrato de Edital de Chamada Publica 001/2010

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico para conhecimento dos interessados que fará realizar chamada publica para fornecimento de generos alimenticios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Recebimento e abertura do envelope será no dia 06 de agosto de 2010 as 10:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126.

Porto União SC, 26 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 074/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 044/2010

Prefeitura Municipal de Porto União

Estado de Santa Catarina



Processo Licitatorio 074/2010
 Extrato de Pregão presencial 044/2010
 O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico para conhecimento dos interessados que se acha aberta o Processo Licitatorio na Modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de materiais para recuperação da malha ferroviaria. Recebimento dos envelopes e do credenciamento será no dia 10 de agosto de 2010 as 10:00 horas, na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão as 10:15 do mesmo dia e local. Maiores

informações e copia do edital poderão ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126 fone (042) 3523 1155.

Porto União SC, 27 de julho de 2010.
 RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

RGF ANEXO I - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Município de PORTO UNIAO - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.915.958,31	0,00
Pessoal Ativo	14.812.325,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	103.633,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	14.915.958,31	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	14.915.958,31	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.211.414,66	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,91	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	17.934.163,92	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	17.037.455,72	
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935



RGF ANEXO II - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDAMunicípio de PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.488.599,76	2.288.073,84	2.256.903,24
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.585.527,40	1.447.657,79	1.426.929,91
Interna	1.585.527,40	1.447.657,79	1.426.929,91
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	903.072,36	840.416,05	829.973,33
DEDUÇÕES (II)	3.309.054,72	4.201.917,11	4.082.147,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.458.595,46	7.012.981,30	6.725.347,24
Demais Haveres Financeiros	3.794,86	7.652,22	10.862,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.153.335,60	2.803.411,97	2.632.336,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-820.454,96	-1.913.843,27	-1.825.244,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	31.159.414,14	33.211.414,66	19.181.640,40
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	7,99%	6,89%	11,77%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,63%	-5,76%	-9,52%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	37.391.296,97	39.853.697,59	23.017.968,48

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	597.027,60	590.780,07	589.418,26
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	597.027,60	590.780,07	589.418,26
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	276.411,70	239.793,30	236.027,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	353.777,55	485.276,65	263.492,60
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.086,14	27.982,81	27.982,81
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	16.852.623,09	18.305.325,11	18.305.325,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.876.399,92	18.305.325,11	18.305.325,11
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	23.776,83	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Continua 1/2



Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-16.852.623,09	-18.305.325,11	-18.305.325,11

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RGF ANEXO III - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORESMunicípio de PORTO UNIAO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	31.159.414,14	33.211.414,66	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.855.071,11	7.306.511,23	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPALRICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADESOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RGF ANEXO IV - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Município de PORTO UNIAO - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.211.414,66	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	5.313.826,35	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.324.799,03	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933


RGF ANEXO V - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Município de PORTO UNIAO - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	52.181,86	13.193,80	38.988,06
Co-financiamento da Atenção Básica	31.135,27	315,00	30.820,27
FMC SENTINELA	8.321,40	0,00	8.321,40
FNAS - BOLSA FAMILIA	0,00	142,00	(142,00)
FNAS - BPT CRI/ID	20.692,31	0,00	20.692,31
FNAS - Rec. recadastamento bolsa-familia	17.712,47	0,00	17.712,47
FNAS-CREAS	20.233,97	0,00	20.233,97
FNDE- TRANSP.ESCOLAR	10.252,67	0,00	10.252,67
FNDE-PNAE	11.007,37	0,00	11.007,37
FNDE-Salário Educação	99.460,96	0,00	99.460,96
FNDE=PNAC	18.165,12	0,00	18.165,12
FNS - CAPS	31.108,05	0,00	31.108,05
FUNDEB 40%	34.352,29	89.711,30	(55.359,01)
FUNDEB 60%	71.765,70	30.319,43	41.446,27
MAC (média e alta complexidade)	13.952,08	35.619,02	(21.666,94)
Outras transferências da União	38,19	0,00	38,19
Outras Transferencias da Uniao	16.152,93	0,00	16.152,93
Outras transferências do Estado	50.785,29	6.584,95	44.200,34
PBT CRI/ID	10.721,08	0,00	10.721,08
Programa Agentes Comunitários de Saúde	0,00	8.578,27	(8.578,27)
Recursos de Conv.C/Estado	411.049,64	5.800,00	405.249,64
Recursos Transporte Escolar do Estado	25.819,57	0,00	25.819,57
RECURSOS CONV.SSP SC	33.138,07	2.176,00	30.962,07
Recursos COSIP	185.561,10	21.016,45	164.544,65
Recursos de Convenios C/União	396.137,90	514.122,59	(117.984,69)
Recursos de Operações de Crédito	0,00	632.000,00	(632.000,00)
Retenções em Carater Consignatório	0,00	461.943,42	(461.943,42)
Retenções em carater consignatório	96.208,84	0,00	96.208,84
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,06	0,00	0,06
Taxas de Vigilância Sanitária	0,00	1.465,00	(1.465,00)
TMC APAE/APADAF	454,34	0,00	454,34
Transferência Assistência Farmácia Básica(UNIÃO)	47.041,36	24.105,68	22.935,68
Transferência do PAB	2.172,00	67.327,10	(65.155,10)
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	4.417,06	2.821,60	1.595,46
Transferências PSF	0,00	9.897,05	(9.897,05)
Vigilância Sanitária	0,00	645,21	(645,21)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.720.038,95	1.927.783,87	(207.744,92)
Contribuicao RPPPS	0,00	810,58	(810,58)
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	161.391,01	24.978,81	136.412,20
Recursos Ordinários	2.159.963,95	968.934,28	1.191.029,67
Recursos de Alienação de Bens	19.739,76	0,00	19.739,76
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	18.967,18	55.050,27	(36.083,09)
RECURSOS JUDICIAIS	0,00	234,90	(234,90)
RECURSOS ORDINÁRIOS	2.723.970,48	79.767,43	2.644.203,05
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	7.832,02	0,00	7.832,02
Transf. recursos 15% impostos	5.849,36	226.635,56	(220.786,20)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.097.713,76	1.356.411,83	3.741.301,93
TOTAL (III) = (I + II)	6.817.752,71	3.284.195,70	3.533.557,01

Continua 1/2



Município de PORTO UNIAO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	18.305.325,11	38.025,82	18.267.299,29
---	---------------	-----------	---------------

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

RGF ANEXO VI - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

Município de PORTO UNIAO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	0,00	13.193,80	0,00	4.032,94	38.988,06	0,00
Co-financiamento da Atenção Básica	0,00	315,00	0,00	0,00	30.820,27	0,00
FNAS - BOLSA FAMILIA	0,00	57,00	0,00	0,00	(142,00)	0,00
FNDE-PNAE	0,00	0,00	0,00	1.115,10	11.007,37	0,00
FUNDEB 40%	0,00	89.711,30	0,00	14.364,14	(55.359,01)	0,00
FUNDEB 60%	0,00	30.319,43	0,00	0,00	41.446,27	0,00
MAC (média e alta complexidade)	100,00	35.519,02	0,00	6.947,33	(21.666,94)	0,00
Outras transferências do Estado	0,00	6.584,95	0,00	0,00	44.200,34	0,00
Programa Agentes Comunitários de Saúde	0,00	8.578,27	0,00	0,00	(8.578,27)	0,00
Recursos de Conv.C/Estado	0,00	5.800,00	0,00	2.133,34	405.249,64	0,00
RECURSOS CONV.SSP SC	0,00	2.176,00	0,00	1.244,15	30.962,07	0,00
Recursos COSIP	0,00	21.016,45	0,00	18.854,00	164.544,65	0,00
Recursos de Convenios C/União	73.540,68	417.942,24	0,00	27.000,00	(117.984,69)	0,00
Recursos de Convenios C/União	22.639,67	0,00	0,00	0,00	(117.984,69)	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	632.000,00	0,00	338.000,00	(632.000,00)	0,00
Taxas de Vigilância Sanitária	0,00	1.465,00	0,00	5.000,00	(1.465,00)	0,00
Transferência Assistência Farmácia Básica(UNI)	0,00	24.105,68	0,00	11.994,71	22.935,68	0,00
Transferência do PAB	115,00	66.994,31	217,79	75.790,78	(65.155,10)	0,00
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	0,00	2.821,60	0,00	10.000,00	1.595,46	0,00
Transferências PSF	0,00	9.897,05	0,00	0,00	(9.897,05)	0,00
Vigilância sanitaria	0,00	645,21	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	96.395,35	1.369.142,31	217,79	516.476,49	(238.482,94)	0,00
Contribuicao RPPPS	0,00	810,58	0,00	185,20	(810,58)	0,00
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	0,00	24.978,81	0,00	14.233,01	136.412,20	0,00
Recursos Ordinários	138.359,27	802.894,99	27.765,02	101.725,81	1.191.029,67	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	44.373,46	0,00	99,91	(36.083,09)	0,00
RECURSOS JUDICIAIS	0,00	234,90	0,00	234,90	(234,90)	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	79.767,43	0,00	0,00	2.644.203,05	0,00
Transf. recursos 15% impostos	560,23	226.075,33	0,00	58.650,14	(220.786,20)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	138.919,50	1.179.135,50	27.765,02	175.128,97	3.713.730,15	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	235.314,85	2.548.277,81	27.982,81	691.605,46	3.475.247,21	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID.

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RGF ANEXO VII - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL

Município de PORTO UNIAO - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.915.958,31	44,91
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	17.934.163,92	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	17.037.455,72	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.323.875,92	3,99
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.853.697,59	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.306.511,23	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.313.826,35	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.324.799,03	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	691.605,46	3.475.247,21

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RREO ANEXO I - 3º BIMESTRE 2010 - BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de PORTO UNIAO
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.715.000,00	42.715.000,00	6.136.548,47	14,37	19.969.279,96	46,75	22.745.720,04
RECEITAS CORRENTES	40.195.000,00	40.195.000,00	5.936.548,47	14,77	17.898.499,70	44,53	22.296.500,30
RECEITA TRIBUTARIA	5.959.000,00	5.959.000,00	865.627,13	14,53	3.398.455,69	57,03	2.560.544,31
IMPOSTOS	4.122.000,00	4.122.000,00	570.106,74	13,83	2.388.970,93	57,96	1.733.029,07
TAXAS	1.787.000,00	1.787.000,00	295.520,39	16,54	1.009.484,76	56,49	777.515,24
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.990.000,00	1.990.000,00	378.020,14	19,00	1.029.724,93	51,74	960.275,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.530.000,00	1.530.000,00	249.396,85	16,30	820.789,49	53,65	709.210,51
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	460.000,00	460.000,00	128.623,29	27,96	208.935,44	45,42	251.064,56
RECEITA PATRIMONIAL	2.325.000,00	2.325.000,00	327.255,12	14,08	1.001.630,07	43,08	1.323.369,93
RECEITAS IMOBILIARIAS	11.000,00	11.000,00	5.815,65	52,87	10.190,39	92,64	809,61
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.314.000,00	2.314.000,00	321.439,47	13,89	991.439,68	42,85	1.322.560,32
RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.910.000,00	27.910.000,00	4.177.958,85	14,97	11.799.561,12	42,28	16.110.438,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.286.000,00	25.286.000,00	4.175.825,51	16,51	11.795.294,44	46,65	13.490.705,56
Transf. de Conv.	2.624.000,00	2.624.000,00	2.133,34	0,08	4.266,68	0,16	2.619.733,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.001.000,00	2.001.000,00	187.687,23	9,38	669.127,89	33,44	1.331.872,11
Multas e Juros de Mora	403.000,00	403.000,00	63.740,51	15,82	179.412,81	44,52	223.587,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	160.000,00	160.000,00	9.508,36	5,94	129.662,13	81,04	30.337,87
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	600.000,00	600.000,00	73.766,68	12,29	182.138,14	30,36	417.861,86
RECEITAS DIVERSAS	838.000,00	838.000,00	40.671,68	4,85	177.914,81	21,23	660.085,19
RECEITAS DE CAPITAL	2.520.000,00	2.520.000,00	200.000,00	7,94	2.070.780,26	82,17	449.219,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.000.000,00	2.000.000,00	200.000,00	10,00	2.070.780,26	103,54	-70.780,26
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.000.000,00	2.000.000,00	200.000,00	10,00	2.070.780,26	103,54	-70.780,26
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.430.000,00	1.430.000,00	228.251,48	15,96	748.555,47	52,35	681.444,53
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.300.000,00	1.300.000,00	207.366,04	15,95	685.899,16	52,76	614.100,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.300.000,00	1.300.000,00	207.366,04	15,95	685.899,16	52,76	614.100,84
CONTRIUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.300.000,00	1.300.000,00	207.366,04	15,95	685.899,16	52,76	614.100,84
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	130.000,00	130.000,00	20.885,44	16,07	62.656,31	48,20	67.343,69
Alienação de Bens	130.000,00	130.000,00	20.885,44	16,07	62.656,31	48,20	67.343,69
Alienação de Outros Bens Imoveis	130.000,00	130.000,00	20.885,44	16,07	62.656,31	48,20	67.343,69

Continua 1/3



Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.430.000,00	1.430.000,00	228.251,48	15,96	748.555,47	52,35	681.444,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	44.145.000,00	44.145.000,00	6.364.799,95	14,42	20.717.835,43	46,93	23.427.164,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	44.145.000,00	44.145.000,00	6.364.799,95	14,42	20.717.835,43	46,93	23.427.164,57
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	44.145.000,00	44.145.000,00	6.364.799,95	14,42	20.717.835,43	46,93	23.427.164,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	238.977,92	—	—	126.781,51	—	—
Superávit Financeiro	—	238.977,92	—	—	126.781,51	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.705.000,00	4.009.550,15	46.714.550,15	6.581.778,84	17.896.220,75	6.486.609,55	17.203.860,29	36,83	29.510.689,86
DESPESAS CORRENTES	29.643.980,00	1.333.142,37	30.977.122,37	4.526.863,21	13.405.682,10	4.711.124,42	13.121.599,14	42,36	17.855.523,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.288.178,00	-111.000,00	17.177.178,00	2.575.355,30	7.761.288,64	2.585.119,95	7.754.812,07	45,15	9.422.365,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	0,00	250.000,00	21.717,36	53.186,88	21.717,36	53.186,88	21,27	196.813,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.105.802,00	1.444.142,37	13.549.944,37	1.929.790,55	5.591.206,58	2.104.287,11	5.313.600,19	39,21	8.236.344,18
DESPESAS DE CAPITAL	12.121.020,00	2.676.407,78	14.797.427,78	2.054.915,63	4.490.538,65	1.775.485,13	4.082.261,15	27,59	10.715.166,63
INVESTIMENTOS	11.161.020,00	2.676.407,78	13.837.427,78	2.002.711,43	4.290.012,73	1.723.280,93	3.881.735,23	28,05	9.955.692,55
INVERSOES FINANCEIRAS	510.000,00	0,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	450.000,00	0,00	450.000,00	52.204,20	200.525,92	52.204,20	200.525,92	44,56	249.474,08

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.705.000,00	4.009.550,15	46.714.550,15	6.581.778,84	17.896.220,75	6.486.609,55	17.203.860,29	36,83	29.510.689,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	940.000,00	0,00	940.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.440.000,00	0,00	1.440.000,00	204.751,82	657.342,56	231.598,60	657.342,56	45,65	782.657,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.440.000,00	0,00	1.440.000,00	204.751,82	657.342,56	231.598,60	657.342,56	45,65	782.657,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	44.145.000,00	4.009.550,15	48.154.550,15	6.786.530,66	18.553.563,31	6.718.208,15	17.861.202,85	37,09	30.293.347,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	44.145.000,00	4.009.550,15	48.154.550,15	6.786.530,66	18.553.563,31	6.718.208,15	17.861.202,85	37,09	30.293.347,30
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.856.632,58	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	44.145.000,00	4.009.550,15	48.154.550,15	6.786.530,66	18.553.563,31	6.718.208,15	20.717.835,43	37,09	30.293.347,30

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.126.219,67

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR. INTERNO CRA/SC 18933

RREO ANEXO II - 3º BIMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA EXECUCAO DAS DESPESAS POR FUNCAO SUBFUNCAO

Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.705.000,00	46.714.550,15	6.581.778,84	17.896.220,75	6.486.609,55	17.203.860,29	96,32	36,83	29.510.689,86
Legislativa	1.875.000,00	1.875.000,00	8.600,40	377.141,34	7.845,40	376.386,34	2,11	20,07	1.498.613,66
Ação Legislativa	1.875.000,00	1.875.000,00	8.600,40	377.141,34	7.845,40	376.386,34	2,11	20,07	1.498.613,66
Administração	4.440.000,00	4.865.000,00	493.584,22	1.701.686,31	494.394,12	1.694.729,24	9,49	34,84	3.170.270,76
Planejamento e Orçamento	280.000,00	280.000,00	42.285,64	117.122,96	42.285,64	117.097,96	0,66	41,82	162.902,04
Administração Geral	3.610.000,00	4.035.000,00	389.402,16	1.365.329,95	389.594,56	1.358.397,88	7,61	33,67	2.676.602,12
Administração Financeira	550.000,00	550.000,00	61.896,42	219.233,40	62.513,92	219.233,40	1,23	39,86	330.766,60
Defesa Nacional	6.000,00	6.000,00	283,75	892,15	283,75	892,15	0,00	14,87	5.107,85
Defesa Terrestre	6.000,00	6.000,00	283,75	892,15	283,75	892,15	0,00	14,87	5.107,85
Segurança Pública	445.000,00	450.000,00	44.585,06	186.871,53	71.060,52	152.936,08	0,86	33,99	297.063,92
Policiamento	53.000,00	53.000,00	6.664,93	26.747,28	6.149,18	25.503,13	0,14	48,12	27.496,87
Defesa Civil	392.000,00	397.000,00	37.920,13	160.124,25	64.911,34	127.432,95	0,71	32,10	269.567,05
Assistência Social	1.510.000,00	1.667.666,65	161.476,49	463.713,38	154.552,59	452.849,50	2,54	27,15	1.214.817,15
Assistência à Criança e ao Adolescente	130.000,00	135.000,00	21.220,40	58.898,19	21.455,30	58.663,29	0,33	43,45	76.336,71
Assistência Comunitária	1.380.000,00	1.532.666,65	140.256,09	404.815,19	133.097,29	394.186,21	2,21	25,72	1.138.480,44
Previdência Social	4.300.000,00	4.300.000,00	140.426,28	404.690,35	140.441,08	404.505,15	2,26	9,41	3.895.494,85
Previdência do Regime Estatutário	4.300.000,00	4.300.000,00	140.426,28	404.690,35	140.441,08	404.505,15	2,26	9,41	3.895.494,85
Saúde	6.825.000,00	7.270.122,98	1.358.123,56	4.025.616,09	1.375.557,44	3.853.200,19	21,57	53,00	3.416.922,79
Atenção Básica	4.767.500,00	5.038.622,98	988.396,07	2.969.141,84	988.084,84	2.849.509,03	15,95	56,55	2.189.113,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.822.500,00	1.996.500,00	330.112,15	971.577,57	347.857,26	933.794,48	5,23	46,77	1.062.705,52
Vigilância Sanitária	129.000,00	129.000,00	18.339,18	39.547,73	18.339,18	34.547,73	0,19	26,78	94.452,27
Vigilância Epidemiológica	106.000,00	106.000,00	21.276,16	45.348,95	21.276,16	35.348,95	0,20	33,35	70.651,05
Educação	7.691.250,00	8.023.311,38	1.419.141,73	4.064.193,40	1.654.104,61	4.034.481,15	22,59	50,28	3.988.830,23
Ensino Fundamental	5.696.250,00	5.839.143,12	1.052.160,97	3.023.037,13	1.283.054,56	3.006.831,85	16,83	51,49	2.832.311,27
Educação Infantil	1.995.000,00	2.184.168,26	366.980,76	1.041.156,27	371.050,05	1.027.649,30	5,75	47,05	1.156.518,96
Cultura	230.000,00	230.000,00	15.940,88	42.719,18	17.938,97	42.619,27	0,24	18,53	187.380,73
Difusão Cultural	230.000,00	230.000,00	15.940,88	42.719,18	17.938,97	42.619,27	0,24	18,53	187.380,73
Urbanismo	5.690.750,00	6.050.750,00	272.300,94	1.824.166,78	261.688,93	1.762.378,28	9,87	29,13	4.288.371,72
Infra-Estrutura Urbana	4.186.750,00	4.186.750,00	15.886,39	1.068.379,29	27.430,65	1.034.699,79	5,79	24,71	3.152.050,21
Serviços Urbanos	1.304.000,00	1.664.000,00	254.964,55	744.377,89	232.808,28	716.268,89	4,01	43,05	947.731,11
Lazer	200.000,00	200.000,00	1.450,00	11.409,60	1.450,00	11.409,60	0,06	5,70	188.590,40
Habitação	200.000,00	200.000,00	0,00	52.965,44	0,00	52.965,44	0,30	26,48	147.034,56
Habitação Urbana	200.000,00	200.000,00	0,00	52.965,44	0,00	52.965,44	0,30	26,48	147.034,56

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.705.000,00	46.714.550,15	6.581.778,84	17.896.220,75	6.486.609,55	17.203.860,29	96,32	36,83	29.510.689,86
Saneamento	360.000,00	360.000,00	13.312,21	101.687,99	15.907,21	101.687,99	0,57	28,25	258.312,01
Saneamento Básico Urbano	360.000,00	360.000,00	13.312,21	101.687,99	15.907,21	101.687,99	0,57	28,25	258.312,01
Gestão Ambiental	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	1.050.000,00	1.437.000,00	680.027,57	895.904,69	680.269,72	895.767,69	5,02	62,34	541.232,31
Promoção da Produção Vegetal	1.000.000,00	1.387.000,00	680.027,57	895.904,69	680.269,72	895.767,69	5,02	64,58	491.232,31
Abastecimento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Indústria	440.000,00	608.916,54	47.228,74	165.310,46	48.728,74	165.310,46	0,93	27,15	443.606,08
Promoção da Produção Vegetal	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	8.720,65	27.098,49	8.720,65	27.098,49	0,15	45,16	32.901,51
Produção Industrial	270.000,00	438.916,54	38.508,09	138.211,97	40.008,09	138.211,97	0,77	31,49	300.704,57
Comércio e Serviços	0,00	502.782,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.782,60
Turismo	0,00	502.782,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.782,60
Comunicações	3.000,00	3.000,00	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Telecomunicações	3.000,00	3.000,00	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Energia	130.000,00	130.000,00	4.335,84	4.335,84	4.335,84	4.335,84	0,02	3,34	125.664,16
Energia Elétrica	130.000,00	130.000,00	4.335,84	4.335,84	4.335,84	4.335,84	0,02	3,34	125.664,16
Transporte	4.400.000,00	5.270.000,00	1.492.965,28	2.251.833,19	1.131.843,74	1.878.512,89	10,52	35,65	3.391.487,11
Transporte Rodoviário	4.385.000,00	5.255.000,00	1.492.965,28	2.251.833,19	1.131.843,74	1.878.512,89	10,52	35,75	3.376.487,11
Transporte Hidroviário	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Desporto e Lazer	550.000,00	891.000,00	125.227,26	328.005,30	125.628,26	328.005,30	1,84	36,81	562.994,70
Desporto Comunitário	550.000,00	891.000,00	125.227,26	328.005,30	125.628,26	328.005,30	1,84	36,81	562.994,70
Encargos Especiais	2.359.000,00	2.374.000,00	302.418,63	1.002.687,33	302.028,63	1.002.297,33	5,61	42,22	1.371.702,67
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.000,00	200.000,00	39.406,08	126.720,35	39.406,08	126.720,35	0,71	63,36	73.279,65
Refinanciamento da Dívida Interna	700.000,00	700.000,00	73.921,56	253.712,80	73.921,56	253.712,80	1,42	36,24	446.287,20
Outros Encargos Especiais	1.459.000,00	1.474.000,00	189.090,99	622.254,18	188.700,99	621.864,18	3,48	42,19	852.135,82
Reserva de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Reserva de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.440.000,00	1.440.000,00	204.751,82	657.342,56	231.598,60	657.342,56	3,68	45,65	782.657,44
Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	860,80	0,00	860,80	0,00	5,74	14.139,20
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	860,80	0,00	860,80	0,00	5,74	14.139,20

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.440.000,00	1.440.000,00	204.751,82	657.342,56	231.598,60	657.342,56	3,68	45,65	782.657,44
Saúde	445.000,00	445.000,00	58.183,30	209.719,23	85.030,08	209.719,23	1,17	47,13	235.280,77
Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	58.183,30	206.504,62	83.507,20	206.504,62	1,16	55,81	163.495,38
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	60.000,00	0,00	3.214,61	1.522,88	3.214,61	0,02	5,36	56.785,39
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Educação	420.000,00	420.000,00	85.869,47	244.054,50	85.869,47	244.054,50	1,37	58,11	175.945,50
Ensino Fundamental	320.000,00	320.000,00	52.188,84	155.428,30	52.188,84	155.428,30	0,87	48,57	164.571,70
Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	33.680,63	88.626,20	33.680,63	88.626,20	0,50	88,63	11.373,80
Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	60.699,05	202.708,03	60.699,05	202.708,03	1,13	36,20	357.291,97
Outros Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	60.699,05	202.708,03	60.699,05	202.708,03	1,13	36,20	357.291,97
TOTAL (III) = (I + II)	44.145.000,00	48.154.550,15	6.786.530,66	18.553.563,31	6.718.208,15	17.861.202,85	100,00	37,09	30.293.347,30

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-1

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
ANALISTA CONTR INTERNO CR/

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO III - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.674.188,12	2.621.783,57	2.657.724,64	3.011.028,97	2.908.041,82	3.811.305,08	2.702.812,30	3.102.122,89	4.263.103,55	3.027.152,46	3.272.085,17	3.292.321,69	37.343.670,26	44.326.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	440.926,17	328.001,67	326.828,76	320.171,52	344.533,60	335.271,08	112.713,05	513.961,18	1.539.783,66	366.370,67	372.648,52	492.978,61	5.494.188,49	5.959.000,00
I.P.T.U.	140.184,38	118.595,62	126.182,03	96.032,90	95.938,71	48.363,20	2.364,32	5.059,48	1.178.934,37	142.572,85	144.419,66	117.344,04	2.215.991,56	2.552.000,00
I.S.S.	64.095,84	59.588,94	69.773,56	86.542,31	71.769,05	69.742,17	51.025,77	52.804,21	104.113,75	99.515,58	94.897,04	98.213,20	922.081,42	950.000,00
I.T.B.I.	29.628,08	24.582,90	15.118,56	29.334,01	28.284,58	30.886,35	27.924,00	15.628,98	28.145,39	28.605,04	34.346,27	44.098,27	336.582,43	320.000,00
I.R.R.F	22.758,35	15.331,97	10.643,90	12.848,75	51.111,25	82.417,15	10.916,81	25.854,73	33.478,94	11.919,97	27.031,80	9.756,46	314.070,08	300.000,00
Outras Receitas Tributárias	184.259,52	109.902,24	105.110,71	95.413,55	97.430,01	103.862,21	20.482,15	414.613,78	195.111,21	83.757,23	71.953,75	223.566,64	1.705.463,00	1.837.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	160.361,15	162.647,28	167.927,26	160.597,75	158.553,20	226.290,78	227.992,95	177.958,29	122.069,84	123.683,71	197.656,71	180.363,43	2.066.102,35	1.990.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	154.107,49	139.306,05	134.899,98	134.635,56	140.178,12	152.981,56	146.725,18	143.365,58	271.757,16	112.527,03	132.568,97	194.686,15	1.857.738,83	2.325.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.755.814,93	1.821.418,45	1.883.659,46	2.281.243,41	2.126.739,61	2.890.804,15	2.095.110,74	2.131.955,80	2.252.163,88	2.275.611,82	2.480.654,02	2.325.163,22	26.320.339,49	32.041.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	636.669,68	740.656,69	655.641,00	938.280,25	941.445,23	1.021.259,67	850.850,93	948.402,17	704.526,36	844.128,28	1.039.293,84	901.974,85	10.223.128,95	13.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	378.912,15	342.641,46	478.588,81	407.411,07	362.504,33	611.066,40	458.239,95	387.073,33	478.259,91	465.664,04	432.989,11	465.606,36	5.268.956,92	6.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	131.119,48	119.015,11	127.480,50	125.475,74	105.319,05	67.335,68	72.166,93	124.764,57	146.170,07	143.053,23	154.279,48	138.942,59	1.455.122,43	1.400.000,00
Cota-Parte do ITR.	157,74	213,36	1.846,43	18.506,14	913,29	529,70	85,57	465,53	102,26	69,33	50,27	65,34	23.004,96	30.000,00
Transferências da LC 61/1989	5.888,13	12.938,71	8.232,68	10.472,52	8.308,30	12.060,56	9.388,51	9.133,56	7.783,03	7.040,50	6.937,05	8.105,39	106.288,94	175.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	37.132,32	50.000,00
Transferências do FUNDEB	332.630,49	347.798,64	362.752,24	367.113,24	382.913,45	416.332,55	469.782,84	416.902,04	460.767,98	488.719,43	479.150,86	471.354,43	4.996.218,19	5.000.000,00
Outras Transferências Correntes	267.293,62	255.010,84	245.974,16	410.840,81	322.192,32	759.075,95	231.550,93	242.169,52	451.509,19	323.891,93	364.908,33	336.069,18	4.210.486,78	6.386.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	162.978,38	170.410,12	144.409,18	114.380,73	138.037,29	205.957,51	120.270,38	134.882,04	77.329,01	148.959,23	88.556,95	99.130,28	1.605.301,10	2.001.000,00
DEDUÇÕES (II)	292.199,68	304.720,20	310.138,15	318.819,85	338.162,29	429.452,87	373.500,34	354.687,61	323.417,38	346.094,95	379.823,38	361.238,90	4.132.255,60	4.951.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	62.199,30	57.001,26	55.156,03	55.259,47	53.835,64	87.612,69	93.549,74	60.113,35	55.894,09	54.903,13	53.892,02	59.311,87	748.728,59	820.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	230.000,38	247.718,94	254.982,12	263.560,38	284.326,65	341.840,18	279.950,60	294.574,26	267.523,29	291.191,82	325.931,36	301.927,03	3.383.527,01	4.131.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I – II)	2.381.988,44	2.317.063,37	2.347.586,49	2.692.209,12	2.569.879,53	3.381.852,21	2.329.311,96	2.747.435,28	3.939.686,17	2.681.057,51	2.892.261,79	2.931.082,79	33.211.414,66	39.375.000,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTAB

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18



RREO ANEXO V - 1º SEMESTRE 2010 - DEMOSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREV DO RPPS

Município de PORTO UNIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
RECEITAS CORRENTES	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
Receita de Contribuições dos Segurados	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
Pessoal Civil	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
Ativo	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.430.000,00	1.430.000,00	748.555,47	748.555,47	56.518,26
RECEITAS CORRENTES	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
Pessoal Civil	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
Ativo	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	130.000,00	130.000,00	62.656,31	62.656,31	56.518,26
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	130.000,00	130.000,00	62.656,31	62.656,31	56.518,26
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	2.250.000,00	2.250.000,00	1.126.219,67	1.126.219,67	451.532,92
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.250.000,00	2.250.000,00	1.126.219,67	1.126.219,67	451.532,92
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	18.161.163,14	18.305.325,11	15.617.871,86

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO ANEXO VI - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de PORTO UNIAO
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.488.599,76	2.488.599,76	2.288.073,84
DEDUÇÕES (II)	3.309.054,72	3.309.054,72	4.201.917,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.458.595,46	4.458.595,46	7.012.981,30
Demais Haveres Financeiros	3.794,86	3.794,86	-7.652,22
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.153.335,60	1.153.335,60	2.803.411,97
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-820.454,96	-820.454,96	-1.913.843,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-820.454,96	-820.454,96	-1.913.843,27

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	-1.093.388,31	-1.093.388,31

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	16.852.623,09	16.852.623,09	18.305.325,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.876.399,92	16.876.399,92	18.305.325,11
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	23.776,83	23.776,83	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-16.852.623,09	-16.852.623,09	-18.305.325,11
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-16.852.623,09	-16.852.623,09	-18.305.325,11

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILII

SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RREO ANEXO VII - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO

Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	39.181.000,00	17.592.959,18	17.592.959,18	15.589.536,19
Receita Tributária	5.959.000,00	3.398.455,69	3.398.455,69	2.861.933,17
I.P.T.U.	2.552.000,00	1.590.694,72	1.590.694,72	1.523.920,70
I.S.S.	950.000,00	500.569,55	500.569,55	378.550,47
I.T.B.I.	320.000,00	178.747,95	178.747,95	150.900,09
I.R.R.F.	300.000,00	118.958,71	118.958,71	114.456,59
Outras Receitas Tributárias	1.837.000,00	1.009.484,76	1.009.484,76	694.105,32
Receita de Contribuição	3.290.000,00	1.715.624,09	1.715.624,09	1.731.386,81
Receitas Previdenciárias	2.120.000,00	1.063.563,36	1.063.563,36	395.014,66
Outras Contribuições	1.170.000,00	652.060,73	652.060,73	1.336.372,15
Receita Patrimonial Líquida	11.000,00	10.190,39	10.190,39	14.524,50
Receita Patrimonial	2.325.000,00	1.001.630,07	1.001.630,07	1.002.790,66
(-) Aplicações Financeiras	2.314.000,00	991.439,68	991.439,68	988.266,16
Transferências Correntes	27.910.000,00	11.799.561,12	11.799.561,12	10.489.169,47
F.P.M.	10.400.000,00	4.230.145,88	4.230.145,88	4.204.451,70
I.C.M.S.	4.800.000,00	2.150.266,65	2.150.266,65	1.876.599,96
Convênios	2.624.000,00	4.266,68	4.266,68	1.920,00
Outras Transferências Correntes	10.086.000,00	5.414.881,91	5.414.881,91	4.406.197,81
Demais Receitas Correntes	2.011.000,00	669.127,89	669.127,89	492.522,24
Dívida Ativa	600.000,00	182.138,14	182.138,14	161.036,45
Diversas Receitas Correntes	1.411.000,00	486.989,75	486.989,75	331.485,79
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.650.000,00	2.133.436,57	2.133.436,57	720.809,66
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	172.700,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	150.000,00	62.656,31	62.656,31	180.600,01
Transferências de Capital	2.000.000,00	2.070.780,26	2.070.780,26	367.509,65
Convênios	2.000.000,00	2.070.780,26	2.070.780,26	367.509,65
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.000.000,00	2.070.780,26	2.070.780,26	367.509,65
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	41.181.000,00	19.663.739,44	19.663.739,44	15.957.045,84
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	32.417.122,37	13.778.941,70	13.778.941,70	11.200.858,13
Pessoal e Encargos Sociais	18.617.178,00	8.412.154,63	8.412.154,63	6.862.228,93
Juros e Encargos da Dívida (IX)	250.000,00	53.186,88	53.186,88	77.976,16
Outras Despesas Correntes	13.549.944,37	5.313.600,19	5.313.600,19	4.260.653,04
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	32.167.122,37	13.725.754,82	13.725.754,82	11.122.881,97
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	14.797.427,78	4.082.261,15	4.082.261,15	2.637.178,48
Investimentos	13.837.427,78	3.881.735,23	3.881.735,23	2.319.974,24
Inversões Financeiras	510.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	310.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	450.000,00	200.525,92	200.525,92	317.204,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.147.427,78	3.881.735,23	3.881.735,23	2.319.974,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	940.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	940.000,00	-	-	-



Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	47.254.550,15	17.607.490,05	17.607.490,05	13.442.856,21
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.073.550,15	2.056.249,39	2.056.249,39	2.514.189,63
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	126.781,51	0,00
Superávit Financeiro	-	-	126.781,51	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO ANEXO X - 3º BIMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.984.000,00	4.984.000,00	667.232,66	2.632.219,89	52,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.337.000,00	3.337.000,00	351.516,47	1.809.797,17	54,23
1.1.1- IPTU	2.552.000,00	2.552.000,00	261.763,70	1.590.694,72	62,33
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	55.000,00	55.000,00	8.092,12	12.213,29	22,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	61.082,40	136.348,64	27,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	230.000,00	230.000,00	20.578,25	70.540,52	30,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	320.000,00	320.000,00	78.444,54	178.747,95	55,86
1.2.1- ITBI	320.000,00	320.000,00	78.444,54	178.747,95	55,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.027.000,00	1.027.000,00	200.483,39	524.716,06	51,09
1.3.1- ISS	950.000,00	950.000,00	193.110,24	500.569,55	52,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	5.711,13	16.199,66	32,40
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	27.000,00	27.000,00	1.662,02	7.946,85	29,43
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	300.000,00	300.000,00	36.788,26	118.958,71	39,65
1.4.1- IRRF	300.000,00	300.000,00	36.788,26	118.958,71	39,65
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.655.000,00	20.655.000,00	3.154.334,44	8.749.819,88	42,36
2.1- Cota-Parte FPM	13.000.000,00	13.000.000,00	1.941.268,69	5.215.113,49	40,12
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.000.000,00	13.000.000,00	1.941.268,69	5.215.113,49	40,12
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	898.595,47	2.687.832,70	44,80
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	6.090,16	18.270,48	36,54
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	175.000,00	175.000,00	15.042,44	48.388,04	27,65
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	115,61	838,30	2,79
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	293.222,07	779.376,87	55,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.639.000,00	25.639.000,00	3.821.567,10	11.382.039,77	44,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	408.000,00	408.000,00	76.518,55	248.518,77	60,91
5.1- Transferências do Salário-Educação	408.000,00	408.000,00	76.518,55	248.518,77	60,91
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	348.000,00	348.000,00	82.074,96	179.088,52	51,46
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	756.000,00	756.000,00	158.593,51	427.607,29	56,56

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.131.000,00	4.131.000,00	627.858,39	1.761.098,36	42,63
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.600.000,00	2.600.000,00	388.253,68	1.059.030,55	40,73
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	179.718,92	537.566,05	44,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.218,02	3.654,06	36,54
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	35.000,00	35.000,00	0,00	4.807,23	13,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	23,51	165,60	2,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	58.644,26	155.874,87	55,67
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.034.000,00	5.034.000,00	956.057,70	2.798.739,11	55,60
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.000.000,00	5.000.000,00	950.505,29	2.786.677,58	55,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	34.000,00	34.000,00	5.552,41	12.061,53	35,48
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	869.000,00	869.000,00	322.646,90	1.025.579,22	118,02

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.000.000,00	3.000.000,00	607.623,00	1.680.236,79	56,01
13.1- Com Educação Infantil	800.000,00	800.000,00	211.153,93	588.060,23	73,51
13.2- Com Ensino Fundamental	2.200.000,00	2.200.000,00	396.469,07	1.092.176,56	49,64
14- OUTRAS DESPESAS	2.000.000,00	2.110.000,00	490.116,63	1.179.861,64	55,92
14.1- Com Educação Infantil	560.000,00	670.000,00	125.634,14	397.361,17	59,31
14.2- Com Ensino Fundamental	1.440.000,00	1.440.000,00	364.482,49	782.500,47	54,34
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.000.000,00	5.110.000,00	1.097.739,63	2.860.098,43	55,97
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					60,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	6.409.750,00	6.409.750,00	955.391,78	2.845.509,94	44,39
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.075.000,00	2.185.000,00	404.730,68	1.116.275,50	51,09
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.360.000,00	1.470.000,00	336.788,07	985.421,40	67,04
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	715.000,00	715.000,00	67.942,61	130.854,10	18,30
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.106.250,00	5.156.250,00	1.054.572,92	2.653.795,98	51,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.640.000,00	3.640.000,00	760.951,56	1.874.677,03	51,50
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.466.250,00	1.516.250,00	293.621,36	779.118,95	51,38
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.181.250,00	7.341.250,00	1.459.303,60	3.770.071,48	51,35
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.025.579,22
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					12.061,53
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.244,72
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					211,82
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.053.097,29
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.716.974,19
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,87

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	408.000,00	517.168,26	76.164,50	230.571,69	44,58
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.000,00	250.000,00	62.996,64	64.973,68	25,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	658.000,00	767.168,26	139.161,14	295.545,37	38,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.839.250,00	8.108.418,26	1.598.464,74	4.065.616,85	50,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		211,82		



MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	134.941,85	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.786.677,58	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.890.904,34	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.061,53	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	42.776,62	0,00

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIZ

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 15.244,72, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



RREO ANEXO XI - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OP DE CREDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de PORTO UNIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	0,00		500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	14.797.427,78	4.082.261,15	0,00	10.715.166,63
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	14.797.427,78	4.082.261,15	0,00	10.715.166,63
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.297.427,78	-4.082.261,15		-10.215.166,63

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RREO ANEXO IX - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO

Município de PORTO UNIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	116.802,35	957.058,76	-	838.546,26	235.314,85	27.765,02	9.321,12	211,82	8.891,51	27.982,81
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	116.802,35	841.671,56	0,00	723.934,29	234.539,62	27.765,02	8.215,90	211,82	8.004,08	27.765,02
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	0,00	841.671,56	0,00	723.934,29	117.737,27	0,00	8.215,90	211,82	8.004,08	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	116.802,35	0,00	0,00	0,00	116.802,35	27.765,02	0,00	0,00	0,00	27.765,02
AMASPU-AUT MUN ASSIST SAUDE FUN PUB PORTC	0,00	37.609,33	0,00	37.609,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPRESS	0,00	37.609,33	0,00	37.609,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE PORTO L	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	704,70	0,00	704,70	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	704,70	0,00	704,70	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO UNIAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182,73	0,00	182,73	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182,73	0,00	182,73	0,00
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO	0,00	77.777,87	0,00	77.002,64	775,23	0,00	217,79	0,00	0,00	217,79
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	77.777,87	0,00	77.002,64	775,23	0,00	217,79	0,00	0,00	217,79
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	103.251,32	-	103.251,32	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	74.294,74	0,00	74.294,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	0,00	74.294,74	0,00	74.294,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO	0,00	28.956,58	0,00	28.956,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	28.956,58	0,00	28.956,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	116.802,35	1.060.310,08	0,00	941.797,58	235.314,85	27.765,02	9.321,12	211,82	8.891,51	27.982,81

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPALRICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADESOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/S

RREO ANEXO XIV - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENACAO DE ATIVOS E APLICACAO DE RECURSOS

Município de PORTO UNIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.000,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	0,00	20.000,00
TOTAL	20.000,00	0,00	20.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	14.797.427,78	4.082.261,15	0,00	10.715.166,63
Investimentos	13.837.427,78	3.881.735,23	0,00	9.955.692,55
Inversões Financeiras	510.000,00	0,00	0,00	510.000,00
Amortização da Dívida	450.000,00	200.525,92	0,00	249.474,08
TOTAL	14.797.427,78	4.082.261,15	0,00	10.715.166,63

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	47.231,54	-4.082.261,15	-4.035.029,61

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RREO ANEXO XVI - 3º BIMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DAS DESPESAS COM ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE

Município de PORTO UNIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.717.000,00	25.717.000,00	11.429.176,55	44,44
Impostos	4.122.000,00	4.122.000,00	2.388.970,93	57,96
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.552.000,00	2.552.000,00	1.590.694,72	62,33
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Moveis e Dir	320.000,00	320.000,00	178.747,95	55,86
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	950.000,00	950.000,00	500.569,55	52,69
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	300.000,00	300.000,00	118.958,71	39,65
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	940.000,00	940.000,00	290.385,74	30,89
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	80.000,00	80.000,00	23.391,62	29,24
Dívida Ativa dos Impostos	590.000,00	590.000,00	182.138,14	30,87
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	270.000,00	270.000,00	84.855,98	31,43
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.655.000,00	20.655.000,00	8.749.819,88	42,36
Da União	13.080.000,00	13.080.000,00	5.234.222,27	40,02
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	13.000.000,00	13.000.000,00	5.215.113,49	40,12
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	30.000,00	30.000,00	838,30	2,79
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	50.000,00	50.000,00	18.270,48	36,54
Do Estado	7.575.000,00	7.575.000,00	3.515.597,61	46,41
Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	2.687.832,70	44,80
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	175.000,00	175.000,00	48.388,04	27,65
Cota-Parte do IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	779.376,87	55,67
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	22.559.000,00	22.559.000,00	11.049.757,24	48,98
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.131.000,00	-4.131.000,00	-1.761.098,36	42,63
TOTAL	44.145.000,00	44.145.000,00	20.717.835,43	46,93

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.069.000,00	6.081.200,00	3.634.293,18	59,76
Pessoal e Encargos Sociais	4.200.500,00	4.180.500,00	2.597.621,00	62,14
Outras Despesas Correntes	1.868.500,00	1.900.700,00	1.036.672,18	54,54
DESPESAS DE CAPITAL	231.000,00	663.922,98	23.073,02	3,48
Investimentos	231.000,00	663.922,98	23.073,02	3,48

Continua 1/2



Município de PORTO UNIAO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	231.000,00	663.922,98	23.073,02	3,48
Investimentos	231.000,00	663.922,98	23.073,02	3,48
TOTAL (IV)	6.300.000,00	6.745.122,98	3.657.366,20	54,22

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.300.000,00	6.745.122,98	3.657.366,20	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.139.000,00	2.444.421,21	1.128.269,92	30,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.010.000,00	2.315.421,21	1.093.722,19	29,90
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	129.000,00	129.000,00	34.547,73	0,94
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.161.000,00	4.300.701,77	2.529.096,28	69,15

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V}{V+VI} \times 100$ [(V - VI) / I]	22,13
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.137.500,00	5.408.622,98	3.056.013,65	83,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	912.500,00	1.086.500,00	531.455,87	14,53
Vigilância Sanitária	129.000,00	129.000,00	34.547,73	0,94
Vigilância Epidemiológica	121.000,00	121.000,00	35.348,95	0,97
TOTAL	6.300.000,00	6.745.122,98	3.657.366,20	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 23/07/2010

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



RREO ANEXO XVIII - 1º SEMESTRE 2010 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

Município de PORTO UNIAO

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	44.145.000,00
Previsão Atualizada			—	44.145.000,00
Receitas Realizadas			20.717.835,43	20.717.835,43
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	126.781,51
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	44.145.000,00
Créditos Adicionais			—	4.009.550,15
Dotação Atualizada			—	48.154.550,15
Despesas Empenhadas			18.553.563,31	18.553.563,31
Despesas Liquidadas			17.861.202,85	17.861.202,85
Superavit Orçamentário			—	2.856.632,58
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas			18.553.563,31	18.553.563,31
Despesas Liquidadas			17.861.202,85	17.861.202,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Semestre
Receita Corrente Líquida				33.211.414,66
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			1.126.219,67	1.126.219,67
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			1.126.219,67	1.126.219,67
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.093.388,31	0,00
Resultado Primário		0,00	2.056.249,39	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.177.112,43	0,00	941.797,58	235.314,85
EXECUTIVO	1.177.112,43	0,00	941.797,58	235.314,85
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	37.086,14	211,82	8.891,51	27.982,81
EXECUTIVO	37.086,14	211,82	8.891,51	27.982,81
TOTAL:	1.214.198,57	211,82	950.689,09	263.297,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.716.974,19	25%	23,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.680.236,79	60%	60,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida			4.082.261,15	10.715.166,63

Continua 1/2



Município de PORTO UNIAO

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	20.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	66.916,54

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.529.096,28	15,00	22,13

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTO UNIAO, 23/07/2010

 RENATO STASIAK
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935



Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital 40/2010 FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2010 - FMS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de refeições, em regime de buffet livre, com fornecimento direto no restaurante, localizado no Centro da cidade de Rio do Sul, para os funcionários da Secretaria de Saúde.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE ABERTURA: Às 12:00 horas do dia 05/08/2010, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, rua Tuiuti, 154, centro, Divisão de Suprimentos - Setor de Compras, no seguinte horário: das 07:30 às 13:30 horas, ou pelo e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul (SC), 23 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Aditivo 259 FMS

CONTRATO Nº 259/2010
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 19/2010 - FMS, para a aquisição de medicamentos para atender necessidade do Programa de Atenção ao Idoso (PAI) desta secretaria.

Aos treze dias do mês de junho de 2010, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de medicamentos, com origem no Edital de Pregão Presencial nº 19/2010 - FMS, com data de 20 de abril de 2010, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Dimaci Material Cirúrgico Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 90.251.109/0001-94, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescido à quantidade licitada o valor de R\$ 510,00.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente

instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 13 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS ZANIS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIMACI MATERIAL

CIRÚRGICO LTDA

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

Ata de Registro de Preços 05/2010 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2010 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2010 FMS

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Aos doze dias do mês de julho de 2010 na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Endocenter Clínica e Endoscopia Digestiva Ltda, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1002/2009 e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de exames de endoscopia e colonoscopia, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Endocenter Clínica e Endoscopia Digestiva Ltda	
Preço cotado para o item: R\$ 70,00.	
DETALHAMENTO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO
Esofagogastroduodenoscopia (endoscopia)	R\$ 70,00

ITEM 02	
Fornecedor: Endocenter Clínica e Endoscopia Digestiva Ltda	
Preço cotado para o item: R\$ 300,00.	
DETALHAMENTO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO
Colonoscopia	R\$ 300,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 12 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS ZANIS

DARIO NARDELLI

Gestor do Fundo Municipal Endocenter Clínica e

de Saúde de Rio do Sul Endoscopia Digestiva Ltda



CÂMARA DE VEREADORES**Resolução Nº 581**

RESOLUÇÃO No 581, de 20 de julho de 2010

Autoriza pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte a Vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias ao Vereador, Mário Miguel, no valor de R\$ 2.073,06 (dois mil e setenta e três reais e seis centavos), para participar do "Forum Nacional dos Municípios" que acontecerá entre os dias 27 a 31 de julho do corrente ano, tendo como local a Sala de Eventos do Hotel Brasília Park Hotel, na cidade de Brasília - DF.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) ao participante.

Art. 3º A indenização de transporte em veículo particular, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 309/03.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive as passagens aéreas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 20 de julho de 2010.

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL

Vice Presidente da Mesa

ROBERTO SCHULZE

1º Secretário

CLÁUDIO CIMARDI

2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Relatório de Gestão Fiscal 1º Semestre 2010

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de SALTO VELOSO - PODER EXECUTIVO               CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal                               |
|               Demonstrativo da Despesa Com Pessoal                     |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                 |
|               SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010                             |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I
  
```

	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
Despesa com Pessoal		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	3.974.059,73	0,00
Pessoal Ativo	3.646.919,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	327.140,35	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	321.109,21	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	321.109,21	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	3.652.950,52	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		11.360.013,78
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		32,16%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00%	6.134.407,44
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	5.827.687,07

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de SALTO VELOSO

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 2º Quadrimestre de 2010

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	3.652.950,52	32,16
Limite Maximo	6.134.407,44	54,00
Limite Prudencial	5.827.687,07	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-7.281,83	-0,06
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	13.632.016,54	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	2.499.203,03	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	1.817.602,20	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	795.200,96	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	781.142,30

 Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

 Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO



[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de SALTO VELOSO
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/3º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.270.736,78	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	118.867,32
Disponibilidade Financeira	1.270.736,78	Depósitos de Diversas Origens	116.047,32
Caixa	8.500,97	Restos a Pagar Processados	2.820,00
Banco	1.262.235,81	Do Exercício	2.820,00
Contas Movimento	1.262.235,81	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	1.270.736,78	SUBTOTAL	118.867,32
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.151.869,46
TOTAL	1.270.736,78	TOTAL	1.270.736,78
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			1.190.200,28
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			-38.330,82

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Contas Vinculas	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	38.330,82	SUPERAVIT	0,00

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO



+=[CPL]=-----{ 001 }+
| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2010/3° Bimestre |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 3° Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		0,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa		0,00
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.891.398,98	
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	1.902.623,84	
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	832.397,93	

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de SALTO VELOSO                                CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal                                |
|               Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|               JANEIRO A AGOSTO 2010/2° Quadrimestre                    |
+-----+
LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

```

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
	ANTERIOR	1°Quadrimestre	2°Quadrimestre	3°Quadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.976.228,55	11.540.089,98	10.321.976,02	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.414.770,28	2.538.819,80	2.270.834,72	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1°Quadrimestre	2°Quadrimestre	3°Quadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

 Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

 Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO



+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/2° Quadrimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1° Quadrimestre	2° Quadrimestre	3° Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	88.890,03	55.604,40	46.218,14	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	88.890,03	55.604,40	46.218,14	0,00
Ativo Financeiro (II)	834.344,15	1.396.795,08	53.499,97	0,00
Disponibilidade de Caixa	633.815,99	1.200.043,25	53.499,97	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	200.528,16	196.751,83	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-745.454,12	-1.341.190,68	-7.281,83	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	10.976.228,55	11.540.089,98	10.321.976,02	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	0,81	0,48	0,45	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-6,79	-11,62	-0,07	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	13.171.474,26	13.848.107,98	12.386.371,22	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO



Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bim 2010

```

+ [ CPL ] -----{ 001 }+
|
|                               Município de SALTO VELOSO
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|                               Balanço Orçamentário
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|                               JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
|
+-----+
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

```

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				
Categoria Econômica / Fontes	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.095.000,00	13.095.000,00	2.405.736,97	18,370	6.525.236,93	49,830	6.569.763,07
RECEITAS CORRENTES	11.694.000,00	11.694.000,00	2.192.835,97	18,750	6.134.748,01	52,460	5.559.251,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	430.000,00	430.000,00	39.055,25	9,080	210.427,92	48,940	219.572,08
IMPOSTOS	286.000,00	286.000,00	35.993,53	12,590	185.457,25	64,850	100.542,75
TAXAS	37.000,00	37.000,00	3.061,72	8,270	24.970,67	67,490	12.029,33
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	107.000,00	107.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	107.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	390.000,00	390.000,00	62.674,35	16,070	195.626,64	50,160	194.373,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	310.000,00	310.000,00	62.674,35	20,220	168.565,35	54,380	141.434,65
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,000	27.061,29	33,830	52.938,71
RECEITA PATRIMONIAL	520.000,00	520.000,00	121.471,65	23,360	276.257,93	53,130	243.742,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	520.000,00	520.000,00	121.471,65	23,360	276.257,93	53,130	243.742,07
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	16.243,96	20,300	33.237,45	41,550	46.762,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.120.000,00	10.120.000,00	1.931.472,40	19,090	5.308.398,78	52,450	4.811.601,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.970.000,00	9.970.000,00	1.770.429,40	17,760	5.047.177,42	50,620	4.922.822,58
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	150.000,00	150.000,00	161.043,00	107,360	261.221,36	174,150	-111.221,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.000,00	154.000,00	21.918,36	14,230	110.799,29	71,950	43.200,71
MULTAS E JUROS DE MORA	5.000,00	5.000,00	1.072,95	21,460	2.834,00	56,680	2.166,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.000,00	11.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	11.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	43.000,00	43.000,00	2.106,80	4,900	5.728,90	13,320	37.271,10
RECEITAS DIVERSAS	95.000,00	95.000,00	18.738,61	19,720	102.236,39	107,620	-7.236,39
RECEITAS DE CAPITAL	1.401.000,00	1.401.000,00	212.901,00	15,200	390.488,92	27,870	1.010.511,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	101.000,00	101.000,00	80.001,00	79,210	80.001,00	79,210	20.999,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	98.000,00	98.000,00	80.001,00	81,630	80.001,00	81,630	17.999,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	132.900,00	16,610	310.487,92	38,810	489.512,08
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	132.900,00	16,610	310.487,92	38,810	489.512,08
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	530.000,00	530.000,00	74.558,32	14,070	205.464,14	38,770	324.535,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	13.625.000,00	13.625.000,00	2.480.295,29	100,000	6.730.701,07	100,000	6.894.298,93
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	13.625.000,00	13.625.000,00	2.480.295,29	100,000	6.730.701,07	100,000	6.894.298,93
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	13.625.000,00	13.625.000,00	2.480.295,29		6.730.701,07		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	34.866,01	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	34.866,01	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	34.866,01	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial (d)	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		%	Saldo a Liquidar
		Cred.Adicion. (e)			Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS (h)		((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	13.136.000,00	852.266,01		13.988.266,01	2.783.874,54	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	0,00		38,63	8.584.536,16
DESPESAS CORRENTES	9.578.000,00	94.866,01		9.672.866,01	1.750.765,45	5.090.498,74	1.845.766,60	4.726.314,83	0,00		48,86	4.946.551,18
Pessoal e Encargos Sociais	3.217.000,00	74.866,01		3.291.866,01	760.828,99	2.168.083,06	760.828,99	2.168.083,06	0,00		65,86	1.123.782,95
Juros/Encargos da Dívida	10.000,00	0,00		10.000,00	4.354,58	8.810,67	4.354,58	8.810,67	0,00		88,11	1.189,33
Outras despesas Correntes	6.351.000,00	20.000,00		6.371.000,00	985.581,88	2.913.605,01	1.080.583,03	2.549.421,10	0,00		40,02	3.821.578,90
DESPESAS DE CAPITAL	2.708.000,00	757.400,00		3.465.400,00	1.033.109,09	1.507.241,39	358.489,20	677.415,02	0,00		19,55	2.787.984,98
Investimentos	2.638.000,00	757.400,00		3.395.400,00	1.023.722,83	1.464.569,50	349.102,94	634.743,13	0,00		18,69	2.760.656,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização da Dívida	70.000,00	0,00		70.000,00	9.386,26	42.671,89	9.386,26	42.671,89	0,00		60,96	27.328,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	40.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	810.000,00	0,00		810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	810.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	489.000,00	10.000,00		499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00		42,82	285.324,89
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	13.625.000,00	862.266,01		14.487.266,01	2.864.902,08	6.811.415,24	2.285.283,34	5.617.404,96	0,00		38,77	8.869.861,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	13.625.000,00	862.266,01		14.487.266,01	2.864.902,08	6.811.415,24	2.285.283,34	5.617.404,96	0,00		38,77	8.869.861,05
SUPERÁVIT (XIII)	-	-		-	-	-	1.113.296,11	1.113.296,11	-		-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	13.625.000,00	862.266,01		14.487.266,01	2.864.902,08	6.811.415,24	2.480.295,29	6.730.701,07	0,00		38,77	8.869.861,05

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				%	SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	530.000,00	530.000,00	74.558,32	14,070	205.464,14	38,770		324.535,86
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	530.000,00	530.000,00	74.558,32	14,070	205.464,14	38,770		324.535,86
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	80.000,00	80.000,00	4.698,52	5,870	4.698,52	5,870		75.301,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	450.000,00	450.000,00	69.859,80	15,520	200.765,62	44,610		249.234,38
TOTAL	530.000,00	530.000,00	74.558,32		205.464,14			324.535,86

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		%	Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO PROCESSADOS (h)		((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	489.000,00	10.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00		42,82	285.324,89
Pessoal e Encargos Sociais	489.000,00	10.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00		42,82	285.324,89
TOTAL	489.000,00	10.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00		42,82	285.324,89

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+-----
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 CONSOLIDADO
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
Código	DESPESAS FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial (A)	Atualizada (B)	no Bimestre (C)	até Bimestre (D)	no Bimestre (E)	até Bimestre (F)	% (F)	(F/B)	
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.136.000,00	13.988.266,01	2.783.874,54	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	100,00	38,63	8.584.536,16
01	LEGISLATIVA	291.000,00	281.000,00	39.959,41	114.203,41	39.719,41	113.623,41	2,10	40,44	167.376,59
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	291.000,00	281.000,00	39.959,41	114.203,41	39.719,41	113.623,41	2,10	40,44	167.376,59
	Subtotal	291.000,00	281.000,00	39.959,41	114.203,41	39.719,41	113.623,41	2,10	40,44	167.376,59
04	ADMINISTRAÇÃO	1.800.000,00	1.812.000,00	334.091,55	904.456,15	337.683,21	875.452,09	16,20	48,31	936.547,91
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	465.000,00	465.000,00	28.483,65	57.530,72	28.498,65	57.530,72	1,06	12,37	407.469,28
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.165.000,00	1.177.000,00	278.250,82	750.915,03	281.827,48	721.910,97	13,36	61,33	455.089,03
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	170.000,00	170.000,00	27.357,08	96.010,40	27.357,08	96.010,40	1,78	56,48	73.989,60
	Subtotal	2.091.000,00	2.093.000,00	374.050,96	1.018.659,56	377.402,62	989.075,50	18,30	47,26	1.103.924,50
06	SEGURANÇA PÚBLICA	20.000,00	20.000,00	3.777,99	9.933,26	3.835,20	8.301,85	0,15	41,51	11.698,15
06.181	POLICIAMENTO	20.000,00	20.000,00	3.777,99	9.933,26	3.835,20	8.301,85	0,15	41,51	11.698,15
	Subtotal	2.111.000,00	2.113.000,00	377.828,95	1.028.592,82	381.237,82	997.377,35	18,46	47,20	1.115.622,65
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	290.000,00	300.000,00	45.768,58	150.395,80	51.648,42	146.329,20	2,71	48,78	153.670,80
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	35.000,00	35.000,00	8.370,99	15.634,75	9.632,03	14.183,55	0,26	40,52	20.816,45
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	25.000,00	25.000,00	1.299,77	1.392,53	1.299,77	1.392,53	0,03	5,57	23.607,47
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	85.000,00	95.000,00	24.959,68	78.903,28	29.578,48	76.287,88	1,41	80,30	18.712,12
08.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	145.000,00	145.000,00	11.138,14	54.465,24	11.138,14	54.465,24	1,01	37,56	90.534,76
	Subtotal	2.401.000,00	2.413.000,00	423.597,53	1.178.988,62	432.886,24	1.143.706,55	21,17	47,40	1.269.293,45
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	260.000,00	260.000,00	66.867,96	193.414,10	65.924,01	190.114,10	3,52	73,12	69.885,90
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	260.000,00	260.000,00	66.867,96	193.414,10	65.924,01	190.114,10	3,52	73,12	69.885,90
	Subtotal	2.661.000,00	2.673.000,00	490.465,49	1.372.402,72	498.810,25	1.333.820,65	24,68	49,90	1.339.179,35
10	SAÚDE	1.948.000,00	2.292.900,00	422.049,84	1.360.775,59	539.612,32	1.235.621,76	22,87	53,89	1.057.278,24
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.948.000,00	2.292.900,00	422.049,84	1.360.775,59	539.612,32	1.235.621,76	22,87	53,89	1.057.278,24
	Subtotal	4.609.000,00	4.965.900,00	912.515,33	2.733.178,31	1.038.422,57	2.569.442,41	47,55	51,74	2.396.457,59
12	EDUCAÇÃO	2.637.000,00	2.731.866,01	433.767,08	1.199.381,82	461.241,09	1.046.856,15	19,37	38,32	1.685.009,86
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50.000,00	50.000,00	10.395,21	26.455,41	9.562,51	20.515,62	0,38	41,03	29.484,38
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.932.000,00	1.976.866,01	320.921,86	918.942,90	365.082,20	812.838,83	15,04	41,12	1.164.027,18
12.362	ENSINO MÉDIO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	20.000,00	20.000,00	-379,00	1.064,20	184,20	1.064,20	0,02	5,32	18.935,80
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	600.000,00	650.000,00	101.492,69	245.533,96	84.080,88	205.099,67	3,80	31,55	444.900,33
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15.000,00	15.000,00	272,52	3.042,52	520,00	2.995,00	0,06	19,97	12.005,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.000,00	10.000,00	1.063,80	4.342,83	1.811,30	4.342,83	0,08	43,43	5.657,17
	Subtotal	7.246.000,00	7.697.766,01	1.346.282,41	3.932.560,13	1.499.663,66	3.616.298,56	66,92	46,98	4.081.467,45
13	CULTURA	115.000,00	115.000,00	9.830,63	30.068,21	10.704,10	29.958,88	0,55	26,05	85.041,12
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	115.000,00	115.000,00	9.830,63	30.068,21	10.704,10	29.958,88	0,55	26,05	85.041,12
	Subtotal	7.361.000,00	7.812.766,01	1.356.113,04	3.962.628,34	1.510.367,76	3.646.257,44	67,48	46,67	4.166.508,57
15	URBANISMO	1.245.000,00	1.245.000,00	119.819,59	573.765,15	113.523,31	546.414,04	10,11	43,89	698.585,96
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.245.000,00	1.245.000,00	119.819,59	573.765,15	113.523,31	546.414,04	10,11	43,89	698.585,96
	Subtotal	8.606.000,00	9.057.766,01	1.475.932,63	4.536.393,49	1.623.891,07	4.192.671,48	77,59	46,29	4.865.094,53
17	SANEAMENTO	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
	Subtotal	8.731.000,00	9.182.766,01	1.475.932,63	4.536.393,49	1.623.891,07	4.192.671,48	77,59	45,66	4.990.094,53
18	GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	Subtotal	8.741.000,00	9.192.766,01	1.475.932,63	4.536.393,49	1.623.891,07	4.192.671,48	77,59	45,61	5.000.094,53
20	AGRICULTURA	650.000,00	650.000,00	96.984,26	268.652,12	106.858,39	246.256,25	4,56	37,89	403.743,75
20.606	EXTENÇÃO RURAL	650.000,00	650.000,00	96.984,26	268.652,12	106.858,39	246.256,25	4,56	37,89	403.743,75
	Subtotal	9.391.000,00	9.842.766,01	1.572.916,89	4.805.045,61	1.730.749,46	4.438.927,73	82,15	45,10	5.403.838,28
26	TRANSPORTE	2.590.000,00	2.990.500,00	1.167.578,12	1.734.195,23	437.135,05	920.859,61	17,04	30,79	2.069.640,39

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 CONSOLIDADO
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial (A)	Atualizada (B)	no Bimestre (C)	até Bimestre (D)	no Bimestre (E)	até Bimestre (F)	%(F)	(F/B)	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.590.000,00	2.990.500,00	1.167.578,12	1.734.195,23	437.135,05	920.859,61	17,04	30,79	2.069.640,39
	Subtotal	11.981.000,00	12.833.266,01	2.740.495,01	6.539.240,84	2.167.884,51	5.359.787,34	99,19	41,76	7.473.478,67
27	DESPORTO E LAZER	305.000,00	305.000,00	43.379,53	58.499,29	36.371,29	43.942,51	0,81	14,41	261.057,49
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	160.000,00	160.000,00	39.629,53	54.749,29	32.621,29	40.192,51	0,74	25,12	119.807,49
27.813	LAZER	145.000,00	145.000,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	0,07	2,59	141.250,00
	Subtotal	12.286.000,00	13.138.266,01	2.783.874,54	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	100,00	41,13	7.734.536,16
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	Subtotal	12.326.000,00	13.178.266,01	2.783.874,54	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	100,00	41,00	7.774.536,16
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	810.000,00	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	810.000,00	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00
	Subtotal	13.136.000,00	13.988.266,01	2.783.874,54	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	100,00	38,63	8.584.536,16
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	489.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	3,95	42,82	285.324,89
	TOTAL (III)=(I+II)	13.625.000,00	14.487.266,01	2.864.902,08	6.811.415,24	2.285.283,34	5.617.404,96	103,95	38,77	8.869.861,05

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial (A)	Atualizada (B)	no Bimestre (C)	até Bimestre (D)	no Bimestre (E)	até Bimestre (F)	%(F)	(F/B)	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	489.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	3,95	42,82	285.324,89
01	LEGISLATIVA	4.000,00	14.000,00	6.752,52	10.404,47	6.752,52	10.404,47	0,19	74,32	3.595,53
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	4.000,00	14.000,00	6.752,52	10.404,47	6.752,52	10.404,47	0,19	74,32	3.595,53
04	ADMINISTRAÇÃO	50.000,00	50.000,00	11.923,49	31.456,26	11.923,49	31.456,26	0,58	62,91	18.543,74
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	50.000,00	11.923,49	31.456,26	11.923,49	31.456,26	0,58	62,91	18.543,74
10	SAÚDE	107.000,00	107.000,00	13.845,05	37.647,70	13.845,05	37.647,70	0,70	35,18	69.352,30
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	107.000,00	107.000,00	13.845,05	37.647,70	13.845,05	37.647,70	0,70	35,18	69.352,30
12	EDUCAÇÃO	163.000,00	163.000,00	29.026,54	80.226,06	29.026,54	80.226,06	1,48	49,22	82.773,94
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	143.000,00	143.000,00	24.679,67	69.725,58	24.679,67	69.725,58	1,29	48,76	73.274,42
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	4.346,87	10.500,48	4.346,87	10.500,48	0,19	52,50	9.499,52
15	URBANISMO	40.000,00	40.000,00	4.538,33	12.663,32	4.538,33	12.663,32	0,23	31,66	27.336,68
15.452	SERVIÇOS URBANOS	40.000,00	40.000,00	4.538,33	12.663,32	4.538,33	12.663,32	0,23	31,66	27.336,68
20	AGRICULTURA	35.000,00	35.000,00	6.225,91	16.790,54	6.225,91	16.790,54	0,31	47,97	18.209,46
20.606	EXTENÇÃO RURAL	35.000,00	35.000,00	6.225,91	16.790,54	6.225,91	16.790,54	0,31	47,97	18.209,46
26	TRANSPORTE	90.000,00	90.000,00	8.715,70	24.486,76	8.715,70	24.486,76	0,45	27,21	65.513,24
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	90.000,00	90.000,00	8.715,70	24.486,76	8.715,70	24.486,76	0,45	27,21	65.513,24
	TOTAL	489.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	3,95	42,82	285.324,89

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+-----
 | Municipício de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar		+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		+- ((b+c)/a)	
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.			%	%	(a- (b+c))	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)				(B)	(C)						
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.136.000,00	13.988.266,01	2.777.096,70	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	1.194.010,28	100,00	47,17	7.390.525,88			
01	LEGISLATIVA	291.000,00	281.000,00	39.959,41	114.203,41	39.719,41	113.623,41	580,00	1,73	40,64	166.796,59			
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	291.000,00	281.000,00	39.959,41	114.203,41	39.719,41	113.623,41	580,00	1,73	40,64	166.796,59			
	Subtotal	291.000,00	281.000,00	39.959,41	114.203,41	39.719,41	113.623,41	580,00	1,73	40,64	166.796,59			
04	ADMINISTRAÇÃO	1.800.000,00	1.812.000,00	334.091,55	904.456,15	337.683,21	875.452,09	29.004,06	13,71	49,91	907.543,85			
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	465.000,00	465.000,00	28.483,65	57.530,72	28.498,65	57.530,72	0,00	0,87	12,37	407.469,28			
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.165.000,00	1.177.000,00	278.250,82	750.915,03	281.827,48	721.910,97	29.004,06	11,38	63,80	426.084,97			
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	170.000,00	170.000,00	27.357,08	96.010,40	27.357,08	96.010,40	0,00	1,46	56,48	73.989,60			
	Subtotal	2.091.000,00	2.093.000,00	374.050,96	1.018.659,56	377.402,62	989.075,50	29.584,06	15,44	48,67	1.074.340,44			
06	SEGURANÇA PÚBLICA	20.000,00	20.000,00	3.777,99	9.933,26	3.835,20	8.301,85	1.631,41	0,15	49,67	10.066,74			
06.181	POLICIAMENTO	20.000,00	20.000,00	3.777,99	9.933,26	3.835,20	8.301,85	1.631,41	0,15	49,67	10.066,74			
	Subtotal	2.111.000,00	2.113.000,00	377.828,95	1.028.592,82	381.237,82	997.377,35	31.215,47	15,59	48,68	1.084.407,18			
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	290.000,00	300.000,00	38.990,74	150.395,80	51.648,42	146.329,20	4.066,60	2,28	50,13	149.604,20			
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	35.000,00	35.000,00	8.370,99	15.634,75	9.632,03	14.183,55	1.451,20	0,24	44,67	19.365,25			
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	25.000,00	25.000,00	1.299,77	1.392,53	1.299,77	1.392,53	0,00	0,02	5,57	23.607,47			
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	85.000,00	95.000,00	24.959,68	78.903,28	29.578,48	76.287,88	2.615,40	1,20	83,06	16.096,72			
08.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	145.000,00	145.000,00	4.360,30	54.465,24	11.138,14	54.465,24	0,00	0,83	37,56	90.534,76			
	Subtotal	2.401.000,00	2.413.000,00	416.819,69	1.178.988,62	432.886,24	1.143.706,55	35.282,07	17,87	48,86	1.234.011,38			
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	260.000,00	260.000,00	66.867,96	193.414,10	65.924,01	190.114,10	3.300,00	2,93	74,39	66.585,90			
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	260.000,00	260.000,00	66.867,96	193.414,10	65.924,01	190.114,10	3.300,00	2,93	74,39	66.585,90			
	Subtotal	2.661.000,00	2.673.000,00	483.687,65	1.372.402,72	498.810,25	1.333.820,65	38.582,07	20,80	51,34	1.300.597,28			
10	SAÚDE	1.948.000,00	2.292.900,00	422.049,84	1.360.775,59	539.612,32	1.235.621,76	125.153,83	20,62	59,35	932.124,41			
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.948.000,00	2.292.900,00	422.049,84	1.360.775,59	539.612,32	1.235.621,76	125.153,83	20,62	59,35	932.124,41			
	Subtotal	4.609.000,00	4.965.900,00	905.737,49	2.733.178,31	1.038.422,57	2.569.442,41	163.735,90	41,43	55,04	2.232.721,69			
12	EDUCAÇÃO	2.637.000,00	2.731.866,01	433.767,08	1.199.381,82	461.241,09	1.046.856,15	152.525,67	18,18	43,90	1.532.484,19			
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50.000,00	50.000,00	10.395,21	26.455,41	9.562,51	20.515,62	5.939,79	0,40	52,91	23.544,59			
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.932.000,00	1.976.866,01	320.921,86	918.942,90	365.082,20	812.838,83	106.104,07	13,93	46,48	1.057.923,11			
12.362	ENSINO MÉDIO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
12.364	ENSINO SUPERIOR	20.000,00	20.000,00	-379,00	1.064,20	184,20	1.064,20	0,00	0,02	5,32	18.935,80			
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	600.000,00	650.000,00	101.492,69	245.533,96	84.080,88	205.099,67	40.434,29	3,72	37,77	404.466,04			
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15.000,00	15.000,00	272,52	3.042,52	520,00	2.995,00	47,52	0,05	20,28	11.957,48			
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.000,00	10.000,00	1.063,80	4.342,83	1.811,30	4.342,83	0,00	0,07	43,43	5.657,17			
	Subtotal	7.246.000,00	7.697.766,01	1.339.504,57	3.932.560,13	1.499.663,66	3.616.298,56	316.261,57	59,60	51,09	3.765.205,88			
13	CULTURA	115.000,00	115.000,00	9.830,63	30.068,21	10.704,10	29.958,88	109,33	0,46	26,15	84.931,79			
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	115.000,00	115.000,00	9.830,63	30.068,21	10.704,10	29.958,88	109,33	0,46	26,15	84.931,79			
	Subtotal	7.361.000,00	7.812.766,01	1.349.335,20	3.962.628,34	1.510.367,76	3.646.257,44	316.370,90	60,06	50,72	3.850.137,67			
15	URBANISMO	1.245.000,00	1.245.000,00	119.819,59	573.765,15	113.523,31	546.414,04	27.351,11	8,70	46,09	671.234,85			
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.245.000,00	1.245.000,00	119.819,59	573.765,15	113.523,31	546.414,04	27.351,11	8,70	46,09	671.234,85			
	Subtotal	8.606.000,00	9.057.766,01	1.469.154,79	4.536.393,49	1.623.891,07	4.192.671,48	343.722,01	68,76	50,08	4.521.372,52			
17	SANEAMENTO	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00			
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00			
	Subtotal	8.731.000,00	9.182.766,01	1.469.154,79	4.536.393,49	1.623.891,07	4.192.671,48	343.722,01	68,76	49,40	4.646.372,52			
18	GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00			
	Subtotal	8.741.000,00	9.192.766,01	1.469.154,79	4.536.393,49	1.623.891,07	4.192.671,48	343.722,01	68,76	49,35	4.656.372,52			
20	AGRICULTURA	650.000,00	650.000,00	96.984,26	268.652,12	106.858,39	246.256,25	22.395,87	4,07	41,33	381.347,88			
20.606	EXTENÇÃO RURAL	650.000,00	650.000,00	96.984,26	268.652,12	106.858,39	246.256,25	22.395,87	4,07	41,33	381.347,88			
	Subtotal	9.391.000,00	9.842.766,01	1.566.139,05	4.805.045,61	1.730.749,46	4.438.927,73	366.117,88	72,83	48,82	5.037.720,40			
26	TRANSPORTE	2.590.000,00	2.990.500,00	1.167.578,12	1.734.195,23	437.135,05	920.859,61	813.335,62	26,28	57,99	1.256.304,77			

+=[CPL]=------{ 002 }+											
Município de SALTO VELOSO											
Relatório Resumido da Execução Orçamentária											
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção											
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social											
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO											

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II											

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar			+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))
			(A)					(C)	(C)	(C)	(C)	%	%	(a- (b+c)) SALDO
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.590.000,00	2.990.500,00	1.167.578,12	1.734.195,23	437.135,05	920.859,61	813.335,62	26,28	57,99	1.256.304,77			
	Subtotal	11.981.000,00	12.833.266,01	2.733.717,17	6.539.240,84	2.167.884,51	5.359.787,34	1.179.453,50	99,11	50,96	6.294.025,17			
27	DESPORTO E LAZER	305.000,00	305.000,00	43.379,53	58.499,29	36.371,29	43.942,51	14.556,78	0,89	19,18	246.500,71			
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	160.000,00	160.000,00	39.629,53	54.749,29	32.621,29	40.192,51	14.556,78	0,83	34,22	105.250,71			
27.813	LAZER	145.000,00	145.000,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	0,00	0,06	2,59	141.250,00			
	Subtotal	12.286.000,00	13.138.266,01	2.777.096,70	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	1.194.010,28	100,00	50,22	6.540.525,88			
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00			
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00			
	Subtotal	12.326.000,00	13.178.266,01	2.777.096,70	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	1.194.010,28	100,00	50,07	6.580.525,88			
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	810.000,00	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00			
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	810.000,00	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00			
	Subtotal	13.136.000,00	13.988.266,01	2.777.096,70	6.597.740,13	2.204.255,80	5.403.729,85	1.194.010,28	100,00	47,17	7.390.525,88			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	489.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00	3,24	42,82	285.324,89			
	TOTAL (III)=(I+II)	13.625.000,00	14.487.266,01	2.858.124,24	6.811.415,24	2.285.283,34	5.617.404,96	1.194.010,28	103,24	47,02	7.675.850,77			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar			+- ((B+C)/TOTAL(B+C))		
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Não Process.	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))
			(A)					(C)	(C)	(C)	(C)	%	%	(a- (b+c)) SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	489.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00	3,24	42,82	285.324,89			
01	LEGISLATIVA	4.000,00	14.000,00	6.752,52	10.404,47	6.752,52	10.404,47	0,00	0,16	74,32	3.595,53			
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	4.000,00	14.000,00	6.752,52	10.404,47	6.752,52	10.404,47	0,00	0,16	74,32	3.595,53			
04	ADMINISTRAÇÃO	50.000,00	50.000,00	11.923,49	31.456,26	11.923,49	31.456,26	0,00	0,48	62,91	18.543,74			
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	50.000,00	11.923,49	31.456,26	11.923,49	31.456,26	0,00	0,48	62,91	18.543,74			
10	SAÚDE	107.000,00	107.000,00	13.845,05	37.647,70	13.845,05	37.647,70	0,00	0,57	35,18	69.352,30			
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	107.000,00	107.000,00	13.845,05	37.647,70	13.845,05	37.647,70	0,00	0,57	35,18	69.352,30			
12	EDUCAÇÃO	163.000,00	163.000,00	29.026,54	80.226,06	29.026,54	80.226,06	0,00	1,22	49,22	82.773,94			
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	143.000,00	143.000,00	24.679,67	69.725,58	24.679,67	69.725,58	0,00	1,06	48,76	73.274,42			
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	4.346,87	10.500,48	4.346,87	10.500,48	0,00	0,16	52,50	9.499,52			
15	URBANISMO	40.000,00	40.000,00	4.538,33	12.663,32	4.538,33	12.663,32	0,00	0,19	31,66	27.336,68			
15.452	SERVIÇOS URBANOS	40.000,00	40.000,00	4.538,33	12.663,32	4.538,33	12.663,32	0,00	0,19	31,66	27.336,68			
20	AGRICULTURA	35.000,00	35.000,00	6.225,91	16.790,54	6.225,91	16.790,54	0,00	0,25	47,97	18.209,46			
20.606	EXTENÇÃO RURAL	35.000,00	35.000,00	6.225,91	16.790,54	6.225,91	16.790,54	0,00	0,25	47,97	18.209,46			
26	TRANSPORTE	90.000,00	90.000,00	8.715,70	24.486,76	8.715,70	24.486,76	0,00	0,37	27,21	65.513,24			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	90.000,00	90.000,00	8.715,70	24.486,76	8.715,70	24.486,76	0,00	0,37	27,21	65.513,24			
	TOTAL	489.000,00	499.000,00	81.027,54	213.675,11	81.027,54	213.675,11	0,00	3,24	42,82	285.324,89			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIEROContador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JULHO/2009 A JUNHO/2010
 CONSOLIDADO
 +-----+
 LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	07/2009	08/2009	09/2009	10/2009	11/2009	12/2009	01/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	977.883,01	966.295,53	1.134.506,31	734.385,37	1.123.119,82	1.755.138,79	1.109.584,22
Receita Tributária	19.731,26	16.397,16	14.666,78	23.691,92	23.617,62	23.067,20	9.445,65
IPTU	2.144,29	822,79	1.029,47	2.623,63	491,90	2.238,44	0,00
ISS	2.941,25	7.000,88	5.192,15	8.415,77	4.749,81	12.999,06	4.284,83
ITBI	660,67	3.460,75	400,00	2.885,00	4.053,00	0,00	0,00
Outras	13.985,05	5.112,74	8.045,16	9.767,52	14.322,91	7.829,70	5.160,82
Receita de Contribuições	70.052,71	71.495,45	58.114,73	-329.555,69	23.110,93	52.297,23	37.863,52
Receita Patrimonial	36.478,91	34.237,30	36.675,69	31.320,90	36.983,23	30.315,56	39.559,42
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.640,27	2.464,58	12.006,21	6.321,18	9.997,87	10.851,46	1.810,97
Transferências Correntes	808.331,18	825.573,29	976.160,69	978.474,50	1.019.613,88	1.490.963,69	994.072,47
Cota-Parte do FPM	242.865,12	277.746,26	242.873,38	282.826,72	353.041,96	543.271,69	291.295,49
Cota-Parte do ICMS	378.123,72	346.524,05	507.909,11	404.316,61	366.612,66	612.126,87	465.425,91
Cota-Parte do IPVA	17.229,37	21.906,92	24.664,73	22.525,23	17.460,66	9.268,45	15.101,39
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	80,00	1.154,11	307,43	96,35	14,46
Transf.da LC 87/1996	0,00	6.359,36	3.179,68	3.179,68	3.179,68	3.179,68	3.092,84
Transferência do FUNDEB	107.713,57	105.381,44	98.184,64	96.500,70	101.204,25	113.719,70	120.699,45
Outras Transferências	62.399,40	67.655,26	99.269,15	167.971,45	177.807,24	209.300,95	98.442,93
Demais Receitas Correntes	41.648,68	16.127,75	36.882,21	24.132,56	9.796,29	147.643,65	26.832,19
II-DEDUÇÕES	180.111,18	185.348,10	207.701,76	-153.276,57	166.462,89	238.707,14	173.106,76
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	50.835,20	53.612,19	50.324,34	-298.195,15	16.662,07	35.203,69	16.466,82
Servidor	50.835,20	53.612,19	50.324,34	-298.195,15	16.662,07	35.203,69	16.466,82
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	129.275,98	131.735,91	157.377,42	144.918,58	149.800,82	203.503,45	156.639,94
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	797.771,83	780.947,43	926.804,55	887.661,94	956.656,93	1.516.431,65	936.477,46

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JULHO/2009 A JUNHO/2010
 CONSOLIDADO
 +-----+
 LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	02/2010	03/2010	04/2010	05/2010	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	989.029,19	1.344.029,58	1.135.999,33	1.198.674,73	1.336.015,78	13.804.661,66	13.815.250,00
Receita Tributária	11.589,21	103.942,57	46.395,24	20.541,82	18.513,43	331.599,86	430.000,00
IPTU	0,00	73.769,53	25.969,89	3.506,22	1.930,63	114.526,79	121.000,00
ISS	4.091,07	5.522,79	5.762,48	2.903,03	5.655,96	69.519,08	99.000,00
ITBI	1.010,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	13.469,42	11.000,00
Outras	6.488,14	24.650,25	14.662,87	13.132,57	10.926,84	134.084,57	199.000,00
Receita de Contribuições	26.281,49	43.252,03	25.555,25	29.849,54	32.824,81	141.142,00	390.000,00
Receita Patrimonial	33.184,39	61.231,50	20.810,97	57.799,45	63.672,20	482.269,52	520.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.542,01	4.531,49	8.109,02	9.010,98	7.232,98	76.519,02	80.000,00
Transferências Correntes	897.970,93	1.105.403,92	1.016.209,34	1.073.549,26	1.199.777,68	12.386.100,83	12.241.250,00
Cota-Parte do FPM	355.650,81	264.197,38	316.548,63	389.735,16	338.240,57	3.898.293,17	5.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	385.495,80	485.759,83	474.607,32	439.780,72	457.831,31	5.324.513,91	5.142.500,00
Cota-Parte do IPVA	17.405,44	26.874,77	30.191,98	36.853,49	21.534,70	261.017,13	268.750,00
Cota-Parte do ITR	15,68	0,00	0,00	0,00	15,00	1.683,03	1.250,00
Transf.da LC 87/1996	3.092,84	3.092,84	3.092,84	3.092,84	3.092,84	37.635,12	50.000,00
Transferência do FUNDEB	110.161,36	122.436,92	129.481,48	127.401,01	127.680,36	1.360.564,88	800.000,00
Outras Transferências	26.149,00	203.042,18	62.287,09	76.686,04	251.382,90	1.502.393,59	978.750,00
Demais Receitas Correntes	17.461,16	25.668,07	18.919,51	7.923,68	13.994,68	387.030,43	154.000,00
II-DEDUÇÕES	172.424,17	174.253,09	183.739,97	192.413,38	192.270,81	1.913.262,68	2.351.250,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	16.690,45	16.572,08	17.064,36	16.759,65	26.070,00	18.065,70	230.000,00
Servidor	16.690,45	16.572,08	17.064,36	16.759,65	26.070,00	18.065,70	230.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	155.733,72	157.681,01	166.675,61	175.653,73	166.200,81	1.895.196,98	2.121.250,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	816.605,02	1.169.776,49	952.259,36	1.006.261,35	1.143.744,97	11.891.398,98	11.464.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+
Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos
Orçamento da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
+-----+
LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
RECEITAS PREV.-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (I)	620.000,00	620.000,00	142.956,48	338.953,63	617.859,59
RECEITAS CORRENTES	620.000,00	620.000,00	142.956,48	338.953,63	617.859,59
Receita de Contribuições	230.000,00	230.000,00	42.829,65	109.623,36	617.859,59
Pessoal Civil	230.000,00	230.000,00	42.829,65	109.623,36	196.915,96
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	42.829,65	93.051,28	196.915,96
Contribuição do Servidor Inativo Civil	230.000,00	230.000,00	0,00	16.572,08	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	390.000,00	390.000,00	100.126,83	229.330,27	420.943,63
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	390.000,00	390.000,00	100.126,83	229.330,27	420.943,63
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS (INTRA-ORÇAMENT.) (II)	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	1.070.000,00	1.070.000,00	212.816,28	539.719,25	1.072.053,83

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
DESPESAS PREV.-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (VI)	260.000,00	260.000,00	61.837,96	175.896,06	156.988,46
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	260.000,00	260.000,00	61.837,96	175.896,06	156.988,46
Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00	190.000,00	61.837,96	175.896,06	156.988,46
Pessoal Civil	0,00	0,00	61.837,96	175.896,06	156.988,46
Aposentadorias	0,00	0,00	61.837,96	175.896,06	156.988,46
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS (INTRA-ORÇAMENT.) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	260.000,00	260.000,00	61.837,96	175.896,06	156.988,46
Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	810.000,00	810.000,00	150.978,32	363.823,19	915.065,37

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	150.047,79	150.047,79	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	150.047,79	150.047,79	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	150.047,79	150.047,79	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passse Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária				
Valor	0,00				

	Mês	Período de Referencia	
	Exercício	Exercício	Exercício
BENS E DIREITOS DO RPPS	Anterior(05/2010)	Anterior(2009)	Atual(2010)
Bancos Conta Movimento	5.437.690,02	5.028.123,82	5.527.776,76

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24
Cont Patronal Ativo Civil	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	450.000,00	450.000,00	69.859,80	200.765,62	454.194,24

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

 Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Nominal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 +-----+
 LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	88.890,03	55.604,40	46.218,14
DEDUÇÕES (II)	781.142,30	1.345.062,34	1.270.736,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	781.142,30	1.345.062,34	1.270.736,78
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-692.252,27	-1.289.457,94	-1.224.518,64
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-692.252,27	-1.289.457,94	-1.224.518,64
Período de Referência			
	No Bimestre (c-b)		Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	64.939,30		-532.266,37

Discriminação da Meta Fiscal Valor
 Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia 198.217,41

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	3.733.233,79	3.733.233,79	3.733.233,79
DEDUÇÕES (VIII)	5.028.123,82	5.328.714,77	5.527.776,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.028.123,82	5.328.714,77	5.527.776,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-1.294.890,03	-1.595.480,98	-1.794.542,97
Passivos Reconhecidos (X)	-3.733.233,79	-3.733.233,79	-3.733.233,79
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-5.028.123,82	-5.328.714,77	-5.527.776,76

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+-----
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Primario
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 CONSOLIDADO
 +-----+
 LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	11.704.000,00	2.145.922,64	6.063.954,22	0,00
Receita Tributária	430.000,00	39.055,25	210.427,92	0,00
IPTU	121.000,00	5.436,85	105.176,27	0,00
ISS	99.000,00	8.558,99	28.220,16	0,00
IRRF	55.000,00	20.997,69	50.050,82	0,00
ITBI	11.000,00	1.000,00	2.010,00	0,00
Outras	144.000,00	3.061,72	24.970,67	0,00
Receita de Contribuição	920.000,00	137.232,67	401.090,78	0,00
Receita Previdenciária	230.000,00	42.829,65	109.623,36	0,00
Outras Contribuições	160.000,00	19.844,70	86.003,28	0,00
Receitas Previdenciárias	530.000,00	74.558,32	205.464,14	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	520.000,00	121.471,65	276.257,93	0,00
(-) Aplicações Financeiras	520.000,00	121.471,65	276.257,93	0,00
Transferências Correntes	10.120.000,00	1.931.472,40	5.308.398,78	0,00
FPM	4.000.000,00	582.380,64	1.564.534,67	-372.433,77
ICMS	4.114.000,00	718.089,80	2.165.574,63	-470.031,20
Outras Transferências	2.006.000,00	631.001,96	1.578.289,48	-40.094,59
Demais Receitas Correntes	234.000,00	38.162,32	144.036,74	0,00
Dívida Ativa	43.000,00	2.106,80	5.728,90	0,00
Diversas Receitas Correntes	191.000,00	36.055,52	138.307,84	0,00
Receitas de Capital (II)	1.401.000,00	212.901,00	390.488,92	0,00
(-) Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	101.000,00	80.001,00	80.001,00	0,00
Transferências de Capital	800.000,00	132.900,00	310.487,92	0,00
Outras Transferências de Capital	800.000,00	132.900,00	310.487,92	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	800.000,00	132.900,00	310.487,92	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	12.504.000,00	2.278.822,64	6.374.442,14	0,00

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.171.866,01	1.926.794,14	4.939.989,94	4.014.152,98
Pessoal e Encargos Sociais	3.790.866,01	841.856,53	2.381.758,17	1.910.406,39
Outras Despesas Correntes	6.371.000,00	1.080.583,03	2.549.421,10	2.101.172,29
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	4.354,58	8.810,67	2.574,30
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	10.161.866,01	1.922.439,56	4.931.179,27	4.011.578,68
Despesas de Capital (XI)	3.465.400,00	358.489,20	677.415,02	407.709,55
Investimentos	3.395.400,00	349.102,94	634.743,13	370.987,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	70.000,00	9.386,26	42.671,89	36.721,78
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.395.400,00	349.102,94	634.743,13	370.987,77
Reserva de Conting. (XVI)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	146.892,27	349.605,15	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	13.597.266,01	2.418.434,77	5.915.527,55	4.382.566,45
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.093.266,01	-139.612,13	458.914,59	-4.382.566,45
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			34.866,01	

Discriminação da Meta Fiscal Valor
 Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia -1.031.000,00

+=[CPL]=-----{ 002 }+
Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primario
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
CONSOLIDADO
+
LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII
Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão
 Orçamento da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010
 CONSOLIDADO
 +-----+
 LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
PODER / ÓRGÃO	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.570,14	28.265,26	150.893,90	36.410,98	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE SALTO VELOSO - IPRESVEL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.570,14	28.265,26	150.893,90	36.410,98	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
PODER / ÓRGÃO	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

[www.cplinformatica.com.br]

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

001
CONSOLIDADO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%	
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	304.000,00	304.000,00	0,00	192.384,86	63,28	
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	137.000,00	137.000,00	0,00	110.905,17	80,95	
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	121.000,00	121.000,00	0,00	105.176,27	86,92	
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	11.000,00	11.000,00	0,00	5.728,90	52,08	
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	11.000,00	11.000,00	0,00	2.010,00	18,27	
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	11.000,00	11.000,00	0,00	2.010,00	18,27	
1.3 - Receita Resultante do - ISS	101.000,00	101.000,00	0,00	29.310,31	29,02	
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	99.000,00	99.000,00	0,00	29.310,31	29,61	
1.3.3- Receita Divida Ativa Imp. s/ Serviços Qua	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	55.000,00	55.000,00	0,00	50.159,38	91,20	
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	55.000,00	55.000,00	0,00	50.159,38	91,20	
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.462.500,00	10.462.500,00	0,00	4.841.254,85	46,27	
2.1 - Cota Parte do FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	1.955.668,04	39,11	
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	1.955.668,04	39,11	
2.2- Cota-Parte do ICMS	5.142.500,00	5.142.500,00	0,00	2.719.022,86	52,87	
2.3- Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	50.000,00	50.000,00	0,00	18.557,04	37,11	
2.4- Cota-Parte do IPVA	268.750,00	268.750,00	0,00	147.961,77	55,06	
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	1.250,00	1.250,00	0,00	45,14	3,61	
2.6- Cota-Parte do IPVA	268.750,00	268.750,00	0,00	147.961,77	55,06	
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	10.766.500,00	10.766.500,00	0,00	5.033.639,71	46,75	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO						
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%	
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	210.000,00	210.000,00	0,00	113.574,47	54,08	
5.1- Transferência do Salário-Educação	125.000,00	125.000,00	0,00	78.961,51	63,17	
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	45.000,00	45.000,00	0,00	23.616,40	52,48	
5.2- Transferencias do PNATE	20.000,00	20.000,00	0,00	10.996,56	54,98	
5.2- Transferencia PNAC	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	
5.2- Outras Transf.Diretas Fundo Nac. Desenv. Educ	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	150.000,00	150.000,00	0,00	261.221,36	174,15	
6.1- Outras Transferência de Convênio dos Estados	50.000,00	50.000,00	0,00	261.221,36	522,44	
6.1- Transferências de Conv. da União Destin. a Pr	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	
6.1- Transferências de Conv.dos Estados Destin.a P	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	360.000,00	360.000,00	0,00	374.795,83	104,11	

[www.cplinformatica.com.br]

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

002
CONSOLIDADO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
RECEITAS DO FUNDEB					(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.111.250,00	2.111.250,00	0,00	976.897,84	46,27
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	391.133,37	39,11
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.028.500,00	1.028.500,00	0,00	545.350,64	53,02
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	28.750,00	28.750,00	0,00	10.812,86	37,61
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	250,00	250,00	0,00	9,02	3,61
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	53.750,00	53.750,00	0,00	29.591,95	55,05
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	800.000,00	800.000,00	0,00	737.860,58	92,23
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	800.000,00	800.000,00	0,00	737.860,58	92,23
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	1.311.250,00	1.311.250,00	0,00	239.037,26	18,23
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					
FUNDEB	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
DESPESAS DO FUNDEB					(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	505.000,00	505.000,00	184.938,99	392.517,46	77,73
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.0 - OUTRAS DESPESAS	160.000,00	160.000,00	52.038,36	81.689,10	51,06
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	665.000,00	665.000,00	236.977,35	474.206,56	71,31

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	0,00
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100	% 53,20

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	34.866,01
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

FUNDEB	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE					(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.691.625,00	2.691.625,00	0,00	1.258.409,93	46,75
FUNDEB	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE					(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	565.000,00	565.000,00	88.427,75	215.600,15	38,16
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	565.000,00	565.000,00	88.427,75	215.600,15	38,16
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.880.000,00	1.880.000,00	343.897,15	790.808,25	42,06
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

003
CONSOLIDADO

Município de SALTO VELOSO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)						R\$ 1,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	2.445.000,00	2.445.000,00	432.324,90	1.006.408,40		41,16

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

						Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)						239.037,26
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)						0,00
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO						0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.						0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)						239.037,26
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)						1.245.445,66
39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)						% 24,74

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	Dotação		Despesas Liquidadas		(f)=(e/d)x100
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	2.445.000,00	2.445.000,00	432.324,90	1.006.408,40	41,16

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2009
	0,00	0,00

VALOR

	FUNDEF	
	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	37.265,01	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	834.398,80	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	640.929,78	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	230.734,03	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2°, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1° do art.6° desta Lei, poderão ser utilizados no 1° trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO



+=[CPL]=-----{ 001 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 +-----+
 LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito Internas	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
<hr/>				
Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	3.465.400,00	358.489,20	677.415,02	2.787.984,98
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.465.400,00	358.489,20	677.415,02	2.787.984,98
<hr/>				
DIFERENÇA (A) - (B)	-2.965.400,00	-358.489,20	-677.415,02	-2.287.984,98

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

 Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
 Orçamento da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 CONSOLIDADO
 +-----+
 LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	101.000,00	80.001,00	20.999,00
Alienação de Outros Bens Móveis	98.000,00	80.001,00	17.999,00
Alienação de Outros Bens Imóveis	3.000,00	0,00	3.000,00
Total	101.000,00	80.001,00	20.999,00
	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00
	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	80.001,00	80.001,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

 Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 +-----+
 ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim. (b)	%(b/a)
Rec.Líquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	10.910.250,00	10.910.250,00	5.076.382,28	46,53
Impostos	304.000,00	304.000,00	191.186,15	62,89
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	121.000,00	121.000,00	105.176,27	86,92
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	55.000,00	55.000,00	50.050,82	91,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	11.000,00	11.000,00	2.010,00	18,27
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	99.000,00	99.000,00	28.220,16	28,51
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Receita Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	11.000,00	11.000,00	5.728,90	52,08
Receita Dívida Ativa Imp. s/ Serviços Qualq.Nat.	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.606.250,00	10.606.250,00	4.885.196,13	46,06
da União	5.051.250,00	5.051.250,00	1.974.270,22	39,08
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.000.000,00	5.000.000,00	1.955.668,04	39,11
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	1.250,00	1.250,00	45,14	3,61
Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	50.000,00	50.000,00	18.557,04	37,11
do Estado	5.555.000,00	5.555.000,00	2.910.925,91	52,40
Cota-Parte do ICMS	5.142.500,00	5.142.500,00	2.708.900,89	52,68
Cota-Parte do IPVA	268.750,00	268.750,00	147.961,77	55,06
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	143.750,00	143.750,00	54.063,25	37,61
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	452.000,00	452.000,00	208.991,32	46,24
da União para o Município	380.000,00	380.000,00	208.991,32	55,00
Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	80.000,00	80.000,00	38.952,00	48,69
Programa de Media e Alta Complexidade	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Programa Saude da Família	85.000,00	85.000,00	51.200,00	60,24
PACS - Agentes Comunitarios de Saúde	75.000,00	75.000,00	32.550,00	43,40
Epidemiologia e Controle de Doenças	10.000,00	10.000,00	4.149,23	41,49
Farmácia Básica	20.000,00	20.000,00	13.980,59	69,90
Vigilância Sanitária	8.000,00	8.000,00	600,00	7,50
Saúde Bucal	30.000,00	30.000,00	17.200,00	57,33
Outros Programas	21.000,00	21.000,00	50.359,50	239,81
Transf. de Conv. União p/Sistema Unico de Saúde	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00
Programa Saude da Família Estado	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
Programa Saude Bucal Estado	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Programa Farmácia Basica Estado	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Transferências de Conv.dos Estados p/Sist.Único	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
(-)Dedução para o Fundef	-2.121.250,00	-2.121.250,00	-978.584,82	46,13
Total de Receita de Impostos	9.241.000,00	9.241.000,00	4.306.788,78	46,61
Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.737.000,00	1.787.000,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	694.000,00	744.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.043.000,00	1.043.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	318.000,00	612.900,00	0,00	0,00
Investimentos	318.000,00	612.900,00	0,00	0,00
Total	2.055.000,00	2.399.900,00	0,00	0,00

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 Município de SALTO VELOSO
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
 CONSOLIDADO
 +-----+
 ADCT. Art.77 - Anexo XVI

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Próprias com Saúde				
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	368.000,00	368.000,00	208.991,32	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	330.000,00	330.000,00	208.991,32	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	46.872,20	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	-255.863,52	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2009(e)	Aplic.Apurada em 2009(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	15,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na
 Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% -5,04

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
Despesas com Saúde (Por SubFunção)				
ATENÇÃO BÁSICA	2.055.000,00	2.399.900,00	0,00	0,00
Total	2.055.000,00	2.399.900,00	0,00	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	368.000,00	368.000,00	208.991,32	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	330.000,00	330.000,00	208.991,32	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	46.872,20	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Próprias com Saúde	2.055.000,00	2.399.900,00	-255.863,52	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
 PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de SALTO VELOSO
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	13.625.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	13.625.000,00
Receitas Realizadas	2.480.295,29	6.730.701,07
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	34.866,01
Déficit Orçamentário	0,00	862.266,01

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	13.625.000,00
Dotação Atualizada	0,00	14.487.266,01
Despesas Empenhadas	2.864.902,08	6.811.415,24
Despesas Liquidadas	2.285.283,34	5.617.404,96
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.858.124,24	6.811.415,24
Despesas Liquidadas	2.285.283,34	5.617.404,96

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	11.891.398,98

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	212.816,28	539.719,25
Despesas Previdenciarias (IV)	61.837,96	175.896,06
Resultado Previdenciário (III-IV)	150.978,32	363.823,19

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	198.217,41	-532.266,37	-268,5265
Resultado Primario	-1.031.000,00	458.914,59	-44,5116

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	215.570,14	28.265,26	150.893,90	36.410,98
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de SALTO VELOSO
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar
<u>Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE</u>	<u>Até o Bim. no Exercício</u>	<u>%Aplicado</u>
Min Anual de <18%/25%> dos Imp. na Manut. e Des. do Ens. - MDE	<25%/18%>	
Min Anual de 60% das Despesas com MDE no Ens. Fundam.	60%	
Min Anual de 60% do FUNDEB na Rem. dos Prof. do Ens. Fund.	60%	

<u>Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital</u>	<u>Vlr. Apur. até o Bim.</u>	<u>Saldo a Real.</u>
Receita de Operação de Crédito	0,00	500.000,00
<u>Despesa de Capital Líquida</u>	<u>677.415,02</u>	<u>2.787.984,98</u>

<u>Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.</u>	<u>Exerc. em Ref.</u>	<u>10o Exerc.</u>	<u>20o Exerc.</u>	<u>35o Exerc.</u>
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	539.719,25	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	175.896,06	0,00	0,00	0,00
<u>Resultado Previdenciário (III-IV)</u>	<u>363.823,19</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

<u>Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos</u>	<u>Vlr. Apur. até Bim.</u>	<u>Saldo a Real.</u>
Receita de Cap. Result. da Alienação de Ativos	80.001,00	20.999,00
<u>Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar
<u>Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde</u>	<u>Até o Bim. no Exercício</u>	<u>%Aplicado</u>
Desp. própr. com Ações e Serv. Púb. de Saúde	-255.863,52	15,00
		-5,04

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeita Municipal
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de publicação de dispensa PL 91-2010

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 91/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 3/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO PARA O EVENTO DO "DIA DO EVANGÉLICO", EM COMEMORAÇÃO DOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Contratado: RODRIGO COSTA ME - CNPJ: 03.389.653/0001-00 Fundamento: Artigo 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93 Valor: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Vigência: De 22/07 a 25/07/2010, com a possibilidade de prorrogação, na forma do art. 57, inc. II., da Lei 8.666/1993.

São Lourenço do Oeste (SC), 22 de julho de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 01/2010 - ICSL

EXTRATO CONTRATO Nº 01/2010, DE 07 DE JULHO DE 2010.

Contratante: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC - Unoesc Campus de Xanxerê
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para elaboração dos Editais para o Concurso Público, elaboração das provas para cada categoria, reprodução das provas (independente do nº de inscritos), aplicação das provas teóricas e práticas, correção das provas e divulgação dos resultados.
Valor: R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais).
Forma de Pagamento: de acordo com a ordem cronológica disposta no decreto n. 3.990 de 05/01/2010.
Dotação orçamentária: Recursos oriundos do orçamento do exercício financeiro de 2010.
Data de Assinatura: 07 de julho de 2010
Vigência: até 10 (dez) dias da data de homologação final dos aprovados
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Genesio Téó - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 048/2010 - FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 048/2010, de 2 de Julho de 2010.

Origem: Processo Licitatório nº 15/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Município de São Lourenço do Oeste
Contratada: GRANVEL GRANVILLE VEICULOS LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS AO VEÍCULO AMBULÂNCIA, PLACA MEH 138114 (SAMU)
Valor: R\$ 7.400,67 (sete mil e quatrocentos reais e sessenta e sete centavos)
Forma de Pagamento: de acordo com a ordem cronológica disposta no decreto n. 3.990 de 05/01/2010.
Dotação orçamentária: Recursos oriundos do orçamento do exer-

cício financeiro de 2010.

Data de Assinatura: 02/07/2010

Vigência: da data da assinatura até 31 de dezembro de 2010.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Joseti Antonio Meinberg - pela contratada.

Extrato do Contrato N.140/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2010, de 02/07/2010.

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 39/2008, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 5/2008,
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA
Objeto: dilação do prazo de vigência do Contrato nº 117/2008, de 23/04/2008.
Valor: Não alterado.
Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010
Data de Assinatura: 02/07/2010.
Vigência: 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 141/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2010, de 02/07/2010.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 52/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 09/2009.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA
Objeto: dilação do prazo de vigência do Contrato nº 114/2009, de 01/06/2009.
Valor: Não alterado.
Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010
Data de Assinatura: 02/07/2010.
Vigência: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 142/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2010, de 02/07/2010.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2009.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: LUCAS PELIZZER ME
Objeto: aditamento de valor/km do Contrato nº 18/2009, de 30/01/2009.
Valor: o valor aditado é de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais).
Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010
Data de Assinatura: 02/07/2010.
Vigência: 31/12/2010, a contar da assinatura deste termo aditivo.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Lucas Pelizzer - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 143/2010-PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2010, de 02/07/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.
Contratada: SABINA PAGLIARINI BELLEBONI



Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Valor: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) dividida em 06 parcelas mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Data de Assinatura: 02/07/2010.

Vigência: 31/12/2010, a contar da assinatura deste termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Sabina Pagliarini Belleboni - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 144/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2010, de 08/07/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 83/2010, Modalidade Inexigibilidade de Licitação, nº 5/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: DKS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "OSWALDIR E CARLOS MAGRÃO", A SE REALIZAR NO DIA 26 DE JULHO, NA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Data de Assinatura: 08/07/2010.

Vigência: 31/07/2010, a contar da assinatura deste termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Maria Joselia Souto - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 145/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2010, de 12 de Julho de 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 14/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA

Objeto: dilação do prazo de vigência do Contrato nº 223/2009, de 01/06/2009

Valor: Não alterado

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Data de Assinatura: 12/07/2010.

Vigência: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 146/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2010, de 12 de Julho de 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 35/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 4/2009

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: PROENERG ENGENHARIA LTDA ANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA

Objeto: dilação do prazo de vigência do Contrato nº 105/2009, de 01/06/2009

Valor: Não alterado

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Data de Assinatura: 12/07/2010.

Vigência: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Julio César Pereira Alves - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 147/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2010, de 19 de Julho de 2010.

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 98/2005.

Origem: Processo Licitatório nº 762/2005, Modalidade Concorrência p/ Compras e Serviços nº 4/2005

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: BACK SERVIÇO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

Objeto: aditamento de valor do Contrato nº 98/2005, em razão de ter ocorrido dois dias decretados como pontos facultativos, que não encontravam-se contemplados no Contrato de origem supracitado;

Valor: Aditado em R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Data de Assinatura: 12/07/2010.

Vigência: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Ênio José Back - pela contratada.

Extrato do Contrato N. 148/2010 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2010, de 14 de Julho de 2010.

Origem: Processo Licitatório nº 72/2010, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 11/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: CONSTRUTORA J.P.V LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE NO BAIRRO CRUZEIRO, COM ÁREA TOTAL DE 431,20M².

Valor: R\$ 318.970,00 (trezentos e dezoito mil novecentos e setenta reais)

Forma de Pagamento: Conforme Decreto nº 3.990/2010

Data de Assinatura: 14/07/2010.

Vigência: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Valdecir José Cavalli - pela contratada.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial No 60/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 60/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 127/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de equipamentos para análise das águas produzidas pela estação de Tratamento de Águas (ETA), pertencente à Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de agosto



de 2010 às 09h45min.

Abertura do Processo: 06 de agosto de 2010 às 10h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de pregão presencial registro de preços No 21/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 21/2010 - FMS

PROCESSO Nº. 36/2010-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de fraldas geriátricas para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de agosto de 2010 às 09h45min.

Abertura do Processo: 11 de agosto de 2010 às 10h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de pregão presencial registro de preços No 61/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 61/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 128/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa para capina e variação mecanizada linear de vias com recolhimento e carregamento em veículos caçamba cedido pelo Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de agosto de 2010 às 09h45min.

Abertura do Processo: 10 de agosto de 2010 às 10h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº. 149/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 149/2010-PMS

Carta Convite nº. 10/2010-PMS

Processo nº. 104/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 83.073.536/0001-64, estabelecida a Rua Ottokar Doerffel, nº. 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada em prestação de serviço para transporte especial (incineração) e a destinação final de resíduos hospitalares em diversos pontos de coleta no Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora, que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito fosse.

Item	Descrição	Qtde	Unid	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Serviço para transporte especial (incineração) e a destinação final de resíduos hospitalares de até 1350 litros de resíduos gerados no Município. A execução de tal serviço deve ser feita por empresa especializada, devidamente uniformizada e usando equipamento de proteção individual. Este lixo deverá ser retirado quinzenalmente. Trata-se de vários pontos de coleta espalhados pelo município, incluindo empresas, farmácias, posto de saúde, clínicas, comercio de medicamentos, comercio de produtos agropecuários, serviços ambulatoriais e pertinentes	06	Mês	1.680,00	10.080,00
VALOR R\$ TOTAL					10.080,00



Valor: R\$ 10.080,00 (Dez mil e oitenta reais).
Data da Assinatura: 23/07/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Editais de Praça Nº. 04/2010 - Rua Marechal Castelo Branco - Trecho III

EDITAL DE PRAÇA Nº. 04/2010

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executa o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, referente a Pavimentação Asfáltica da Rua Marechal Castelo Branco, entre o Colégio Miguel Couto e o trevo de entrada no Município de Schroeder/SC, abrangendo uma extensão de 1.408,83metros, com a largura de 10metros, perfazendo uma área total de 15.896m², ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:
Está sendo beneficiada a seguinte rua:

· Rua Marechal Castelo Branco, entre o Colégio Miguel Couto e o trevo de entrada no Município de Schroeder/SC, abrangendo uma extensão de 1.408,83metros, com a largura de 10metros, perfazendo uma área total de 15.896m², no município de Schroeder/SC; conforme projeto, memorial descritivo e relação dos imóveis na tabela abaixo.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA.

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, entre o trevo de entrada do município até o Colégio Miguel Couto.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da

FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA. A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que as qualidades dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos, com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

1. Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela com letras e sinais refletivos.
2. Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;
3. Guias ("gelo baiano") de concreto pintados na cor amarelo;
4. Cones refletivos de plástico
5. Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) ali-



mentado por bateria;

6. Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

7. Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre

a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou, Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 2,0m x 1,0m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais

(conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas

presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 2,00m X 1,00m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação,



inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

DRENAGEM

OBJETIVO

Nivelar as caixas de captação pluvial com grelhas de ferro fundido, e poço de visita com tampa em concreto, já existentes.

MATERIAIS

Deverão ser utilizados tijolos maciços assentados com argamassa de cimento e areia, até o ponto de nivelamento das caixas com o pavimento.

EXECUÇÃO

Nivelar as caixas de captação pluvial e poço de visita, existentes.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de caixas de captação pluvial e poço de visita, nivelados na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do nivelamento das caixas de captação pluvial e poço de visita.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE NOS EMBOQUES

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos:

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

P E N E I R A S		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40; o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm. Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO



O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e

final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mes-



mo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

CONTROLE

Quantidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

UTILIZAR ESPESSURAS DE 2,5 CM PARA ACOSTAMENTOS, 5,0 CM PARA PISTAS DOS EMBOQUES E 8,0 CM PARA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PARALELEPIPEDOS, SENDO 4,0 CM DE CAMADA ABERTA, COM AREGADOS MAIORES E 4,0 CM COM CAMADA FECHADA COM AREGADOS CONFORME DESCRITO A SEGUIR.

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086); durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila

e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%
		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação.

Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em

condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3 . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar



de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m.

Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;



dimensões das faixas;
espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-

se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;
acrílica;
vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorrefletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:



Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

III – ORÇAMENTO DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados:

ORÇAMENTO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra	m ²	4,00	160,00	640,00
SUBTOTAL					640,00
2.	DRENAGEM				
2.1	Elevação de caixa de captação pluvial, tipo grelha de ferro fundido - nivelamento	unid	54,00	150,00	8.100,00
2.2	Elevação de poço de visita com tampa de concreto - nivelamento	unid	1,00	150,00	150,00
SUBTOTAL					8.250,00
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Compactação de emboques a 100% PN	m ²	1.807,70	2,00	3.615,40
3.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de brita graduada e=10cm	m ³	180,77	80,00	14.461,60
3.3	Imprimação CM-30 para emboques	m ²	1.807,70	3,00	5.423,10
3.4	Pintura de ligação RR-2C	m ²	29.984,30	1,70	50.973,31
3.5	Revestimento em C.B.U.Q. "faixa C" DNER				
3.5.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 5,0 cm em todos os emboques não pavimentados	m ³	90,39	440,00	39.771,60
3.5.2	Fornecimento e execução (Pré misturado a Quente) e usinagem, e= 4,0 cm.	m ³	563,53	420,00	236.682,60
3.5.3	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 4,0cm.	m ³	563,53	440,00	247.953,20
SUBTOTAL					598.880,81
4.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
4.1	Sinalização horizontal				

4.11	Pintura de faixas, setas, zebra- dos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	798,00	23,00	18.354,00
SUBTOTAL					18.354,00
TOTAL					626.124,81

IV - CUSTO DA OBRA:

Conforme proposta apresentada no processo de Licitação nº 29/2010, que restou VENCEDORA, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, cotou os valores abaixo descritos.

ORÇAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTI- DADE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1. SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Placa de obra	m²	4,00	120,00	480,00
SUBTOTAL					480,00
2. DRENAGEM					
2.1	Elevação de caixa de captação plu- vial, tipo grelha de ferro fundido - nivelamento	unid	54,00	90,00	4.860,00
2.2	Elevação de poço de visita com tampa de concreto - nivelamento	unid	1,00	90,00	90,00
SUBTOTAL					4.950,00
3. PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e execução)					
3.1	Compactação de emboques a 100% PN	m²	1.807,70	2,00	3.615,40
3.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de brita graduada e=10cm	m³	180,77	72,00	13.015,44
3.3	Imprimação CM-30 para embo- ques	m²	1.807,70	2,50	4.519,25
3.4	Pintura de ligação RR-2C	m²	29.984,30	1,30	38.979,59
3.5	Revestimento em C.B.U.Q. "faixa C" DNER				
3.5.1	Fornecimento e execução (concre- to betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 5,0 cm em todos os emboques não pavimentados	m³	90,39	390,00	35.252,10
3.5.2	Fornecimento e execução (Pré misturado a Quente) e usinagem, e= 4,0 cm.	m³	563,53	350,00	197.235,50
3.5.3	Fornecimento e execução (concre- to betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 4,0cm.	m³	563,53	390,00	219.776,70
SUBTOTAL					512.393,98
4. SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
4.1	Sinalização horizontal				
4.11	Pintura de faixas, setas, zebra- dos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	798,00	15,00	11.970,00
SUBTOTAL					11.970,00
TOTAL					529.793,98

ADITIVO A 30/2010

ORÇAMENTO

1. SERVIÇOS PRELIMINARES					
Item	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUAN- TIDE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1. SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Escavação, carga e transporte de materiais de 1º categoria pra bota fora, DMTI, 0km	m³	1.500,00	R\$ 5,85	R\$ 8.775,00
1.2	Execução de relocação de postes e acessórios	vb	1,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Total do Item					9.775,00
2 SERVIÇOS DE CONTENÇÃO (fornecimento e execução)					
2.1	Enrocamento	m³	72,00	R\$ 24,00	R\$ 1.728,00
Total do Item					R\$ 1.728,00
3. DRENAGEM (fornecimento e execução)					
3.1	Tubulação de drenagem urbana ser berço. Fornecimento e colocação para Ø 40 cm	m	50	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
3.2	Execução de caixa coletora	unid	10,00	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
4 PAVIMENTAÇÃO (fornecimento e execução)					
4.1	Compactação de subleito a 100% PN	m²	1.500,00	R\$ 2,00	R\$ 3.000,00
4.2	Fornecimento, transporte e execução de material de 2º categoria pra sub-base	m³	1.300,00	R\$ 2400	R\$ 31.200,00
4.3	Fornecimento, carga, trans- porte, espalhamento e com- pactação de brita graduada.	m³	150,00	R\$ 7200	R\$ 10.800,00
4.4	Imprimação CM-30	m²	1.300,00	R\$ 2,50	R\$ 3.250,00
4.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	1.300,00	R\$ 1,30	R\$ 1.690,00
4.6	Revestimento em C.B.U.Q. "faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (Pré misturado a quente) e usinagem (para conformação do novo greide)	m³	102,00	R\$ 350,00	R\$ 35.700,00
4.6.2	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e= 5,0 cm.	m³	65,00	R\$ 390,00	R\$ 25.350,00
Total do item					R\$ 110.990,00
5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES (fornecimento e execução)					
5.1	Meio fio de concreto moldado in loco	m	415,20	R\$ 15,00	R\$ 6.228,00
Total do item					R\$ 6.228,00
TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 132.371,00

O Processo de licitação nº 29/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

O valor total da obra restou em:

- Contrato inicial: R\$529.793,98
- Aditivo A30/2010: R\$132.371,00

Totalizando R\$662.164,98 (Seiscentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos).



V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

RELAÇÃO DOS LINDEIROS, METRAGENS, VALOR ANTES DA OBRA REALIZADA.

Imóvel	Lindeiro Lado Direito	Testa-da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
		(m)	m2	
263	RENATO RUBIN	45,00	225,00	54.239,21
261	ROLANDO SCHULTZ	50,00	250,00	93.140,20
259	ROLANDO SCHULTZ	97,00	485,00	96.009,30
257	EUGENIO VIERGUTZ	58,00	290,00	99.523,79
255	LEOPOLDO JURK	100,00	500,00	40.946,56
8189	PATRICIA HASSE ONOFRE	52,80	264,00	54.333,82
250	ARLINDO SCHEFFLER	23,00	115,00	40.759,58
8191	FERNANDO RODRIGO DA ROSA	15,00	75,00	6.743,65
8192	JAISON MATEUS DE SOUZA	15,00	75,00	6.766,20
4753	CENTRO DE CONDUTORES - VIA ÚNICA	30,00	150,00	29.578,89
7966	LONI HASSE POMMERENING	68,65	343,25	42.468,55
249	THEREZINA GUESSER RISTAU	13,75	68,75	24.375,19
3321	AVELINO RISTAU	16,55	82,75	6.519,84
6111	HADELIN FRITZKE	42,70	213,50	20.285,43
4561	OSCAR ENGELMANN	52,00	260,00	41.166,90
228	JOÃO DE MOURA ANDRADE	16,64	83,20	15.600,80
227	NALBOR GESSER	20,00	100,00	41.100,22
224	RENATO MAASS	28,50	142,50	42.560,06
4562	ALIRIO MARCILIO	25,50	127,50	41.510,64
223	SILVANA PASOLD	35,00	175,00	70.744,33
5613	PASOLD EMPREENDIMENTOS	92,60	463,00	114.113,81
3271	SIMONE PASOLD PAVANELLO	29,00	145,00	67.509,11
	RUA DOM PEDRO	14,00	140,00	
317	SALVADOR DE ASSIS	28,30	141,50	28.032,57
326	FLORENTINO GERALDO SALOMON	23,15	115,75	35.596,60
316	AUTO POSTO SALOMON	44,00	220,00	17.623,40
315	AUTO POSTO SALOMON	21,30	106,50	48.267,56
314	CIZESKI INCORPORADORA	16,00	80,00	55.782,56
313	MOACIR JOSÉ CIZESKI	15,00	75,00	52.082,15
312	MOACIR JOSÉ CIZESKI	18,50	92,50	36.476,23
3328	ARNO MERTEN	45,75	228,75	20.895,78
311	STM ADMINISTRADORA DE BENS	20,50	102,50	23.376,47
310	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	74,00	370,00	62.219,03
308	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	12,00	60,00	32.074,82
306	ANGELORI L. SALOMON AVELINO E OUTROS	30,00	150,00	19.740,20
3327	JOSÉ MORAIS	30,00	150,00	12.743,01
305	MARIA FREIBERGER	49,00	245,00	50.971,03
4774	JOSE IRLANDI FELIPPI	22,00	110,00	6.441,42
TOTAL				

Imóvel	LINDEIROS LADO ESQUERDO	Testa-da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
		(m)	m2	
423	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA	51,50	257,50	391.938,15
422	OSNIR PAVANELLO	18,00	90,00	40.432,78
421	ROSILENE KNOOP TOMASELLI	22,00	110,00	8.209,66
420	VOLNEI JORGE BERNARDI	20,00	100,00	29.663,81
419	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	17,00	85,00	5.725,71
418	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	2,50	12,50	15.921,92
417	GILBERTO PAULO SALOMON	15,00	75,00	13.392,26
416	OSNI JOSÉ SALOMON	21,00	105,00	9.817,91
415	OSNI JOSÉ SALOMON	32,20	161,00	25.008,93
413	ARILDO MATEUS DE SOUZA	19,30	96,50	24.455,23
410	PREFEITURA MUNICIPAL	33,00	165,00	8.507,60
409	MARISETE MARIA KLEINE	15,00	75,00	7.514,10
408	CELSON LUIZ DE AVILA DOS PASSOS	15,00	75,00	51.092,64
405	ORLI AVI	14,00	70,00	19.481,70
403	ANTONIO MASSANEIRO	20,00	100,00	4.878,14
5003	LEONARDO SALOMON	7,70	38,50	3.765,77
4163	ORLI AVI	23,00	115,00	11.585,24
400	ROSA GEORG	41,00	205,00	25.694,00
397	MANOEL LUIZ GONÇALVES	5,00	25,00	33.271,12
396	LUZIA DE FATIMA A KIENEN	23,00	115,00	31.833,97
395	CLAUDIO ADÃO DA CRUZ	16,00	80,00	28.286,53
392	ROSANI RUCKERT LOMBARDI	26,00	130,00	45.944,79
391	ERNALDO RUCKERT	36,00	180,00	47.412,22
389	ERNALDO RUCKERT	35,00	175,00	15.787,80
388	MARIO RUCKERT	35,00	175,00	68.065,12
387	JOSE MOTTER E OUTROS	80,00	400,00	89.414,57
386	INGO HASSE	93,30	466,50	82.172,31
385	INGO HASSE	39,70	198,50	64.452,04
382	ALCIDES MULLER	53,00	265,00	16.668,99
5757	CALTON DJON WEISS e TAINÁ CARMEM WEISS	92,80	464,00	239.480,76
4402	MORGANA E LUANA LUDTKE	35,00	175,00	15.261,54
5760	ARNO HEINZ WEISS	5,00	25,00	2.805,42
380	MERABE WEISS MELDOLA	17,00	85,00	44.184,61
379	NILVANIA WEISS MELDOLA	17,00	85,00	20.153,39
377	ADOLF WEISS	30,00	150,00	41.682,82
375	RUDIBERT HACKBARTH	18,00	90,00	55.567,44
374	ROSIMERY KATIA V. HACKBARTH	19,00	95,00	48.661,76
373	DORIVAL AFONSO JAHN	131,00	655,00	211.207,00
370	CAIMAN INDÚSTRIA ECOMÉRCIO DE MALHAS LTDA	99,00	495,00	526.654,97
369	OSCAR SIPERT	13,70	68,50	31.253,15
368	VALDECI DALLABONA	7,00	35,00	28.361,86
TOTAL				

VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão,



após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS LINDEIROS, METRAGENS, VALOR APÓS A OBRA REALIZADA

Imóvel	LINDEIRO LADO DIREITO	Testa- da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) APÓS obra realizada
		(m)	m2	
263	RENATO RUBIN	45,00	225,00	63.611,84
261	ROLANDO SCHULTZ	50,00	250,00	103.554,23
259	ROLANDO SCHULTZ	97,00	485,00	116.212,53
257	EUGENIO VIERGUTZ	58,00	290,00	111.604,07
255	LEOPOLDO JURK	100,00	500,00	61.774,63
8189	PATRICIA HASSE ONOFRE	52,80	264,00	65.331,04
250	ARLINDO SCHEFFLER	23,00	115,00	45.550,04
8191	FERNANDO RODRIGO DA ROSA	15,00	75,00	9.867,86
8192	PATRICIA HASSE ONOFRE	15,00	75,00	9.890,41
4753	CENTRO DE CONDUTORES - VIA ÚNICA	30,00	150,00	35.827,31
7966	LONI HASSE POMMERENING	68,65	343,25	56.767,02
249	THEREZINA GUESSER RISTAU	13,75	68,75	27.239,05
3321	AVELINO RISTAU	16,55	82,75	9.966,89
6111	HADELIN FRITZKE	42,70	213,50	29.179,02
4561	OSCAR ENGELMANN	52,00	260,00	51.997,50
228	JOÃO DE MOURA ANDRADE	16,64	83,20	19.066,59
227	NALBOR GESSER	20,00	100,00	45.265,83
224	RENATO MAASS	28,50	142,50	48.496,06
4562	ALIRIO MARCILIO	25,50	127,50	46.821,80
223	SILVANA PASOLD	35,00	175,00	78.034,15
5613	PASOLD EMPREENDIMENTOS	92,60	463,00	133.400,60
3271	SIMONE PASOLD PAVANELLO	29,00	145,00	73.549,25
	RUA DOM PEDRO	14,00	140,00	
317	SALVADOR DE ASSIS	28,30	141,50	33.926,91
326	LEONARDO SALOMON	23,15	115,75	40.418,30
316	AUTO POSTO SALOMON	44,00	220,00	26.787,75
315	MARCOS SIMÃO SALOMON	21,30	106,50	52.703,94
314	CIZESKI INCORPORADORA	16,00	80,00	59.115,05
313	MOACIR JOSÉ CIZESKI	15,00	75,00	55.206,36
312	MOACIR JOSÉ CIZESKI	18,50	92,50	40.329,42
3328	ARNO MERTEN	45,75	228,75	30.424,62
311	STM ADMINISTRADORA DE BENS	20,50	102,50	27.646,22
310	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	74,00	370,00	77.631,80
308	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	12,00	60,00	34.574,19
306	ANGELORI L. SALOMON AVELINO E OUTROS	30,00	150,00	25.988,62
3327	JOSÉ MORAIS	30,00	150,00	18.991,43
305	MARIA FREIBERGER	49,00	245,00	61.176,78
4774	ANTONIO GENEZIO NECKER E OUTROS	22,00	110,00	11.023,60
TOTAL				

Imóvel	Lindeiros Lado Esquerdo	Testa- da	Área	Valor Venal do imóvel (R\$) APÓS obra realizada
		(m)	m2	
423	BAMAK EQUIPAMENTOS LTDA	51,50	257,50	402.664,61
422	OSNIR PAVANELLO	18,00	90,00	44.181,83
421	ROSILENE KNOOP TOMASELLI	22,00	110,00	12.791,84
420	VOLNEI JORGE BERNARDI	20,00	100,00	33.829,42
419	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	17,00	85,00	9.266,48
418	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	2,50	12,50	16.442,62
417	GILBERTO PAULO SALOMON	15,00	75,00	16.516,47
416	OSNI JOSÉ SALOMON	21,00	105,00	14.191,80
415	OSNI JOSÉ SALOMON	32,20	161,00	31.715,57
413	ARILDO MATEUS DE SOUZA	19,30	96,50	28.475,05
410	PREFEITURA MUNICIPAL	33,00	165,00	15.380,86
409	MARISETE MARIA KLEINE	15,00	75,00	10.638,31
408	CELSON LUIZ DE AVILA DOS PASSOS	15,00	75,00	54.216,85
405	ORLI AVI	14,00	70,00	22.397,63
403	ANTONIO MASSANEIRO	20,00	100,00	9.043,75
5003	LEONARDO SALOMON	7,70	38,50	5.369,53
4163	ORLI AVI	23,00	115,00	16.375,70
400	ROSA GEORG	41,00	205,00	34.233,51
397	MANOEL LUIZ GONÇALVES	5,00	25,00	34.312,52
396	LUZIA DE FATIMA A KIENEN	23,00	115,00	36.624,43
395	CLAUDIO ADÃO DA CRUZ	16,00	80,00	31.619,02
392	ROSANI R. LOMBARDI	26,00	130,00	51.360,09
391	ERNALDO RUCKERT	36,00	180,00	54.910,32
389	ERNALDO RUCKERT	35,00	175,00	23.077,62
388	MARIO RUCKERT	35,00	175,00	75.354,94
387	RONILDA RUCKERT	80,00	400,00	106.077,02
386	INGO HASSE	93,30	466,50	101.604,90
385	INGO HASSE	39,70	198,50	72.720,78
382	ALCIDES MULLER	53,00	265,00	27.707,87
5757	CALTON DJON WEISS e TAINÁ CARMEM WEISS	92,80	464,00	258.809,21
4402	MORGANA E LUANA LUDTKE	35,00	175,00	22.551,36
5760	ARNO WEISS	5,00	25,00	3.846,82
380	MERABE WEISS MELDOLA	17,00	85,00	47.725,38
379	NILVANIA WEISS MELDOLA	17,00	85,00	23.694,16
377	ADOLF WEISS	30,00	150,00	47.931,24
375	RUDIBERT HACKBARTH	18,00	90,00	59.316,49
374	ROSIMERY KATIA V. HACKBARTH	19,00	95,00	52.619,09
373	DORIVAL AFONSO JAHN	131,00	655,00	238.491,77
370	CAIMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA	99,00	495,00	547.274,76
369	OSCAR SIPERT	13,70	68,50	34.106,60
368	VALDECI DALLABONA	7,00	35,00	29.819,82
TOTAL				

VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 35% (trinta e cinco por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.



VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado, a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 código tributário municipal, É DEVIDA aos Lindeiros não aderentes à parceria, conforme artigo 3, §2º da Lei nº 1769/2009. Corresponde por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valoriza- ção do Imóvel	Valores absorvi- dos pelo Município (35%)	VALOR DEVIDO PELO LIN- DEIRO
8191	FERNANDO RODRIGO DA ROSA	3.124,21	1.093,47	2.030,74
4561	OSCAR ENGELMANN	10.830,60	3.790,71	7.039,89
314	CIZESKI INCORPORADORA	3.332,49	1.166,37	2.166,12
313	MOACIR JOSÉ CIZESKI	3.124,21	1.093,47	2.030,74
312	MOACIR JOSÉ CIZESKI	3.853,19	1.348,62	2.504,58
3328	ARNO MERTEN	9.528,84	3.335,09	6.193,75
311	STM ADMINISTRADORA DE BENS	4.269,75	1.494,41	2.775,34
310	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	15.412,77	5.394,47	10.018,30
308	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	2.499,37	874,78	1.624,59
3327	JOSÉ MORAIS	6.248,42	2.186,95	4.061,47
305	MARIA FREIBERGER	10.205,75	3.572,01	6.633,74
				47.079,25

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valoriza- ção do Imóvel	Valores absorvi- dos pelo Município (50%)	VALOR DEVIDO PELO LIN- DEIRO
420	VOLNEI JORGE BERNARDI	4.165,61	1.457,96	2.707,65
419	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	3.540,77	1.239,27	2.301,50
418	VENDELINO CRISOSTOMO SALOMON	520,70	182,25	338,46
417	GILBERTO PAULO SALOMON	3.124,21	1.093,47	2.030,74
416	OSNI JOSÉ SALOMON	4.373,89	1.530,86	2.843,03
415	OSNI JOSÉ SALOMON	4.373,89	2.347,32	4.359,31
409	MARISETE MARIA KLEINE	3.124,21	1.093,47	2.030,74
403	ANTONIO MASSANEIRO	4.165,61	1.457,96	2.707,65
400	ROSA GEORG	8.539,51	2.988,83	5.550,68
388	MARIO RUCKERT	7.289,82	2.551,44	4.738,39
382	ALCIDES MULLER	11.038,88	3.863,61	7.175,27
5757	CALTON DJON WEISS e TAINÁ CARMEM WEISS	19.328,45	6.764,96	12.563,49
				49.346,90

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício míni-

mo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributaria devida por cada proprietário esta exposto no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O prazo para contestação dos itens relatados neste edital, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder, 21 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal



ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 17/2009-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2009****Número do Registro de Preços: 10/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados do Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Pref

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Serviço de Mão de obra elétrica.	HR	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6254)		33,5000	1
			MECANICA LERFEI LTDA ME (6168)		75,0000	2
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA	HR	MECANICA LERFEI LTDA ME (6168)		30,0000	1
			RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6254)		32,5000	2

SCHROEDER , 26 de Outubro de 2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 06/2009-FIA**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2009****Número do Registro de Preços: 5/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Muni

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Serviço de Mão de obra elétrica.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6104)		33,5000	1
			MECANICA LERFEI LTDA ME (6112)		75,0000	2
2	Serviço de Mão de obra Mecânica.	H	MECANICA LERFEI LTDA ME (6112)		30,0000	1
			RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (6104)		32,5000	2

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2009-PMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2009

Número do Registro de Preços: 49/2009

Data do Registro: 26/10/2009

Válido até: 26/10/2010

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	275967A2 Tubo (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		54,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		55,0000	2
2	149560A1 Abraçadeira (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		10,6000	1
3	614 - 10025 Parafuso (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,5000	2
4	896 - 11010 Arruela (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,1900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		0,2000	2
6	A170467 Abraçadeira (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		52,7000	1
7	75263264 Tubo (silencioso)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.337,0000	1
8	75264114 Tampa (radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		123,0000	1
9	75262868 Mangueira(radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		165,8000	1
10	214 - 1440 Abraçadeira (radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		17,5000	1
11	75262869 Mangueira (radiador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		272,8000	1
12	829 - 1410 Porca (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,2900	1
13	895 - 11010 Arruela (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,2000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		0,3000	2
14	75264411 Flange (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		260,0000	1
15	814 - 10070 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,9800	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2009**Número do Registro de Preços: 49/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
16	75264466 Ventilador (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		735,0000	1
17	814 - 10040 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,9000	1
18	75287880 Anel de vedação (bomba d' água)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,1000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,5000	2
19	71100619 Bomba d' água (bomba d' água)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		210,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		211,0000	2
20	8913434 Suporte (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.200,0000	1
21	75312613 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2,7500	1
22	75208250 Rolamento (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		203,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		214,0000	2
23	75288061 Anél elástico (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		3,2000	1
25	75208261 Polia (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		300,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		305,0000	2
26	75208253 Parafuso (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,8000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		2,0000	2
27	75208252 Encosto (ventilador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		153,5000	1
28	75208287 Parafuso (tensor correia)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		3,6000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		5,0000	2
29	71101604 Correia (tensor correia)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		59,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009

Número do Registro de Preços: 49/2009

Data do Registro: 26/10/2009

Válido até: 26/10/2010

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		112,0000	2
30	75286363 Esticador (tensor correia)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		201,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		216,0000	2
31	85820155 Eixo traseiro cardan	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.499,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1.500,0000	2
32	9968410 Cruzeta (árvore)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		36,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		37,0000	2
34	85824344 Retentor (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		34,3000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		40,0000	2
35	85824343 Retentor (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		13,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		14,0000	2
36	85824345 Retentor (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		19,8000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		34,0000	2
37	9967991 Suporte (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		509,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		510,0000	2
38	9967992 Luva (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		39,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		40,0000	2
39	9967993 Espaçador (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		44,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		45,0000	2
40	9967994 Arruela (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		19,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009

Número do Registro de Preços: 49/2009

Data do Registro: 26/10/2009

Válido até: 26/10/2010

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		20,0000	2
41	9963673 Mola (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		3,0000	2
42	85824469 Anel (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		12,4000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		14,0000	2
43	85805969 Bucha (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		11,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		12,0000	2
44	9967678 Anel (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		11,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		12,0000	2
45	9967679 Mola (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		2,0000	2
46	9968004 Tampa (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		3.550,0000	1
47	9967682 Espaçador (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		5,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		6,0000	2
48	99688006 Arruela (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		26,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		27,0000	2
49	9968010 Espaçador (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		38,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		39,0000	2
50	9968008 O' ring (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009

Número do Registro de Preços: 49/2009

Data do Registro: 26/10/2009

Válido até: 26/10/2010

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,0000	2
51	9968007 Luva (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		54,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		55,0000	2
52	9968009 Suporte (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		507,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		508,0000	2
53	85805980 Flange (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		87,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		111,0000	2
54	85805983 Flange (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		87,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		95,0000	2
55	85805988 Bucha (eixo dianteiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		17,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		18,0000	2
56	83417133 Junta (eixo traseiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		4,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		5,0000	2
57	47123297 Disco (eixo traseiro)	UN	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		67,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		70,0000	2
58	81874478 Disco de freio (eixo traseiro)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		41,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		42,0000	2
59	5153180 Mola (pedal)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		20,1600	1
60	85805447 Mangueira (pedal e freio)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		545,8400	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009**Número do Registro de Preços: 49/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
62	85801976 Coifa p/ pó (coluna direção)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		89,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		90,0000	2
63	85805864 Tubo (sist. Hidrául.)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		299,5500	1
64	85803002 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		73,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		74,0000	2
65	85802975 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		55,0000	1
66	85803005 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		104,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		105,0000	2
67	85815517 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		84,4800	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		140,0000	2
68	85813469 Pino (braço)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		92,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		105,0000	2
69	75238130 Faca da caçamba	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.549,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1.550,0000	2
70	8580150 Manopla (controles)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		74,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		102,0000	2
72	85802682 Manopla (controle)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		292,0000	1
73	86982709 Motor de arranque (motor de partida)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2.068,7300	1
74	87424024 Alternador (alternador)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1.847,7100	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009**Número do Registro de Preços: 49/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
75	85803879 Sensor (instalações elétricas)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		166,0600	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		174,0000	2
76	85811390 Sensor (instalações elétricas)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		162,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		186,0000	2
77	85817672 Sensor (instalações elétricas)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		376,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		377,0000	2
78	16044031 Parafuso (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,7000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		1,0000	2
79	70925927 Arruela (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		1,9900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		2,0000	2
80	85817211 Pára - Lama (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		462,3600	1
81	85817210 pá - Lama (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		462,3600	1
82	85801954 Espaçador (paralama)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		5,5500	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		12,0000	2
83	75260107 Assento (assento)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		2.884,0000	1
84	16043431 Parafuso (assento)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,3500	1
85	11193871 Arruela (assento)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		0,2000	1
86	87428629 Conjunto de juntas (reparo lança)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		89,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		90,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2009**Número do Registro de Preços: 49/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, Pregão Presencial Registro de Preço nº 95/2009-PMS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
87	87312900 Kit anéis de vedação (reparo lança)	PC	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (9700)		59,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (8310)		60,0000	2

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.



ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO 38/2009-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2009**Número do Registro de Preços: 18/2009****Data do Registro: 26/10/2009****Válido até: 26/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para serviços de mão de obra elétrica e mecânica para manutenção nos veículos lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	SERVIÇO DE MAO DE OBRA ELETRICA	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (7059)		33,5000	1
			MECANICA LERFEI LTDA ME (6029)		75,0000	2
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA	H	MECANICA LERFEI LTDA ME (6029)		30,0000	1
			RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (7059)		32,5000	2

SCHROEDER, 26 de Outubro de 2009.



ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 98/2009-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010****Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 12/02/2010****Válido até: 12/02/2010****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Óleo Diesel (B4 interior)	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)		1,8540	1

SCHROEDER, 12 de Fevereiro de 2010.



Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de licitação Nº 13/2010

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2010

Edital de Pregão Presencial nº 05/2010

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Pregão Presencial que tem por objeto a Aquisição de Medicamentos destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega das propostas até às 8h30min do dia 17/08/2010.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 23 de Julho de 2010

BRUNO HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal da Saúde

Processo de licitação Nº 79/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 79/10

Concorrência Pública nº 03/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA PUBLICA, por Concessões e Permissões que tem por objeto promover a seleção de Empresa para explorar as dependências do Ginásio Municipal \"Francisco Cacildo Froelich\", e do Centro Esportivo Municipal, no que tange aos serviços de copa e cozinha e limpeza dos referidos locais, por Concessão de Uso.

Entrega das propostas até às 8h45min do dia 27/08/2010..

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 26 de julho de 2010.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.564.153,87	17,82	4.753.734,89	54,17	4.022.218,91
RECEITAS CORRENTES	8.340.031,80	8.340.031,80	1.552.867,67	18,62	4.467.378,98	53,57	3.872.652,82
RECEITA TRIBUTARIA	388.424,60	388.424,60	75.405,48	19,41	225.032,35	57,93	163.392,25
IMPOSTOS	239.610,93	239.610,93	58.859,65	24,56	142.682,95	59,55	96.927,98
TAXAS	118.813,67	118.813,67	13.959,73	11,75	72.439,15	60,97	46.374,52
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	2.586,10	8,62	9.910,25	33,03	20.089,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	62.491,64	62.491,64	12.514,60	20,03	34.259,05	54,82	28.232,59
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	62.491,64	62.491,64	12.514,60	20,03	34.259,05	54,82	28.232,59
RECEITA PATRIMONIAL	54.049,80	54.049,80	9.050,03	16,74	24.762,42	45,81	29.287,38
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	54.049,80	54.049,80	9.050,03	16,74	24.762,42	45,81	29.287,38
RECEITA AGROPECUARIA	1.852,56	1.852,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.852,56
Outras Rec. Agropecuárias	1.852,56	1.852,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.852,56
RECEITA DE SERVIÇOS	250.233,61	250.233,61	42.471,87	16,97	156.381,54	62,49	93.852,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.558.738,87	7.558.738,87	1.406.308,15	18,61	4.008.331,92	53,03	3.550.406,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.539.338,88	7.539.338,88	1.375.049,05	18,24	3.946.053,86	52,34	3.593.285,02
Transf. de Conv.	19.399,99	19.399,99	31.259,10	161,13	62.278,06	321,02	-42.878,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.240,72	24.240,72	7.117,54	29,36	18.611,70	76,78	5.629,02
Multas e Juros de Mora	5.425,72	5.425,72	5.849,01	107,80	15.396,98	283,78	-9.971,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.000,00	15.000,00	495,13	3,30	2.138,15	14,25	12.861,85
RECEITAS DIVERSAS	3.815,00	3.815,00	773,40	20,27	1.076,57	28,22	2.738,43
RECEITAS DE CAPITAL	435.922,00	435.922,00	11.286,20	2,59	286.355,91	65,69	149.566,09
ALIENAÇÃO DE BENS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	48.978,00	48.978,00	11.286,20	23,04	21.355,91	43,60	27.622,09
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	219.944,00	219.944,00	0,00	0,00	265.000,00	120,49	-45.056,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	106.944,00	106.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.944,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	113.000,00	113.000,00	0,00	0,00	265.000,00	234,51	-152.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Receitas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.564.153,87	17,82	4.753.734,89	54,17	4.022.218,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.564.153,87	17,82	4.753.734,89	54,17	4.022.218,91
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	189.413,79	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.775.953,80	8.775.953,80	1.564.153,87	17,82	4.943.148,68	54,17	4.022.218,91
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	822.375,43	—	—	586.003,93	—	—
Superávit Financeiro	—	822.375,43	—	—	586.003,93	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.775.953,80	1.535.236,15	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	47,94	5.368.041,27
DESPESAS CORRENTES	7.221.246,29	415.277,51	7.636.523,80	1.061.834,61	4.599.348,08	1.340.399,85	3.656.649,79	47,88	3.979.874,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	225.150,00	0,00	225.150,00	37.465,01	116.053,36	37.465,01	116.053,36	51,54	109.096,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.358.828,66	5.032,28	3.363.860,94	594.469,79	1.649.696,74	593.584,60	1.647.899,55	48,99	1.715.961,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	0,00	42.000,00	-374,44	41.625,56	5.093,63	17.090,07	40,69	24.909,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.474,00	-60.000,00	70.474,00	262,00	27.534,46	3.599,54	14.067,90	19,96	56.406,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.464.793,63	470.245,23	3.935.038,86	430.012,25	2.764.437,96	700.657,07	1.861.538,91	47,31	2.073.499,95
DESPESAS DE CAPITAL	1.539.707,51	1.119.958,64	2.659.666,15	572.909,77	1.828.777,83	450.932,52	1.286.498,89	48,37	1.373.167,26
INVESTIMENTOS	94.000,00	-90.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
INVESTIMENTOS	1.150.707,51	1.209.958,64	2.360.666,15	573.323,62	1.537.691,68	407.854,91	1.131.409,37	47,93	1.229.256,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	295.000,00	0,00	295.000,00	-413,85	291.086,15	43.077,61	155.089,52	52,57	139.910,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.775.953,80	1.535.236,15	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	47,94	5.368.041,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.775.953,80	1.535.236,15	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	47,94	5.368.041,27
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.775.953,80	1.535.236,15	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	47,94	5.368.041,27

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.551.522,27	0,00
Pessoal Ativo	3.524.486,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	27.035,80	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.551.522,27	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	3.551.522,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		8.551.530,36
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		41,53
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		5.130.918,22
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		4.874.372,31

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	797.186,52	642.097,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	688.514,78	538.725,25	0,00
Interna	688.514,78	538.725,25	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	108.671,74	103.371,75	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.340.324,82	776.416,75	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.330.308,99	1.552.239,28	0,00
Demais Haveres Financeiros	25.900,85	25.900,85	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.885,02	801.723,38	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-543.138,30	-134.319,75	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.123.383,91	8.551.530,36	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,81%	7,51%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,69%	-1,57%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	9.748.060,69	10.261.836,43	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	8.466,11	39.286,24	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	555.862,99	121.099,18	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00





Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.775.953,80	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	100,00	47,94	5.368.041,27
LEGISLATIVA	449.624,00	299.624,00	37.727,01	143.587,82	41.064,55	130.121,26	2,63	43,43	169.502,74
AÇÃO LEGISLATIVA	449.624,00	299.624,00	37.727,01	143.587,82	41.064,55	130.121,26	2,63	43,43	169.502,74
Administração	1.141.231,00	1.433.037,80	284.294,58	1.078.866,03	232.249,65	686.129,99	13,88	47,88	746.907,81
Administração Geral	1.141.231,00	1.433.037,80	284.294,58	1.078.866,03	232.249,65	686.129,99	13,88	47,88	746.907,81
Segurança Pública	17.540,00	21.222,59	91,00	8.196,19	2.649,50	7.524,19	0,15	35,45	13.698,40
Policiamento	17.540,00	21.222,59	91,00	8.196,19	2.649,50	7.524,19	0,15	35,45	13.698,40
Assistência Social	212.825,40	237.447,45	18.893,02	109.441,89	35.042,23	93.088,48	1,88	39,20	144.358,97
Assistência ao Idoso	44.421,40	64.421,40	3.910,96	16.192,66	6.791,26	11.078,12	0,22	17,20	53.343,28
Assistência ao Portador de Deficiência	2.350,00	2.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	74.220,00	74.220,00	4.573,63	43.858,96	14.138,55	38.733,03	0,78	52,19	35.486,97
Assistência Comunitária	91.834,00	96.456,05	10.408,43	49.390,27	14.112,42	43.277,33	0,88	44,87	53.178,72
Saúde	1.807.640,52	2.126.267,12	566.855,58	1.290.854,75	458.239,78	969.468,05	19,61	45,59	1.156.799,07
Atenção Básica	1.391.967,00	1.693.842,29	450.938,39	1.040.468,59	350.692,59	727.451,89	14,72	42,95	966.390,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	397.500,00	412.845,00	115.567,19	249.747,76	107.197,19	241.377,76	4,88	58,47	171.467,24
Vigilância Epidemiológica	18.173,52	19.579,83	350,00	638,40	350,00	638,40	0,01	3,26	18.941,43
Educação	2.198.140,24	2.128.673,16	277.766,43	784.234,32	299.980,30	739.042,85	14,95	34,72	1.389.630,31
Administração Geral	136.080,00	105.115,00	15.969,85	51.890,22	18.855,34	44.177,11	0,89	42,03	60.937,89
Ensino Fundamental	1.473.703,14	1.491.136,06	197.141,10	559.147,66	210.008,30	537.817,53	10,88	36,07	953.318,53
Ensino Médio	99.900,05	82.665,05	4.401,66	15.516,66	6.041,16	9.341,66	0,19	11,30	73.323,39
Ensino Superior	10.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	394.041,05	394.041,05	60.253,82	141.479,78	59.825,50	138.256,55	2,80	35,09	255.784,50
Educação de Jovens e Adultos	5.416,00	5.416,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.416,00
Educação Especial	79.000,00	25.300,00	0,00	16.200,00	5.250,00	9.450,00	0,19	37,35	15.850,00
Cultura	112.485,00	99.485,00	9.009,96	35.266,29	9.808,83	32.371,48	0,65	32,54	67.113,52
Difusão Cultural	112.485,00	99.485,00	9.009,96	35.266,29	9.808,83	32.371,48	0,65	32,54	67.113,52
Urbanismo	331.097,30	701.657,89	146.040,84	563.888,60	294.799,12	530.286,36	10,73	75,58	171.371,53
Infra-Estrutura Urbana	261.907,30	632.467,89	145.496,74	519.871,16	290.295,93	506.463,94	10,25	80,08	126.003,95
Abastecimento	69.190,00	69.190,00	544,10	44.017,44	4.503,19	23.822,42	0,48	34,43	45.367,58
Habitação	48.978,00	55.086,87	47.608,14	47.608,14	23.804,07	23.804,07	0,48	43,21	31.282,80
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	47.978,00	54.086,87	47.608,14	47.608,14	23.804,07	23.804,07	0,48	44,01	30.282,80

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.775.953,80	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	100,00	47,94	5.368.041,27
Saneamento	4.995,00	94.995,00	0,00	88.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.995,00
Saneamento Básico Urbano	4.995,00	94.995,00	0,00	88.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.995,00
Agricultura	777.740,33	1.381.740,33	66.262,00	1.114.543,21	131.971,03	919.862,47	18,61	66,57	461.877,86
Abastecimento	94.310,00	109.310,00	-432,65	75.686,00	9.484,27	47.438,07	0,96	43,40	61.871,93
Extensão Rural	677.580,33	1.261.580,33	67.307,15	1.034.582,21	121.218,69	869.618,82	17,59	68,93	391.961,51
Telecomunicações	5.850,00	10.850,00	-612,50	4.275,00	1.268,07	2.805,58	0,06	25,86	8.044,42
Indústria	142.325,40	99.303,40	1.883,29	34.254,68	5.370,11	11.028,12	0,22	11,11	88.275,28
Administração Geral	31.325,40	31.325,40	1.883,29	9.254,68	2.604,51	7.475,91	0,15	23,87	23.849,49
Produção Industrial	111.000,00	67.978,00	0,00	25.000,00	2.765,60	3.552,21	0,07	5,23	64.425,79
Comunicações	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	64.091,64	88.192,64	19.844,22	37.734,71	20.281,58	33.154,14	0,67	37,59	55.038,50
Energia Elétrica	64.091,64	88.192,64	19.844,22	37.734,71	20.281,58	33.154,14	0,67	37,59	55.038,50
Transporte	895.623,97	918.328,00	104.313,24	615.457,13	144.385,69	485.040,77	9,81	52,82	433.287,23
Transporte Rodoviário	895.623,97	918.328,00	104.313,24	615.457,13	144.385,69	485.040,77	9,81	52,82	433.287,23
Desporto e Lazer	211.616,00	274.128,70	54.943,36	142.510,44	43.514,69	110.046,86	2,23	40,14	164.081,84
Desporto Comunitário	167.616,00	206.128,70	54.943,36	142.510,44	43.514,69	110.046,86	2,23	53,39	96.081,84
Lazer	44.000,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00
Encargos Especiais	352.000,00	352.000,00	-788,29	332.711,71	48.171,24	172.179,59	3,48	48,91	179.820,41
Serviço da Dívida Interna	337.000,00	337.000,00	-788,29	332.711,71	48.171,24	172.179,59	3,48	51,09	164.820,41
Outros Encargos Especiais	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.775.953,80	10.311.189,95	1.634.744,38	6.428.125,91	1.791.332,37	4.943.148,68	100,00	47,94	5.368.041,27

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-1

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERIO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	673.521,74	684.573,93	736.584,98	825.081,06	771.542,58	1.137.973,19	806.265,37	795.399,89	874.841,32	926.911,12	925.716,36	868.619,66	10.027.031,20	9.799.701,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.905,96	18.084,67	12.340,89	24.821,41	24.100,13	38.577,92	17.875,93	20.242,83	39.384,54	72.123,57	42.053,60	33.351,88	363.863,33	388.424,60
I.P.T.U.	2.208,98	1.160,86	267,87	99,14	198,84	247,01	0,00	0,00	288,30	28.867,79	4.852,64	4.985,23	43.176,66	39.412,14
I.S.S.	8.890,41	8.253,15	5.838,01	6.994,75	8.368,49	7.633,63	8.377,25	7.341,02	7.202,93	11.501,44	19.290,00	13.117,03	112.808,11	99.675,41
I.T.B.I.	3.628,50	2.960,00	2.580,00	5.737,18	6.422,83	2.589,31	3.895,00	1.804,62	2.900,00	600,00	1.222,42	3.610,00	37.949,86	46.818,38
I.R.R.F	2.541,24	3.232,46	2.801,99	2.530,07	3.386,87	17.280,43	3.648,55	2.548,69	2.438,15	2.409,56	9.283,26	2.499,07	54.600,34	53.705,00
Outras Receitas Tributárias	3.636,83	2.478,20	853,02	9.460,27	5.723,10	10.827,54	1.955,13	8.548,50	26.555,16	28.744,78	7.405,28	9.140,55	115.328,36	148.813,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.923,38	4.334,09	6.236,75	4.226,86	5.886,34	4.448,85	0,00	6.795,38	9.186,48	5.762,59	6.604,20	5.910,40	69.315,32	62.491,64
RECEITA PATRIMONIAL	1.740,83	1.400,49	1.574,39	1.827,82	2.422,09	2.331,87	3.678,38	3.822,57	4.372,12	3.839,32	4.718,21	4.331,82	36.059,91	54.049,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	544,82	891,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,05	1.852,56
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.528,82	16.994,79	19.696,26	18.772,03	21.281,59	22.311,68	17.088,94	39.427,53	35.196,44	22.196,76	18.879,43	23.592,44	269.966,71	250.233,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	625.247,24	640.195,02	694.081,55	770.907,20	714.681,63	1.065.912,40	766.386,34	723.516,25	782.498,03	818.529,54	849.213,28	798.563,22	9.249.731,70	9.018.408,14
Cota-Parte do F.P.M.	238.751,14	277.746,26	245.865,39	282.826,72	353.041,96	543.271,69	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	3.897.170,71	4.192.213,86
Cota-Parte do I.C.M.S.	227.298,07	208.302,83	290.948,22	246.819,93	220.377,64	372.065,44	316.819,10	267.679,99	330.660,54	324.656,31	303.441,38	315.130,92	3.424.200,37	2.998.448,69
Cota-Parte do I.P.V.A.	16.941,50	16.054,68	19.446,84	18.915,23	12.943,59	10.106,56	5.987,44	8.726,60	16.610,30	18.226,18	18.086,11	18.998,62	181.043,65	182.734,41
Cota-Parte do ITR	0,00	28,78	189,72	1.379,49	10,45	6,54	0,00	33,93	9,45	9,61	11,63	9,83	1.689,43	1.968,07
Transferências da LC 61/1989	3.579,58	3.862,61	4.003,94	5.093,24	4.040,70	5.865,60	5.192,84	5.051,82	4.618,59	4.867,68	4.796,18	5.603,96	56.576,74	96.734,18
Transferências da LC 87/1996	1.910,81	1.910,81	1.910,81	1.910,81	1.910,81	1.910,81	2.105,32	2.105,32	2.105,32	2.105,32	2.105,32	2.105,32	24.096,78	23.247,14
Transferências do FUNDEB	53.041,31	55.460,05	57.844,56	58.539,92	61.059,39	66.388,44	64.667,96	57.387,73	63.486,68	67.273,52	66.192,63	66.069,41	737.411,60	643.358,96
Outras Transferências Correntes	83.724,83	76.829,00	73.872,07	155.421,86	61.297,09	66.297,32	80.318,19	26.880,05	100.809,77	84.842,80	64.844,85	52.404,59	927.542,42	879.702,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.175,51	3.564,87	2.110,32	3.634,51	3.170,80	4.390,47	1.235,78	1.595,33	4.203,71	4.459,34	4.247,64	2.869,90	36.658,18	24.240,72
DEDUÇÕES (II)	96.995,47	101.053,83	113.308,89	110.761,40	117.654,67	153.031,41	123.241,30	126.839,16	122.733,23	132.308,93	142.675,71	134.896,84	1.475.500,84	1.499.069,27
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	96.995,47	101.053,83	113.308,89	110.761,40	117.654,67	153.031,41	123.241,30	126.839,16	122.733,23	132.308,93	142.675,71	134.896,84	1.475.500,84	1.499.069,27
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	576.526,27	583.520,10	623.276,09	714.319,66	653.887,91	984.941,78	683.024,07	668.560,73	752.108,09	794.602,19	783.040,65	733.722,82	8.551.530,36	8.300.631,80

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE



Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.695.711,33	7.695.711,33	4.069.522,37	52,88
Impostos	239.610,93	239.610,93	142.682,95	59,55
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	39.412,14	39.412,14	38.993,96	98,94
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Moveis e Dir	46.818,38	46.818,38	14.032,04	29,97
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	99.675,41	99.675,41	66.829,67	67,05
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	53.705,00	53.705,00	22.827,28	42,50
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	8.265,00	8.265,00	735,59	8,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	318,90	15,04
Dívida Ativa dos Impostos	6.145,00	6.145,00	416,69	6,78
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.447.835,40	7.447.835,40	3.926.103,83	52,71
Da União	4.217.429,07	4.217.429,07	1.972.608,21	46,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.192.213,86	4.192.213,86	1.955.667,55	46,65
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.968,07	1.968,07	74,45	3,78
Transferência Financeira do ICMS - LC nº 87/96	23.247,14	23.247,14	12.631,92	54,34
Outras Transferências da União	0,00	0,00	4.234,29	0,00
Do Estado	3.230.406,33	3.230.406,33	1.953.495,62	60,47
Cota-Parte do ICMS	2.998.448,69	2.998.448,69	1.858.388,24	61,98
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	96.734,18	96.734,18	30.131,07	31,15
Cota-Parte do IPVA	135.223,46	135.223,46	64.976,31	48,05
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	454.684,52	454.684,52	203.811,15	44,82
Da União para o Município	405.745,52	405.745,52	177.494,79	43,75
Do Estado para o Município	48.939,00	48.939,00	26.316,36	53,77
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.124.627,22	2.124.627,22	1.263.096,54	59,45
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.499.069,27	-1.499.069,27	-782.695,17	52,21
TOTAL	8.775.953,80	8.775.953,80	4.753.734,89	54,17

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.588.696,52	1.670.816,74	860.978,45	51,53
Pessoal e Encargos Sociais	778.880,00	780.920,89	432.204,49	55,35
Outras Despesas Correntes	809.816,52	889.895,85	428.773,96	48,18
DESPESAS DE CAPITAL	40.444,00	211.950,38	108.489,60	51,19
Investimentos	40.444,00	211.950,38	108.489,60	51,19



Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	40.444,00	211.950,38	108.489,60	51,19
Investimentos	40.444,00	211.950,38	108.489,60	51,19
TOTAL (IV)	1.629.140,52	1.882.767,12	969.468,05	51,49

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.629.140,52	1.882.767,12	969.468,05	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	454.684,52	511.711,89	238.433,17	24,59
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	454.684,52	511.711,89	238.433,17	24,59
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.174.456,00	1.371.055,23	731.034,88	75,41

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>\leq \frac{(V - VI)}{I}</math>²	17,96
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.190.967,00	1.427.842,29	727.451,89	75,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	397.500,00	412.845,00	241.377,76	24,90
Vigilância Epidemiológica	18.173,52	19.579,83	638,40	0,07
Outras Subfunções	22.500,00	22.500,00	0,00	0,00
TOTAL	1.629.140,52	1.882.767,12	969.468,05	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	8.123.383,91	8.551.530,36	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.787.144,46	1.881.336,68	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Município de TUNAPOLIS - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.551.530,36	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.368.244,86	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	598.607,13	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	248.835,93	248.835,93	59.437,02	143.488,05	57,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	44.317,14	44.317,14	10.387,40	39.543,49	89,23
1.1.1- IPTU	39.412,14	39.412,14	9.837,87	38.993,96	98,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.540,00	1.540,00	137,02	137,02	8,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.785,00	2.785,00	357,12	357,12	12,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	580,00	580,00	55,39	55,39	9,55
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	46.818,38	46.818,38	4.832,42	14.032,04	29,97
1.2.1- ITBI	46.818,38	46.818,38	4.832,42	14.032,04	29,97
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	103.995,41	103.995,41	32.434,87	67.085,24	64,51
1.3.1- ISS	99.675,41	99.675,41	32.407,03	66.829,67	67,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	580,00	580,00	4,38	181,88	31,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.360,00	3.360,00	19,86	59,57	1,77
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	380,00	380,00	3,60	14,12	3,72
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	53.705,00	53.705,00	11.782,33	22.827,28	42,50
1.4.1- IRRF	53.705,00	53.705,00	11.782,33	22.827,28	42,50
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.495.346,35	7.495.346,35	1.398.265,02	3.943.528,48	52,61
2.1- Cota-Parte FPM	4.192.213,86	4.192.213,86	727.975,75	1.955.667,55	46,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.192.213,86	4.192.213,86	727.975,75	1.955.667,55	46,65
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.998.448,69	2.998.448,69	618.572,30	1.858.388,24	61,98
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.247,14	23.247,14	4.210,64	12.631,92	54,34
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	96.734,18	96.734,18	10.400,14	30.131,07	31,15
2.5- Cota-Parte ITR	1.968,07	1.968,07	21,46	74,45	3,78
2.6- Cota-Parte IPVA	182.734,41	182.734,41	37.084,73	86.635,25	47,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	7.744.182,28	7.744.182,28	1.457.702,04	4.087.016,53	52,78

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	150.587,07	150.587,07	30.936,35	67.457,56	44,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	74.730,77	74.730,77	11.558,87	38.391,34	51,37
5.2- Outras Transferências do FNDE	75.856,30	75.856,30	19.377,48	29.066,22	38,32
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	22.500,00	2.281,41	7.867,53	34,97
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	22.500,00	22.500,00	2.281,41	7.867,53	34,97
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	359.727,30	359.727,30	45.797,66	94.767,00	26,34
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	536.614,37	536.614,37	79.015,42	170.092,09	31,70

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.499.069,27	1.499.069,27	277.572,55	782.695,17	52,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	838.442,77	838.442,77	145.595,09	391.133,37	46,65
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	599.689,74	599.689,74	123.714,27	371.677,12	61,98
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.649,43	4.649,43	842,12	2.543,20	54,70
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.346,84	19.346,84	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	393,61	393,61	4,28	14,86	3,78
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.546,88	36.546,88	7.416,79	17.326,62	47,41
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	651.588,96	651.588,96	132.882,99	386.413,81	59,30
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	643.358,96	643.358,96	132.262,04	385.077,93	59,85
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.230,00	8.230,00	620,95	1.335,88	16,23
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-855.710,31	-855.710,31	-145.310,51	-397.617,24	46,47

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB





MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	589.750,00	589.750,00	124.220,66	336.271,81	57,02
13.1- Com Educação Infantil	171.425,00	171.425,00	37.145,70	95.191,02	55,53
13.2- Com Ensino Fundamental	418.325,00	418.325,00	87.074,96	241.080,79	57,63
14- OUTRAS DESPESAS	61.838,96	67.796,29	6.697,70	14.217,70	20,97
14.1- Com Educação Infantil	7.279,00	7.279,00	0,00	2.750,00	37,78
14.2- Com Ensino Fundamental	54.559,96	60.517,29	6.697,70	11.467,70	18,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	651.588,96	657.546,29	130.918,36	350.489,51	53,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					87,02
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	1.936.045,57	1.936.045,57	364.425,51	1.021.754,13	52,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	377.410,75	377.410,75	57.438,71	134.584,56	35,66
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	178.704,00	178.704,00	37.145,70	97.941,02	54,81
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	198.706,75	198.706,75	20.293,01	36.643,54	18,44
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.283.265,17	1.293.794,92	181.254,87	487.317,76	37,67
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	472.884,96	478.842,29	93.772,66	252.548,49	52,74
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	810.380,21	814.952,63	87.482,21	234.769,27	28,81
25- ENSINO MÉDIO	43.647,25	43.647,25	2.523,19	2.523,19	5,78
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	136.080,00	105.115,00	18.855,34	44.177,11	42,03
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.840.403,17	1.819.967,92	260.072,11	668.602,62	36,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-397.617,24
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.335,88
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					5.957,33
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-390.324,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.012.226,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,77

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	74.730,77	81.633,94	7.526,01	17.576,01	21,53
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.156,30	158.156,30	25.492,68	38.474,22	24,33
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	236.687,07	243.590,24	33.018,69	56.050,23	23,01
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.077.090,24	2.063.558,16	293.090,80	724.652,85	35,12
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	5.957,33	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	385.077,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	325.424,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.335,88	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	66.946,95	0,00

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 5.957,33, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	797.186,52	797.186,52	642.097,00
DEDUÇÕES (II)	1.340.324,82	1.340.324,82	776.416,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.330.308,99	1.330.308,99	1.552.239,28
Demais Haveres Financeiros	25.900,85	25.900,85	25.900,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.885,02	15.885,02	801.723,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-543.138,30	-543.138,30	-134.319,75
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-543.138,30	-543.138,30	-134.319,75

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	408.818,55	408.818,55

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	28.426,51

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.285.982,00	4.442.616,56	4.442.616,56	3.978.587,23
Receita Tributária	388.424,60	225.032,35	225.032,35	209.227,56
I.P.T.U.	39.412,14	38.993,96	38.993,96	36.851,79
I.S.S.	99.675,41	66.829,67	66.829,67	56.359,56
I.T.B.I.	46.818,38	14.032,04	14.032,04	16.206,50
I.R.R.F.	53.705,00	22.827,28	22.827,28	19.810,28
Outras Receitas Tributárias	148.813,67	82.349,40	82.349,40	79.999,43
Receita de Contribuição	62.491,64	34.259,05	34.259,05	27.081,27
Outras Contribuições	62.491,64	34.259,05	34.259,05	27.081,27
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	54.049,80	24.762,42	24.762,42	21.807,26
(-) Aplicações Financeiras	54.049,80	24.762,42	24.762,42	21.807,26
Transferências Correntes	7.558.738,87	4.008.331,92	4.008.331,92	3.617.079,63
F.P.M.	3.353.771,09	1.564.534,18	1.564.534,18	1.511.258,34
I.C.M.S.	2.398.758,95	1.486.711,12	1.486.711,12	1.138.353,39
Convênios	19.399,99	62.278,06	62.278,06	80.078,00
Outras Transferências Correntes	1.786.808,84	894.808,56	894.808,56	887.389,90
Demais Receitas Correntes	276.326,89	174.993,24	174.993,24	125.198,77
Dívida Ativa	15.000,00	2.138,15	2.138,15	9.755,82
Diversas Receitas Correntes	261.326,89	172.855,09	172.855,09	115.442,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)	435.922,00	286.355,91	286.355,91	203.087,12
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	48.978,00	21.355,91	21.355,91	25.125,47
Alienação de Ativos (V)	165.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	219.944,00	265.000,00	265.000,00	165.441,65
Convênios	113.000,00	265.000,00	265.000,00	165.441,65
Outras Transferências de Capital	106.944,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	12.520,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	221.944,00	265.000,00	265.000,00	177.961,65
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.507.926,00	4.707.616,56	4.707.616,56	4.156.548,88
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	7.636.523,80	3.656.649,79	3.656.649,79	3.606.639,72
Pessoal e Encargos Sociais	3.589.010,94	1.763.952,91	1.763.952,91	1.653.486,56
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.000,00	17.090,07	17.090,07	63.784,47
Outras Despesas Correntes	4.005.512,86	1.875.606,81	1.875.606,81	1.889.368,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	7.594.523,80	3.639.559,72	3.639.559,72	3.542.855,25
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.659.666,15	1.286.498,89	1.286.498,89	521.589,86
Investimentos	2.364.666,15	1.131.409,37	1.131.409,37	416.889,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	295.000,00	155.089,52	155.089,52	104.700,37
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.364.666,15	1.131.409,37	1.131.409,37	416.889,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-





Município de TUNAPOLIS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.974.189,95	4.770.969,09	4.770.969,09	3.959.744,74
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.466.263,95	-63.352,53	-63.352,53	196.804,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	586.003,93	0,00
Superávit Financeiro	-	-	586.003,93	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				68.972,20

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de TUNAPOLIS
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	15.885,02	-	15.885,02	-	132.132,14	423.730,85	-	341.334,37	214.528,62
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	15.885,02	0,00	15.885,02	0,00	132.132,14	423.730,85	0,00	341.334,37	214.528,62
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FIN.	0,00	10.349,73	0,00	10.349,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.490,00	0,00	1.490,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE, OBRAS E U	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.132,14	0,00	0,00	29.449,40	102.682,74
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E I	0,00	4.375,84	0,00	4.375,84	0,00	0,00	329.987,65	0,00	236.558,21	93.429,44
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR	0,00	1.159,45	0,00	1.159,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO, CULTURA E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.253,20	0,00	73.836,76	18.416,44
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	15.885,02	0,00	15.885,02	0,00	132.132,14	423.730,85	0,00	341.334,37	214.528,62

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Município de TUNAPOLIS
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.551.522,27	41,53
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.130.918,22	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	4.874.372,31	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-134.319,75	-1,57
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.261.836,43	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.881.336,68	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.368.244,86	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	598.607,13	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	743.989,31	(1.044.723,13)

TUNAPOLIS, 30/06/2010

ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de TUNAPOLIS

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	8.775.953,80	
Previsão Atualizada		—	8.775.953,80	
Receitas Realizadas		4.753.734,89	4.753.734,89	
Déficit Orçamentário		—	189.413,79	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	586.003,93	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	8.775.953,80	
Créditos Adicionais		—	1.535.236,15	
Dotação Atualizada		—	10.311.189,95	
Despesas Empenhadas		6.428.125,91	6.428.125,91	
Despesas Liquidadas		4.943.148,68	4.943.148,68	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		6.428.125,91	6.428.125,91	
Despesas Liquidadas		4.943.148,68	4.943.148,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			8.551.530,36	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		28.426,51	408.818,55	1.438,16
Resultado Primário		68.972,20	-63.352,53	-91,85
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.885,02	0,00	15.885,02	0,00
EXECUTIVO	15.885,02	0,00	15.885,02	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	555.862,99	0,00	341.334,37	214.528,62
EXECUTIVO	555.862,99	0,00	341.334,37	214.528,62
TOTAL:	571.748,01	0,00	357.219,39	214.528,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.012.226,35	25%	24,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		336.271,81	60%	87,02
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.286.498,89	1.373.167,26	

Continua 1/2





Município de TUNAPOLIS

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	165.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	125.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	731.034,88	15,00	17,96

TUNAPOLIS, 30/06/2010

 ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Leilão PMT 74/2010

Aviso de Licitação

Modalidade de Leilão

A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de seu Leiloeiro torna a público que fará realizar processo licitatório modalidade de Leilão Público a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 74/2010 - Modalidade - LEILÃO nº. 74/2010 - Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Alienação de lixo reciclado do Município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 10/08/2010

Abertura da Sessão para abertura dos envelopes e em seguida para lances: a partir das 14:00 horas do dia 10/08/2010

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

JOSE SIDNEI JANUÁRIO

Leiloeiro

CAMARA DE VEREADORES DE TURVO

RELATORIO DE GESTAO FISCAL

RELATORIO DE GESTAO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

JULHO/2009 A JUNHO/2010

Município de TURVO - Poder Legislativo

CAMARA MUNICIPAL DE TURVO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	597.874,04	0,00
Pessoal Ativo	579.874,04	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	18.000,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	597.874,04	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	597.874,04	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.413.532,69	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,43	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.044.811,96	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	992.571,36	
FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

TURVO, 22/07/2010

ALBENOR GIUSTI
Presidente da Câmara

AFONSO MANFREDINI NETO
Contador CRC-SC 004854/O-0



Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 0999/10

PORTARIA nº 0999/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ODILA MARIA ZAGO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0989/10

PORTARIA nº 0989/10

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.072/10,

RESOLVE

Autorizar o Uso do Largo da Estação Ferroviária pela Empresa Videcross Comércio de Motos Ltda, na data de 18 de junho de 2.010, a partir das 08:00 h, para a realização de Exposição de Motocicletas Honda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0990/10

PORTARIA nº 0990/10

Autoriza Interdição de Rua

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 2.935/10,

RESOLVE

Autorizar a Interdição Parcial das Ruas José Doro e Arlindo de Mattos, nas proximidades do Pavilhão da Associação de Moradores, na data de 19 de junho de 2.010, a partir das 8:00 h, para a Organização e Realização da XVIII Festa Junina do Bairro Santa Tereza.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 15 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0991/10

PORTARIA nº 0991/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSELENE GEREMIA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 15 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0992/10

PORTARIA nº 0992/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSINA GIACOMINI ZAMBONIN, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02E para o nível CE02F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-



nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 15 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0993/10

PORTARIA nº 0993/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SILVANA MAFI SCHMITT, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 15 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0994/10

PORTARIA nº 0994/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SOELI RIBEIRO DOS SANTOS PADILHA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 15 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0995/10

PORTARIA nº 0995/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SUELI MEZARROBA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 15 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0996/10

PORTARIA nº 0996/10
Exonera, a pedido, Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3.042/10,

RESOLVE
Exonerar, a pedido, ESTEVÃO CANAL, do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico Administrativo, nível E-PE-SAU-I-B, admitido pela Portaria nº 0644/08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 9 de junho de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0997/10

PORTARIA nº 0997/10
Nomeia Assistente do PROCON

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.234/09, resolve;

NOMEAR
DÉBORA FABIÉLI COELHO DE ÁVILA, para exercer o cargo comissionado de Assistente do PROCON, símbolo DAS-2, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter



exercício no Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0998/10

PORTARIA nº 0998/10

Torna sem efeito a Portaria nº 0903/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que a servidora ILETE MARIA MASCARELLO DALLAGNOL está em gozo de Licença Saúde desde a data de 21/10/2009,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 0903/10, que concede Licença Prêmio de 03 (três) meses a ILETE MARIA MASCARELLO DALLAGNOL, Auxiliar de Serviços Gerais, nível E-PE-SGE-I-C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1000/10

PORTARIA nº 1000/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSI SALETE DA SILVA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1001/10

PORTARIA nº 1001/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE BRANCALIONE CENCI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1002/10

PORTARIA nº 1002/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE SURDI BIRNFELD, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1003/10

PORTARIA nº 1003/10

Concede Progressão por Merecimento



O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA FÁTIMA FIANCO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1004/10

PORTARIA nº 1004/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA REGINA TESTA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02E para o nível CE02F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1005/10

PORTARIA nº 1005/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SILVIA ANGELINA MOSENA DOS SANTOS, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1006/10

PORTARIA nº 1006/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SIRLEY TE-REZINHA HAAS, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1007/10

PORTARIA nº 1007/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELLI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1008/10

PORTARIA nº 1008/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ULDA APARECIDA DA SILVA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1009/10

PORTARIA nº 1009/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VANI LUCIA PAVIANI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1010/10

PORTARIA nº 1010/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VERA LUCIA CARDOZO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1011/10

PORTARIA nº 1011/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VERA LUCIA PASQUAL, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1012/10

PORTARIA nº 1012/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ZENIRA ZIMMERMANN ARIOTTI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1013/10

PORTARIA nº 1013/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora OLIVETE APARECIDA DE SOUZA PEPES, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1014/10

PORTARIA nº 1014/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANE HAMPPEL MUNDSTOCK, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1015/10

PORTARIA nº 1015/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA BREA PEREIRA ZANI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1016/10

PORTARIA nº 1016/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA REGINA HORVATH LAZZAROTTO, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1017/10

PORTARIA nº 1017/10
Concede Progressão por Merecimento



O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SILVANA MA-DALENA ANGREGSKI DA CONCEIÇÃO, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1018/10

PORTARIA nº 1018/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SILVANA MATILDE DA SILVA DALLA COSTA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1019/10

PORTARIA nº 1019/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SILVANA VANZ SCHWAIGA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1020/10

PORTARIA nº 1020/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SOLANGE APARECIDA BALBINOT, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1021/10

PORTARIA nº 1021/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SOLANGE CAMPAGNARO, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1022/10

PORTARIA nº 1022/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SUELI ZORTEA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1023/10

PORTARIA nº 1023/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TAHIANA DE OLIVEIRA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1024/10

PORTARIA nº 1024/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TAMARA DAIANE TOMASI NUNES DOS SANTOS, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1025/10

PORTARIA nº 1025/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TERESINHA RISSATTI ANDREANI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1026/10

PORTARIA nº 1026/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VANIR APARECIDA NOVAES, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1027/10

PORTARIA nº 1027/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VIVIANA REGINA SOARES DOS SANTOS, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1028/10

PORTARIA nº 1028/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARLI REGINATO ZONTA, Professora de Artes Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1029/10

PORTARIA nº 1029/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA MARIA GAIO ZUFFO, Professora de Artes Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1030/10

PORTARIA nº 1030/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora WILMAIR AUXILIADORA PONTES CAMPOS, Professora de Artes Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1031/10

PORTARIA nº 1031/10
Concede Progressão por Merecimento



O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TAIS BORSATTI, Professora de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1032/10

PORTARIA nº 1032/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANGELA MOREIRA DE CAMARGO, Professora de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1033/10

PORTARIA nº 1033/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VLADENICE PAZIN, Professora de Educação Física Ensinos Infantil e Fundamental, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1034/10

PORTARIA nº 1034/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARISA ROSANE DELANI, Professora, do nível MG04O para o nível MG04P, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1035/10

PORTARIA nº 1035/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SILVANA APARECIDA COLISSI, Orientador Educacional, do nível MG05P para o nível MG05Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1036/10

PORTARIA nº 1036/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS ZUFFO, Professora, do nível MG03P para o nível MG03Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1037/10

PORTARIA nº 1037/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VALDENICE MARIA SCHNEIDER, Orientadora Educacional, do nível MG05E para o nível MG05F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1038/10

PORTARIA nº 1038/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora RUBIA BORGES FONTANA FERRARI, Especialista Educacional, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1039/10

PORTARIA nº 1039/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TELMA ODILA DEON, Especialista Educacional, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1040/10

PORTARIA nº 1040/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VANDA MARISA CHRISTANI AGOSTINI, Especialista Educacional, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1041/10

PORTARIA nº 1041/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TELMA CLAUDETE DA MOTTA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1042/10

PORTARIA nº 1042/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TEREZINHA VOLPATO, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1043/10

PORTARIA nº 1043/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VERA LUCIA ILDEBRANDO GARBIN, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1044/10

PORTARIA nº 1044/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora VERONICA MARIA GIAZZONI, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1045/10

PORTARIA nº 1045/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SARINE PARA-



VISI, Nutricionista, do nível E-PE-ANS-I-C para o nível E-PE-ANS-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1045/10

PORTARIA nº 1045/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SARINE PARAVISI, Nutricionista, do nível E-PE-ANS-I-C para o nível E-PE-ANS-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1045/10

PORTARIA nº 1045/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SARINE PARAVISI, Nutricionista, do nível E-PE-ANS-I-C para o nível E-PE-ANS-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1046/10

PORTARIA nº 1046/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora TATIANA SUELI BACK, Psicóloga, do nível E-PE-ANS-I-A para o nível E-PE-ANS-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1047/10

PORTARIA nº 1047/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor VANDERLEI MAGALDI, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-D para o nível E-PE-OPE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1048/10

PORTARIA nº 1048/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições



legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor PAULO CESAR RICARDO, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-D para o nível E-PE-OPE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1049/10

PORTARIA nº 1049/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RUI SÉRGIO FERREIRA, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07J para o nível CE07L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 16 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1050/10

PORTARIA nº 1050/10

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 0443/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 184, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 17 de junho de 2.010, o prazo de conclusão do respectivo Processo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 35/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/10-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 23/07/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES.

FORNECEDOR DIRETO: Farmácia e Drogaria Somensi Ltda.

Valor R\$: 5.388,82 (cinco mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 23 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 140 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2010 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 140/2010. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEÇAS PARA EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES EM RETROSCAVADEIRAS CASE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 17 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 22 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 141/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 141/2010. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO PISO DA SALA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JORGE MARTINS E PERSIANAS PARA INSTALAÇÃO NO CENTRO DE APOIO TIAGO SCOPEL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 18 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO



EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Associações de Municípios

AMAUC

Convite para compras e serviços

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 A Amauc (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Convite 01/2010.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 01/2010 – Convite 01/2010, julgamento – Menor Preço Global.

Objeto:

Prestação de serviços técnicos profissionais especializados para os Municípios de Concórdia, Ipira, Itá, Seara e Piratuba, para proceder à revisão de documentos, compilação de dados por intermédio de serviços de software especializado, com objetivo de levantar dados e recuperar valores da quota parte de ICMS constitucionalmente pertencente ao Município, e que indevidamente são concedidos a título de incentivos fiscais a empresas pela Secretaria de Estado da Fazenda - SC, após a instituição e implantação do Programa Pró-Emprego, mas que afetam diretamente a parte que cabe aos Municípios catarinenses, conforme detalhado no anexo I do Edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09 horas do dia 03 de Agosto de 2010.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto a Amauc, na Rua Atalípio Magarinos 277, 2º Andar, Centro, Município de Concórdia, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3442-1034.

Município de Concórdia – SC em 23 de Julho de 2010.

FRANCISCO MAXIMINO M. DE AGUIAR

Presidente